

**Ensino Secundário Profissional:
motivações e expectativas - um estudo com alunos
de escolas profissionais privadas em Portugal**

Marcelo Cardoso da Costa

Tese de Doutoramento em Educação

**Projeto orientado pela Professora Doutora Silvia de Almeida
e coorientado pelo Professor Doutor José David Justino**

Agosto/2023

Marcelo Cardoso da Costa

Tese de Doutoramento em Educação

Educação, Sociedade e Desenvolvimento

Agosto/2023

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Lisboa, 11 de agosto de 2023

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri adesignar.

A orientadora,



Assinado por: Sílvia Maria
Cândido de Almeida
Identificação: 8110323754
Data: 2023-08-11 às 10:16:37

Lisboa, 11 de agosto de 2023

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri adesignar.

O coorientador,

Assinado por: **JOSÉ DAVID GOMES JUSTINO**
Num. de Identificação: 02200309 Data: 2023.08.11
15:43:47 +0100

Lisboa, 11 de agosto de 2023

“Como professor devo saber que sem a curiosidade que me move, não aprendo nem ensino. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo”.

Paulo Freire

Resumo

Palavras-chave: políticas do ensino profissional; ensino secundário profissional; cursos profissionais; motivações; expectativas; trajetória escolar; inserção profissional; oferta formativa; mercado de trabalho.

Em 1989, foram criadas as primeiras escolas profissionais em Portugal, de iniciativa privada e apoiadas pelo Estado e pela União Europeia, num modelo que se mantém com poucas alterações desde a sua criação até os dias atuais. No contexto da integração de Portugal à Comunidade Europeia, a criação desse subsistema educativo representou uma modernização da educação portuguesa ao acelerar a oferta de formação profissional a nível intermédio através da implantação de uma rede de escolas profissionais.

Após a expansão desse percurso educativo às escolas secundárias públicas no ano de 2004, o número de alunos matriculados no ensino secundário profissional cresceu significativamente. Entretanto, por mais que as políticas públicas envidem esforços no sentido de conseguir uma maior valorização do ensino secundário profissional, este ainda parece lutar com o estigma de ser um ensino de “segunda linha”, em geral indicado para alunos que não revelam maiores aptidões para os estudos, carentes de interesses académicos, o que contraria frontalmente as diretrizes de organizações internacionais (OCDE, UNESCO), incentivadoras dessa modalidade de ensino como potencial impulsionador de desenvolvimento humano, social e económico.

Sob essas perspectivas e ciente de que a maioria dos estudos académicos disponíveis têm como referencial prioritário as escolas secundárias profissionais públicas, apesar do sistema de ensino privado representar 40% do total de matrículas nos cursos profissionais, o presente estudo optou por dar voz aos alunos das escolas profissionais privadas com o objetivo de compreender qual a percepção que os jovens têm em relação ao ensino secundário profissional, quais as motivações que os levaram a optar por seguir esse percurso educativo, bem como dar a conhecer as expectativas que possuem com os cursos profissionais escolhidos.

Para esse fim, elaborou-se um questionário que foi respondido por 771 alunos de vinte e cinco escolas a nível continental, dividido em seis seções: caracterização individual, contexto

familiar, percurso escolar, motivações, percepções/satisfações pessoais e expectativas futuras.

Concomitantemente, o estudo apresenta uma segunda linha de análise com foco na evolução da oferta formativa de cursos profissionais, tanto a nível de ensino público como privado, por ser um tema correlato ao tema principal. Nesse sentido, a análise foi realizada tomando por base documentos oficiais relativos à evolução dessa oferta (fontes: MEC, ANQEP, CSQ, DGEstE, INFOESCOLAS, PORDATA) objetivando conhecer sua composição e distribuição a nível nacional ao longo dos últimos anos.

Os resultados encontrados apontam para algum avanço existente no sentido de debelar a imagem negativa historicamente atrelada ao ensino secundário profissional. Corroboram essa sugestão mudanças discretas que começam a ser percebidas no perfil do aluno que tem optado por esse percurso educativo, assim como as suas motivações e expectativas, pelo menos no que tange às escolas do sistema privado de ensino.

Em relação à oferta formativa, a investigação parece confirmar a existência de uma forte concentração de cursos profissionais em poucas áreas de estudo e em determinadas regiões a nível continental, o que pode estar representando um fator condicionante às opções dos jovens, ao limitar o acesso deles a determinadas áreas de formação, além de ser um potencial promotor de desigualdades sociais, se não for realizada tendo em vista uma maior equidade entre as regiões.

Abstract

Keywords: Vocational education policies; vocational secondary education; professional courses; motivations; expectations; school trajectory; professional insertion; professional education offer; job market.

In 1989, the first professional schools in Portugal were created, by private initiative and supported by the State and the European Union, in a model that remains with few changes since its creation until the present day. In the context of Portugal's integration into the European Community, the creation of this educational subsystem represented a modernization of Portuguese education by accelerating the offer of vocational training at an intermediate level through the implementation of a network of professional schools.

After the expansion of this educational path to public secondary schools in 2004, the number of students enrolled in vocational secondary education grew significantly. However, as much as public policies make efforts to achieve a greater appreciation of vocational secondary education, it still seems to struggle with the stigma of being a “second-line” education, generally indicated for students who do not show greater aptitudes for teaching studies, devoid of academic interests, which directly contradicts the guidelines of international organizations (OECD, UNESCO), encouraging this type of education as a potential driver of human, social and economic development.

Under these perspectives and aware that most of the available academic studies have public professional secondary schools as a priority reference, despite the fact that the private education system represents 40% of the total number of enrollments in professional courses, the present study opted to give voice to students from private professional schools with the objective of understanding the perception that young people have in relation to secondary vocational education, what are the motivations that led them to choose to follow this educational path, as well as to make known the expectations they have with the chosen professional courses .

To this end, a questionnaire was prepared and answered by 771 students from twenty-five schools across the continent, divided into six sections: individual characterization, family context, school career, motivations, personal perceptions/satisfaction and future expectations.

Concomitantly, the study presents a second line of analysis focused on the evolution of the professional education offer, both in public and private education, as it is a theme related to the main theme. In this sense, the analysis was carried out based on official documents related to the evolution of this offer (sources: MEC, ANQEP, CSQ, DGEstE, INFOESCOLAS, PORDATA) aiming to know its composition and distribution at national level over the last few years.

The results found point to some advances in the sense of overcoming the negative image historically linked to vocational secondary education. This suggestion is supported by discreet changes that are beginning to be perceived in the profile of students who have opted for this educational path, as well as their motivations and expectations, at least with regard to schools in the private education system.

Regarding the professional education offer, the investigation points to the confirmation of the existence of a strong concentration of professional courses was found in a few areas of study and in certain regions at a continental level, which may be representing a conditioning factor for young people's options, by limiting their access to certain areas of training, in addition to being a potential promoter of social inequalities, if it is not carried out with a view to greater equity between regions.

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Silvia de Almeida, pelos seus ensinamentos, dedicação, incentivo, confiança e disponibilidade no decorrer de todo o processo.

Ao meu coorientador, Professor Doutor José David Justino, pelas suas aulas durante o período letivo do curso, importantes ao ponto de serem decisivas para a escolha do tema do meu estudo.

A todos os professores e restantes colegas deste curso de Doutoramento, com quem tive a honra de partilhar significativos momentos de aprendizagem.

A todos aqueles que de alguma forma participaram neste projeto, em especial ao Sr. José Luís Presa, Presidente da Direção da ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais, por toda a disponibilidade e ajuda que me cedeu, sem a qual eu não teria conseguido fazer chegar às escolas secundárias profissionais privadas, a nível continental, o inquérito relativo à minha investigação, e a todos os alunos que dispensaram parte dos seus tempos para respondê-lo.

A todos os amigos e colegas, pelo apoio e companheirismo em todas as horas, em especial à Paula Oliveira, pela disponibilidade e atenção que sempre me dedicou, e por todo apoio no decorrer desse processo.

À minha família, em especial aos meus pais, Ernesto (*in memoriam*) e Lineia, referências basilares em todos os sentidos, e à minha companheira Cláudia, minha grande incentivadora, com quem partilho todos os momentos e com quem venho construindo o alicerce de uma vida em comum, baseada no amor e no respeito mútuo, pela sustentação afetiva permanente e pela confiança depositada em mim, fundamentais para que eu pudesse me lançar nesse desafio, e neste momento, estar concretizando mais uma importante etapa na minha história. A eles, dedico este estudo.

Educação, Sociedade e Desenvolvimento

Ensino Secundário Profissional: motivações e expectativas – um estudo com alunos de escolas profissionais privadas em Portugal

1.	Introdução.....	1
2.	O sistema educativo e o ensino profissional em Portugal	
	2.1 – Organização do atual sistema educativo em Portugal.....	14
	2.2 – Composição do sistema educativo português na atualidade – rede de..... estabelecimentos e número de alunos por nível de ensino e por região	17
	2.3 – Políticas públicas do ensino profissional: evolução do ensino profissional em..... Portugal – breve resumo	19
	2.4 – Configuração do ensino secundário profissional em Portugal na atualidade.....	28
3.	Caracterização da oferta dos cursos profissionais – ensino público e privado.....	35
	A oferta formativa atual dos cursos profissionais no ensino secundário em Portugal	
4.	Revisão da Literatura	
	4.1 – A opção pelo ensino secundário profissional: que fatores determinam a escolha..... dos jovens por esse percurso educativo?	40
	4.2 – Oferta de cursos profissionais no ensino secundário – Políticas públicas..... relacionadas à oferta formativa	51
5.	Objetivos e questões de investigação.....	54
6.	Metodologia	
	6.1 – Definição da metodologia.....	56
	6.2 – Definição da amostra.....	59
	6.3 – Cursos profissionais ofertados pelas escolas privadas participantes no estudo.....	63
	6.4 – Recolha e análise de dados.....	68
7.	Apresentação e análise dos resultados	
	7.1 – Em relação ao inquérito por questionário – alunos.....	73
	7.1.1 – Dados pessoais.....	76
	7.1.2 – Dados familiares.....	79
	7.1.3 – Percurso escolar.....	81

7.1.4 – Motivações / expectativas que levaram o aluno a optar pelo ensino secundário profissional.....	83
7.1.5 – Níveis de percepção/satisfação pessoais com o ensino secundário profissional.....	96
7.1.6 – Expectativas académicas e profissionais.....	111
7.2 – Quanto à oferta formativa de cursos profissionais.....	120
8. Conclusão.....	136
8.1 – Perfil socioeducativo dos alunos participantes no inquérito.....	139
8.2 – Motivações e expectativas dos alunos em relação ao ensino secundário profissional	
8.2.1 – Motivações – fatores influenciadores.....	141
8.2.2 – Expectativas à entrada e durante o ensino secundário profissional.....	143
8.2.3 – Níveis de percepção/satisfação pessoais com o ensino secundário profissional.....	144
8.2.4 – Imagem do ensino secundário profissional em Portugal.....	146
8.2.5 – Expectativas académicas e profissionais.....	147
8.3 – Em relação à oferta formativa de cursos profissionais.....	150
9. Considerações finais.....	157
9.1 – Limitações do estudo.....	158
9.2 – Sugestões para futuros estudos.....	160
10. Referências bibliográficas.....	161
11. Lista de Tabelas.....	172
12. Lista de Gráficos.....	174
13. Anexo – Inquérito por questionário.....	177

1- Introdução

Ao longo das últimas décadas, a globalização e as inovações tecnológicas cada vez mais aceleradas, associadas à desindustrialização crescente e à terceirização das atividades, vêm provocando modificações estruturais nas economias e, conseqüentemente, nos seus mercados de trabalho (Lema & Teixeira, 1988). As rápidas transformações no campo tecnológico, além de possibilitarem encontrar meios mais eficazes de produção resultando em aumento da produtividade física, afetam diretamente a constituição das estruturas de trabalho existentes alterando a sua composição orgânica, obrigando-a a adaptar-se às novas realidades.

Cantante (2018) cita que “o mercado de trabalho ocupa uma posição de charneira na forma como as sociedades funcionam”, atuando como um ponto convergente de aspectos fundamentais da humanidade, interligando as perspectivas sociais, econômicas e culturais das sociedades. Para o autor, “as desigualdades econômicas, culturais e sociais que antecedem a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho tendem a prolongar-se, pelo menos parcialmente, nos trajetos laborais e nas oportunidades existentes nesse campo” (Cantante, 2018).

As significativas alterações que se vêm observando no mercado de trabalho nas últimas décadas incidem com intensidade nos setores secundário e terciário, exigentes que são de um nível de formação mais elevado. Azevedo (2000) refere que já nos anos oitenta em França se previa que até o ano 2000 iria ocorrer uma forte alteração na evolução dos percentuais de mão de obra alocados no setor industrial: em 1982, 45% dos trabalhadores na indústria francesa eram operários não qualificados, 38% eram operários qualificados e 17% constituíam-se de engenheiros e técnicos; no ano 2000, a previsão era de que apenas 25% seriam operários não qualificados, enquanto 45% seriam operários qualificados e os restantes 30% engenheiros e técnicos. Pelos percentuais apresentados, constata-se que uma significativa alteração no mercado de trabalho já estava em curso, visivelmente observada pela redução da absorção de operários não qualificados pelo mercado.

Em dados divulgados pelo Eurostat, serviço responsável pela publicação de estatísticas da União Européia (UE), na Alemanha a participação do emprego industrial no emprego total reduziu 7,9% num período de dezoito anos, ao se comparar os índices de 1995 (32,6%) com os de 2013 (24,7%); na Itália, nesse mesmo período, a redução foi de 6,6% (em 1995, 30,9% e em 2013, 24,3%); enquanto no Reino Unido a queda foi de 7,3% (em 1995, 23,3% e em 2013, 16,0%)

[\(https://ec.europa.eu/eurostat/\)](https://ec.europa.eu/eurostat/).

Encontrando-se os países europeus inseridos em um contexto econômico recessivo iniciado com a crise instalada em 2008, a Comissão Europeia adotou uma nova estratégia, conhecida por Estratégia Europa 2020, cuja proposta, que já havia sido aprovada pelo Conselho Europeu em reunião ocorrida em maio de 2009, teve sua implementação iniciada em março de 2010, priorizando o aumento do emprego, da produtividade e buscando uma maior coesão social a ser alcançada no espaço de uma década.

Segundo a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADeC), instituto público português que tem por missão elaborar a política de desenvolvimento regional e garantir a coordenação geral dos fundos europeus estruturais e de investimentos (FEEI), “a Estratégia Europa 2020 constitui um quadro de referência para as políticas europeias e nacionais devidamente articuladas, no sentido de promover o crescimento econômico e a criação do emprego” em todo o território nacional (<https://www.adcoesao.pt/fundos/portugal-2020/portugal-2020-apresentacao/estrategia-europa-2020/>).

De acordo com o Conselho Europeu, “1- a educação e a formação têm um papel crucial a desempenhar face aos inúmeros desafios socioeconômicos, demográficos, ambientais e tecnológicos que se colocam à Europa e aos seus cidadãos, hoje em dia e nos anos vindouros” e “2- investir eficazmente em capital humano através dos sistemas de educação e formação constitui uma componente essencial da estratégia adotada pela Europa para atingir os elevados níveis de crescimento e empregos sustentáveis (...)” (Conselho da União Europeia, 2009, p.1).

McMahon (1999), em seu estudo intitulado *Education and development: measuring the social benefits*, publicado em 1999, argumenta que os benefícios macrossociais provocados pela educação em geral podem ser divididos em dois grupos: os benefícios diretos – aumento da produtividade econômica, e os indiretos, incluindo, nesse sentido, um maior apelo à democratização e valorização dos direitos humanos, à redução da criminalidade e do uso de drogas e à melhoria nos índices de saúde pública.

Com o objetivo de viabilizar a saída da crise através do investimento na educação, na investigação e na inovação, a Estratégia Europa 2020 apoia-se em ações embasadas em critérios de sustentabilidade, priorizando a criação de emprego e a redução da pobreza nos países da UE, tendo sido estabelecida como uma das metas aumentar para, pelo menos, 75% a taxa de emprego

da população na faixa etária dos 20 – 64 anos até 2020 (<https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/>).

De acordo com estatísticas recentes da União Europeia (UE), com base nos inquéritos da UE ao emprego – Labour Force Survey (LFS) considerando os resultados alcançados pelos países da UE27 no período compreendido entre os anos de 2011 e 2020, a taxa de emprego da população total na faixa etária dos 20 – 64 anos aumentou 4,4 pontos percentuais, passando de 67,9% para 72,3% (tabela 1). Portanto, a meta mínima de 75% estabelecida para 2020, não foi alcançada ao analisarmos o conjunto de países que compõem a UE27.

Entretanto, ao analisar os índices de cada país, constata-se que treze dos vinte e sete países encontram-se iguais ou acima da meta. Em virtude da pandemia da Covid-19, iniciada em janeiro de 2020 e que atingiu indiscriminadamente todas as regiões do globo provocando significativas retrações nas economias com sérias conseqüências sociais e econômicas, seria extremamente improvável alcançar até o fim de 2020 a meta mínima de 75% firmada (tabela 1).

Tabela 1 – Taxa de Emprego UE27, faixa etária: 20 – 64 anos, período: 2011 – 2020

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Variação
UE27	67,9	67,6	67,5	68,2	69,1	70,1	71,3	72,4	73,1	72,3	4,4
Alemanha	76,5	76,9	77,3	77,7	78,0	78,6	79,2	79,9	80,6	79,2	2,7
Áustria	74,2	74,4	74,6	74,2	74,3	74,8	75,4	76,2	76,8	75,5	1,3
Bélgica	67,3	67,2	67,2	67,3	67,2	67,7	68,5	69,7	70,5	70,0	2,7
Bulgária	62,9	63,0	63,5	65,1	67,1	67,7	71,3	72,4	75,0	73,4	10,5
Chipre	73,4	70,2	67,2	67,6	67,9	68,7	70,8	73,9	75,7	74,9	1,5
Croácia	59,8	58,1	57,2	59,2	60,6	61,4	63,6	65,2	66,7	66,9	7,1
Dinamarca	74,8	74,3	74,3	74,7	75,4	76,0	76,6	77,5	78,3	77,8	3,0
Eslováquia	65,0	65,1	65,0	65,9	67,7	69,8	71,1	72,4	73,4	72,5	7,5
Eslovênia	68,4	68,3	67,2	67,7	69,1	70,1	73,4	75,4	76,4	75,6	7,2
Espanha	62,0	59,6	58,6	59,9	62,0	63,9	65,5	67,0	68,0	65,7	3,7
Estónia	70,6	72,2	73,3	74,3	76,5	76,6	78,7	79,5	80,2	78,2	7,6
Finlândia	73,8	74,0	73,3	73,1	72,9	73,4	74,2	76,3	77,2	76,5	2,7
França	69,2	69,4	69,5	69,7	70,0	70,4	71,1	71,8	72,1	71,9	2,7
Grécia	59,6	55,0	52,9	53,3	54,9	56,2	57,8	59,5	61,2	61,1	1,5
Holanda	76,4	76,6	75,9	75,4	76,4	77,1	78,0	79,2	80,1	80,0	3,6
Hungria	60,4	61,6	63,0	66,7	68,9	71,5	73,3	74,4	75,3	75,0	14,6
Irlanda	64,6	64,5	66,5	68,1	69,9	71,4	73,0	74,1	75,1	73,4	8,8
Itália	61,0	60,9	59,7	59,9	60,5	61,6	62,3	63,0	63,5	62,6	1,6
Letónia	66,3	68,1	69,7	70,7	72,5	73,2	74,8	76,8	77,4	77,0	10,8
Lituânia	66,9	68,5	69,9	71,8	73,3	75,2	76,0	77,8	78,2	76,7	9,8
Luxemburgo	70,1	71,4	71,1	72,1	70,9	70,7	71,5	72,1	72,8	72,1	2,0
Malta	61,6	63,9	66,2	67,9	69,0	71,1	73,0	75,5	76,8	77,3	15,7
Polónia	64,5	64,7	64,9	66,5	67,8	69,3	70,9	72,2	73,0	73,6	9,1
Portugal	68,8	66,3	65,4	67,6	69,1	70,6	73,4	75,4	76,1	74,7	5,9
R. Checa	70,9	71,5	72,5	73,5	74,8	76,7	78,5	79,9	80,3	79,7	8,8
Romênia	63,8	64,8	64,7	65,7	66,0	66,3	68,8	69,9	70,9	70,8	7,0
Suécia	79,4	79,4	79,8	80,0	80,5	81,2	81,8	82,4	82,1	80,8	1,4

Fonte: Eurostat - <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained>

Em todos os países foram registados avanços das respectivas taxas de emprego, com os maiores aumentos tendo sido alcançados por Malta (15,7%) e Hungria (14,6%). Portugal alcançou uma variação positiva de 5,9% no período, 1,5% a mais do que a variação de 4,4% em conjunto da UE27, tendo atingido 74,7% em 2020, ficando, no entanto, abaixo da meta de 75% definida pela Estratégia Europa 2020. (<https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained>).

Apesar dos resultados positivos da evolução das taxas de emprego na faixa etária da

população compreendida entre 20 – 64 anos, o mesmo não se observa ao analisarmos as taxas relativas à população com idade inferior a 25 anos, com o desemprego jovem evidenciando altas taxas entre 2011 e 2020. Cabe destacar que não obstante as taxas de desemprego juvenil terem começado a apresentar importantes reduções nos últimos anos da década em análise, ainda assim manteve-se em altos patamares, com países como a Espanha e a Grécia com taxas de desemprego juvenil na faixa entre 35% e 40%, conforme demonstrado na tabela 2 (https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/LFSA_URGAED_custom_1104846/default/table?lang=en).

Note-se que, ao comparar os resultados de 2019 e 2020, a quase totalidade dos países que compõem o EU27 apresenta aumento do desemprego juvenil, o que pode ser reflexo do movimento de retração que as economias sofreram na sequência das medidas impostas pelos governos na tentativa de combate à Covid-19, destacando-se a Bulgária, a Eslovênia, a Espanha, a Estônia, a Lituânia e o Luxemburgo com os piores resultados. Portugal apresenta aumento de 4,3% na taxa de desemprego juvenil, superior ao aumento de 1,7% do conjunto de países do EU27 (tabela 2).

Tabela 2: Taxa de desemprego, faixa etária: 15 – 24 anos, período: 2011 – 2020

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
UE27	21,8	23,7	24,4	23,5	21,8	20,1	18,0	16,1	15,1	16,8
Alemanha	8,5	8,0	7,8	7,7	7,2	7,1	6,8	6,2	5,8	7,0
Áustria	8,9	9,4	9,7	10,3	10,6	11,2	9,8	9,4	8,5	10,5
Bélgica	18,7	19,8	23,7	23,2	22,1	20,1	19,3	15,8	14,2	15,3
Bulgária	25,0	28,1	28,4	23,8	21,6	17,2	12,9	12,7	8,9	14,2
Chipre	22,4	27,7	38,9	36,0	32,8	29,1	24,7	20,2	16,6	18,2
Croácia	36,7	42,1	50,0	45,5	42,3	31,3	27,4	23,7	16,6	21,1
Dinamarca	16,4	15,8	14,8	14,2	12,2	12,2	12,4	10,5	10,1	11,6
Eslováquia	33,4	34,0	33,7	29,7	26,5	22,2	18,9	14,9	16,1	19,3
Eslovênia	15,7	20,6	21,6	20,2	16,3	15,2	11,2	8,8	8,1	14,2
Espanha	46,2	52,9	55,5	53,2	48,3	44,4	38,6	34,3	32,5	38,3
Estónia	22,4	20,9	18,7	15,0	13,1	13,4	12,1	11,8	11,1	17,9
Finlândia	20,1	19,0	19,9	20,5	22,4	20,1	20,1	17,0	17,2	21,4
França	21,9	23,7	24,1	24,2	24,7	24,5	22,1	20,8	19,5	20,2
Grécia	44,7	55,3	58,3	52,4	49,8	47,3	43,6	39,9	35,2	35,0
Holanda	10,0	11,7	13,2	12,7	11,3	10,8	8,9	7,2	6,7	9,1
Hungria	26,0	28,2	26,6	20,4	17,3	12,9	10,7	10,2	11,4	12,8
Irlanda	29,6	30,8	26,7	23,4	20,2	16,8	14,4	13,8	12,5	15,3
Itália	29,2	35,3	40,0	42,7	40,3	37,8	34,7	32,2	29,2	29,4
Letónia	31,0	28,5	23,2	19,6	16,3	17,3	17,0	12,2	12,4	14,9
Lituânia	32,6	26,7	21,9	19,3	16,3	14,5	13,3	11,1	11,9	19,6
Luxemburgo	16,8	18,8	15,5	22,6	17,3	18,9	15,4	14,2	17,0	23,2
Malta	13,3	13,8	12,7	11,7	11,6	10,7	10,6	9,1	9,3	10,7
Polónia	25,8	26,5	27,3	23,9	20,8	17,7	14,8	11,7	9,9	10,8
Portugal	30,3	37,9	38,1	34,8	32,0	28,0	23,9	20,3	18,3	22,6
R. Checa	18,1	19,5	19,0	15,9	12,6	10,5	7,9	6,7	5,6	8,0
Romênia	23,9	22,6	23,7	24,0	21,7	20,6	18,3	16,2	16,8	17,3
Suécia	22,8	23,6	23,5	22,9	20,4	18,9	17,9	17,4	20,1	23,9

Fonte: Eurostat - <https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained>

Entretanto, ao atualizar o escopo da análise, e considerar os indicadores divulgados pelo Eurostat sobre o desemprego total e juvenil (< 25 anos) na União Européia referentes aos dois últimos anos, 2021 e 2022, verifica-se que em relação ao grupo de países UE27, no ano de 2022 o índice de desemprego jovem atingiu o menor índice na última década.

Tabela 3: Taxa de desemprego total e jovem (< 25 anos), anos: 2021 e 2022

	Desemprego Total (%)		Desemprego < 25 anos (%)	
	2021	2022	2021	2022
UE27	7,1	6,2	16,7	14,5
Alemanha	3,7	3,1	7,0	6,0
Áustria	6,2	4,8	11,0	9,5
Bélgica	6,3	5,6	18,2	16,4
Bulgária	5,3	4,3	15,8	10,7
Chipre	7,5	6,8	17,1	18,6
Croácia	7,6	7,0	21,9	18,0
Dinamarca	5,1	4,5	10,8	10,6
Eslováquia	6,8	6,1	20,6	19,9
Eslovênia	4,8	4,0	12,8	10,1
Espanha	14,8	12,9	34,8	29,8
Estónia	6,2	5,6	16,7	18,6
Finlândia	7,7	6,8	17,1	14,2
França	7,9	7,3	18,9	17,3
Grécia	14,7	12,5	35,5	31,4
Holanda	4,2	3,5	9,3	7,6
Hungria	4,1	3,6	13,5	10,6
Irlanda	6,2	4,5	14,5	10,1
Itália	9,5	8,1	29,7	23,7
Letónia	7,6	6,9	14,8	15,3
Lituânia	7,1	6,0	14,3	11,9
Luxemburgo	5,3	4,6	16,9	17,6
Malta	3,4	2,9	9,4	8,3
Polónia	3,4	2,9	11,9	10,8
Portugal	6,6	6,0	23,4	19,0
R. Checa	2,8	2,2	8,2	6,8
Romênia	5,6	5,6	21,0	22,8
Suécia	8,8	7,5	24,7	21,7

Fonte: Eurostat https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/UNE_RT_A__custom_6865325/default/table?lang=en

Nos dois anos recentes, a taxa de desemprego de indivíduos com menos de 25 anos, apresentou redução de 2,2% no grupo de países do EU27, passando de 17,6% em 2021 para 14,5% em 2022. Dos vinte e sete países que compõem o grupo, vinte e dois reduziram as taxas de desemprego jovem entre os anos 2021 e 2022, com destaque para a Itália, com queda de 6%, Bulgária, com queda de 5,1%, e Espanha, com queda de 5%. Em contrapartida, cinco países apresentaram aumento dos seus índices: o Chipre (1,5%), a Estónia (1,9%), a Letónia (0,5%),

Luxemburgo (0,7%) e Romênia (1,8%).

Em termos nominais, o portal PORDATA divulgou os números do desemprego jovem em Portugal nos anos 2021 e 2022, de acordo com os resultados do inquérito ao emprego realizado pelo INE – Instituto Nacional do Emprego: em 2021, existiam 76,5 milhares de jovens desempregados, enquanto que no ano 2022 esse número caiu para 64,2 milhares. (<https://www.pordata.pt/portugal/populacao+desempregada+total+e+por+grupo+etario-40>).

Ao analisarmos as tabelas 2 e 3 concomitantemente, constatamos que as taxas de desemprego juvenil persistem em patamares elevados na maioria dos países, apesar das reduções dos últimos anos e das evoluções diferentes entre os economias analisadas. A permanência dessas taxas em altos níveis constitui uma das principais preocupações para os governos, pois urge encontrar formas eficazes para solucionar essa questão, frente aos desafios de se reduzir as desigualdades econômicas, sociais e culturais existentes, através da promoção de crescimento económico e criação de emprego.

Fato é que as novas configurações que vêm sendo assumidas pelas economias nas últimas décadas obrigam a diferentes formatações na organização do mercado de trabalho, passando a privilegiar aspectos que exigem dos indivíduos uma maior capacidade de adaptação e de resposta às necessidades atuais de diversidade, flexibilidade e criatividade.

Para fazer face a essa nova realidade, faz-se indispensável uma mão de obra mais preparada, que possua um maior grau de conhecimentos, habilidades e competências, e que seja flexível e adaptável aos novos requisitos de produção. Em consequência, tais imperativos económicos e sociais vêm influenciando diretamente os sistemas educativos vigentes, e o que temos visto se intensificar a partir das últimas décadas do século XX nos países europeus, é um forte estímulo à educação e formação profissionais, que vem assumindo um papel cada vez mais relevante na escolarização dos jovens especialmente no que tange à educação secundária, acompanhado de um maciço investimento capitaneado e controlado por organismos internacionais, destacando-se a OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

Duru-Bellat e Lamoure-Rontopoulo (1988) argumentam que os desafios económicos demandam um significativo aumento da competência da população ativa, sendo indispensável que haja uma melhoria na formação geral dos jovens, a qual, aliada a uma formação profissional

consistente, leve-os a desenvolver atitudes e aptidões indispensáveis que facilitem as suas entradas no mercado de trabalho. O ensino profissional deve, nesse sentido, ajustar seus objetivos e conteúdos, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento integral dos jovens, unindo “uma sólida formação geral a uma cultura tecnológica e a um saber-fazer” (Cabrito, 1994, p.14). Em paralelo, é fundamental que seja promovida uma formação continuada ao longo da vida, acompanhando os indivíduos em seus percursos pessoais e profissionais.

Para Madeira (2006), as alterações que vêm ocorrendo entre educação e economia e entre educação e mercado de trabalho estão determinando novos perfis de formação escolar e profissional, adequados aos objetivos das economias. Cabe ao ensino profissional e técnico: (i) preparar mão-de-obra especializada num nível intermediário, suprimindo as necessidades do mercado de trabalho, (ii) contribuir para o desenvolvimento económico, minimizando os índices de desemprego entre os jovens, (iii) reduzir o insucesso escolar, e (iv) possibilitar aos alunos a continuidade dos seus estudos, permitindo o acesso a níveis de ensinos mais avançados e superiores.

O Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP), instituição de referência que apóia o desenvolvimento das políticas de ensino e formação profissionais da União Europeia prestando assistência à Comissão Europeia, aos Estados-Membros e aos parceiros sociais e contribuindo para a sua aplicação dessas políticas nos respectivos territórios, enfatizava, já em 2011 em seu Research Paper nº 10, a importância do ensino profissional ao indicar um conjunto de benefícios que podem vir a ser gerados através dele aos níveis macro, meso e micro das dimensões económica e social, conforme discriminados na tabela 4 a seguir:

Tabela 4 – Benefícios do Ensino Profissional

Benefícios Económicos		Benefícios Sociais
<p>Crescimento Económico</p> <p>Resultados do Mercado de Trabalho</p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">Macro</div>	<p>Redução da criminalidade</p> <p>Coesão Social</p> <p>Saúde</p> <p>Benefícios Intergeracionais</p>
<p>Desempenho das empresas</p> <p>Produtividade dos Funcionários</p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">Meso</div>	<p>Inclusão dos grupos desfavorecidos</p>
<p>Oportunidade de emprego</p> <p>Ganhos</p> <p>Status profissional / Desenvolvimento de carreira</p>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">Micro</div>	<p>Satisfação de vida</p> <p>Motivação individual</p>

Fonte: CEDEFOP (adaptado)

Nesse sentido, justificam-se a atenção e os investimentos que vêm sendo dispensados à educação e formação profissionais, visto que a mesma pode desempenhar um papel relevante ao dotar os Estados-Membros da União Europeia com uma força de trabalho preparada para enfrentar os atuais e os futuros desafios económicos e sociais através da conjugação das habilidades e competências, o que possibilitará à Europa atingir o seu pleno potencial de crescimento ao prevenir a escassez de competências necessárias ao desenvolvimento social e económico. A UNESCO, em sua Classificação Internacional Tipo da Educação (ISCED), define que o ensino profissional foi concebido para possibilitar aos seus participantes adquirirem competências práticas (o saber-fazer), e a compreensão indispensável para que possam trabalhar numa “determinada profissão ou ofício ou grupo de profissões ou ofícios” (UNESCO, 1997, p. 86).

Em vista disso, é indispensável que os sistemas educativos de formação profissional proporcionem aos jovens a aquisição de um conjunto de conhecimentos, capacitações e atitudes que, para além de inseri-los no mercado de trabalho, também os possibilite a que, no futuro, adaptem-se e tenham a mobilidade necessária para que possam fazer frente às constantes e cada vez mais rápidas mudanças tecnológicas e sociais, englobando, dessa forma, os sentidos do saber:

o saber-fazer, o saber-ser e o saber-estar (ou tornar-se) (Sousa, 2012).

Tavares (2014) corrobora essa afirmação ao referir que em Portugal:

“A formação profissional abandona os modelos de formação intensiva, baseados no saber-fazer profissional para se centrar na aquisição de novas competências capazes de fazer face às novas realidades do mercado de trabalho. A formação profissional promove então, a consolidação dos programas de formação inicial com a integração de uma componente de formação sociocultural, uma componente de formação prática, uma componente de formação tecnológica a que acresce uma componente de formação científica. É o início da articulação de uma estratégia de educação-formação com a política de emprego” (Tavares, 2014, p. 31).

Em Portugal, a aposta nesse percurso escolar tem se intensificado consideravelmente nas últimas décadas, reproduzindo a tendência do corrente modelo europeu, oferecendo aos jovens uma via de educação alternativa ao ensino geral, os chamados cursos científicos-humanísticos, com o objetivo de formar técnicos intermédios e profissionais altamente especializados, preparando-os para o mercado de trabalho e visando afastá-los do desemprego e/ou de ocupações não qualificadas, ao responder às necessidades de desenvolvimento local e regional (Cabrito, 1994).

Eichhorst e Neder (2014) citam que, de acordo com dados da OCDE, após a recessão global gerada pela crise financeira de 2008/2009, observou-se um aumento do desemprego juvenil em diversos países, dentre os quais Portugal e Itália com taxas acima dos 35% dos jovens desempregados, claramente perceptível na tabela 2. No entanto, segundo dados da mesma organização, países como Alemanha e Áustria, que já possuíam programas de educação e treinamento profissional estruturados, aproximando os jovens do empregador e do mercado de trabalho mantiveram suas taxas de desemprego juvenil em um patamar abaixo ou levemente acima de 10%. Em paralelo, o ensino profissional é visto como uma potencial ferramenta para a redução dos índices de abandono e retenção escolares.

Contudo, apesar de todo o investimento que vem sendo feito para consolidar e garantir qualidade ao ensino profissional, este ainda parece carregar o estigma de ser um modelo de educação marginal em Portugal, um percurso educativo de segunda oportunidade, para o qual afluem alunos provenientes de classes socioeconômicas menos favorecidas e/ou alunos marcados

pelo insucesso escolar, não representando, em muitos casos, uma opção resultante de uma escolha individual legítima atrelada à uma vocação real dos jovens, mas tão somente como a alternativa mais fácil para a conclusão de um ciclo escolar. Azevedo (2014) assinala que:

“(…) criadas sob o impulso inicial do Estado, através de uma iniciativa dos Ministérios da Educação e do Trabalho, em parceria com múltiplos atores sociais, este tipo de ensino e escolas permaneceu, durante quinze anos, como uma importante inovação social e educacional e, ao mesmo tempo, um modelo bastante marginal, ao lado das ofertas educativas proporcionadas pelas escolas secundárias. (...)” (Azevedo, 2014, p. 411-468).

No âmbito da investigação académica, o crescente investimento que vem sendo feito à educação e formação profissional a nível do ensino secundário em Portugal e ao redor da Europa tem proporcionado o surgimento de estudos sobre o tema, objetivando compreender a possível e esperada correlação entre este percurso educativo e o crescimento económico, a inclusão social e a redução das taxas de abandono escolar (Silva, Pelissari, & Steimbach, 2012; Antunes, 2017; Cerda-Navarro, Sureda-Negre, & Comas-Forgas, 2017).

Porém, ainda são poucos os estudos centrados em dois pontos considerados fulcrais para uma melhor compreensão sobre o tema e que constituem as duas linhas de investigação do presente estudo, e que estão diretamente relacionadas e são complementares entre si: (i) a percepção dos jovens sobre o ensino secundário profissional, com a finalidade de investigar as motivações e as expectativas dos alunos que escolheram seguir esse percurso escolar, o que permitirá perceber se esse sistema de ensino mantém a relação histórica entre a sua frequência e a origem social dos estudantes, se continua sendo percebido como um ensino de “segunda oportunidade”, e se continua sendo visto como uma alternativa para minorar os impactos negativos de reprovações anteriores, e (ii) a questão da oferta dos cursos profissionais ao nível do ensino secundário, através da qual é realizada uma análise da evolução histórica da oferta formativa ao longo dos últimos anos com o objetivo de tentar perceber uma possível relação condicionante entre a oferta e a demanda dos cursos profissionais ofertados.

O CEDEFOP argumenta que as opiniões da sociedade sobre a imagem, a qualidade, os resultados e a eficácia da oferta da educação e formação profissionais pode ter um considerável efeito não só na escolha do percurso escolar a ser trilhado pelos jovens, mas também na formulação de políticas nesse segmento educativo.

“Identificar possíveis estereótipos e equívocos que moldam o conceito da educação e formação profissionais nas mentes das pessoas e compreender os desafios e limitações da experiência dos usuários finais desse percurso educativo são essenciais para apoiar a formulação de políticas nessa área e permitir que se torne a primeira escolha dentre as ofertas de ensino secundário. Mesmo as melhores políticas de educação e formação profissionais só terão sucesso se forem implementadas em um ambiente confiável e bem recebidas por indivíduos e sociedades” (CEDEFOP, 2017).

Para fundamentar a investigação realizada, apresento inicialmente algumas considerações sobre o sistema educativo vigente em Portugal, seguido por um breve histórico sobre a evolução do ensino técnico-profissional em Portugal desde os seus primórdios, aprofundando as observações ao considerar a sua constituição na atualidade; na sequência, apresento a caracterização das ofertas formativas dos últimos anos em Portugal, com base nas informações disponibilizadas pelos órgãos oficiais; e recorro a estudos anteriormente realizados a respeito das percepções e das motivações que levam os jovens a decidirem trilhar o percurso profissional no nível secundário de ensino, em busca de indícios que possam apontar caminhos que permitam uma análise mais consistente sobre as questões de investigação propostas.

É importante salientar que, em geral, quando se escreve “escolas profissionais” se está, via de regra, a fazer referência direta às escolas do sistema privado de ensino; e que para se referir às escolas do sistema público utiliza-se, usualmente, o termo “escolas secundárias”. Esses termos constituem um fator de distinção entre os dois sistemas de ensino no decorrer do estudo.

Para concluir estas notas introdutórias, importa destacar que a pesquisa foi realizada com alunos que frequentam o ensino secundário profissional em escolas do sistema privado de ensino, levando em consideração que esse grupo representa um número significativo de alunos inscritos nos cursos profissionais (aproximadamente 40% do total de alunos), e que muitas vezes deixam de ser considerados, ou pelo menos não são considerados com o peso que possuem nesse percurso educativo, por estudos já realizados anteriormente, haja visto seus autores terem optado por centrar preferencialmente suas investigações em escolas do sistema público de ensino. Por último, com o intuito de ter uma visão mais alargada sobre as questões de investigação, aplicou-se o inquérito a alunos das cinco regiões que constituem o país a nível continental.

2 – O sistema educativo e o ensino profissional em Portugal

2.1 – Organização do atual sistema educativo em Portugal

O atual sistema educativo português está estruturado em diferentes níveis de ensino, conforme detalhamento apresentado na tabela 5:

Tabela 5 – Sistema Educativo Português

Nível de ensino	Ciclos / Percursos	Quadro Nacional de Qualificações	Observações
Pré-escolar	-----	-----	Destinado a crianças entre 03 e 05 anos de idade; frequência facultativa
Ensino Básico	1º ciclo (1º/2º/3º/4º ano)	1º	Destinado a alunos entre os 6/7 e 9/10 anos; frequência obrigatória
	2º ciclo (5º/6º ano)	1º	Destinado a alunos entre os 10/11 e 11/12 anos; frequência obrigatória
	3º ciclo (7º/8º/9º ano)	2º	Destinado a alunos entre os 12/13 e 14/15 anos; frequência obrigatória
Ensino Secundário * 10º/11º/12º ano	Científicos-humanísticos	3º	Cursos vocacionados essencialmente para o prosseguimento dos estudos em nível superior; frequência obrigatória
	Profissionais	4º	Cursos vocacionados fundamentalmente para alunos que pretendam entrar no mundo do trabalho com dupla certificação; permitem acesso a cursos de nível superior ou cursos de nível pós-secundário não superior; frequência obrigatória
Pós-secundário não superior	-----	5º	Cursos especializados numa determinada área de trabalho; permitem acesso a cursos de nível superior; frequência facultativa
Licenciatura	-----	6º	Frequência facultativa
Mestrado	-----	7º	Frequência facultativa
Doutoramento	-----	8º	frequência facultativa

Fonte: Eurydice (adaptado) - <https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/portugal>

* Além dos percursos destacados (Científicos-humanísticos e Profissionais), são citados pela Comissão Europeia os seguintes percursos no ensino secundário português: cursos artísticos especializados, cursos de educação e formação de jovens (CEF), cursos com planos próprios e cursos de aprendizagem.

Em Portugal, cabe ao Ministério da Educação (ME) definir, coordenar, executar e avaliar a política nacional relativa ao sistema educacional, designadamente até o ensino secundário, além de ser responsável pela articulação da política de educação com as políticas de qualificação e formação profissional (Decreto-Lei nº 125/2011, de 29 de dezembro). Nessa particularidade, o Ensino e Formação Profissional e a Educação de Adultos tem dupla tutela do ME e do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) (https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/portugal_pt-pt).

O sistema educacional vigente em Portugal foi implantado em 1986 com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), que tem por princípios orientadores, de acordo com artigo 2º da LSBE, o direito constitucional à educação e à cultura, cabendo ao Estado promover a universalização do ensino através da garantia de acesso e sucesso escolares a todos os cidadãos, de forma a possibilitar o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, objetivando o progresso social e a participação de todos os indivíduos na vida ativa.

Dividido em três ciclos no ensino básico e ofertando uma diversidade de percursos no ensino secundário, o sistema educativo inicialmente restringia a frequência obrigatória até o 9º ano – 3º ciclo do ensino básico, determinação essa ampliada para o ensino secundário a partir de 2008. Além dos ciclos e percursos mencionados na tabela 4, as seguintes modalidades também são parte integrante do sistema educativo português: (i) educação especial; (ii) formação profissional; (iii) educação de adultos; (iv) ensino à distância; (v) ensino português no estrangeiro.

Ao analisarmos as últimas décadas do século XX, constatamos que até aos anos 1970 Portugal possuía altas taxas de analfabetismo, e que apenas uma pequena parcela da população lograva cursar o ensino secundário e o ensino superior. De acordo com a publicação 50 anos de Estatística da Educação (DGEEC, vol. 1, p. 17), “o analfabetismo da população foi uma das características que marcou indiscutivelmente o Portugal do século XX, inclusive a sua última metade”. Tomando por base o censo populacional, em 1960 existiam em Portugal 40% de analfabetos. Apesar desse número estar sofrendo significativa redução ao longo das últimas década (pelo censo de 2001, a taxa de analfabetismo era de 9%) (DGEEC, vol. 1), as conseqüências desse atraso na educação se refletem até aos dias atuais traduzindo-se em um desafio fulcral para a competitividade e coesão do país, e são facilmente perceptíveis ao se comparar as qualificações da população ativa portuguesa com a média europeia.

Entretanto, de acordo com o documento Educação e Formação em Portugal (DGEEC, 2021, p.8), “o desenvolvimento do sistema educativo nas últimas décadas tem permitido uma evolução muito rápida das taxas de escolarização e qualificação, visíveis em níveis de diplomados do ensino superior em número já próximo das médias europeias entre a população mais jovem”.

Para alcançar melhores resultados nas questões educativas, foram adotadas diversas medidas das quais se destacam, entre outras, a ampliação da escolaridade obrigatória, a diversificação das ofertas de educação e formação no ensino superior, o estabelecimento de novos percursos no ensino secundário, uma maior autonomia e flexibilidade curricular com vista à promoção do sucesso escolar e educação inclusiva, bem como o alargamento dos apoios sociais aos estudantes e às suas famílias.

2.2 – Composição do sistema educativo português na atualidade – rede de estabelecimentos e número de alunos por nível de ensino e por região.

De acordo com os dados atualizados e divulgados pela PORDATA entre os meses de junho e julho do ano de 2022, freqüentavam o sistema educativo nos níveis pré-escolar, básico e secundário em 2021 o total de 1.570.791 alunos, distribuídos por uma rede constituída por 8241 estabelecimentos, dos quais 5587 correspondem a estabelecimentos públicos, equivalente a 68% do total ofertado, e 2654 referem-se a estabelecimentos privados, equivalentes a 32% da totalidade de escolas, conforme demonstrado na tabela 6 a seguir.

Tabela 6 – Rede educativa em Portugal e número de alunos – ensinos público e privado – pré-escolar, básico e secundário

Nº de estabelecimentos e número de alunos por nível / ciclo de ensino em 2021

Nível de ensino	Estabelecimentos			Alunos		
	Públicos	Privados	Total estabelecimentos	Públicos	Privados	Total Alunos
Pré-escolar	3.485	2.289	5.774	135.372	115.688	251.060
Básico - 1º ciclo	3.547	510	4.057	322.736	50.373	373.109
Básico - 2º ciclo	917	263	1.180	185.020	25.044	210.064
Básico - 3º ciclo	1.128	312	1.440	301.866	41.003	342.869
Secundário	590	377	967	297.933	95.756	393.689

Fonte: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA, atualização em 30/06/22 e 01/07/22

Do total de jovens matriculados no sistema escolar básico e secundário no ano de 2021, constata-se que aproximadamente 79%, estavam matriculados em estabelecimentos públicos. Se considerarmos apenas o ensino secundário, a relação entre público e privado apresenta uma leve redução para 76%, mantendo-se praticamente sem alteração.

Ainda quanto ao ensino secundário, a tabela 7 apresenta a evolução do número de alunos matriculados nesse segmento educativo no período 2010 – 2021.

Tabela 7 – Evolução de alunos matriculados no ensino secundário, período: 2010 – 2021

Ano	Total	Norte	Centro	A.M.Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A.Açores	R.A.Madeira
2010	483.982	178.350	107.418	126.601	31.736	18.679	10.064	11.134
2011	440.895	162.969	93.488	116.354	29.087	17.848	9.949	11.200
2012	411.238	151.683	87.735	107.819	26.547	16.325	9.987	11.142
2013	398.447	146.148	83.523	107.540	25.012	15.641	9.606	10.977
2014	385.210	140.083	80.393	104.788	24.171	14.982	9.852	10.941
2015	393.618	141.564	81.823	108.483	25.035	15.505	9.966	11.242
2016	391.538	139.806	81.312	108.677	24.941	15.246	10.605	10.951
2017	399.775	141.980	82.654	112.441	26.002	15.471	10.373	10.854
2018	401.050	141.890	83.191	113.641	25.762	15.886	9.904	10.776
2019	399.386	139.642	82.217	116.010	24.682	16.032	9.677	11.126
2020	393.340	137.022	79.908	115.188	24.540	16.482	9.218	10.982
2021	393.689	134.405	80.369	117.589	24.531	16.965	9.111	10.719

Fonte: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA, atualizado em 2022

Analisando sob uma perspectiva geográfica e considerando os dados atualizados pela PORDATA até o ano de 2021 (último ano de atualização destes dados no portal), a tabela 8 detalha o total de estabelecimentos que compunham o sistema educativo básico e secundário (científico-humanístico e profissional) por região. A destacar que a maior oferta de estabelecimentos educativos encontra-se concentrada na região Norte do país, seguida da região Centro e da Área Metropolitana de Lisboa.

Tabela 8 – Estabelecimentos de ensino – por região – data-base: 2021

Nível de ensino	Norte	Centro	A.M.Lisboa	Alentejo	Algarve	R.A.Açores	R.A.Madeira	Total
Pré-escolar	1.936	1.444	1.398	465	227	187	117	5.774
Básico - 1º ciclo	1.346	1.074	879	364	162	146	86	4.057
Básico - 2º ciclo	386	273	299	96	61	36	29	1.180
Básico - 3º ciclo	494	338	345	127	72	35	29	1.440
Secundário	340	227	232	73	30	40	25	967

Fonte: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA, atualizado em 06/09/2022

2.3 – Políticas públicas do ensino profissional: evolução do ensino profissional em Portugal – breve histórico.

A origem do ensino técnico-profissional em Portugal remonta ao século XVIII (1750-1777), cabendo ao Marquês de Pombal a sua promoção através do estabelecimento das primeiras escolas técnicas do setor têxtil, principalmente nas regiões da Covilhã e do Norte do país. Cabe destacar que Portugal foi o primeiro país europeu a investir no ensino profissional, sendo considerado um dos marcos inaugurais de sua implementação no país o alvará assinado em 19 de maio de 1759 promulgando a sua instauração (Martins & Martins, 2016).

No século XIX, entre os anos de 1836 e 1837, Manuel da Silva Passos, conhecido como Passos Manuel, advogado, parlamentar e ministro do reino, cria os Conservatórios de Artes e Ofícios de Lisboa e do Porto com objetivos idênticos, e que desde as suas gêneses ofereceram cursos diversos aos operários, tais como: desenho, geometria, mecânica, física e química (Fontes, <http://www.filorbis.pt/educar/histFormProf98.htm>). Ambas as instituições funcionaram por cerca de 16 anos, tendo sido integradas posteriormente na Escola Politécnica de Lisboa e na Academia Politécnica do Porto.

À época, o ensino profissional objetivava formar a mão de obra especializada necessária para responder às mudanças sociais e econômicas promovidas pela Revolução Industrial em avançado curso nos países ao norte da Europa, mas ainda incipiente em Portugal. Na década de 1880, são implementadas medidas legislativas relativas à criação e à regulamentação do ensino industrial e, em 1884, Augusto de Aguiar, então Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, cria as escolas industriais e de desenho industrial.

Em 5 de dezembro de 1918, durante o período da Primeira República Portuguesa (1910-1926), entra em vigor o Decreto Lei nº 5.029, possibilitando o livre acesso dos alunos ao ensino profissional, incluindo os analfabetos. Por meio desse decreto, os políticos da Primeira República marcaram claramente a sua posição discordante dos caminhos tomados pelo ensino técnico-profissional até aquele momento, alegando que, para além de não ter desempenhado um papel efetivo para o desenvolvimento comercial e industrial de Portugal em relação às demais nações europeias, também não havia servido para desenvolver uma consciência formativa na população menos favorecida, não tendo atuado “na preparação de homens e profissionais para uma sociedade futura e de progresso” (Martins & Martins, 2016).

Em franca oposição ao ensino clássico e humanista, considerado nobre, o ensino técnico e profissional apresenta características estigmatizantes desde a sua concepção, dadas as diferenças de conteúdos e objetivos finais e, principalmente, em relação às classes de estudantes que o frequentavam maioritariamente. Martins, Pardal e Dias (2005) assinalam que “esta correspondência entre necessidades do sistema económico e os conteúdos a transmitir aos alunos tendia a ser bastante linear e utilitarista excluindo-se a transmissão de saberes humanísticos que preparassem para a cidadania e muito menos para a formação de elites”. Na prática o que se constatava era que o ensino técnico e profissional estava destinado às classes populares urbanas ou às classes rurais com maiores aspirações (Rocha, 1987), cabendo a frequência quase em exclusivo do ensino humanista às classes aristocrática e da alta burguesia,

Durante a vigência do Estado Novo (1933-1974), todo o sistema educativo foi centralizado no Estado, que o regulava através da máxima “educar para a virtude”, em detrimento dos conhecimentos ou da aprendizagem profissional (Martins & Martins, 2016). O ensino técnico é consagrado como um dos ramos do ensino secundário paralelamente ao ensino liceal, surgindo o Estatuto do Ensino Técnico Industrial e Comercial, em 25 de agosto de 1947.

Na década de 1960, há uma tentativa de aproximação do ensino técnico ao ensino liceal com o objetivo de unificar o ensino secundário e com isso debelar o estigma social já fortemente associado ao ensino técnico à época, uma vez que este era frequentado, predominantemente, por membros das classes menos favorecidas em comparação com o ensino liceal, mais associado às classes média-alta e alta. Cabe destacar que, naquele tempo, aos alunos provenientes das escolas profissionais não era permitido acesso direto ao Ensino Superior, o que reforçava o estigma de ser um percurso educativo menor se comparado ao ensino liceal. Para Abrantes, ‘torna-se visível a diferenciação entre estas duas modalidades de ensino pelas representações sociais positivas do ensino liceal em detrimento das representações negativas do ensino técnico, tornando-o num ensino desprestigiado face às suas marcas sociais’ (Abrantes, 2014, p.31).

Em 1973, é promulgada a primeira Lei de Bases do Sistema Educativo, na qual é prevista a fusão total do ensino técnico ao liceal, num único ensino secundário pluricurricular. No entanto, devido à revolução de 1974, esta Lei não chegou a vigorar. No ano seguinte é extinto o ensino técnico e, em 1976, entra em funcionamento o ensino secundário unificado, o que acarretou uma progressiva massificação do ensino e, conseqüentemente, o aumento das taxas de insucesso e abandono escolar. Amado argumenta que, ao se unificar os dois ensinos, ocorreu um efeito

inverso ao esperado, pois, para a maioria dos jovens pertencentes aos extratos sociais menos favorecidos economicamente, a unificação significou “a condenação à entrada na vida ativa sem qualquer diploma nem preparação de ordem profissional” (Amado, 1998, p. 109-110).

A partir de 1986, Portugal passa a compor a Comunidade Económica Européia (CEE) e a ter acesso a grandes montantes de financiamento europeu para a qualificação da população através do Fundo Social Europeu, tendo em vista as reduzidas taxas de escolarização no nível secundário apresentadas por Portugal (17,6%) em comparação com a média do restante dos países-membros da OCDE (superiores a 60%). A partir de então, a OCDE e o Banco Mundial passam a recomendar enfaticamente o investimento na qualificação profissional inicial dos jovens, pressionando para que seja implementada no sistema educativo uma via profissionalizante no ensino secundário (Martins & Martins, 2016).

Concomitantemente, é aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86 de 14 de outubro), ampliando a escolaridade obrigatória para os nove anos, e redimensionando e valorizando o ensino profissional com o intuito de ajustar a escola às necessidades do mercado e das empresas (Grácio, 1998), ao reintroduzir os cursos técnico-profissionais no sistema de educação e apelando às autarquias, às empresas e aos sindicatos para que estes, em conjunto com o Estado, se responsabilizassem pelo processo educativo, levando em consideração os interesses locais e regionais no tocante ao desenvolvimento económico.

Em 1989, através do Decreto-Lei nº 26/89, são criadas as primeiras escolas profissionais (EP) de iniciativa privada, apoiadas pelo Estado e pela União Européia, num modelo que se mantém com poucas alterações desde a sua gênese até os dias atuais. Segundo Antunes (2004, p. 110), “a criação das Escolas Profissionais em 1989 constitui uma medida de política educativa cuja elaboração e concretização parecem inseparáveis da integração de Portugal na (então) Comunidade Européia”.

Na introdução do Decreto-Lei nº 26/89, a criação das escolas profissionais surge como

“...um dos vectores de modernização da educação portuguesa e a multiplicação acelerada da oferta de formação profissional e profissionalizante passa pelo apoio a implementação de uma rede de escolas profissionais, de iniciativa eminentemente local (...) No contexto da integração europeia e do desafio do desenvolvimento económico e social que urge promover, a elevação da qualificação de recursos

humanos do país constitui um imperativo de investimento inadiável” (Decreto-Lei nº 26/89 de 21 de janeiro de 1989).

De acordo com o art. 3º desse mesmo Decreto-Lei, as escolas profissionais nascem com a finalidade de preparar os jovens para a vida ativa, proporcionando aos alunos um contato direto com a realidade profissional, dotando-os de experiência profissional através da formação em contexto de trabalho e, conseqüentemente, fortalecendo a aproximação da escola e do mundo do trabalho, munindo o país e a região onde está inserida de recursos humanos adequados ao seu desenvolvimento. Simultaneamente, as escolas profissionais estão habilitadas para proporcionar aos jovens o prosseguimento de estudos em níveis mais avançados de ensino, seja em cursos de especialização tecnológica ou no ensino superior.

Considerado um modelo pedagógico inovador, objetivando articular as competências socioculturais, científicas e tecnológicas e ancorado na aprendizagem por módulos, essas escolas foram criadas com “pequena dimensão, potenciadoras de uma personalização dos percursos de aprendizagem e de desenvolvimento humano, através de uma apoio concreto a cada aluno, escolas bem inseridas nas comunidades locais, a começar pelos seus próprios promotores, aptas a responder às necessidades e possibilidades do desenvolvimento local e regional, capazes de contratar com autonomia os seus professores e os formadores das áreas técnicas e, assim, responder mais eficazmente às necessidades de qualificação profissional.” (CNE, 2021)

Azevedo (2010) destaca que a criação das Escolas Profissionais em 1989 representou o fim da exclusividade do Estado como único agente da oferta pública desse tipo de ensino, ao permitir a entrada de organizações privadas no fornecimento de um serviço público. Azevedo (2010, p. 25) argumenta que, nesse sentido:

“(…) muitas instituições e inúmeras competências de empreendimento e de cooperação ainda “dormentes” foram despertadas na sociedade portuguesa, em liberdade, constituindo âncoras locais para o fomento do ensino profissional e do desenvolvimento sociocomunitário” e “a nova oportunidade educativa que foi amplamente procurada ao longo de muitos anos por uma população jovem que se encontrava motivada para a realização de um percurso de formação inicial mais curto (podendo incluir ou não o acesso ao ensino superior), mais prático e articulado com os seus contextos de vida e capaz de promover a sua participação cidadã e a sua integração social e profissional” (Azevedo, 2010, p. 25).

As escolas profissionais são regidas por princípios de autonomia pedagógica, financeira e administrativa. Antunes (2004) argumenta que a criação das escolas profissionais

“(…) incorpora e condensa alguns dos principais problemas, dilemas e soluções experimentados nas políticas educativas (e sociais) nos últimos anos em Portugal: aparecem como instituições impulsionadas pelo Estado, mas apresentadas como uma aposta na iniciativa da sociedade civil, sob a forma de parcerias locais ou sectoriais; pretendem cumprir um programa de diversificação da educação que permita a escolha entre modalidades de formação, sendo orientadas para um público escolar definido; integram modalidades de aproximação aos contextos de trabalho e dispositivos de transição profissional; por isso, surgem geralmente com o estatuto de escolas privadas, quase totalmente financiadas através de recursos públicos e desenvolvidas, em grande parte dos casos, com base em, ou com a participação de, organismos públicos da administração central e local (Câmaras Municipais, por exemplo) e de organizações referenciáveis ao terceiro sector (instituições de solidariedade social, sindicatos, associações, ...)” (Antunes, 2004, p. 108).

A criação desse subsistema escolar com “tutela mista entre o Ministério da Educação e outros promotores públicos ou privados” (Barroso, 2003, p. 71) revestiu-se de importância crucial para a consolidação do ensino profissional como uma modalidade alternativa ao ensino científico-humanístico, concedendo aos alunos, ao final do curso, um diploma profissional de certificação de nível III (técnico intermédio), equivalente ao diploma do ensino secundário (Cerqueira & Martins, 2011).

As escolas profissionais representaram “uma ruptura dramática com todos os paradigmas anteriores de educação profissionalizante em Portugal” (Carneiro, 2004). O próprio nome que designaria essas novas escolas, “escolas profissionais” foi fixado após sustentada reflexão, com o objetivo de representar uma oferta institucional de formação alternativa ao ensino técnico-profissional existente, embasadas que eram em um inovador modelo educativo criado com o intuito de proporcionar aos jovens “um desenvolvimento humano global, como pessoas aptas a inserir-se de modo crítico, construtivo e personalizado na sociedade e no mercado de trabalho” (Azevedo, 2014).

Cabrito (1994) refere que o ensino profissional tem por objetivo “prioritariamente à formação de técnicos intermédios e de profissionais altamente especializados, de acordo com as

necessidades de desenvolvimento local e regional”. Neste contexto, a articulação e a colaboração entre as escolas profissionais e as empresas / instituições é fundamental e a sua “ação deve orientar-se para a promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos formandos” (Leal de Camarinha, 2011, p. 92).

Para Azevedo (2014),

“As escolas profissionais nasceram como resposta a uma convocação social muito explícita e para procurar responder a muitas inquietações sociais e às angústias de muitas pessoas concretas, famílias, adolescentes e jovens, instituições sociais e empresas. Convocaram-nos, em primeiro lugar, os muitos milhares de alunos que reprovavam consecutivamente no ensino básico e no ensino secundário geral e eram empurrados para o abandono escolar precoce, sem qualquer qualificação profissional, sem perspectivas de uma adequada inserção socioprofissional e com uma autoestima destruída por uma instituição social tão poderosa que lhes dizia, dia após dia: tu não és capaz! Convocaram-nos muitos milhares de famílias que estavam atônitas e muito preocupadas, não sabendo que orientação dar aos seus filhos, a braços com a sua recusa da escola, com a recusa das escolas em os acolher devidamente e com a sua falta de ferramentas sólidas de inserção socioprofissional, num contexto social de desemprego crescente entre os jovens. Procuramos, ainda, agir perante as situações repetidas de falta de qualidade e competência técnica com que muitos serviços eram prestados, onde quer que nos dirigíssemos, em toda a sociedade portuguesa” (Azevedo, 2014, pp. 411-468).

Do ponto de vista pedagógico, as escolas profissionais instauraram um novo ensino secundário especialmente porque “à diferença institucional e organizacional em que apostaram (quanto à promoção, ao estatuto, à autonomia, etc.), juntaram a busca de uma diferença pedagógica que fizesse da escola real alternativa, positiva, ao sistema regular de ensino” (Silva, Silva e Fonseca, 1996, p. 35, citado por Azevedo, 2014). Desde a sua gênese, as escolas profissionais buscaram propiciar aos seus alunos um modelo de ensino capaz de possibilitar “um desenvolvimento humano global, como pessoas aptas a inserir-se de modo crítico, construtivo e personalizado na sociedade e no mercado de trabalho” e “promoverem nos alunos o gosto pelo estudo e pelo trabalho e, desse modo (...) alcançarem níveis elevados de sucesso escolar” (Azevedo, 2014). Em resumo, a escola profissional foi pensada “como uma unidade educativa

capaz de integrar teoria e prática, organização por disciplinas e por projeto, formação geral e formação profissional, escola e comunidade envolvente (Azevedo, 2014).

Em 2004, através da Portaria nº 550-C/2004, de 21 de Maio, expande-se às escolas secundárias de ensino público a possibilidade de oferecerem cursos profissionais, o que vem a tornar-se realidade logo no ano seguinte por iniciativa do Ministério da Educação (Azevedo, 2010), alargando sobremaneira a oferta formativa, que, de acordo com a referida Portaria, deve adequar-se aos perfis profissionais atuais e emergentes de acordo com a “identificação de áreas prioritárias e estratégicas para o desenvolvimento económico e social do País, num contexto de globalização” (Portaria 550-C/2004, de 21 de Maio, artigo 8º).

Em 2006, surge a Agência Nacional para a Qualificação Profissional (ANQEP), que se constitui como um instituto público diretamente ligado aos Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em coordenação com o Ministério da Economia, tendo por missão coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos, e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (<http://www.anqep.gov.pt/default.aspx>).

Cabe ressaltar que a ampliação dos cursos profissionais para as escolas secundárias públicas não ocorreu sem constrangimentos. De acordo com as determinações governamentais, previa-se que essa expansão se desse de forma gradual, com a perspectiva de que em 2010 toda a rede de escolas secundárias públicas deveria integrar em sua oferta formativa cursos profissionais.

No entanto, como aponta Azevedo (2010), “não é assim tão simples reproduzir, numa escola secundária, o “ethos” de uma escola profissional, desenvolvido através de um árduo trabalho ao longo de vinte anos, sendo além disso, desde a sua origem, uma instituição que nasceu muito diferente, com outra marca institucional e educacional.” (Azevedo, 2010, p.27)

Ainda segundo Azevedo (2010),

“O que acontece é que o ME, desde 2005, tomando por base uma experimentação que se estava a realizar, disparou a criação destes cursos nas escolas secundárias, impondo a sua abertura a torto e a direito, em antigos liceus (que nunca deixaram culturalmente de o ser) e em escolas novas com ensino secundário e sem qualquer cultura de ensino profissional, sem qualquer programa de formação dos directores e dos docentes, sem

programa publicamente debatido e escrutinado de equipamentos e instalações para tão grande número de cursos”.

Há muitas escolas secundárias que estão a fazer um bom aproveitamento desta oportunidade de ampliação das suas ofertas educativas. Mas uma grande parte está, com os cursos profissionais que lhes impuseram, a criar “caixotes de lixo” para onde empurra os adolescentes e jovens com maiores dificuldades de aproveitamento escolar até ao 9º ano. Aquilo que chamamos ensino profissional em Portugal não é isto e tem vinte e um anos de provas dadas. Era possível e fácil ter sido percorrido outro caminho. Este está a gerar a descredibilização do ensino profissional, mais do que a sua credibilização como percurso escolar de qualidade para qualquer jovem” (Azevedo, 2010, p. 25-29).

Face a esses constrangimentos e com vista a “retomar o trilho” promovendo uma maior valorização do ensino secundário profissional, em 15 de fevereiro de 2012, é publicado o Decreto-Lei nº 36/2012 aprovando a orgânica da ANQEP, com o objetivo de “melhorar a relevância e a qualidade da educação e da formação profissional, contribuindo para a competitividade nacional e para o aumento da empregabilidade.”

Atualmente os percursos oferecidos pelo sistema de educação e formação profissional regulados pela ANQEP são (<https://anqep.gov.pt/np4/467.html>):

- Cursos de Educação e Formação (CEF) – percurso de ensino básico com dupla certificação com duração de dois anos, tendo como foco principal alunos em significativo risco de abandono escolar; tem como principais objetivos promover uma melhor integração desses estudantes no mercado de trabalho e preparar os jovens para que prossigam em seus estudos no ensino secundário, através de programas de aprendizagem mais flexíveis, que atendam tanto os interesses dos jovens como as necessidades do mercado de trabalho;
- Cursos de Aprendizagem – percurso de ensino secundário de dupla certificação com duração de cerca de dois anos e meio, consiste em programas de treinamento em alternância entre escolas e empresas, com forte componente prática;
- Cursos de Ensino Artístico Especializado – envolvendo as áreas de Artes Visuais e dos Audiovisuais, da Dança e da Música, são programas destinados para jovens que pretendam desenvolver suas habilidades artísticas e obter um treinamento de excelência que lhes permita

exercer uma profissão no campo artístico; de forma mais abrangente, esses cursos são ofertados tanto a nível básico como secundário e oferecem certificações de níveis 2, 3 ou 4, consoante suas especificidades;

- Cursos de Especialização Tecnológica – percurso de formação pós-secundário não superior com nível 5 de qualificação no Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), tem por objetivo principal promover uma integração mais qualificada dos jovens no mercado de trabalho, além de permitir o prosseguimento de estudos no ensino superior;
- Cursos Profissionais – cursos do ensino secundário de dupla certificação (nível 4 do QNQ), com o objetivo de desenvolver as habilidades profissionais e pessoais nos estudantes, além de dar-lhes a oportunidade de prosseguirem seus estudos em níveis mais avançados, seja no ensino pós-secundário, em cursos de especialização, ou no ensino superior; os programas dos cursos profissionais possuem uma maior proximidade com o mercado de trabalho, proporcionando aos estudantes uma componente mais prática da educação.

Cabe ressaltar que os cursos profissionais do ensino secundário constituem o objeto desta investigação.

2.4 – Configuração do ensino secundário profissional em Portugal na atualidade

Ao entrar na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1986, Portugal passou a contar com o importante apoio financeiro do Fundo Social Europeu (FSE), principal instrumento financeiro da União Europeia (UE) com o objetivo de promover o emprego em seus Estados-Membros, e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), que visa corrigir os desequilíbrios regionais, através do fortalecimento da coesão econômica e social dos Estados Membros.

Atualmente, o sistema de educação e formação profissional é financiado por fundos públicos, através de aportes de verbas provenientes do Orçamento de Estado (OE), do Orçamento de Segurança Social (OSS) e do Fundo Social Europeu (FSE), cabendo “ao Ministério da Educação (ME) definir e coordenar a formação profissional, considerada uma modalidade específica de educação integrada no sistema escolar” (Tavares, 2014, p. 39).

Com a evolução desse sistema educativo, e com os significativos investimentos que vêm sendo feitos para a sua consolidação ao longo dos anos, o ensino secundário profissional tem se firmado como uma forte alternativa à educação geral, conhecido como ensino científico-humanístico, por ser considerado um percurso adequado para a promoção de crescimento econômico (Hanushek, 2013) através do desenvolvimento do capital humano (Teixeira & Queirós, 2016), além de ser uma ferramenta eficaz para a prevenção e redução das taxas de abandono escolar ainda existentes (Azevedo, 2014), promovendo uma maior inclusão social (Pacheco, 2010) e constituindo-se como um potencial caminho para o combate ao desemprego entre os jovens que não possuem recursos, habilidades ou motivação para prosseguirem seus estudos em níveis mais avançados (Eichhorst, Rodriguez-Plana, Schmidl, & Zimmermann, 2015). Ao aumentar as capacidades produtivas dos indivíduos, a educação profissional facilita a transição escola-trabalho ao municiar os estudantes com habilidades que são valorizadas e requisitadas pelas empresas, possibilitando aos alunos que acedam a mais e melhores alternativas de emprego (Centeno, 2015).

Os governantes portugueses têm reforçado suas apostas no fortalecimento desse percurso escolar e ao alinhar-se às diretrizes indicadas pelos organismos internacionais, em especial à OCDE, sob a justificativa de que esse percurso educativo é capaz de proporcionar um maior desenvolvimento humano e socioeconômico para os indivíduos, estabeleceu como meta atingir 50% dos alunos matriculados no ensino secundário profissional até o ano de 2020.

Na abertura do ano letivo 2018/2019, em visita a uma Escola Profissional no distrito de Setúbal, o atual Ministro da Educação, Tiago B. Rodrigues, reafirmou a meta de 50% a ser alcançada, aludindo ao ensino profissional como um “ensino de corpo inteiro”, por possibilitar aos estudantes uma dupla certificação acadêmica e profissional, declarando que “a nossa sociedade, a nossa economia e o nosso mercado de trabalho precisam de alunos que saiam do ensino profissional”, acrescentando que “também as nossas universidades e o ensino politécnico precisam verdadeiramente de alunos que também saiam do ensino profissional”. Em sua fala, o ministro complementou afirmando que o Governo combateu e pôs termo à “discriminação marcada” que afetava diretamente os alunos do ensino profissional com a nova legislação que reconhece o percurso curricular artístico e profissional, eliminando barreiras para que esses alunos consigam aceder à níveis mais elevados de ensino, notadamente ao ensino superior (<https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=temos-apostado-no-ensino-profissional-que-e-um-ensino-de-corpo-inteiro>).

Cabe destacar a significativa evolução do número de matrículas no ensino secundário profissional nos últimos trinta anos, especialmente após a ampliação desse sub-sistema de educação para as escolas secundárias públicas, alavancando sobremaneira esse número. De notar que em seis anos, no período compreendido entre 2004 e 2010, o número de alunos que decidiu seguir o percurso profissional no ensino secundário mais do que triplicou, como pode ser observado na tabela 9:

Tabela 9 - Alunos matriculados no ensino secundário: total e em cursos profissionais, período: 1990 - 2021
(Portugal Continental + Região da Madeira + Região dos Açores)

Anos	Modalidade de ensino	
	Total	Cursos Profissionais
1990	309.568	2.088
1991	347.911	6.439
1992	401.263	11.311
1993	415.861	17.006
1994	438.300	22.339
1995	457.194	26.198
1996	477.221	25.234
1997	458.232	26.686
1998	442.783	28.380
1999	421.005	27.995
2000	417.705	29.100
2001	413.748	30.668
2002	397.532	33.799
2003	385.589	33.587
2004	382.212	34.399
2005	376.896	36.765
2006	347.400	36.943
2007	356.711	47.709
2008	349.477	70.177
2009	498.327	93.438
2010	483.982	107.266
2011	440.895	110.462
2012	411.238	113.749
2013	398.447	115.885
2014	385.210	117.699
2015	393.618	114.848
2016	391.538	112.395
2017	399.775	114.669
2018	401.050	116.722
2019	399.386	115.981
2020	393.340	116.305
2021	393.689	115.135

Fontes: DGEEC/ME – MCTES – PORDATA (atualizado em 14/09/2022)

Pelos últimos dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC relativos ao número de matrículas no ensino secundário em 2021, detalhados

na tabela 10, constata-se que aproximadamente 46,7% referem-se a alunos que optaram frequentar percursos de educação e formação profissionais (o que inclui, além dos cursos profissionais, os cursos artísticos, os cursos de aprendizagem, os CEF e os EFA), número esse muito próximo à meta estabelecida pelas autoridades governamentais. Entretanto, ao se restringir a análise ao número de alunos frequentando os chamados cursos profissionais do ensino secundário, objeto desta investigação, essa taxa se reduz para aproximadamente 29,3% do total de alunos matriculados no ensino secundário, considerando todos os percursos educativos oferecidos, conforme tabela 10 a seguir:

Tabela 10 – Alunos matriculados no ensino secundário – ano: 2021

Oferta	Total Portugal	Continente						R.M.	R.M.
		Total	Norte	Centro	A.M.Lisboa	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
	393.689	373.859	134.405	80.369	117.589	24.531	16.965	9.111	10.719
Científicos-Humanísticos	209.684	199.010	69.978	41.782	64.853	13.198	9.199	4.828	5.846
Cursos Profissionais	115.135	109.585	39.000	26.638	30.855	7.453	5.639	2.712	2.838
Cursos Artísticos	2.662	2.662	1.114	-----	1.499	-----	49	-----	-----
Cursos de Aprendizagem	18.688	17.510	7.305	2.560	6.425	830	390	1.021	157
CEF	440	21	-----	-----	21	-----	-----	-----	419
Cursos EFA	19.964	18.998	5.432	4.098	6.887	1.577	1.004	83	883
Ensino Recorrente	3.887	3.789	1.007	640	2.045	46	51	98	-----
RVCC	18.858	18.383	7.411	4.196	4.771	1.389	616	369	106
Planos Próprios	3.401	3.401	3.060	335	6	-----	-----	-----	-----
Formações Modulares	970	500	98	120	227	38	17	-----	470

Fonte: DGEEC/ME-MCTES – atualizado em 2022

Ao centramos a análise nos números que dizem respeito ao Continente, do total de matrículas nos cursos profissionais oferecidos no ensino secundário em 2021 (109.585 alunos), 59,8% (equivalente a 65.524 alunos) encontravam-se matriculados na rede pública de ensino, 1,4% (equivalente a 1.551 alunos) encontravam-se matriculados na rede privada dependente do Estado e os restantes 38,8% (equivalente a 42.510 alunos) encontravam-se inseridos na rede privada independente, conforme discriminado na tabela 11 (fonte: DGEEC/ME – MCTES).

Tabela 11 – Alunos matriculados no ensino secundário profissional – Continente por região e tipo de estabelecimento de ensino – data-base: 2021

	Norte	Centro	A.M.Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Público	23.453	14.700	17.575	4.439	5.357	65.524
Privado (dep.)¹	284	1.235	-----	32	-----	1.551
Privado (ind.)²	15.263	10.703	13.280	2.982	282	42.510
Total	39.000	26.638	30.855	7.453	5.639	109.585

Fonte: DGEEC/ME-MCTES, PORDATA, atualizado em 2022 (adaptado)

¹ Estabelecimentos privados dependentes do Estado / ² Estabelecimentos privados independentes

Portugal adotou o sistema *dual* de educação secundária profissional buscando articular às qualificações teóricas as qualificações práticas, com o objetivo de conjugar conhecimentos teóricos às competências adquiridas em contexto de trabalho - *learning by doing* – através de protocolos feitos em parceria com diversas empresas. Os cursos profissionais configuram, portanto, uma categoria de educação inserida no ensino secundário, diretamente relacionada ao mundo do trabalho. Dessa forma, ao levar em consideração o perfil profissional pretendido, a aprendizagem busca desenvolver competências pessoais e profissionais que habilitem o aluno para o exercício de uma determinada profissão em conexão com o setor empresarial, privilegiando, portanto, as ofertas formativas que correspondam às necessidades de trabalho locais e regionais.

Em geral, os cursos possuem duração de três anos com estrutura organizada em módulos independentes, totalizando uma carga horária variável entre 3.200h e 3.440h de curso, incluindo três componentes de formação: (i) sociocultural, (ii) científica e, (iii) técnica, na qual se insere obrigatoriamente uma Formação em Contexto de Trabalho (FCT) visando a aquisição de competências técnicas, relacionais e organizacionais, de acordo com a matriz curricular representada na tabela 12:

Tabela 12 – Matriz curricular dos cursos profissionais

Componentes de Formação	Disciplinas	Total de Horas/Ciclo de Formação
Sociocultural	Português	320h
	Língua Estrangeira	220h
	Área de Integração	220h
	Tecnologias da Informação e Comunicação	100h
	Educação Física	140h
Científica	2 a 3 disciplinas	500h
Técnica	3 a 4 disciplinas	1100h
	Formação em Contexto de Trabalho	600h a 840h
Carga Horária Total / Curso		3200h a 3440h

Fonte: Adaptada a partir de ANQEP (www.anqep.gov.pt)

A organização em módulos dos programas lecionados pretende promover a aprendizagem de forma mais facilitada, ao respeitar o ritmo de cada aluno, propiciando um ensino mais personalizado e um sistema de avaliação que assegure “... uma formação potenciadora do sucesso de cada um...” (Azevedo, 1991, p. 164), uma vez que esta assume um carácter preponderantemente formativo e contínuo, incidindo sobre as aprendizagens realizadas em cada módulo constitutivo do plano de estudos.

De acordo com o Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional – GETAP – órgão criado através do Decreto-Lei 397/88 de 08 de novembro, com o sistema modular busca-se “adequar os ritmos de ensino e de aprendizagem às características e capacidades dos diferentes alunos, permitindo desenvolver percursos individuais diversificados, de modo a criar condições para que todos, no final, pudessem vir a obter níveis de desenvolvimento e de qualificação equivalentes e elevados, o sucesso escolar real” (Azevedo, 2014, p. 411-468).

Portanto, ao se organizar o ensino profissional através de módulos, a aprendizagem fica centrada diretamente no aluno, com cada módulo identificando objetivos, meios, tarefas e avaliações específicas, o que, em consequência, permite que o aluno se torne o principal ator no processo de ensino e aprendizagem.

Paralelamente, o processo de aprendizagem através de um sistema modular parece contribuir para o combate ao insucesso escolar e para a prevenção do abandono escolar ao nível do ensino secundário. Como Silva, Silva e Fonseca (citado por Orvalho e Alonso, 2009, p. 2998) destacam, “a diferença pedagógica fez das escolas profissionais uma real alternativa, positiva, ao

sistema regular de ensino (...) traduzida em elevadas taxas de sucesso e de empregabilidade dos diplomados por estas escolas, quando comparados com os dos cursos gerais e dos cursos tecnológicos, em desenvolvimento nas escolas secundárias (...)”.

Ao final do curso, após a conclusão do tempo de estágio previsto, a aprovação em todos os módulos disciplinares e na Prova de Aptidão Profissional (PAP), é conferido ao aluno uma dupla certificação a nível secundário e profissional, correspondente ao nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), permitindo que este continue seus estudos em níveis mais avançados, seja a nível pós-secundário (cursos de especialização tecnológica) ou no ensino superior (ANQEP), de acordo com o anexo II da Portaria nº 782/2009 de 23/07/2009 dos Ministérios do Trabalho e da Segurança Social, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/782-2009-493227>).

3- Caracterização da oferta dos cursos profissionais – ensino público e privado.

A oferta formativa atual dos cursos profissionais no ensino secundário em Portugal.

A rápida evolução do número de matrículas no ensino secundário profissional nas escolas portuguesas é a consequência mais evidente do forte processo de expansão dos cursos profissionais, ao facultar aos alunos um leque mais amplo de opções para concluírem o ensino secundário por meio de um canal com ligação direta e concreta com o mundo do trabalho.

De acordo com a ANQ – Agência Nacional para a Qualificação e o IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos, no relatório ‘Avaliação Externa do Impacto da Expansão dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações’, divulgado em maio de 2011, as ofertas formativas são influenciadas por um conjunto de fatores, destacando-se: (i) pesquisas prospectivas junto às potenciais entidades empregadoras locais/regionais, com o objetivo de ajustar a oferta de cursos às necessidades do tecido empresarial; (ii) inquéritos aos alunos a respeito das áreas e cursos de interesses que possuam, visando “adequar a oferta à procura dos candidatos”; e, (iii) ajustamento às condições referentes aos recursos humanos e físicos existentes nas escolas. A partir de 2011, através de uma listagem emitida pelo MEC e pela ANQEP, passam a ser divulgados os cursos considerados prioritários e estratégicos para o desenvolvimento da economia (ANQEP, 2014).

Segundo os dados mais recentes disponibilizados pelo site Infoescolas – Estatísticas do Ensino Básico e Secundário, no ano letivo de 2020/2021 o ensino secundário profissional em Portugal Continental era ministrado em 708 escolas, entre públicas e privadas. A tabela 13 apresenta a distribuição total das escolas secundárias que no ano escolar em referência lecionavam cursos profissionais por distrito, destacando do total de instituições a quantidade relativa aos agrupamentos escolares públicos que o compunham:

Tabela 13 – Total de escolas secundárias com cursos profissionais / distrito – 2020/2021

Distrito	Escolas Secundárias com cursos profissionais	Agrupamentos Públicos com cursos profissionais
Aveiro	51	31
Beja	20	11
Braga	49	21
Bragança	15	10
Castelo Branco	20	9
Coimbra	37	16
Évora	12	10
Faro	25	17
Guarda	17	11
Leiria	36	16
Lisboa	129	57
Portalegre	11	7
Porto	115	50
Santarém	38	23
Setúbal	53	27
Viana do Castelo	22	9
Vila Real	21	14
Viseu	37	21
Total	708	360

Fonte: INFOESCOLAS (adaptada)

Do total de 708 estabelecimentos educativos de ensino secundário que lecionavam cursos profissionais no ano letivo 2020/2021, 360 (aproximadamente 51%) referem-se a agrupamentos escolares públicos, conforme dados disponibilizados pelo site INFOESCOLAS.

Sob a perspectiva das cinco regiões em que o país está dividido, constata-se que das 708 escolas de ensino secundário que oferecem cursos profissionais, a maior concentração de escolas secundárias profissionais está localizada na Região Norte de Portugal com 222 escolas (31%), seguida pela Região de Lisboa com 220 escolas (31%), pela Região do Centro com 198 escolas (28%), pela Região do Alentejo com 43 escolas (6%) e pela Região do Algarve com 25 escolas

(4%).

Especificamente quanto às escolas secundárias profissionais pertencentes ao sistema privado de ensino, objeto do presente estudo, o site da ANESPO – Associação Nacional de Escolas Secundárias Profissionais, associação sem fins lucrativos criada em 1991 e que tem como eixos orientadores apoiar as escolas profissionais privadas, dinamizar e dignificar o ensino profissional e artístico, reforçar o papel dinamizador das escolas profissionais junto às comunidades onde estão inseridas, zelar pelo ensino das escolas profissionais, entre outras atividades, informa que constam da sua base de dados de associadas 179 escolas secundárias profissionais privadas no Continente, assim distribuídas (tabela 14):

Tabela 14 - Escolas Secundárias Profissionais Privadas – associadas: ANESPO

Região	ESP privadas
Norte	70
	39%
Centro	53
	30%
Lisboa	39
	22%
Alentejo	14
	8%
Algarve	3
	2%
Total	179
	100%

Fonte: ANESPO (adaptado) - <https://anespo.pt/associados/>

De acordo com a ANQEP, os cursos profissionais ofertados estão distribuídos pelas seguintes áreas: Arquitetura e urbanismo, Artes do espetáculo; Artesanato; Audiovisuais e produção dos *media*; Ciências dentárias; Ciências farmacêuticas; Ciências informáticas; Comércio; Construção civil e engenharia civil; Construção e reparação de veículos a motor; Contabilidade e fiscalidade; Cuidados de beleza; Design; Desporto; Direito; Eletricidade e energia; Eletrônica e automação; Enquadramento na organização/empresa; Finanças, bancas e seguros; Floricultura e jardinagem; Gestão e administração; História e Arqueologia; Hotelaria e restauração; Indústrias alimentares; Indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couro; Marketing e publicidade; Materiais (indústria da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros); Metalurgia e metalomecânica; Produção agrícola e animal; Proteção de pessoas e bens; Proteção do ambiente – programas transversais; Saúde – programas não classificados noutra área de formação;

Secretariado e trabalho administrativo; Segurança e higiene no trabalho; Serviços de apoio a crianças e jovens; Serviços de transporte; Silvicultura e caça; Tecnologia dos processos químicos; Tecnologia de diagnóstico e terapêutica; Trabalho social e orientação; Turismo e lazer.

Os dados divulgados pela Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC – relativos às matrículas nos diferentes cursos profissionais oferecidos no ensino secundário referentes ao ano letivo 2020/2021 estão concentrados em 16 grandes áreas, conforme apresentado na tabela 15 a seguir, destacados pelas especificidades das chamadas NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, correspondentes às NUTS I (Portugal Continental e Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira) e NUTS II (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve, regiões de Portugal Continental, e Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira):

Tabela 15 - Alunos matriculados, por NUTS I e II e área de educação e formação – 2020/2021

Natureza e área de educação e formação	Total	Continente					R.A. Açores	R.A. Madeira	
		Norte	Centro	A.M. Lisboa	Alentejo	Algarve			
Público e privado	115135	109585	39000	26638	30855	7453	5639	2712	2838
Artes	13739	13276	5278	2754	3941	659	644	147	316
Humanidades	73	73	5	-	68	-	-	-	-
Informação e jornalismo	17	-	-	-	-	-	-	17	-
Ciências empresariais	12820	12043	5126	2521	3429	569	398	479	298
Direito	475	453	127	1258	168	-	-	22	-
Informática	16652	15953	5332	3781	5256	843	741	352	347
Engenharias e técnicas afins	16205	15722	6631	5169	2420	946	556	253	230
Indústrias transformadoras	1199	1122	623	158	257	63	21	67	10
Arquitectura e construção	131	107	-	20	65	22	-	24	-
Agricultura, silvicultura e pescas	2054	1926	556	607	171	566	26	128	-
Saúde	7312	6995	3250	1500	1509	496	240	186	131
Serviços sociais	7609	7320	1754	1593	2697	763	513	191	98
Serviços pessoais	35887	33695	10237	8238	10447	2427	2346	791	1401
Serviços de transporte	116	116	-	-	116	-	-	-	-
Proteção do ambiente	199	165	19	-	102	44	-	27	7
Serviços de segurança	647	619	62	139	209	55	154	28	-

Fonte: DGEEC – Estatísticas da Educação – 2020/2021 (adaptado)

Do total de matrículas realizadas nas dezasseis áreas discriminadas, observa-se que aproximadamente 82,8% dos alunos estão concentrados em apenas cinco áreas: Serviços pessoais

(31,2%), Informática (14,5%), Engenharias e técnicas afins (14,1%), Artes (11,9%) e Ciências Empresariais (11,1%). Em sentido inverso, sete áreas apresentam percentuais de matrículas menores que 1% do total de alunos cursando o percurso profissional, o que pode indicar que esses números representam quantidades residuais de matrículas: Serviços de segurança (0,6%), Direito (0,4%), Proteção do ambiente (0,2%), Humanidades (0,06%), Serviços de transporte (0,1%), Arquitetura e construção (0,1%) e Informação e jornalismo (0,01%).

No entanto, a par das circunstâncias normativas e de regulamentação do ensino profissional, e levando em consideração as rápidas e profundas mudanças que vem ocorrendo nas estruturas das economias e que interferem diretamente no mercado de trabalho e que podem contribuir para tornar voláteis os cursos profissionais disponíveis, outros condicionantes podem afetar a oferta formativa, especialmente no que respeita à situação econômica e financeira.

É fundamental, portanto, analisar os cursos profissionais oferecidos no ensino secundário sob as perspectivas de um possível e esperado desenvolvimento dos jovens que a eles se dedicam e das regiões onde essas escolas estão inseridas, tanto sob o aspecto da volatilidade da oferta formativa quanto da capacidade de absorção de uma mão-de-obra mais qualificada pelo mercado de empresas local ou regional.

4- Revisão da Literatura

4.1 - A opção pelo ensino secundário profissional: que fatores determinam a escolha dos jovens por esse percurso educativo?

A transição do nível básico para o nível secundário de educação representa um marco na vida dos alunos, aludindo diretamente à questões específicas relacionadas aos processos de construção identitária, de socialização e de interação (Abrantes, 2005). Os caminhos escolares a ser seguidos resultam da influência de múltiplos fatores, notadamente as aspirações profissionais dos próprios alunos, da família, dos amigos e das trajetórias escolares já vivenciadas, bem como de aspectos de cariz socioeconômico e culturais (Alcoforado, Preguiça, Urbano, & Gomes, 2014). A oferta dos cursos profissionais disponível na região onde o aluno reside também constitui um importante fator a ser considerado na escolha de um segmento educativo (Munyua, Awori, & Rukangu, 2014).

A mudança de ciclo escolar provoca nos jovens um sentimento de reinício, “...implicando um processo de ruptura com a ordem estabelecida, com efeitos de desestruturação identitária e social e abertura de um campo de possibilidades para o desenvolvimento de novas identidades e relações”, e que apesar de ter “um significativo potencial emancipatório no indivíduo e na sociedade”, também representa “um terreno fértil à criação de “hiatos sociais”, geradores de conflitos, crises, exclusões” (Abrantes, 2005, p. 28).

As expectativas dos jovens e de suas famílias, adicionadas às pressões econômicas e às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, acarretam o surgimento de novas necessidades de qualificações e resultam numa “desqualificação dos diplomas” cada vez mais acelerada, e que, por conseguinte, enfatiza, por si só, a eclosão dessas necessidades (Grácio, 1997).

Nas últimas décadas, o trinômio educação – economia – mercado de trabalho vem passando por rápidas e profundas transformações, provocando significativas mudanças no conceito de formação profissional e impulsionando, conseqüentemente, a definição de novos perfis escolares e profissionais. Se, inicialmente, o ensino profissional tinha por objetivo, quase que exclusivamente, preparar e suprir o mercado com mão-de-obra especializada num nível intermédio da estrutura de emprego, na atualidade, com os fortes investimentos feitos para a sua consolidação, está sendo compreendido como potencial agente redutor do desemprego jovem contribuindo para o desenvolvimento econômico, além de uma ferramenta capaz de diminuir os

índices de abandono e retenção escolares e de criar maiores oportunidades para que os jovens formados nesse percurso educativo prossigam em suas formações acadêmicas em níveis mais avançados (Madeira, 2006).

Ao investir em uma formação fundamentada em elementos substancialmente práticos, com a componente técnica e profissional do currículo constituindo-se a essência desse percurso educativo, e aliando a escola ao mercado de trabalho através de programas de estágios, o ensino secundário profissional “poderá levar ao aumento da escolarização, mantendo no sistema jovens que o abandonariam se essas alternativas não existissem” (Marques, 1994, p. 40), fazendo com que esse percurso escolar seja mais atraente para muitos alunos que apresentam dificuldades em adaptar-se a um ensino de orientação mais acadêmica.

Não obstante a forte componente prática que define e caracteriza o ensino profissional, os desafios sociais e econômicos das sociedades contemporâneas demandam que a população economicamente ativa desenvolva uma maior capacidade de adaptação, de forma a fazer frente às necessidades de flexibilidade, diversidade e criatividade dos dias atuais. À vista disso, para além de uma consistente formação profissional, é indispensável que haja uma melhoria na formação geral dos jovens, que possibilite a criação e/ou o aperfeiçoamento de competências e atitudes que permitam que eles consigam inserir-se na vida economicamente ativa. Para responder a essas imposições, o ensino profissional tem buscado modificar e ajustar seus currículos, com a finalidade de atrair um maior número de alunos e de possibilitar o desenvolvimento integral aos jovens, ao tentar unir uma formação geral consistente às especificidades técnicas dos cursos profissionais (Madeira, 2006).

Desde os seus primórdios, o ensino profissional e técnico tem evoluído de acordo com a necessidade do sistema de produção que resultou da revolução industrial ocorrida no século XIX, constituindo-se essencialmente à margem do ensino clássico e humanista, tanto a nível dos conteúdos estudados quanto à origem dos alunos que o frequentava (Martins, Pardal & Dias, 2005). Tradicionalmente, a aristocracia e a alta burguesia cursavam o ensino humanista enquanto o ensino profissional era frequentado pelas classes populares urbanas e classes rurais de maiores aspirações. Em decorrência disso, um forte estigma se abateu sobre a educação profissional desde a sua origem.

Alguns estudos têm mostrado que, ao longo dos tempos, a nível mundial, essa correlação entre o ensino profissional e a sua frequência por alunos de classes sociais menos favorecidas

tem vindo a se manter (Cruzeiro & Antunes, 1978; Martins, 1991; Pardal, Franco, Dias, Novaes & Souza, 2003), o que pode espelhar que esses alunos percebem esse percurso educativo como uma forma de ascensão social e econômica. Silva (1999) refere que:

“A partir do momento em que a escola se assume como lugar de passagem obrigatório para que se adquiram competências sociais e técnicas passíveis de ser capitalizadas no mercado de trabalho, as famílias e os jovens de meios sociais mais desfavorecidos viram alargar-se, pelo menos em termos formais, o leque de probabilidades de ascensão social. As suas aspirações ganharam novo fôlego com o alargamento da ‘base social de recrutamento’ da população escolar e a obrigatoriedade do cumprimento da escolaridade mínima” (Silva, 1999, p.29).

Complementarmente, Martins (1993) argumenta que sobre esse percurso educativo também vem recaindo a escolha de alunos provenientes das classes médias e médias altas que sofreram reprovações no decorrer do ensino básico, contribuindo para manter o juízo negativo que a sociedade, em geral, ainda tem em relação ao ensino profissional.

Porém, não são muitos os estudos centrados na percepção dos próprios alunos sobre o ensino secundário profissional. Nas palavras de Silva, “as escolas, onde quer que funcionem, possuem dois elementos basilares – alunos e professores” (Silva, 2010, p.23). Por constituir-se um ponto essencial para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, e com o objetivo de perceber se os maciços investimentos que estão sendo feitos para o fortalecimento do ensino secundário profissional em Portugal estão surtindo os efeitos esperados junto à sociedade, é necessário aprofundarmos nossos conhecimentos acerca dos interesses daqueles que compõem um dos dois elementos centrais da escola – o aluno – tanto à porta de entrada quanto às suas expectativas de saída deste sistema de ensino.

Em Portugal, somente nos últimos anos começaram a surgir estudos sobre questões envolvendo o ensino secundário profissional. No entanto, a maioria visa compreender outras relações que não àquelas que dizem respeito ao aluno e às suas motivações e influências para trilharem essa via educativa. O argumento de Alves et al. sobre o assunto, datado do ano de 2001, ainda continua, portanto, válido: “São ainda poucos os estudos que, em Portugal, elegem como objeto de estudo os públicos que freqüentam estas modalidades de formação” (Alves, Almeida, Fontoura, & Alves, 2001, p. 167).

Diversas são as razões que podem nortear os jovens na escolha do percurso educativo a seguir, dentre elas: o gosto por uma determinada área profissional, o caráter prático do ensino profissional, a influência de familiares e/ou amigos, o desinteresse por estudos de natureza essencialmente acadêmica e os aconselhamentos dos setores de orientação educacional.

Tomando por base a família como *célula mater* da sociedade, Gottfredson (citado em Gonçalves, 1997, p. 53) argumenta que, pela proximidade e pelas possíveis influências que podem existir entre seus membros, a família representa o alvo primeiro de exploração vocacional por parte do jovem. Para Azevedo (1999), os jovens, em geral, fazem as suas opções apoiados pelos pais e familiares, sendo, portanto, a família um dos mais importantes referenciais para os jovens (Costa, 1992) na fase de definição dos percursos educativos e profissionais a seguir. É notório que um jovem decide, estrutura e desenvolve sua carreira escolar através de múltiplas e complexas influências, dentre as quais uma das principais é representada pela família.

Em paralelo, os status socioprofissional e econômico das famílias assumem papéis fundamentais na estruturação dos projetos vocacionais dos jovens, por servirem de exemplos balizadores dos desempenhos dos percursos profissionais dos mais velhos (Gonçalves, 1997), tanto positivamente, ao fazerem referências às trajetórias profissionais bem-sucedidas, quanto negativamente, ao se referirem às trajetórias de insucesso. Assim, famílias com níveis socioeconômicos mais elevados propiciam uma maior e mais diversificada gama de experiências aos seus jovens, no sentido de estimularem neles o desenvolvimento da independência, da auto-suficiência e da competitividade. Em contrapartida, famílias menos favorecidas no aspecto socioeconômico tendem a reduzir as chances de exploração vocacional e as possibilidades de formação e sucesso profissional de seus filhos, uma vez que atitudes de conformação e de obediência na educação dos seus jovens tendem a ser predominantes, preservando, dessa forma, uma espécie de estratificação social (Gonçalves, 1997).

Costa (1992) ratifica que existe uma relação importante entre as condições sociais de partida dos alunos e os seus resultados escolares. Tal relação pode influenciar diretamente as escolhas educativas dos jovens. Nesse sentido, alunos provenientes de meios mais desfavorecidos e em que os níveis de escolaridade dos pais e familiares são mais baixos, têm uma maior probabilidade de não obterem bons resultados escolares e, por conseguinte, uma maior propensão de não seguirem seus estudos através de percursos educativos que privilegiem aspectos mais acadêmicos, mais voltados ao ensino secundário científico-humanístico. Dessa forma, a trajetória

escolar pretérita dos alunos e a(s) experiência(s) de insucesso escolar que eventualmente possam ter tido em seus percursos acadêmicos, podem motivar os jovens a que optem pelo ensino profissional em detrimento ao ensino científico-humanístico, tornando-o a principal alternativa para que concluem os níveis obrigatórios de educação.

Outro fator motivacional para a eleição do ensino secundário profissional liga-se diretamente às melhores e mais rápidas perspectivas de inserção no mercado de trabalho ao final do curso, que vem ao encontro das vantagens da educação profissional preconizadas pelos agentes e formadores das políticas educativas. Madeira (2006) informa que alunos consultados sobre os aspectos que determinaram suas opções pelo ensino profissional, indicaram que este poderia proporcionar a eles “uma ideia do que é o mundo do trabalho”, bem como uma maior “facilidade de encontrar emprego”. Em contrapartida, referem-se ao ensino científico-humanístico como um ensino que “só nos dá a possibilidade de ir para a universidade, não podemos escolher ficar por ali, não temos grandes hipóteses de entrar no mercado de trabalho” (Madeira, 2006, p. 132).

Ainda recorrendo ao estudo realizado por Madeira (2006), esta refere que, para alguns dos jovens consultados, a possibilidade de continuarem seus estudos em níveis educativos mais avançados, para além de obterem uma formação profissional, configura outro fator de atração do ensino profissional, uma vez que ao terminarem os cursos secundários profissionais auferem uma dupla certificação que lhes possibilita aceder ao ensino superior.

Em 2011, a European Commission divulgou através do relatório “Attitudes toward vocational educational and training” – Special Eurobarometer 369, os resultados de um estudo realizado com 26.840 cidadãos europeus com idade superior a 15 anos sobre às opiniões dos jovens acerca do ensino e formação profissional oferecida. Neste relatório, a família foi citada por 20% dos entrevistados de vinte Estados-Membros da União Europeia, como o mais forte fator de influência apontado pelos jovens na escolha de um caminho educativo, seguido dos serviços de orientação educativa disponibilizados pelas escolas (14%), que configuram a principal influência em seis Estados-Membros. Na sequência, foram citados como fatores influenciadores a internet e as redes sociais (6%), os amigos (4%), os eventos e os “open days” nas escolas (4%), dentre outros de menor relevância. Os dados sociodemográficos recolhidos mostram que a idade do entrevistado interfere nos tipos de fatores que influenciam os jovens para tomarem suas decisões: quanto mais jovens, maior a gama de fontes de informação utilizadas

para embasar suas escolhas.

Do total de 26.840 entrevistados, 12.610 (aproximadamente 47%) haviam optado por cursar o ensino secundário profissional. Dentre os aspectos que estes alunos citaram como mais importantes para que escolhessem o caminho profissional a seguir estão o interesse pelo curso e as futuras perspectivas de emprego, com 94% e 89%, respectivamente, seguidos do tipo de ensino aplicado na educação profissional (86%), da imagem da escola/instituição (73%), do tempo de duração dos estudos (70%), dos custos financeiros envolvidos (61%) e da distância da escola ao local de residência (58%).

Em 2017, o Cedefop apresentou os resultados do primeiro inquérito realizado nos Estados-Membros da UE (ainda considerando o Reino Unido) com 35.646 cidadãos com idade igual ou superior a 15 anos, dentre os quais 1.315 portugueses, relativo à opinião que possuem a respeito da educação e formação profissionais no ensino secundário em seus países. Estruturado de forma compreensiva e abrangente, o inquérito elaborado objetivava, em linhas gerais, compreender: (i) o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a educação e formação profissionais; (ii) a percepção existente sobre a atratividade e o acesso ao ensino profissional; (iii) o nível de satisfação dos usuários desse percurso de formação; e (iv) a eficácia e os resultados percebidos em relação à educação e formação profissionais (Cedefop, 2017).

No conjunto, 68% dos europeus consideraram que o ensino secundário profissional apresenta uma imagem positiva em seus países, com destaque para Malta (89%), Finlândia (84%), República Tcheca (77%), Itália e Reino Unido (75%). Em relação a Portugal, 70% consideraram que os portugueses possuem uma imagem positiva dessa via educativa. Em oposição, França (44%), Hungria (43%), Bélgica (42%) e Holanda (41%) revelam proporções que indicam possuir uma imagem não tão positiva desse percurso educativo (Cedefop, 2017).

As principais razões citadas pelos entrevistados para a escolha do ensino profissional no nível secundário foram: (i) com 46%, a probabilidade de encontrar um emprego; (ii) com 41%, o interesse pelas disciplinas lecionadas, de caráter eminentemente mais prático; (iii) com 31%, a influência das famílias e/ou de amigos; (iv) com 27%, as perspectivas de carreira; e, (v) com 23%, o fato de se sentirem mais confiantes nas disciplinas lecionadas e a perspectiva de conseguirem melhores salários (Cedefop, 2017).

Quanto à percepção da atratividade exercida pela educação secundária profissional, os

resultados obtidos no referido inquérito demonstram que a maioria dos entrevistados possui uma imagem positiva do ensino profissional em toda a UE, especialmente em termos de aquisição de competências profissionais mais relevantes, com destaque positivo para Alemanha, Irlanda, Chipre, Malta, Áustria e Polónia. Em contrapartida, em países como Bélgica, França, Letónia, Luxemburgo, Holanda e Eslovênia, os cidadãos entrevistados revelaram ter uma imagem menos positiva desse percurso escolar (Cedefop, 2017).

Enquanto 86% dos entrevistados concordam que o ensino profissional disponibiliza e dota os estudantes com as aprendizagens e ferramentas exigidas pelos empregadores, 67% responderam que obter uma qualificação profissional no ensino secundário facilita encontrar um emprego mais rapidamente após a conclusão do curso, e 61% considera que a educação profissional leva a empregos melhor remunerados (Cedefop, 2017).

Ao serem questionados sobre se achavam que concluir um curso profissional no ensino secundário facilitaria a continuidade dos estudos em níveis superiores, 54% dos entrevistados responderam concordar com essa afirmação, enquanto 31% discordaram. Cerca de dois terços dos entrevistados que concluíram cursos profissionais afirmaram que a educação profissional oferece maiores possibilidades de estudar ou trabalhar no exterior (Cedefop, 2017).

Em relação à satisfação dos entrevistados que haviam seguido o percurso profissional no ensino secundário, 90% afirmaram estar satisfeitos com as habilidades gerais conquistadas, 89% se declararam satisfeitos com a qualidade do ensino que receberam e 87% com as habilidades básicas relacionadas ao trabalho, desenvolvidas no decorrer do curso (Cedefop, 2017).

Ao serem questionados sobre a percepção que tinham sobre a eficácia e os resultados possibilitados pelo ensino secundário profissional, 84% concordaram que a educação e a formação profissionais fortalecem a economia dos seus países, reduz o desemprego (80%) e auxilia no combate à exclusão social (78%). Em especial no que respeita à importância do ensino profissional como contributo para a redução do desemprego, os países que apresentaram maior nível de concordância foram a Suécia (96%), Finlândia (94%), Dinamarca (93%) e Malta (91%). Em contraposição, Portugal e Espanha (ambos 77%), Itália e Bulgária (ambos 71%), Eslovênia (70%), França (69%) e Grécia (66%) apresentaram os níveis mais baixos de concordância nesse quesito (Cedefop, 2017).

O inquérito do Cedefop também avaliou as percepções existentes entre o ensino

secundário geral e o ensino secundário profissional, onde a maioria dos entrevistados concordou que “o ensino geral tem uma imagem mais positiva do que o ensino profissional” em seu país (82% dos entrevistados que cursaram o ensino geral e 71% dos que cursaram a educação profissional). Reforçando um estigma que parece persistir nos Estados-Membros da UE, 75% responderam concordar que alunos com notas mais baixas em seus históricos escolares são mais direcionados para o percurso profissionalizante em seus países e 63% concordaram que é mais fácil obter uma qualificação no ensino profissional do que no ensino geral.

Comparativamente ao ensino geral, 59% dos entrevistados concordaram que aqueles que concluem o ensino profissional possuem maior probabilidade de encontrar um emprego. Quanto a uma possível recomendação para que os jovens prossigam seus estudos através de formações profissionais no nível secundário, destaca-se que os entrevistados da Eslováquia (67%), da República Tcheca (65%), da Polônia (64%), da Eslovênia (63%) e da Hungria (61%) responderam que estariam propensos a recomendar esse percurso educativo em detrimento ao ensino geral. Contrariamente, os entrevistados da Irlanda (49%), Luxemburgo (42%) e Suécia (40%) responderam que estariam mais propensos a recomendar o percurso de ensino geral. Com relação a Portugal, 32% dos entrevistados disseram recomendar o ensino secundário profissional, 30% recomendariam o ensino geral, 25% responderam que a escolha pela via educativa a seguir depende de características individuais e 13% não souberam responder.

Especificamente em Portugal, alguns autores têm se debruçado sobre as motivações dos jovens para seguirem o percurso profissional no ensino secundário. Em sua dissertação de Mestrado, Lemos (2016) focou a sua pesquisa em duas instituições localizadas em Ponta Delgada, nos Açores, uma escola profissional e uma escola secundária, com o intuito de perceber as possíveis diferenças existentes entre os alunos matriculados em ambas as escolas. Em suas conclusões, o autor destaca que: (i) em relação à faixa etária, os alunos da escola profissional são, em geral, mais velhos do que os da escola secundária; (ii) quanto ao capital cultural que trazem dos seus progenitores, a maioria dos pais dos alunos da escola profissional possui apenas o 1º ciclo como escolaridade predominante, com envolvimento “escasso ou inexistente” nos estudos dos filhos, enquanto os pais dos alunos da escola secundária concluíram, majoritariamente, o 2º ciclo, atuando com maior envolvimento no estudo dos seus filhos; (iii) quanto às experiências escolares pretéritas, os alunos de ambas as escolas apresentam indicadores semelhantes de insucesso escolar; nesse pormenor, Lemos ressalta que, em especial na escola

secundária, esse insucesso escolar está diretamente relacionado à desvalorização dos conteúdos escolares e que o ensino profissional é percebido como uma oportunidade para que os jovens concluam o ensino secundário ; (iv) quanto às motivações para terem escolhido o percurso de ensino profissional, a possibilidade de frequentar aulas mais práticas e de se prepararem para o mercado de trabalho, assim como a preparação para o ensino superior, foram justificações dadas pelos alunos de ambas as escolas; os alunos da escola profissional destacaram, também, “a proximidade entre alunos e formadores, o facto de os professores serem profissionais em empresas e as recompensas financeiras” (Lemos, 2016, p.102).

Alves (2001), auxiliado por uma equipa de colaboradores, realizou um estudo centrado em três instituições localizadas em Setúbal, sendo uma escola secundária, uma escola profissional e um centro de formação profissional, que acabou por gerar o livro *Educação e Formação: Análise comparativa dos sub-sistemas de qualificação profissional de nível III*, onde, dentre outros fatores, destaca como indicadores que afetam e/ou respaldam as razões da escolha do ensino profissional pelos alunos, dentre outros: (i) as trajetórias escolares vivenciadas, em especial no que respeita ao insucesso e aos abandonos escolares; (ii) as dificuldades financeiras familiares, o que justifica considerar o ensino profissional como melhor opção por possibilitar um acesso mais rápido ao mercado de trabalho e, dessa forma, permitir aliviar a pressão econômica e, conseqüentemente, evitar o desemprego; vale ressaltar que esse fator também foi apontado por Madeira (2006) como um dos condicionantes para que os jovens optem pelo ensino secundário profissional; (iii) a aprendizagem de conteúdos práticos, específicos de uma determinada profissão, o que permite “fugir” de conteúdos mais abstratos, frequentemente relacionados ao ensino de cunho científico-humanístico; e, (iv) a influência dos pais e/ou familiares.

Mendes (2009), em sua pesquisa realizada em oito escolas particulares situadas no distrito de Santarém, concluiu, em linhas gerais, a existência de uma “relação significativa entre a frequência deste tipo de ensino e a origem social dos jovens” (p. 36), além de corroborar o que outros estudos (Saboga, 2008; Grácio, 1998; Azevedo, 2000; Martins, Pardal e Dias, 2005; Alves, 2001) já haviam apontado no que respeita ao insucesso escolar pretérito resultante das retenções ocorridas na escolaridade básica, em especial no 9º ano, o que reforça o estigma que sobre ele recai ao fortalecer o entendimento de que o ensino profissional funciona como um percurso de segunda oportunidade para a concretização do ensino secundário.

Diogo (2008), ao centrar a sua investigação realizada em sete estabelecimentos escolares da Ilha de São Miguel no ano escolar de 1999/2000, especificamente acerca das dinâmicas familiares no investimento escolar, argumenta que quanto mais elevado é o número de filhos menor é, em geral, a disponibilidade financeira destinada à educação, o que poderia traduzir-se em uma maior desigualdade de oportunidades dadas aos filhos e, portanto, configurar uma influência negativa da dimensão familiar. Por outro lado, a autora concluiu que, mais do que os pais, cabe aos irmãos uma maior influência na escolha do ensino profissional e do curso a ser frequentado, particularmente se estes também vivenciaram percursos escolares com insucesso e cursaram o mesmo tipo de ensino no secundário.

Em 2018, em sua publicação *Portugal - Education at a Glance 2018: OECD Indicators*, a OCDE chamou a atenção para a “fraca reputação” que o ensino profissional continua a possuir no país e destacou existir uma aparente tendência de que uma significativa parcela dos jovens que optam por seguir o ensino secundário profissional procedem de famílias com formação mais baixa. De acordo com os indicadores apresentados nesse estudo, constatou-se que 58% dos estudantes que frequentavam cursos profissionais à época em Portugal provinham de famílias com reduzido nível de escolaridade (12% até o 1º CEB, 46% entre o 2º e 3º CEB, 24% com ensino secundário e apenas 9% com ensino superior) em comparação com aqueles que frequentavam os cursos científicos-humanísticos (4% até o 1º CEB, 30% entre o 2º e o 3º CEB, 29% com ensino secundário e 32% com ensino superior).

Cabe destacar uma outra importante variável estudada nesse mesmo estudo e que diz respeito aos grupos profissionais dominantes nas famílias dos alunos, na qual verificou-se que os valores mais elevados encontrados em relação aos familiares dos alunos que frequentam os cursos profissionais referem-se a profissões que requerem cargas mais baixas de formação, tais como operários (49%), agricultores (51%) e trabalhadores não qualificados (52%). Em contrapartida, naquelas que exigem formações mais elevadas (como, por exemplo, quadros superiores, dirigentes, especialistas das profissões intelectuais), a predominância está nos familiares dos alunos dos cursos científicos-humanísticos (78%)

Um outro fator que incide na escolha dos alunos em matricular-se no ensino secundário profissional e que vai ao encontro direto à linha de investigação que optei por seguir, diz respeito à oferta local de cursos, conformem argumenta Grácio (1997). De acordo com esse autor, a oferta regional/local dos cursos, incluindo os profissionais, pode constituir um forte aspecto

condicionante das escolhas dos jovens e das famílias, especialmente para aquelas com menos recursos econômicos, que se veriam impossibilitadas de facultar aos seus filhos o prosseguimento de estudos em escolas afastadas de suas moradias, obrigando-os a optar por cursos lecionados numa escola mais próxima, apesar de não serem, por vezes, os cursos de primeira opção dos jovens.

Em sua investigação realizada em Setúbal em duas escolas secundárias e uma profissional com alunos do 10º ano, Silva (1999), concluiu que a existência do curso pretendido (47,3%), a proximidade de casa (23,5%) e a boa reputação da escola (12,5%) foram os principais fatores para os alunos optarem por cursar a escola profissional. Em relação às escolas secundárias, a ordem desses indicadores aparece alterada: com 49,4% a proximidade da residência foi respondida como o principal fator, seguida da boa reputação da escola (16,9%) e pela existência do curso pretendido (14,8%).

Portanto, são diversos os fatores que podem motivar os jovens a decidirem cursar o ensino secundário profissional, desde a influência da família, dos amigos, da internet, das redes sociais, dos meios socioeconômicos e culturais em que estão inseridos, passando pelo desejo próprio de adquirir uma profissão e tornar-se independente em menos tempo, ou até mesmo por terem um histórico de insucesso em suas trajetórias educativas e perceberem a educação profissional como um ensino mais fraco, de menor exigência, com uma menor carga de estudos teóricos e, dessa forma, mais facilitada, proporcionando que concluam a escolaridade mínima obrigatória definida pelo sistema educativo.

4.2 – Oferta de cursos profissionais no ensino secundário – Políticas públicas relacionadas à oferta formativa

A globalização tem transformado radicalmente os modelos econômicos vigentes e, em especial, a relação entre a educação e o mercado de trabalho que vem sofrendo significativas alterações ao longo das últimas décadas, com a exigência de novos perfis escolares e profissionais que atendam às necessidades impostas pela sociedade e pelos desafios econômicos.

No decorrer dos últimos anos, Portugal tem sofrido com um intenso desequilíbrio territorial, especialmente com o abandono das áreas rurais, provocado, em grande medida, pela desvalorização do setor primário como veículo de crescimento econômico e pela falta de oportunidades de emprego, uma vez que para combater a forte redução da atividade econômica agrícola não foram criadas atividades alternativas. Mauritti, Nunes, Alves e Diogo (2019, p. 104) argumentam que “uma rápida e incisiva mudança estrutural da sociedade portuguesa, resultantes do processo de recomposição social verificados ao longo das últimas décadas, acentuou assimetrias internas ao país”. Em decorrência da falta de perspectivas, as gerações mais jovens têm optado por migrar para cidades que proporcionem o acesso a empregos mais qualificados.

Portugal possui uma grande diversidade territorial e cada território tem as suas características e dinâmicas próprias de desenvolvimento, obrigatoriamente relacionadas à qualificação dos recursos humanos. É de responsabilidade do Estado assegurar o acesso às infraestruturas e serviços necessários e, num mundo cada vez mais globalizado, inserido na sociedade do conhecimento, o acesso à educação é decisivo para as oportunidades de desenvolvimento dos territórios.

O relatório publicado no site da República Portuguesa denominado “Implementação, Acompanhamento e Monitorização” referente ao Programa Nacional para a Coesão Territorial de 2017, refere que;

“A fixação das populações, a formação do capital humano, a inovação e o desenvolvimento e as cidades funcionais são genericamente entendidas como a base para um crescimento e desenvolvimento territorial coesivo, inteligente, inclusivo e sustentável” (República Portuguesa, 2017, p.8).

Nesse contexto, a educação e formação profissionais, em especial o ensino secundário profissional, está diretamente inserida, tendo como um dos seus objetivos principais preparar

mão de obra especializada num nível intermédio da estrutura de emprego adequada às necessidades do tecido empresarial local e regional, além de ser um meio eficaz para atenuar os altos índices de abandono escolar ainda existentes e reduzir o desemprego jovem. Tavares (2014) refere que:

“As relações educação/mercado de trabalho têm-se alterado nos últimos anos. Definiram-se novos perfis profissionais e escolares, alargou-se o conceito de formação profissional e alteraram-se modelos educativos, exigindo-se ao ensino geral, e ao ensino técnico e profissional em particular, a adequação dos seus objetivos. O ensino técnico e profissional teve como principal objetivo fornecer ao mercado de trabalho a mão de obra especializada num nível intermédio da estrutura de emprego. Mas, atualmente, espera-se que contribua também para o desenvolvimento econômico e para a minimização do desemprego jovem, reduza o insucesso escolar e seja uma forma de normalizar o acesso ao ensino superior, atenuando a pressão da procura, ao desviar os alunos para outras alternativas” (Tavares, 2014, p.35).

A partir dessas premissas, alinhadas com as orientações de organizações internacionais tais como a OCDE e a UNESCO, surgem em 1989 as primeiras escolas profissionais resultantes de contratos-programa entre o Estado Português e diversos parceiros locais que representaram uma relevante mudança no sistema educativo do país. Nas palavras de Carneiro, “(...) Em pouquíssimo tempo de incubação – menos de um ano – vimos multiplicar em Portugal novos parceiros da educação que afetaram significativos recursos próprios e canalizaram importantes energias para a criação de escolas profissionais onde a oferta profissionalizante era insuficiente.” (Carneiro, 2004).

A resposta da sociedade civil à essa nova proposta educativa foi expressiva, o que justifica o fato de que em quatro anos da implantação desse novo modelo o número dessas escolas passou de 0 a 168 (Azevedo, 2014), contando com a participação de mais de duas centenas de parceiros sociais da educação, divididos entre Câmaras Municipais, Administração Pública, empresas privadas, associações (em geral), sindicatos/associações sindicais, associações empresariais e outros (Marques, 1994).

A partir de 2004, com a extensão dos cursos profissionais para as escolas secundárias públicas através do Decreto-lei 74/2004, a oferta formativa viu o seu número crescer expressivamente, fazendo com que o ensino profissional deixasse de ser uma modalidade

especial de educação, ao passar a integrar as ofertas de dupla certificação do ensino secundário (Orvalho & Alonso, 2009). Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação (CNE) sugere que sejam dadas às escolas secundárias que tenham as condições necessárias para a promoção de cursos profissionais “condições idênticas às atribuídas às escolas profissionais para o lançamento, o desenvolvimento, a gestão e a execução dos seus cursos” (CNE, 2004, p. 6).

À essa realidade então existente, veio contribuir a implementação da Iniciativa Novas Oportunidades (INO) em 2005, inserida na estratégia europeia para a diversificação dos sistemas de ensino e que incluía a generalização do nível secundário como qualificação mínima da população, e, dessa forma, sustentar um maior nível de atratividade para as vias de formação profissional.

Em 2007, com a criação e a regulamentação do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) através do Decreto-lei nº 396/2007, ocorre a consolidação da INO, criando-se os instrumentos necessários para a articulação e operacionalização da formação profissional inserida no sistema educativo e no mercado de trabalho.

Em 2014, de forma a tornar mais consistente e fazer avançar a relação existente entre as escolas e o mercado de trabalho, é idealizado o Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ), que vem a ser uma ferramenta de diagnóstico e de planeamento com o objetivo de identificar e antecipar as demandas regionais de qualificação e de áreas e saídas profissionais prioritárias, de forma a melhor atender às necessidades do tecido empresarial existente, ao servir como um instrumento auxiliar para a definição da rede de oferta educativa e formativa. Regulado pela ANQEP, O SANQ é gerido de forma coordenada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e pelos Parceiros Sociais envolvidos.

Em decorrência do estabelecimento dessas políticas públicas em torno do ensino secundário profissional, assume forte relevância compreender como vem evoluindo a oferta de cursos profissionais em Portugal e como a mesma está sendo definida atualmente nas diversas regiões do país, de modo a que se possa ter uma melhor percepção das políticas educacionais desenvolvidas nesse setor.

5- Objetivos e questões de investigação

Nos últimos anos o governo português vem aumentando progressivamente as suas apostas no fortalecimento da educação e formação profissional, em particular na consolidação do ensino secundário profissional, sob a justificação de que este percurso escolar pode proporcionar um maior desenvolvimento humano e socioeconómico para os indivíduos, além de ajudar a reduzir os índices de retenção e abandono escolares, tendo sido, inclusive, estabelecido no âmbito da Estratégia Portugal 2020, acordo de parceria entre Portugal e a Comissão Económica Europeia, como meta atingir 50% do total de matrículas desse ciclo escolar nos cursos profissionais até 2020. Apesar desse número não ter sido alcançado no período delimitado, o novo acordo – Estratégia Portugal 2030 – reajustou para 55% o número de matriculados no ensino profissional.

Tendo em conta que o ensino profissional parece ainda carregar o estigma de ser um ensino de “segunda oportunidade” e que continua a absorver majoritariamente alunos que apresentam dificuldades e constrangimentos variados quando comparados àqueles que resolvem seguir os percursos do ensino científico-humanístico e, ao analisarmos a sua evolução a partir de uma perspectiva histórica, tanto à nível do aumento e da diversificação da oferta formativa, quanto do entendimento que os alunos possuem sobre esse percurso escolar nos dias de hoje, emerge a problemática que configura as questões gerais de investigação do presente estudo:

- 1- Qual a percepção dos alunos portugueses quanto ao ensino secundário profissional: uma solução paliativa para o presente ou um investimento consciente para o futuro?*
- 2- O ensino secundário profissional em Portugal ainda preserva a relação histórica entre a sua frequência e a origem social dos estudantes, mantendo-se como uma alternativa para minorar os impactos negativos dos índices de retenção e abandono escolares, como vem sendo caracterizado tradicionalmente?*
- 3- Pode o ensino secundário profissional ser considerado um caminho desviante do ensino superior, representando uma espécie de estratificação e seletividade social?*

Considerando o destaque que reveste este tema no atual sistema educativo português, este estudo pretendeu investigá-lo sob duas linhas diretamente relacionadas e, a meu ver, complementares entre si: as motivações e expectativas que levam os alunos a escolher o ensino secundário profissional e a estruturação da oferta formativa em Portugal Continental nos últimos

anos. Impõe-se, portanto, como objetivos do estudo:

I – Em relação à oferta formativa do ensino secundário profissional:

- (i) Compreender a evolução da oferta formativa, fazendo um histórico dos cursos ofertados nos últimos anos, considerando as características das regiões de Portugal Continental onde estão inseridas.

Nesta linha, as questões de investigação norteadoras são:

- 1) *É possível estabelecer que processo (dinâmicas, práticas) norteia a definição das ofertas dos cursos profissionais?*
- 2) *De que forma as características locais/regionais onde as escolas profissionais estão inseridas influenciam a definição da oferta formativa?*
- 3) *Na prática, há alguma articulação entre a oferta formativa escolar e o mercado de trabalho local ou regional? Se sim, como se dá esta articulação?*

II- Quanto às percepções dos alunos sobre o ensino secundário profissional, objetivou-se:

- (i) Compreender as motivações e expectativas dos alunos que ingressam no ensino secundário profissional e, em paralelo, fazer a caracterização do perfil desses alunos, a partir de suas origens sociais, dos seus percursos escolares anteriores e das possíveis influências que receberam de seus pares (familiares e amigos).

Neste ponto, relacionado à escolha dos jovens, as questões de investigação são:

- 1) *Qual o perfil socioeducativo dos alunos que optam por seguir o ensino secundário profissional em escolas particulares?*
- 2) *Quais as motivações e expectativas dos alunos ao escolherem trilhar o percurso do ensino profissional em detrimento ao ensino científico-humanístico?*
 - (ii) Perceber quais as expectativas acadêmicas e profissionais futuras os alunos do ensino secundário profissional possuem, através da seguinte questão de investigação:
- 3) *Quais as perspectivas futuras dos jovens que concluem o ensino profissional a níveis pessoal, acadêmico e profissional ?*

6- Metodologia

6.1 – Definição da metodologia

Tendo em conta que uma investigação procura essencialmente responder à questões referentes à determinadas problemáticas, é crucial que seja adotada uma metodologia que venha ao encontro do tipo de estudo que se pretende realizar. Definir a metodologia a ser adotada em uma investigação demanda levar em consideração o recorte que se quer dar à pesquisa bem como os seus objetivos. É notório que um mesmo tema pode implicar em diversos recortes, demandando tanto o modelo teórico quanto o empírico.

Considerando que é primordial ter uma amostra consistentemente representativa do universo que se pretende estudar para alcançar os objetivos propostos, e tendo em vista o escopo preliminar da investigação a ser realizada, a opção recaiu pelo uso de uma metodologia mista, utilizando ambos os paradigmas: quantitativo e qualitativo, com o propósito de apresentar uma investigação descritiva compreendendo tanto a análise de dados quantitativos obtidos por meio de inquérito aplicado aos estudantes, como pela análise de outros estudos realizados anteriormente e que fornecem importantes indicações sobre a situação do ensino secundário profissional em Portugal.

Apesar das duas abordagens – quantitativa e qualitativa - terem naturezas distintas e serem muitas vezes retratadas como incompatíveis (Schaffer & Serlin, 2004), alguns autores, dentre eles Tashakkori e Teddlie (1998), sugerem que as duas podem e devem ser associadas entre si sempre que essa combinação se revele útil e adequada para compreender, explicar ou aprofundar a realidade em estudo. Schaffer e Serlin (2004) argumentam que:

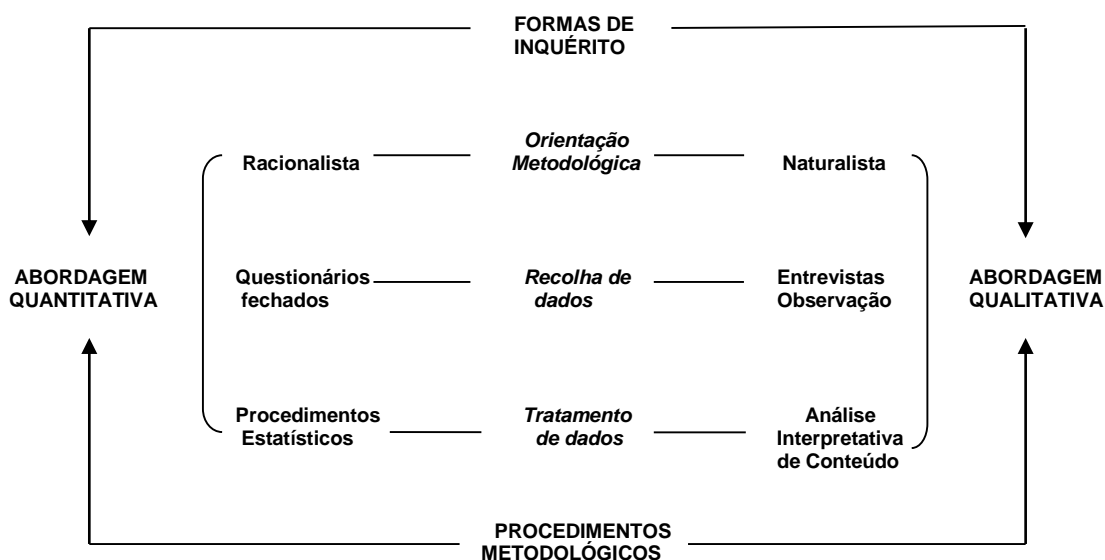
“Os métodos qualitativos e quantitativos são, em última análise, métodos para garantir a apresentação de uma amostra adequada. Ambos constituem tentativas para projectar um conjunto finito de informação para uma população mais ampla: uma população de indivíduos no caso do típico inquérito quantitativo, ou uma colecção de observações na análise qualitativa. (...) O objectivo em qualquer análise é adequar a técnica à inferência, a afirmação à comprovação. As questões que se colocam a um investigador são sempre: Que questões merecem ser levantadas nesta situação ? Que dados poderão lançar luz sobre estas questões ? E que métodos analíticos poderão garantir afirmações, baseadas em dados, sobre aquelas questões ? Responder a estas

questões é uma tarefa que envolve necessariamente uma profunda compreensão das potencialidades e limites de uma variedade de técnicas quantitativas e qualitativas” (Shaffer & Serlin, p. 23).

Segundo Creswell (2018), as abordagens quantitativas e qualitativas não devem ser vistas como duas categorias rígidas e distintas, colocadas em lados opostos. Pelo contrário, devem ser entendidas como processos de recolha e tratamento de informações que podem ser combinados na busca de uma melhor compreensão do fenômeno que se está estudando. Cabe ao investigador fazer uso de estratégias e técnicas diversas com o intuito de encontrar respostas para o problema que está a estudar, e a associação entre essas duas abordagens pode trazer ganhos consistentes para a análise das questões que envolvem o estudo.

As duas abordagens não são, portanto, excludentes, e podem ser utilizadas concomitantemente em função da natureza das questões de estudo levantadas, obedecendo às orientações metodológicas mais indicadas para as fases da recolha de dados da investigação, conforme indicado por Moraes e Neves (2007, p.3) na representação a seguir:

Posição Epistemológica da Investigação



Considerando as especificidades das duas linhas de investigação propostas por este estudo, serão utilizadas as duas metodologias para a recolha e análise dos dados obtidos: em relação às questões envolvendo a percepção dos alunos, a abordagem adotada será a quantitativa, com a recolha de dados através da aplicação de inquéritos por questionários aos alunos das

escolas e cursos referidos no item 6.2 – Definição da amostra, e a consequente análise dos resultados através de procedimentos e métodos com base na estatística descritiva.

De acordo com Creswell (2018), a opção pela utilização de métodos quantitativos envolve os processos de coletar, analisar, interpretar e escrever os resultados de uma investigação. Através dessa metodologia, pretende-se, através do estudo com uma amostra populacional, fornecer uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, atitudes ou opiniões da população como um todo.

Para Coutinho (2011), fazer uso da estatística descritiva impõe percorrer uma sequência de três passos fundamentais, iniciando com a organização e a descrição dos dados obtidos de forma clara, passando pela identificação do que pode ser típico ou atípico nos resultados, e culminando com o estabelecimento de padrões, relações ou diferenças existentes, com o intuito de encontrar respostas para as questões de investigação propostas.

Quanto às questões referentes às ofertas formativas, a abordagem adotada envolveu tanto a qualitativa, através das análises de documentos oficiais relativos à evolução dessa oferta disponibilizados pelo MEC e demais órgãos pertinentes, quanto à abordagem quantitativa, objetivando conhecer a sua evolução à nível nacional ao longo dos últimos anos e perceber possíveis características locais/regionais que porventura possam influenciar/determinar a oferta e, em paralelo, a demanda dos cursos profissionais na atualidade. Na conclusão, procurou-se estabelecer um paralelo entre os dados oficiais disponibilizados e as respostas dadas pelos alunos participantes no presente estudo.

6.2- Definição da amostra

Tendo como ponto fulcral do presente estudo compreender as reais motivações e expectativas que levam os jovens a escolher o percurso profissional para o prosseguimento de seus estudos a nível do ensino secundário, e considerando que aproximadamente 40% desses jovens que optam por seguir um curso profissional o fazem em instituições privadas, a maioria independentes do Estado, optei por centrar a investigação em escolas secundárias profissionais privadas por entender que tais escolas possuem como diferencial o fato de terem sido efetivamente criadas para atender a esse tipo de estudante, considerando as especificidades inerentes a cada curso profissional ofertado, desde a contratação de equipas de professores e formadores técnicos, em geral atuantes e com larga experiência no mercado profissional, o que pode ser considerado uma mais valia para os estudantes, e passando pela criação de instalações estruturadas tendo em conta as necessidades específicas de cada curso.

Essas características das escolas profissionais privadas configuram um importante diferenciador das escolas públicas que também oferecem cursos profissionais e que muitas vezes tiveram que adaptar suas equipas docentes e suas instalações às exigências dessa modalidade de percurso educativo de forma rápida, sem o tempo e o investimento necessários para promover uma adequada adaptação às características específicas dos cursos profissionais que passaram a oferecer. Portanto, a opção por seguir um curso secundário profissional em uma escola privada pode ser entendida, de certa forma, como um indicador que legitima a escolha do aluno por trilhar esse caminho.

Um segundo fator contribuiu decisivamente para a definição da amostra pretendida: como os trabalhos académicos publicados a respeito dos cursos profissionais de que tenho conhecimento dizem respeito a uma escola específica ou a um determinado agrupamento de escolas, pensei que seria interessante alargar o escopo da pesquisa pretendida. Nesse sentido, optei por incluir escolas privadas a nível nacional, ampliando o estudo para as cinco regiões do continente, com o intuito de tentar obter uma fotografia mais abrangente da percepção dos alunos que escolhem seguir o ensino profissional em Portugal.

Um terceiro fator que levei em consideração ao decidir centrar o meu estudo em escolas privadas foi a percepção de que a maioria dos trabalhos publicados sobre esse tema nos anos recentes privilegiam, a meu ver, escolas secundárias profissionais públicas, relegando, de certa forma, as escolas privadas a um segundo plano.

Por último, e tendo por perspectiva que um dos objetivos do presente estudo é perceber se existe uma relação direta entre a demanda e a oferta dos cursos profissionais, recorri aos números divulgados pelo relatório EDULOG (2020) relativos às ofertas de ensino público vs. ensino privado no continente, buscando assegurar uma maior consistência para a decisão de focar a minha investigação nos alunos frequentadores de escolas secundárias profissionais privadas. Nesse sentido, foi determinante saber que essas escolas representam 39% da oferta de cursos profissionais no Continente, o que por si só constitui um respaldo importante para a definição da amostra da minha investigação. Outro fator fundamental está ancorado no fato de que o ensino profissional privado abrange a maioria das áreas de estudo existentes, favorecendo a diversidade de áreas de estudo pretendida.

Nesse sentido, é de se sublinhar que, no período 2018/2021, as Áreas de Arquitetura e Construção Civil, de Ciências Empresariais (na área de educação e formação em Finanças, Bancas e Seguros), de Serviços de Transporte e de Saúde (na área de educação e formação em Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica), eram servidas exclusivamente por escolas profissionais privadas. No mesmo período em questão, era de exclusividade das escolas públicas a oferta de cursos profissionais nas áreas de Artes (na área de educação e formação em Artesanato), de Ciências Empresariais (na área de educação e formação em Enquadramento na Organização/Empresa), e de Agricultura, Silvicultura e Pescas (na área de educação e formação em Silvicultura e Caça), conforme discriminado na tabela 16.

Tabela 16 - Oferta formativa por Áreas de Educação e Formação – Ensino Público e Privado

Áreas de Estudo	Áreas de Educação e Formação	Nº Cursos	% Público	% Privado
21 - Artes	212- Artes do Espetáculo	69	33%	67%
	213- Audiovisuais e Produção dos Média	195	60%	40%
	214- Design	16	50%	50%
	215- Artesanto	1	100%	0%
22- Humanidades	225- História e Arqueologia	2	50%	50%
34- Ciências Empresariais	341- Comércio	131	65%	35%
	342- Marketing e Publicidade	52	27%	73%
	343- Finanças, Bancas e Seguros	2	0%	100%
	344- Contabilidade e Fiscalidade	8	88%	12%
	345- Gestão e Administração	43	53%	47%
	346- Secretariado e Trabalho Administrativo	21	71%	29%
	347- Enquadramento na Organização/Empresa	2	100%	0%
38- Direito	380- Direito	6	33%	67%
48- Informática	481- Ciências Informáticas	276	78%	22%
52- Engenharia e Técnicas Afins	521- Metalurgia e Metalomecânica	68	62%	38%
	522- Eletricidade e Energia	46	67%	33%
	523- Eletrónica e Automação	121	56%	44%
	524- Tecnologia dos Processos Químicos	21	62%	38%
	525- Construção e Reparação de Veículos a Motor	63	49%	51%
54- Indústrias Transformadoras	541- Indústrias Alimentares	11	82%	18%
	542- Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro	17	29%	71%
	543- Materiais (Ind. Madeira, Cortiça, Papel, ...)	4	25%	75%
58- Arquitetura e Construção	582- Construção Civil e Engenharia Civil	2	0%	100%
62- Agricultura, Silvicultura e Pescas	621- Produção Agrícola e Animal	37	78%	22%
	622- Floricultura e Jardinagem	2	50%	50%
	623- Silvicultura e Caça	1	100%	0%
72 - Saúde	724- Ciências Dentárias	3	33%	67%
	725- Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica	2	0%	100%
	729- Saúde - programas não classificados noutra	125	68%	32%
76- Serviços Sociais	761- Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	75	65%	35%
	762- Trabalho Social e Orientação	81	58%	42%
81- Serviços Pessoais	811- Hotelaria e Restauração	250	46%	54%
	812- Turismo e Lazer	184	66%	34%
	813- Desporto	151	81%	19%
	815- Cuidados de Beleza	26	31%	69%
84- Serviços de Transporte	840- Serviços de Transporte	3	0%	100%
85- Proteção do Ambiente	850- Proteção do Ambiente	2	50%	50%
86- Serviços de Segurança	861- Proteção de Pessoas e Bens	10	60%	40%
	862- Segurança e Higiene do Trabalho	3	33%	67%
Total		2132	61%	39%

Fonte: EDULOG, 2020 - adaptado

Assim, o inquérito foi encaminhado de forma online para as 179 escolas a nível continental associadas à ANESPO, conforme tabela 14, tendo sido respondido por vinte e cinco escolas, relacionadas por região na tabela 17.

Tabela 17 – Escolas por região

Região	Escolas
Norte	ETG – Escola de Tecnologia e Gestão de Barcelos, EPRALIMA – Escola Profissional do Alto Lima; ESPROMINHO – Escola Profissional do Minho; EPPU – Escola Profissional Prática Universal – Bragança; ESPE – Escola Profissional de Espinho; Grupo Rumos – Profitecla Escola Profissional – Porto; EPTPP – Escola Profissional de Tecnologia Psicossocial do Porto; Escola Profissional Nervir
Centro	EFTA – Escola de Formação Profissional em Turismo de Aveiro; Escola Profissional Mariana Seixas; EPTOLIVA – Escola Profissional de Oliveira do Hospital; IGEP – Instituto de Gouveia Escola Profissional; ESPROSER – Escola Profissional de Sernancelhe
Lisboa	IDS – Instituto para o Desenvolvimento Social - Lisboa, Escola Profissional Bento de Jesus Caraça – Lisboa; Escola Profissional Bento de Jesus Caraça – Seixal; Escola Profissional Bento de Jesus Caraça – Barreiro IPTRANS – Instituto Profissional de Transportes – Loures; Grupo Rumos – Escola Profissional de Tecnologia Digital; Grupo Rumos – Profitecla Escola Profissional – Lisboa; INETESE – Instituto para o Ensino e Formação – Lisboa Escola Profissional do Montijo EPAD – Escola Profissional de Artes, Tecnologia e Desporto
Alentejo	Escola Profissional de Alvito
Algarve	Escola Profissional Gil Eanes - Portimão

Fonte: ANESPO - adaptado

6.3- Total de participantes e cursos profissionais frequentados pelos alunos que responderam o inquérito.

O inquérito encaminhado online através da ANESPO foi respondido por um total de 771 alunos dos três anos letivos (10º/11º/12º), dos quais 239 alunos da região Norte, 169 da região Centro, 332 da região de Lisboa e Vale do Tejo, 23 do Alentejo e 8 do Algarve.

Na tabela 18, estão relacionadas as áreas dos cursos profissionais frequentados pelos alunos das vinte e cinco escolas participantes no estudo, bem como a relevância SANQ – Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação – atribuída a cada curso, correspondente ao ano de 2022, e que, de acordo com a página da DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, vem a ser “um instrumento de identificação de necessidades de qualificações e de áreas e saídas profissionais prioritárias, criado e gerido pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), tendo em vista produzir orientações para a definição da rede de oferta formativa e para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)” (www. <https://www.dgert.gov.pt/sistema-de-antecipacao-de-necessidades>).

Tabela 18 – Cursos profissionais frequentados pelos alunos participantes no estudo (Obs.: os valores de relevância SANQ foram atualizados em Abril/2022)

Região	Escola	Área	Cursos Profissionais (Variantes)	SANQ
Norte	EPPU	213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Desenho digital 3D	7
		341 - Comércio	Téc. Comunicação e Serviço Digital	7
		341 - Comércio	Téc. Comercio	7
		812 - Turismo e Lazer	Téc. Turismo	7
	EPRALIMA	481 - Ciências Informáticas	Téc. Gestão e Progr. Sistemas Informáticos	7
		521 - Metalurgia e Metalomecânica	Tec. Produção Aeronautica	8
		522 - Eletricidade e Energia	Téc. Redes Elétricas	9
		523 - Eletrónica e Automação	Téc. Eletrónica Automação e Comando	10
		727 - Ciências Farmacêuticas	Téc. Auxiliar de Farmácia	7
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Restaurante / Bar	9
		815 - Cuidados de Beleza	Téc. Cabeleireiro(a)	8
	EPTPP	729 - Saúde	Téc. Auxiliar de Saúde	10
		762 - Trabalho Social e Orientação	Téc. Apoio Psicossocial	7
	ETG	213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Fotografia	6
		213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Design e Comunicação Gráfica	5
		481 - Ciências Informáticas	Téc. Informática de gestão	7
		542 - Ind. Têxtil, Calç., Vest. e Couro	Téc. Design de Moda	8
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Cozinha / Pastelaria	7
	ESPE	481 - Ciências Informáticas	Téc. Informática de Gestão	8

		729 - Saúde	Téc. Auxiliar de Saúde	10
		812 - Turismo e Lazer	Téc. Turismo	6
	Esc. Prof. Nervir	481 - Ciências Informáticas	Téc. Gestão e Progr. Sistemas Informáticos	8
	PROFITECLA	341 - Comércio	Téc. Comunicação e Serviço Digital	8
		342 - Marketing e Publicidade	Téc. Com., Mark., Rel. Públ. e Publicidade	5
		345 - Gestão e Administração	Téc. Gestão	6
		346 – Secretariado / Tr. Adm.	Téc. Secretariado	5
		727 - Ciências Farmacêuticas	Téc. Auxiliar de farmácia	7
		729 - Saúde	Téc. Auxiliar de Saúde	10
		762 - Trabalho Social e Orientação	Téc. Geriatria	10
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Restaurante / Bar	9
		812 - Turismo e Lazer	Téc. Turismo	6
	ESPROMINHO	214 - Design	Téc. Design de Interiores e Exteriores	7
		341 - Comércio	Téc. Comercio	7
		481 - Ciências Informáticas	Téc. Programador de Informática	7
		542 - Ind. Têxtil, Calç., Vest. e Couro	Téc. Design de Moda	8
		815 - Cuidados de Beleza	Téc. Massagem de Estética e Bem Estar	6
		815 - Cuidados de Beleza	Téc. Cabeleireiro(a)	8
Centro	EPTOLIVA	213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Multimédia	5
		214 - Design	Téc. Design de Equipamento	4
		481 - Ciências Informáticas	Téc. Gestão e Progr. Sistemas Informáticos	5
		525 - Constr. Repar. Veíc. a Motor	Téc. Mecatrónica Automóvel	9
		729 - Saúde	Téc. Auxiliar de Saúde	8
		813 - Desporto	Téc.Desporto	6
		812 - Turismo e Lazer	Téc. Turismo	5
	Esc. Prof. Mariana Seixas	213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Multimédia	5
		213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Fotografia	1
		342 - Marketing e Publicidade	Téc. Com., Mark., Rel. Públ. e Publicidade	6
		345- Gestão e Administração	Téc. Apoio à Gestão	6
		481 - Ciências Informáticas	Téc. Informática de gestao	5
		481 - Ciências Informáticas	Téc. Gestão de Equipamentos Informáticos	6
		523 - Eletrónica e Automação	Téc. Eletrónica, Autom. e Computadores	7
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Cozinha / Pastelaria	8
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Restaurante / Bar	9
		813 - Desporto	Téc. Desporto	6
	Inst. de Gouveia Esc. Prof.	481 - Ciências Informáticas	Téc. Informática de Gestão	5
		525 - Constr. Repar. Veíc. a Motor	Téc. Mecatrónica Automóvel	9
		762 - Trabalho Social e Orientação	Téc. Animação Sociocultural	7
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Cozinha / Pastelaria	8
	ESPROSER	811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Cozinha / Pastelaria	8
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Restaurante / Bar	9
	EFTA	811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Cozinha / Pastelaria	7
Lisboa	IDS	212 - Artes do Espetáculo	Téc. Intérprete Ator / Atriz	3
	Esc. Prof. Tecnologia Digital	213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Multimédia	6

		213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Desenho Digital 3D	5
		481 - Ciências Informáticas	Téc. Gestão de Equipamentos Informáticos	8
		481 - Ciências Informáticas	Téc. Gestão e Progr. Sistemas Informáticos	5
Esc. Prof. Bento Jesus Caraça (Lisboa) (Seixal) (Barreiro)		213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Design e Artes (Artes Gráficas)	5
		341 - Comércio	Téc. Comercial	7
		481 - Ciências Informáticas	Téc. Gestão de Equipamentos Informáticos	8
		481 - Ciências Informáticas	Téc. Gestão e Progr. Sistemas Informáticos	5
PROFITECLA		341 - Comércio	Téc. Comunicação e Serviço Digital	7
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Restaurante / Bar	10
		812 - Turismo e Lazer	Téc. Turismo	7
		812 - Turismo e Lazer	Téc. Animação de turismo	6
Esc. Prof. Montijo		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Cozinha / Pastelaria	10
IPTRANS		481 - Ciências Informáticas	Téc. Informática de Gestão	7
		761 – Serv. Apoio Crianças e Jovens	Téc. Ação Educativa	8
		840 - Serviços de Transporte	Téc. Tráfego de Assistência em Escala	6
		840 - Serviços de Transporte	Téc. Condução Veíc. de Transp. Rodov.	7
INETESE		815 - Cuidados de Beleza	Téc. Esteticista	8
EPAD		761 – Serv. Apoio Crianças e Jovens	Téc. Ação Educativa	8
Alentejo	Esc. Prof. de Alvito	341 - Comércio	Téc. Comunicação e Serviço Digital	7
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Restaurante / Bar	9
		811 - Hotelaria e Restauração	Téc. Cozinha / Pastelaria	8
Algarve	Esc. Prof. Gil Eanes	213 - Audiovisuais e Prod. Media	Téc. Fotografia	5

Os alunos que responderam ao inquérito estavam a frequentar 85 cursos profissionais em suas variantes, distribuídos por 22 das 41 áreas de formação existentes, com destaque para as seguintes áreas: Ciências informáticas (171 alunos), Audiovisuais e produção dos *media* (125 alunos), Hotelaria e restauração (114 alunos), Turismo e lazer (61 alunos) e Comércio (43 alunos), correspondente a 67% dos cursos ofertados (tabela 19).

Tabela 19 – Total de alunos participantes no estudo por áreas de educação e formação

Áreas de Formação	Total Alunos
Artes do Espetáculo	30
Audiovisuais/Prod. Média	125
Ciências Farmacêuticas	8
Ciências Informáticas	171
Comércio	43
Const./Rep. Veículos a Motor	16
Cuidados de Beleza	25
Design	3
Desporto	21
Eletricidade e Energia	8
Eletrónica e Automação	12
Gestão e Administração	22
Hotelaria e Restauração	114
Ind. Têxtil, Vestuário, Calçado...	13
Marketing e Publicidade	13
Metalurgia e Metalomecânica	4
Saúde	29
Secretariado/Trab.Administrativo	5
Serv. de Apoio à Crianças e Jovens	11
Serv. de Transporte	14
Trabalho Social e Orientação	23
Turismo e Lazer	61
	Total: 771

Ao analisarmos a distribuição dos alunos participantes no estudo sob as perspectivas das áreas de formação escolhidas e das regiões onde estão inseridos (tabela 20), constatamos que na região Norte as áreas que concentram a maioria dos alunos são (i) Turismo e Lazer (12%), (ii) Ciências Informáticas (11%), (iii) Saúde (11%), (iv) Audiovisuais e Produção dos *Media* (10%), e (v) Hotelaria e Restauração (9%); na região Centro, (i) Hotelaria e Restauração (39%), Desporto (12%), Ciências Informáticas (11%), Constr. Rep. Veículos a Motor (9%), e Audiovisuais e Produção dos *Media* (7%); na região de Lisboa e Vale do Tejo, (i) Ciências Informáticas (38%), (ii) Audiovisuais e Produção dos *Media* (24%), (iii) Artes do Espetáculo (9%), (iv) Turismo e

Lazer (9%), e (v) Comércio (7%); na região do Alentejo, a quase totalidade concentrada na área de Hotelaria e Restauração (87%); e na região do Algarve, 100% na área de Audiovisuais e Produção dos *Media*.

Tabela 20 – Total de alunos por áreas de formação e região

Áreas de Formação	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total / Área
212 - Artes do Espetáculo			30			30
213 - Audiovisuais e Prod. Media	24	12	81		8	125
214 - Design		3				3
341 - Comércio	18		22	3		43
342 - Marketing e Publicidade	6	6	1			13
345 - Gestão e Administração	11	11				22
346 - Secretariado e Trabalhos Administrativos	5					5
481 - Ciências Informáticas	26	19	126			171
521 - Metalurgia e Metalomecânica	4					4
522 - Eletricidade e Energia	8					8
523 - Eletrónica e Automação	10	2				12
525 - Constr. Rep. Veículos a Motor		16				16
542 - Ind. Têxtil, Calçado, Vestuário e Couro	13					13
727 - Ciências Farmacêuticas	7		1			8
729 - Saúde	26	3				29
761 - Serviço de Apoio a Crianças e Jovens	1		10			11
762 - Trabalho Social e Orientação	15	8				23
811 - Hotelaria e Restauração	21	66	7	20		114
812 - Turismo e Lazer	29	2	30			61
813 - Desporto		21				21
815 - Cuidados de Beleza	15		10			25
840 - Serviços de Transporte			14			14
Total / Região	239	169	332	23	8	771

6.4 – Recolha e análise de dados

Considerando que o estudo seguiu duas linhas de investigação, foram utilizadas abordagens metodológicas quantitativas e qualitativas para a recolha e análise dos dados. Ambos os instrumentos de recolha vêm ao encontro direto das questões de investigação tratadas no capítulo 5 deste estudo.

Em relação às questões que buscam compreender as reais motivações e expectativas que levam os jovens a escolher o percurso profissional para o prosseguimento de seus estudos a nível do ensino secundário, bem como compreender as suas percepções quanto a esse percurso educativo e as suas perspectivas de futuro profissional e académico, o método de recolha de dados utilizado foi a aplicação *online* de um inquérito elaborado / adaptado tomando por base o questionário utilizado pelo CEDEFOP em 2017, disponibilizado na publicação *Cedefop European public opinion survey on vocational education and training*.

Justifica-se a utilização de um inquérito por questionário por ser um meio de investigação que possibilita a obtenção de respostas de um significativo número de indivíduos às mesmas perguntas, além de ser um método menos dispendioso e de garantir o anonimato dos participantes, o que por sua vez assegura a autenticidade das respostas obtidas.

O inquérito encaminhado às escolas continha trinta e duas perguntas fechadas, todas de respostas obrigatórias, divididas em seis seções: (i) a primeira seção com seis questões referentes aos dados pessoais/gerais dos alunos; (ii) a segunda com cinco questões relativas aos seus dados familiares; (iii) a terceira contendo duas questões acerca dos seus percursos escolares; (iv) a quarta com cinco perguntas sobre as motivações e expectativas que fizeram com que os alunos optassem por seguir o ensino secundário profissional; (v) a quinta seção com sete perguntas a respeito dos níveis de percepções e satisfações com o percurso profissional que escolheram cursar; e (vi) a sexta seção com seis perguntas acerca das suas expectativas académicas e profissionais. Uma última questão dizia respeito ao concelho em que a escola estava localizada, de forma a facilitar a alocação dos dados em termos regionais para a devida análise.

Ainda que as questões fechadas possam ter a desvantagem de limitar as respostas, condicionando as mesmas, levou-se em consideração o argumento de Ferreira (2009, p.183) ao citar que “dado o elevado número de inquéritos exigido pela representatividade estatística, as vantagens acabam por vingar e as vantagens por ser minimizadas”. Em algumas perguntas,

foram solicitadas respostas num contexto de medição das opiniões e valores acerca de determinados fenómenos, variando de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”.

Tendo em vista que esta fase da investigação relaciona-se diretamente com as duas metodologias quantitativa e qualitativa, reforçada pela amplitude e pelas características da amostra a ser trabalhada e considerando as dimensões e os indicadores do questionário (tabela 21), a análise dos dados obtidos foi realizada através de procedimentos da estatística descritiva, com a construção de tabelas de frequências e de gráficos, com o objetivo de observar/identificar a relação existente entre as possíveis variáveis que influenciaram a decisão dos jovens para que seguissem o percurso do ensino secundário profissional, bem como as suas percepções no momento do inquérito e as expectativas futuras, a nível académico e profissional.

Tabela 21 – Dimensões e Indicadores do Questionário

Dimensões	indicadores
Caracterização Individual	Sexo Idade Nacionalidade Curso frequentado Escola frequentada Ano frequentado
Contexto familiar	Encarregado de Educação Nível de escolaridade (pai/mãe) Meio de vida principal (pai/mãe)
Percurso escolar	Quantidade e ano de reprovação
Motivações	Razões da escolha do ensino profissional Grau de influência na escolha
Percepção/Satisfação pessoais	Avaliação das expectativas iniciais Avaliação do curso Imagem do ensino secundário profissional
Expectativas futuras	Aspirações profissionais Aspirações académicas

Quanto à investigação sobre o desenvolvimento da oferta formativa, a recolha de dados fez uso de instrumentos essencialmente qualitativos e foi realizada através da pesquisa e da análise de documentos relativos à evolução dessa oferta (fontes: MEC, ANQEP, CSQ, DGEstE, INFOESCOLAS, PORDATA) objetivando conhecer sua composição e distribuição à nível nacional ao longo dos últimos anos.

A pesquisa documental e a sua consequente análise constitui um dos importantes instrumentos da abordagem qualitativa de uma investigação. Utilizando fontes primárias (dados e informações – tabelas, relatórios), não envolve interação direta dos participantes e consiste “em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos, com o objetivo de extrair informações neles contidas, a fim de compreender um fenómeno” (Kripka; Scheller; & Bonotto, 2015, p.244). Documentos esses selecionados como *corpus* da pesquisa e que foram elaborados e trazidos a público com algum propósito, devendo, portanto, ser analisados à luz das questões que se pretende resolver, com o objetivo de apresentar as informações obtidas de forma condensada. Nesse sentido, devem ser percebidos no contexto em que foram criados e como uma forma de ampliar a explicação de uma situação.

Segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015), a escolha dos documentos,

“(…) consiste em delimitar o universo que será investigado. O documento a ser escolhido para a pesquisa dependerá do problema a que se busca uma resposta, portanto não é aleatória a escolha. Ela se dá em função dos objetivos e/ou hipóteses sobre apoio teórico. É importante lembrar que as perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento, conferindo-lhes sentido.” (Kripka; Scheller & Bonotto, 2015, p. 245).

No presente estudo, para proceder o levantamento de dados referente a evolução da oferta formativa dos cursos profissionais em Portugal ao longo do tempo, recorreu-se a documentos oficiais disponibilizados pelas instituições e a estudos previamente publicados, trazendo os indicadores necessários para a consecução dessa análise, especificados na tabela 22:

Tabela 22 – Fontes utilizadas para análise relativa à evolução da oferta formativa

Documento	Referente a	Obs.
Decreto-lei 26/1989	Criação das escolas profissionais	https://dre.tretas.org/dre/22438/decreto-lei-26-89-de-21-de-janeiro
Decreto-lei 74/2004	Extensão do ensino profissional às escolas secundárias públicas	https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/74-2004-210801
Iniciativa Novas Oportunidades	Estruturação / Adequação do nível da oferta formativa	https://web.archive.org/web/20110926051117/http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/16
Decreto-lei 396/2007	Criação do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)	https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/396-2007-628017
Instrumentos do SNQ	Criação do SANQ - Sistema de Antecipação Nacional de Qualificações	https://www.anqep.gov.pt/np4/Instrumentos_do_Sistema_Nacional_de_Qualificacoes.html
Despacho Normativo 3262-A/2020	Sistematização das competências, procedimentos e metodologias para o planeamento e concertação da ofertas formativas profissionalizantes	https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/3262-a-2020-130114152
INE - Instituto Nacional de Estatística	Inquérito à Identificação das Necessidades de Qualificações nas Empresas	https://www.poch.portugal2020.pt/pt-pt/Noticias/Paginas/noticia.aspx?nid=575&ano=2020&pag=1&nr=10
EDULOG	Relatório: Oferta de Ensino Profissional Secundário em Portugal - Triénio: 2018/2021	https://www.edulog.pt/publicacao/32
INFOESCOLAS	Total de escolas secundárias com oferta de cursos profissionais	https://infoescolas.medu.pt/Secundario/
DGEEC- Estatísticas da Educação	Alunos matriculados por NUTS I e II e por área de educação e formação	https://www.dgeec.mec.pt/np4/17/
ANESPO	Oferta formativa - Escolas Profissionais associadas à ANESPO	https://anespo.pt/associados/

A análise dos indicadores encontrados levou em consideração categorias e subcategorias relacionadas na tabela 23, a seguir:

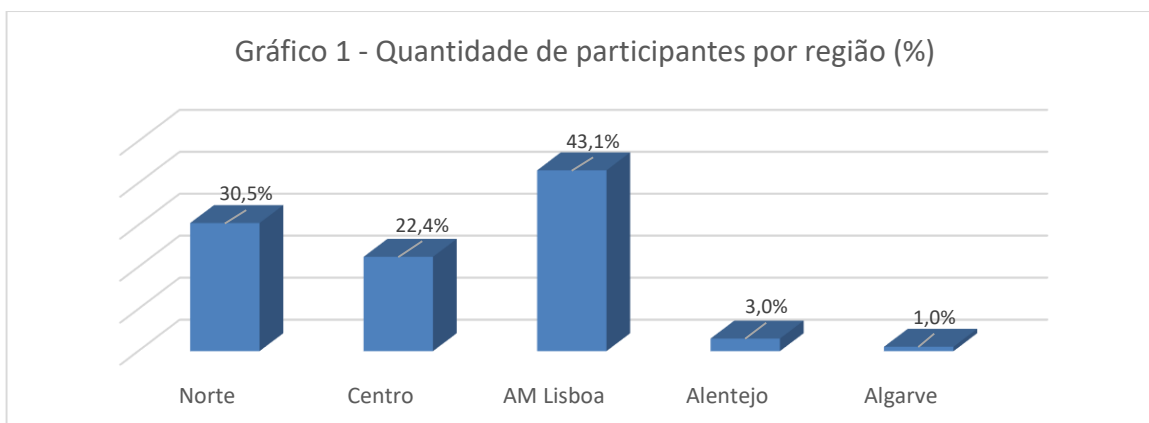
Tabela 23 – Categorias e subcategorias de análise da oferta formativa

Categorias	Subcategorias
Sistema de ensino	Público Privado
Áreas de estudo	Artes / Humanidades / Ciências Empresariais / Direito / Informática / Engenharia e Técnicas Afins / Indústrias Transformadoras / Arquitetura e Construção / Agricultura, Silvicultura e Pesca / Saúde / Serviços Sociais / Serviços Pessoais / Serviços de Transporte / Proteção do Ambiente / Serviços de Segurança
Áreas de Estudo por Região (NUTS III)	Norte / Centro / Lisboa / Alentejo / Algarve
Quociente de localização	Áreas de estudo / Regiões

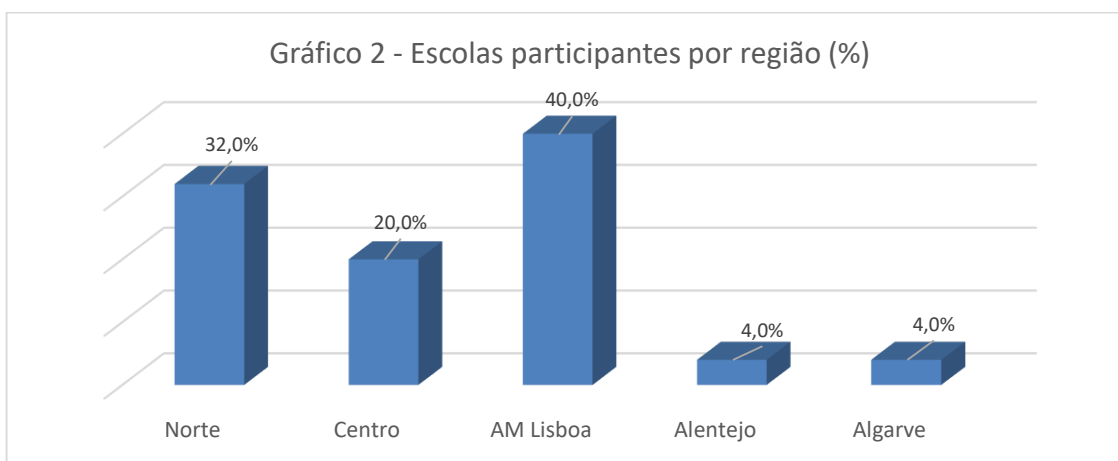
7- Apresentação e análise dos resultados

7.1 – Inquérito por questionário - alunos

Participaram do inquérito 771 estudantes, dos quais 332 localizados na região da Área Metropolitana de Lisboa (43,1%), 239 alunos residentes na região Norte (30,5%), 169 alunos da região Centro (22,4%), 23 da região do Alentejo (3,0%), e 8 alunos da região do Algarve (1,0%), (gráfico 1).

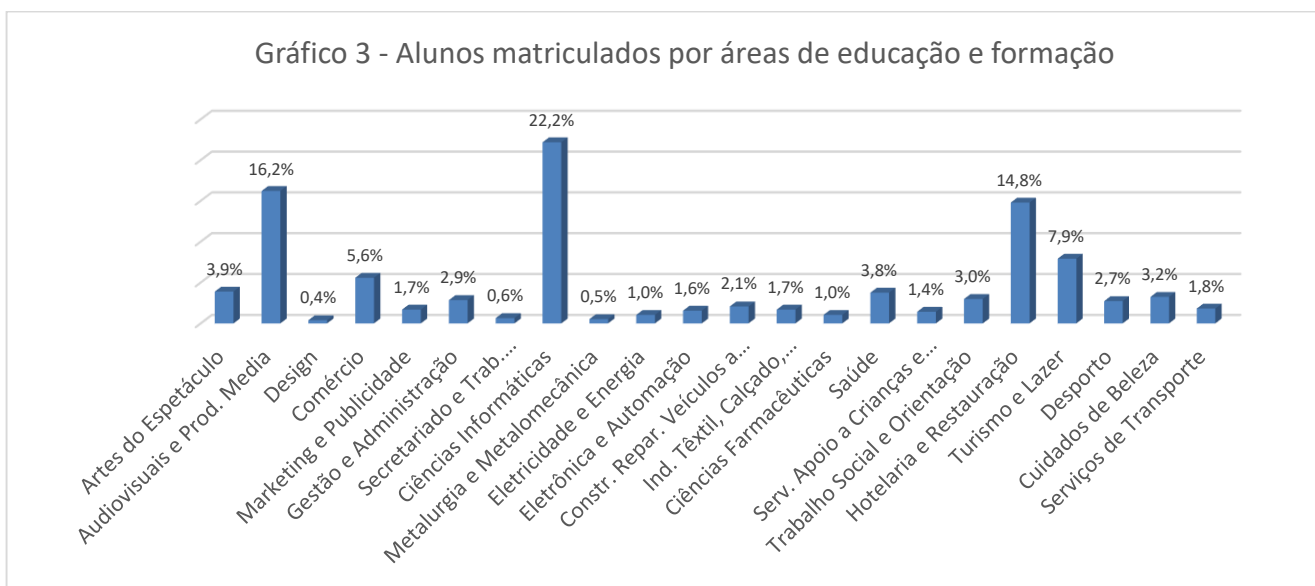


Quanto às vinte e cinco escolas participantes do estudo, oito estão localizadas no Norte do país (32%), cinco no Centro (20%), dez em Lisboa (40%), uma no Alentejo (4%) e uma no Algarve (4%) (gráfico 2).



Em relação às áreas de educação e formação que os jovens estavam cursando, destacavam-se as áreas das Ciências Informáticas com 22,2% do total de matrículas, seguida pela área de Audiovisuais e Produção dos Media com 16,2%, a área de Hotelaria e Restauração com

14,8%, a área de Turismo e Lazer com 7,9% e a área de Comércio com 5,6%. As demais áreas situam-se abaixo dos quatro pontos percentuais do total de matrículas, com as áreas de Design, Secretariado e Metalurgia e Metalomecânica com os percentuais mais baixos encontrados (gráfico 3).



Analisados os resultados sob a perspectiva das grandes áreas de estudo em que os cursos profissionais estão divididos, constatou-se que 82,1% dos alunos que responderam o inquérito estão concentrados em apenas quatro áreas: Serviços Pessoais (Hotelaria e Restauração, Turismo e Lazer, Desporto e Cuidados de Beleza), com 28,6%; Informática, com 22,2%; Artes (Artes do Espetáculo, Audiovisuais e Prod. Media e Design), com 20,5%; e Ciências Empresariais (Comércio, Marketing e Publicidade, Gestão e Administração e Secretariado e Trab. Administrativo), com 10,8%.

A nível regional, as áreas estão distribuídas conforme tabela 24, através da qual se pode constatar que as regiões Norte e Centro são as que apresentam uma maior diversidade em relação aos cursos profissionais frequentados pelos alunos que participaram no estudo:

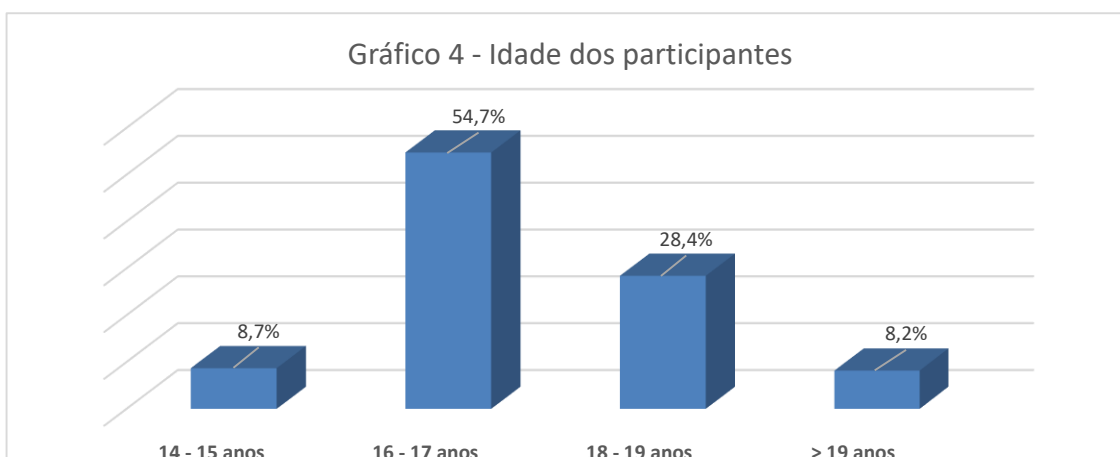
Tabela 24 - Áreas de educação e formação por região – análise percentual

	Norte	Centro	AM Lisboa	Alentejo	Algarve
Artes do Espetáculo			9%		
Audiovisuais e Prod. Media	10%	7%	24%		100%
Design		2%			
Comércio	8%		7%	13%	
Marketing e Publicidade	3%	4%			
Gestão e Administração	5%	7%			
Secretariado e Trab. Administrativos	2%				
Ciências Informáticas	11%	11%	38%		
Metalurgia e Metalomecânica	2%				
Eletricidade e Energia	3%				
Eletrônica e Automação	4%	1%			
Constr. Repar. Veículos a Motor		9%			
Ind. Têxtil, Calçado, Vestuário e Couro	5%				
Ciências Farmacêuticas	3%				
Saúde	11%	2%			
Serv. Apoio a Crianças e Jovens			3%		
Trabalho Social e Orientação	6%	5%			
Hotelaria e Restauração	9%	39%	3%	87%	
Turismo e Lazer	12%	1%	9%		
Desporto		12%			
Cuidados de Beleza	6%		3%		
Serviços de Transporte			4%		
	100%	100%	100%	100%	100%

7.1.1 – Dados pessoais

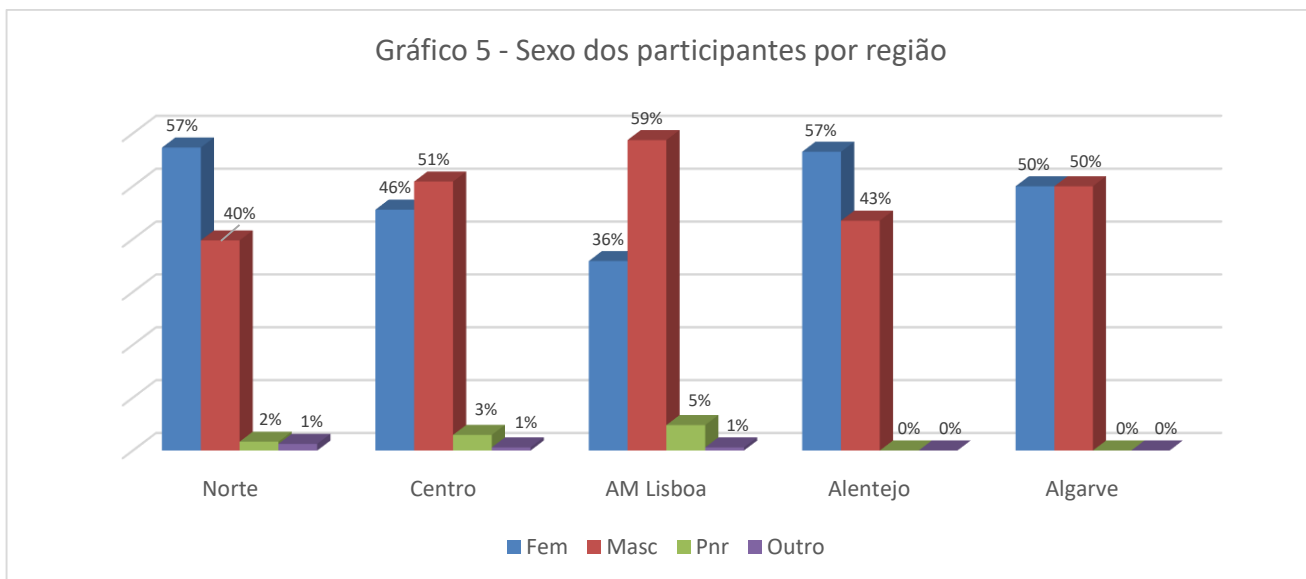
A primeira seção do inquérito tinha por objetivo fazer um breve retrato acerca do aluno frequentador dos cursos profissionais nas escolas privadas participantes do estudo, englobando questões relativas às idades, ao sexo, à nacionalidade, ao nome da escola, ao curso frequentado e ao ano cursado no momento da resposta.

Dos 771 alunos que responderam o questionário, mais da metade (54,7%) tinha, à época da pesquisa, entre 16 e 17 anos, seguido da faixa etária compreendida entre 18 e 19 anos (28,4%), o que se enquadra no perfil etário esperado dos estudantes do ensino secundário, considerados os três anos letivos. Os estudantes com idades compreendidas entre 14 e 15 anos e acima de 19 anos, representavam 8,7% e 8,2%, respectivamente, do total de alunos (gráfico 4).

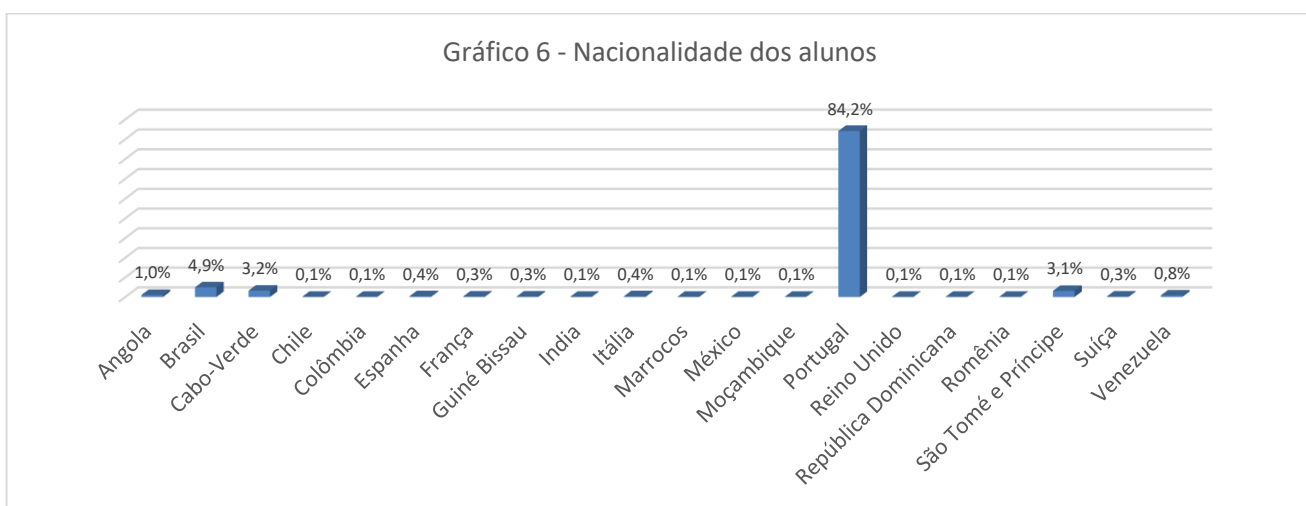


Quanto ao sexo dos participantes, o inquérito foi respondido por 350 jovens do sexo feminino (45%), 390 estudantes do sexo masculino (51%), 25 jovens optaram por não responder (3,2%), e 6 jovens responderam “outro” (0,8%).

Em relação à distribuição desses jovens por sexo e região, nas regiões Norte e Alentejo o inquérito foi respondido maioritariamente pelo sexo feminino (57% nas duas regiões), enquanto que nas regiões Centro e Lisboa prevaleceram as respostas do sexo masculino, com 51% e 59%, respectivamente. No Algarve, as respostas se dividiram por igual entre os sexos feminino e masculino (gráfico 5).



Em relação à nacionalidade dos participantes, 84,2% são portugueses, seguidos de 4,9% de brasileiros, 3,2% de cabo-verdianos e 3,1% de santomenses. As demais nacionalidades apresentam índice de representatividade iguais ou menores do que um ponto percentual (gráfico 6).



No que concerne ao ano letivo frequentado pelos alunos no momento da resposta ao inquérito, 376 alunos (49%) cursavam o 10º ano, 237 alunos (31%) frequentavam o 11º ano, e os 158 restantes (20%) estavam no 12º ano a concluir seus cursos.

Combinando os dados relativos às idades dos participantes aos que se referem aos anos letivos frequentados pelos alunos, encontram-se os resultados discriminados na tabela 25:

Tabela 25 - Ano letivo frequentado vs. faixa etária dos alunos

	14-15 anos	16-17 anos	18-19 anos	> 19 anos	Total
10º ano	17,8%	62,2%	17,8%	2,2%	100,0%
11º ano	0,4%	67,1%	27,8%	4,7%	100,0%
12º ano	0,0%	26,6%	50,6%	22,8%	100,0%

O resultado de 17,8% correspondente aos alunos com 14 ou 15 anos cursando o 10º ano, acrescido de parte do percentual de adolescentes entre 16 e 17 anos que também se encontravam cursando o 10º ano, é sugestivo de que uma parcela significativa dos alunos que estão frequentando o ensino profissional fizeram essa escolha logo ao sair do ciclo básico de ensino, uma vez que a faixa etária em que se encontram parece indicar que não carregam reprovações em seus anos escolares pretéritos. O índice do 11º ano, em que 67,1% dos alunos estavam com idades compreendidas entre 16 e 17 anos, corrobora essa ideia.

Ou seja, há indícios de que, pelo menos para uma boa parcela dos alunos participantes do estudo, a opção por seguir o percurso do ensino profissional não se fez com o objetivo de minorar insucessos escolares anteriores, como historicamente essa ideia vem sendo vinculada a esse segmento educativo, mas foi uma opção que pode ser considerada como legítima, assertiva, no sentido do aluno querer realmente seguir essa via de ensino. Dessa forma, pode-se esperar que um dos estigmas ligados ao ensino profissional esteja a ser derrubado.

7.1.2- Dados familiares

A segunda seção do inquérito continha cinco questões a respeito das famílias dos alunos. Ao serem questionados sobre os seus encarregados de educação, 544 alunos (70,6%) responderam que as responsáveis eram as suas mães, enquanto apenas 105 alunos (13,6%) disseram que os seus pais tinham a incumbência por acompanhar os seus percursos junto às escolas. Os 122 alunos restantes, equivalentes a 15,8%, responderam que “outro” eram os seus encarregados de educação.

Quanto aos pais, 20,4% concluíram o ensino básico, 18,3% completaram o ensino secundário científico-humanístico e 5,4% se formaram no ensino secundário profissional. Já no ensino superior, a nível de bacharelato ou licenciatura, apenas 7,6% dos homens concluíram esse nível de ensino, enquanto que em relação ao Mestrado esse número cai para 2,5% e quanto ao Doutoramento apenas 1,4% dos pais detêm esse título académico.

No que diz respeito às mães, 16,3% concluíram o ensino básico, enquanto que 26,2% completaram o ensino secundário científico-humanístico, e 8,2% o ensino secundário profissional. Em relação ao ensino superior, 10,5% das mães concluíram os seus bacharelatos ou licenciaturas, enquanto 3,2% realizaram os seus Mestrados e apenas 1,8% concluíram os seus Doutoramentos (tabela 26).

Tabela 26 - Nível de escolaridade dos pais

	Pai	Mãe
Ensino Básico Completo	20,4%	16,3%
Ensino Básico Incompleto	10,2%	7,4%
Ensino Secundário Cient./Hum. (completo)	18,3%	26,2%
Ensino Secundário Cient./Hum. (incompleto)	8,6%	8,2%
Ensino Secundário Profissional (completo)	5,4%	8,2%
Ensino Secundário Profissional (incompleto)	1,2%	1,7%
Bacharelato / Licenciatura (completo)	7,3%	10,5%
Bacharelato / Licenciatura (incompleto)	1,6%	1,2%
Mestrado	2,5%	3,2%
Doutoramento	1,4%	1,8%
Nunca estudou	0,6%	0,5%
Não sabe	22,6%	14,8%
	100%	100%

Cabe ressaltar que cinco alunos (0,6%) responderam que os seus pais nunca estudaram,

7.1.3 – Percurso escolar

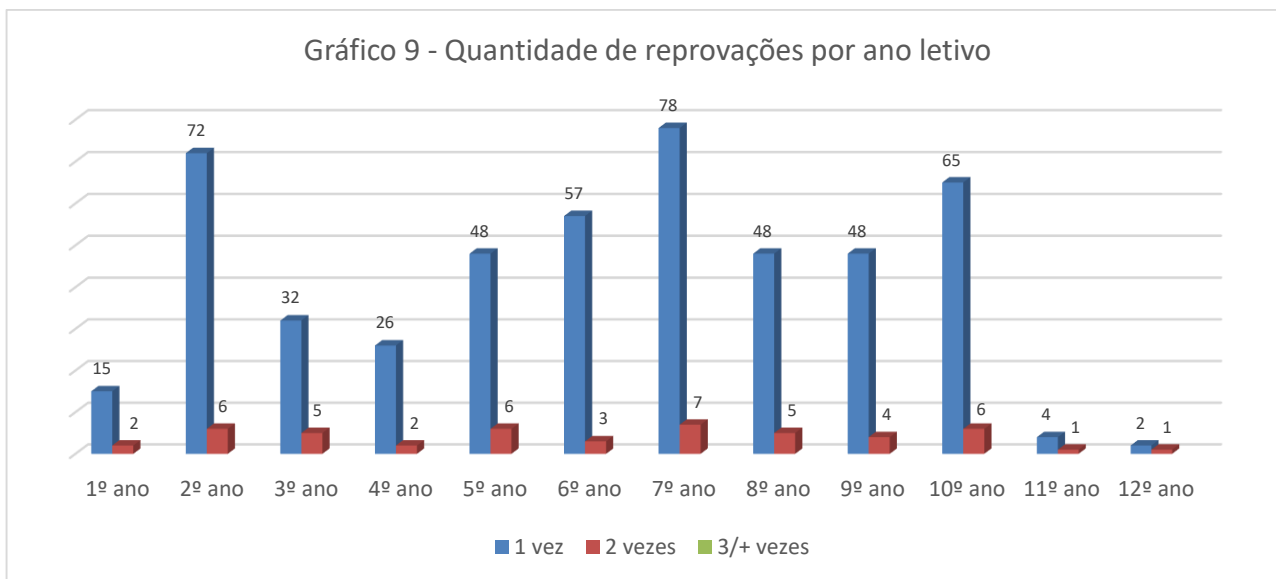
A terceira seção do inquérito era composta por duas questões sobre os percursos educativos feitos pelos alunos, especialmente relacionadas à possíveis reprovações em anos letivos anteriores que já tivessem experienciado.

Dos 771 alunos participantes na pesquisa, 430 (56%) responderam que não haviam sido reprovados até aquele momento, o que reforça a ideia de que a escolha por frequentar o ensino secundário profissional está sendo tomada pelos alunos como primeira opção para o seguimento dos seus estudos, tão logo terminem o ciclo básico (gráfico 8).



O índice menor de reprovações que os alunos carregam nos seus percursos educativos contribui para reforçar a ideia, já sugerida na análise da Tabela 25 - Ano letivo frequentado vs. faixa etária dos alunos, de que, pelo menos nas escolas secundárias profissionais privadas, objeto do presente estudo, pode existir um indício de estar a ser contrariada a representação histórica de que esse trajetória educativa é frequentada em sua maioria por alunos “fracassados”, sem maiores interesses pelos estudos, e que optam por esse modelo educativo apenas para minorar as consequências de reprovações anteriores e, dessa forma, poderem concluir a escolaridade obrigatória.

Foi perguntado aos 341 alunos restantes (44%) que responderam que já tinham sido reprovados qual a quantidade de vezes que isso ocorreu em cada ano letivo cursado. Nenhum aluno informou ter ficado reprovado três ou mais vezes no mesmo ano letivo. As respostas encontram-se representados no gráfico 9 a seguir.



No primeiro ciclo de ensino (do 1º ao 4º ano), o maior número de reprovações se concentraram no 2º ano; quanto ao 2º ciclo, correspondente ao 5º e 6º anos, cabe ao 6º ano concentrar a maioria das retenções; e em relação ao 3º ciclo (7º ao 9º ano), esse peso refere-se ao 7º ano.

É importante notar que a quantidade de reprovações informadas relativas aos anos do ensino secundário significam que os alunos foram retidos em cursos de cariz científico-humanísticos, uma vez que, por seguir um ensino com base no sistema de módulos, o aluno do ensino profissional nunca é reprovado num ano específico, sendo promovido sempre para o ano seguinte. Portanto, o aluno fica retido apenas nos módulos em que não conseguiu aprovação, que terão de ser concluído através da realização de exames específicos posteriormente.

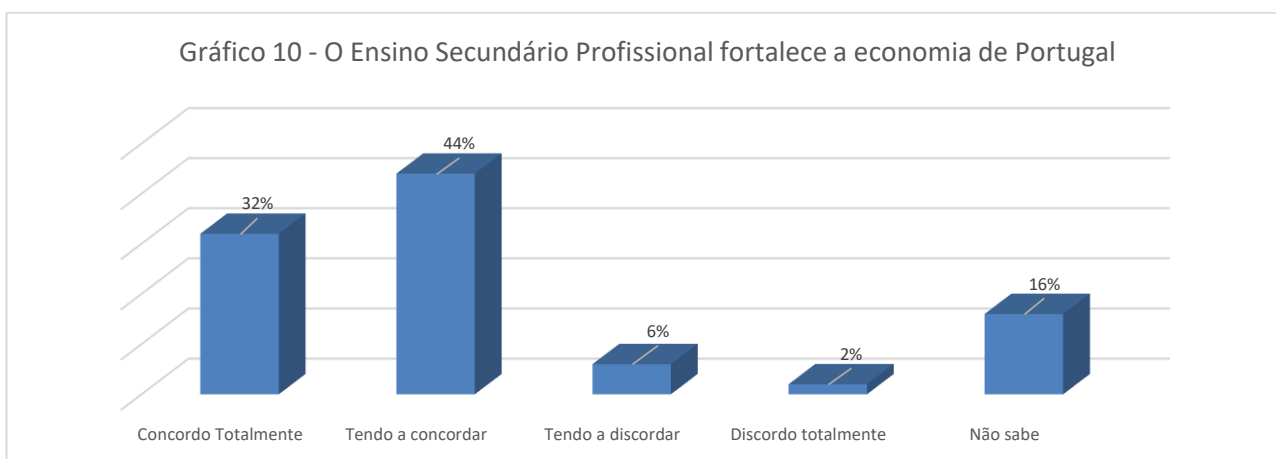
Nesse sentido, é significativo que 90% dos alunos que informaram ter sido reprovados no ensino secundário tenham ficado retidos no 10º ano. E é possível afirmar que esses alunos optaram por migrar para o ensino secundário profissional para poderem concluir a escolaridade obrigatória.

7.1.4 – Motivações / expectativas que levaram o aluno a optar pelo ensino secundário profissional

A quarta seção do inquérito era composta por cinco perguntas que buscavam compreender que visão os alunos tinham do ensino profissional no momento em que tiveram de optar pela modalidade de ensino secundário que iriam seguir, e que aspectos motivacionais e expectativas teriam contribuído para que escolhessem o ensino profissional em detrimento de um percurso científico-humanístico.

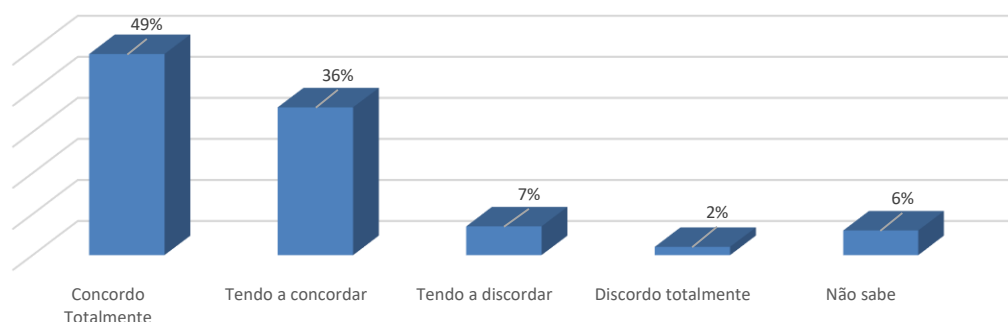
Na primeira pergunta dessa seção, os alunos tinham que se posicionar acerca de três considerações sobre a relevância do ensino profissional para o desenvolvimento socioeconómico de Portugal, respondendo se concordavam totalmente, se tendiam a concordar ou discordar, se discordavam totalmente, ou se consideravam não saber avaliar as afirmações.

À primeira afirmação de que o ensino secundário profissional fortalece a economia de Portugal, 76% dos alunos se posicionaram favoravelmente, concordando totalmente ou tendendo a concordar, com apenas 8% dos alunos discordando total ou parcialmente, enquanto os 16% restantes escolheram a opção “não sabe” (gráfico 10).



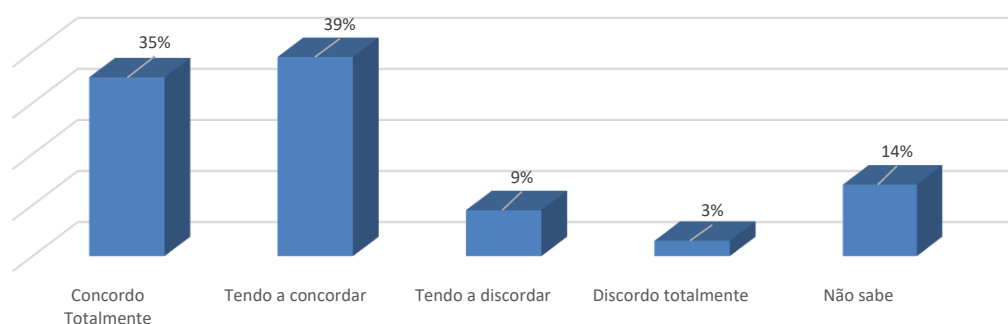
Em relação à segunda afirmação de que o ensino profissional possui um importante papel na redução do desemprego no país, 85% dos alunos concordaram total ou parcialmente, com apenas 9% das respostas nas opções “tendo a discordar” ou “discordo totalmente”, e os 6% escolheram a opção “não sabe” (gráfico 11).

Gráfico 11 - O Ensino Secundário Profissional desempenha um papel importante na redução do desemprego em Portugal



A terceira consideração afirmava que o ensino secundário profissional ajuda a combater a exclusão social em Portugal e, uma vez mais, a maior parte das respostas dadas pelos alunos foram favoráveis: 74% responderam “concordar totalmente” ou “tendo a concordar”, enquanto 12% foram contrários à essa ideia. Os 14% restante disseram não saber avaliar a afirmação (gráfico 12).

Gráfico 12 - O Ensino Secundário Profissional ajuda a combater a exclusão social em Portugal

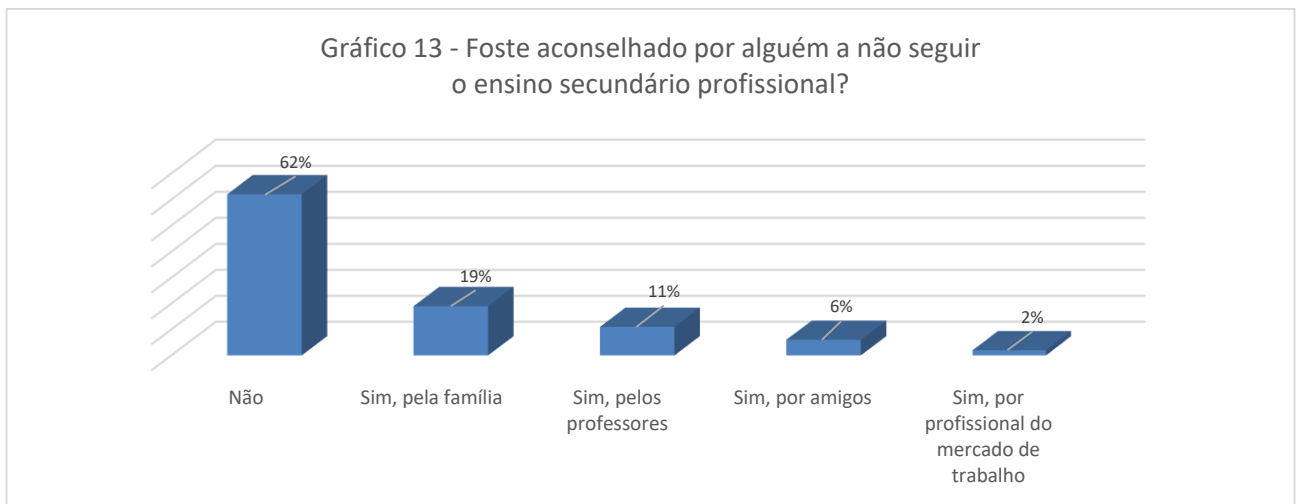


A análise das respostas dadas pela maioria dos alunos a esse conjunto de três questões a respeito da importância do ensino profissional para o fortalecimento da economia, para a redução do desemprego e para o combate a exclusão social, reforça a ideia de que a percepção histórica sobre esse percurso educativo está vindo a mudar ao longo dos últimos anos. O ensino profissional parece estar deixando de ser uma via educativa paliativa que, na maioria das vezes, servia apenas para absorver o contingente de alunos fracassados provenientes dos cursos científico-humanísticos com o intuito, pura e simplesmente, de minorar os efeitos negativos de

reprovações que carregavam em seus currículos e, conseqüentemente, poder terminar os ciclos obrigatórios de ensino.

Na segunda pergunta dessa seção, questionados se os alunos haviam recebido informações sobre o ensino profissional na ocasião em que tiveram de decidir qual o percurso educativo a seguir, 653 alunos (85%) responderam que sim, e apenas 118 alunos (15%) disseram que não.

Em seguida, ao serem questionados se à época em que decidiram cursar o ensino profissional haviam sido aconselhados por alguém a não seguir esse percurso educativo, 62% responderam negativamente. No entanto, 19% foram desencorajados pelas próprias famílias, 11% pelos seus professores, 6% por amigos e 2% por um profissional do mercado de trabalho (gráfico 13).



O percentual de 38% correspondente ao somatório das respostas que indicam que os alunos receberam conselhos desencorajadores no sentido de cursarem o ensino secundário profissional, apesar de significativamente inferior ao percentual de quem não recebeu esses conselhos (62%), ainda assim é elevado, o que parece apontar para a persistência dos conceitos históricos negativos vinculados a esse percurso educativo para parte da sociedade, o que de certa forma contraria a ideia dos próprios alunos em relação aos benefícios do ensino profissional para o desenvolvimento socioeconômico do país, analisadas nas respostas dadas à primeira pergunta dessa seção.

Ao serem questionados que fator tivera maior influência nas suas decisões em cursar o

ensino secundário profissional, em primeiro lugar aparece o aconselhamento de familiares ou amigos com 269 alunos (34,9%); em segundo, a perspectiva de carreira, citada por 104 alunos (13,5%); na terceira posição, a opção “sempre soube ser essa a carreira que queria seguir” foi a resposta escolhida por 91 alunos (11,8%); na quarta posição com 83 alunos (10,8%) a possibilidade de encontrar emprego; na quinta posição, com 61 alunos (7,9%), o aconselhamento dado por professores ou orientadores educativos; em sexto lugar, 47 alunos (6,1%) responderam “a possibilidade de terminar o ensino secundário mais facilmente” como fator decisivo para suas tomadas de decisão; na sétima posição, 45 alunos (5,8%) responderam que a possibilidade de prosseguir para níveis superiores de ensino havia sido determinante; em oitavo lugar, 30 alunos (3,9%) responderam que a possibilidade de obter um bom salário tinha sido fator decisivo para as suas escolhas; em nona posição, 22 alunos (2,8%) responderam que a maior influência foi o aconselhamento de um profissional do mercado de trabalho; na décima posição, 10 alunos (1,3%) disseram que a duração dos estudos tinha sido o fator mais preponderante. Nas duas últimas posições, a distância de casa, em décimo primeiro lugar, e o custo da educação, em décimo segundo, foram escolhidos por 7 alunos (0,9%) e 2 alunos (0,3%), respectivamente (gráfico 14).



Analisando os resultados encontrados, era esperado que a maior parcela de alunos fosse responder que o fator de maior influência provinha dos seus familiares ou amigos, como de fato aconteceu, o que é perfeitamente condizente com a faixa etária e com as características gerais de comportamento dos alunos frequentadores do ensino secundário.

Entretanto, o reduzido percentual de alunos (11,8%) que responderam que o fator que mais os tinha influenciado tinha sido a certeza de saberem ser essa a carreira que sempre quiseram

seguir, parece sugerir que, para a maioria dos participantes na pesquisa, a opção pelo ensino secundário profissional não passou prioritariamente por escolher um curso que viesse ao encontro das suas perspectivas profissionais futuras.

Outro ponto que chama a atenção é o diminuto percentual (5,8%) de respostas dadas à opção “Possibilidade de prosseguir para níveis superiores de estudos”, o que, de certa forma, pode sugerir que para os alunos que optaram pelos cursos profissionais para concluir o ensino secundário, este pode vir a ser uma espécie de “final de linha” em seus estudos, e que o prosseguimento para níveis superiores pode não estar em seus planejamentos de vida.

No entanto, cabe ressaltar que foi pedido aos alunos que optassem por apenas um fator de influência nas suas decisões de seguirem o percurso do ensino profissional, logicamente aquele de maior peso, ou seja, o fator de maior influência. Dessa forma, talvez se houvesse sido facultado a eles a possibilidade de darem uma ou mais respostas à pergunta feita, a configuração dos resultados viesse a sofrer alguma alteração.

A última pergunta da quarta seção dizia respeito especificamente à oferta de cursos profissionais existente nos concelhos de residência dos alunos, e era composta por cinco subquestões com o objetivo de compreender qual a percepção dos alunos em relação à oferta formativa e quanto à perspectiva do mercado de trabalho existente na sua zona de residência.

A primeira subquestão perguntava se o aluno achava que a oferta de cursos profissionais no concelho em que residiam era limitada na altura em que teve de escolher que curso seguir. Considerando a totalidade de participantes no estudo, 179 alunos (23%) responderam concordar totalmente com essa ideia, e 257 alunos (33%) responderam que tendiam a concordar, perfazendo mais da metade dos alunos participantes na pesquisa (436 alunos, equivalente a 56% do total). Em contrapartida, 224 alunos (29%) colocaram-se de forma discordante dessa premissa, dos quais 144 alunos (19%) responderam tender a discordar e 80 alunos (10%) que responderam discordar totalmente. Os 111 alunos (15%) restantes não souberam opinar (tabela 27).

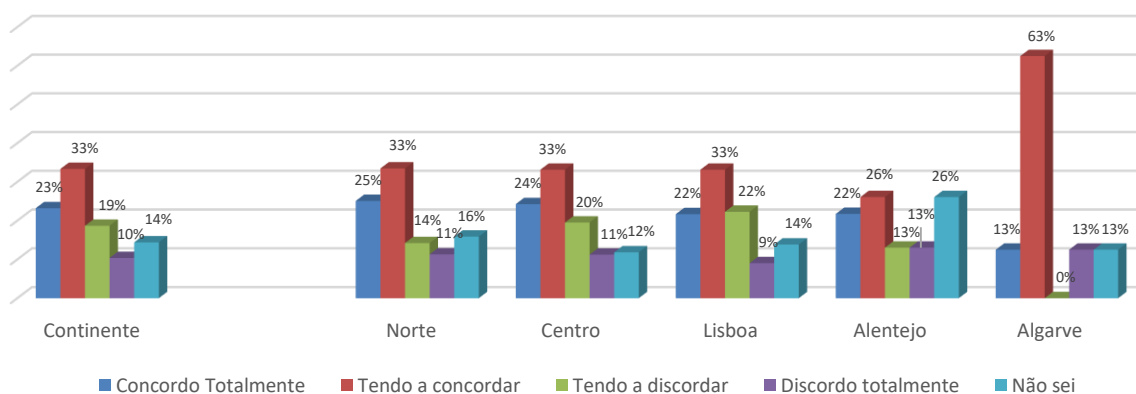
Tabela 27 - Percepção sobre a limitação da oferta de cursos no concelho de residência do aluno

	Concordo Totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não sei	Total
Continente	179	257	144	80	111	771
Norte	60	80	34	27	38	239
Centro	41	56	33	19	20	169
Lisboa	72	110	74	30	46	332
Alentejo	5	6	3	3	6	23
Algarve	1	5	0	1	1	8

Os resultados apresentados em todas as regiões apresentam forte semelhança nas respostas dos alunos (exceção feita ao Algarve, que apresenta percentuais bastante destoantes das outras regiões, certamente em virtude do número reduzido de alunos que participaram do estudo). Em todas as regiões, a maioria dos participantes respondeu concordar totalmente ou tender a concordar com a ideia de que a oferta de cursos profissionais nos seus concelhos era limitada, com índices muito parecidos, especialmente na regiões do Norte (58%), do Centro (57%) e de Lisboa (55%).

Quanto aos alunos que responderam discordar de que a oferta de cursos profissionais em seus concelhos de residência era limitada, também se constata uma significativa semelhança entre os somatórios percentuais encontrados para as respostas “discordo totalmente” e “tendo a discordar”: 25% no Norte, 31% no Centro e em Lisboa, e 26% no Alentejo. Aqui também o Algarve distoa do restante do país, face ao reduzido número de respostas conseguidas. Não souberam responder à questão, 16% dos alunos do Norte, 12% do Centro, 14% de Lisboa, 26% do Alentejo, e 13% do Algarve (gráfico 15).

Gráfico 15 - Percepção sobre a limitação da oferta de cursos no concelho de residência do aluno - %



Na segunda subquestão foi questionado aos alunos se achavam que os cursos profissionais ofertados estavam relacionados às empresas existentes nos seus concelhos de residência. A nível global, 185 alunos (24%) responderam concordar totalmente, enquanto 318 alunos (41%) disseram que tendem a concordar com essa proposição. Ou seja, 65% dos alunos responderam favoravelmente a essa proposição. Em sentido contrário, 102 alunos (13%) responderam que tendem a não concordar e 50 alunos (6%) optaram por discordar totalmente (tabela 28).

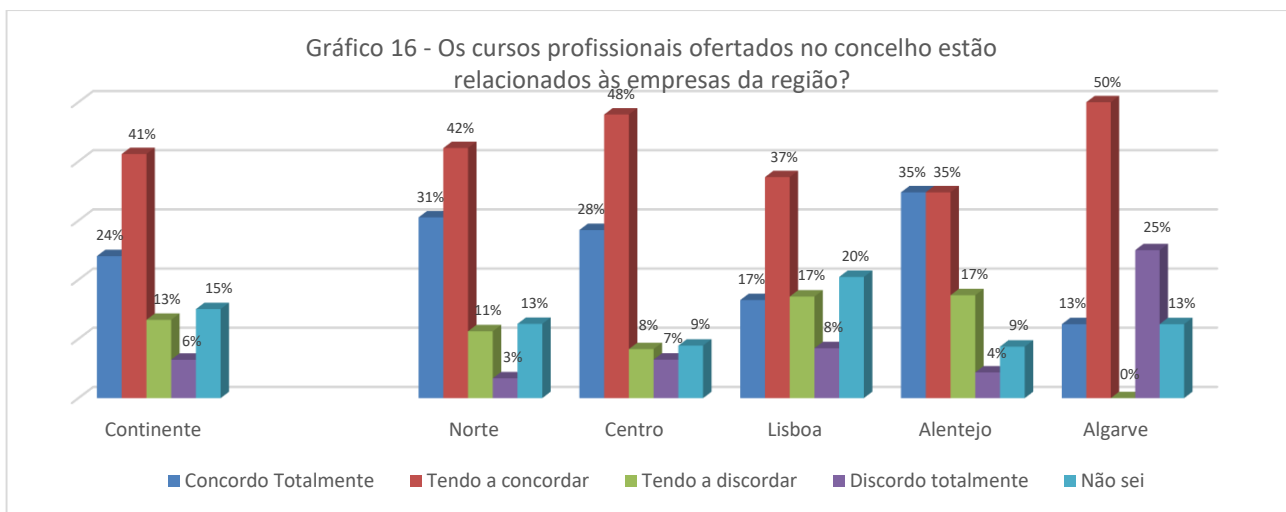
Tabela 28 - Os cursos profissionais ofertados no concelho estão relacionados às empresas da região?

	Concordo Totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não sei	Total
Continente	185	318	102	50	116	771
Norte	73	101	27	8	30	239
Centro	48	81	14	11	15	169
Lisboa	55	124	57	28	68	332
Alentejo	8	8	4	1	2	23
Algarve	1	4	0	2	1	8

Também sob a perspectiva regional e considerando o somatório das opções “concordo totalmente” e “tendo a concordar”, a maioria dos alunos respondeu perceber uma ligação entre as empresas da região e os cursos ofertados nos seus concelhos de residência, com índices que

se assemelham significativamente ou são superiores ao resultado continental: no Norte do país, 73%; no Centro, 76%; no Alentejo, 70%; e no Algarve, 63%. A região de Lisboa apresentou índice um pouco mais reduzido, ainda assim com mais da metade dos alunos (54%) sendo favoráveis à existência da relação em análise.

Em contrapartida, responderam “discordar totalmente” ou “tendo a discordar”, 14% dos alunos do Norte, 15% do Centro, 25% de Lisboa, 21% do Alentejo e 25% do Algarve (gráfico 16).



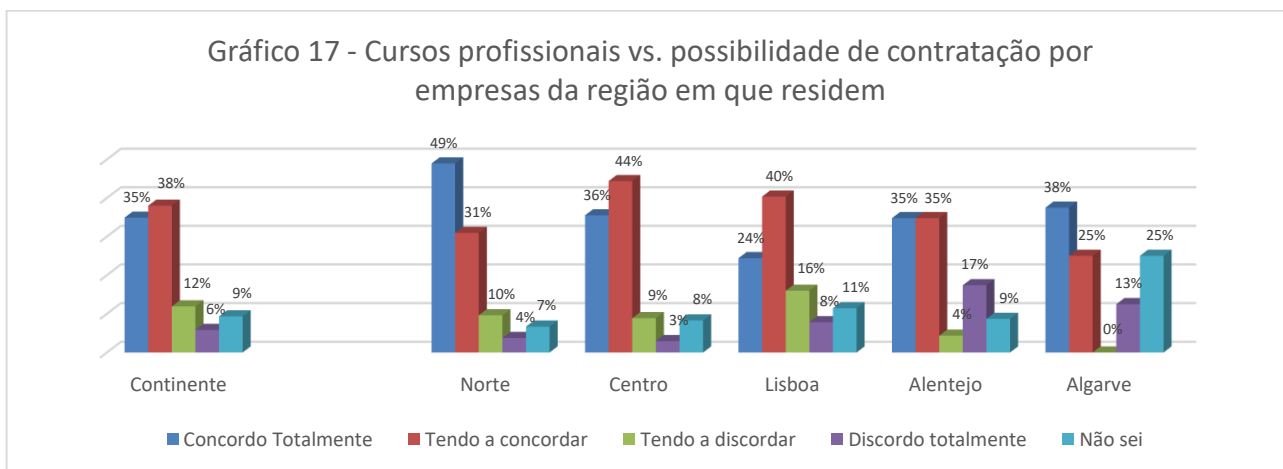
Em seguida, na terceira subquestão proposta, foi perguntado aos alunos se achavam que o curso que estavam a frequentar lhe daria a oportunidade de serem contratados pelas empresas estabelecidas nos seus respectivos concelhos.

Em termos continentais, observa-se que quase três quartos dos alunos (562 alunos, equivalente a 73%), ao terem respondido “concordo totalmente” ou “tendo a concordar”, veem os cursos profissionais que escolheram seguir com o potencial de despertar o interesse das empresas localizadas em seus concelhos para futuras contratações. Por outro lado, 137 alunos (18%) representam o somatório dos que se colocaram desfavoráveis à essa proposição, ao terem respondido que discordam totalmente ou que tendem a discordar (tabela 29).

Tabela 29 - O curso profissional frequentado lhe dará a oportunidade de ser contratado por uma empresa do concelho em que vive?

	Concordo Totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não sei	Total
Continente	269	293	92	45	72	771
Norte	117	74	23	9	16	239
Centro	60	75	15	5	14	169
Lisboa	81	134	53	26	38	332
Alentejo	8	8	1	4	2	23
Algarve	3	2	0	1	2	8

Analisando os percentuais encontrados por região, os alunos do Norte e do Centro se destacam como sendo aqueles que consideram mais favorável a relação entre os cursos profissionais que fazem e a oportunidade de virem a ser contratados por alguma empresa da região onde residem, ambas as regiões com um somatório de 80% entre os alunos que concordam totalmente e os que tendem a concordar com a hipótese apresentada. Em seguida, vem a região do Alentejo com 70%, Lisboa com 64% e o Algarve com 63% das repostas favoráveis à essa ideia (gráfico 17).



A quarta subquestão relativa à oferta formativa questionava se o aluno gostaria que o curso que estava frequentando possibilitasse a sua contratação por uma empresa localizada em seu concelho de residência. Dos 771 participantes, 347 alunos (45%) responderam que sim,

seguidos de 250 alunos (32%) que tendiam a concordar com a ideia de virem a ser contratados por uma empresa local face ao curso profissional que estavam cursando. Apenas 107 alunos (14%) responderam que discordavam totalmente ou tendiam a discordar (tabela 30).

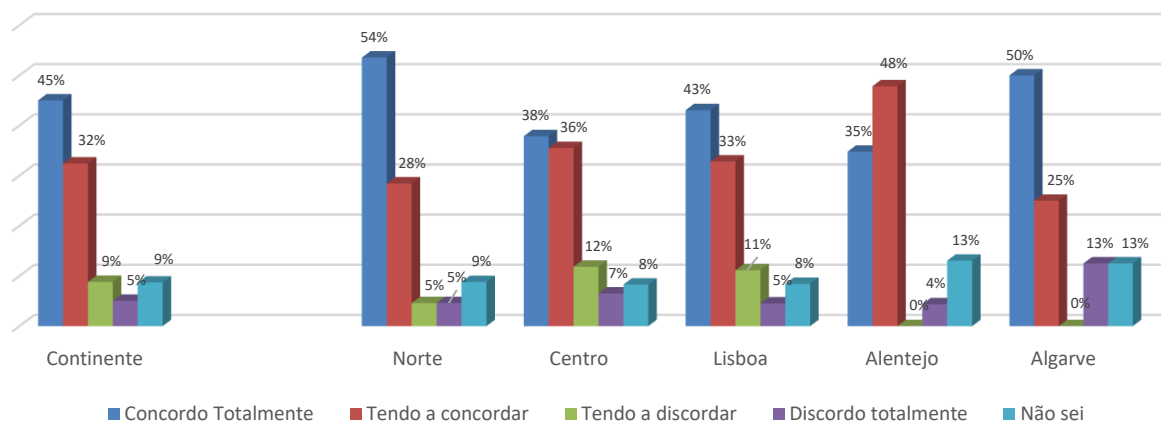
Tabela 30 - Gostava de ser contratado por uma empresa localizada no concelho em que reside?

	Concordo Totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não sei	Total
Continente	347	250	68	39	67	771
Norte	128	68	11	11	21	239
Centro	64	60	20	11	14	169
Lisboa	143	109	37	15	28	332
Alentejo	8	11	0	1	3	23
Algarve	4	2	0	1	1	8

Em termos regionais, 83% dos alunos do Alentejo responderam concordar totalmente ou tender a concordar com essa proposição, seguidos dos alunos do Norte do país, onde 82% revelaram que gostariam de que seus cursos possibilitassem as suas contratações por empresas locais. Na sequência, vem os alunos de Lisboa com 76%, do Algarve com 75% e do Centro com 74%, todos com índices bastante análogos (gráfico 18).

Esses altos índices vem ao encontro e acabam por fortalecer a ideia de que um dos atrativos do ensino secundário profissional é exatamente o fato de configurar um percurso educativo com um viés eminentemente prático, que tende a funcionar como porta de entrada para uma significativa parcela de jovens que optam por completar os ciclos obrigatórios de ensino através desse percurso formativo.

Gráfico 18 - Gostava de ser contratado por uma empresa localizada no concelho em que reside? - análise %



Note-se que apenas 10% dos alunos do Norte, 19% dos alunos do Centro, 16% de Lisboa, 4% do Alentejo e 13% do Algarve optaram por respostas desfavoráveis à essa hipótese, respondendo “tendo a discordar” ou “discordo totalmente”.

A última subquestão referente à oferta formativa dizia respeito à opinião que os alunos tinham quanto à adequação do curso que estavam a frequentar ao mercado de trabalho existente no concelho em que viviam, ou seja, se a oferta formativa estava ajustada às necessidades do tecido empresarial local.

Tabela 31 - O curso que frequenta está adequado às necessidades do mercado de trabalho local?

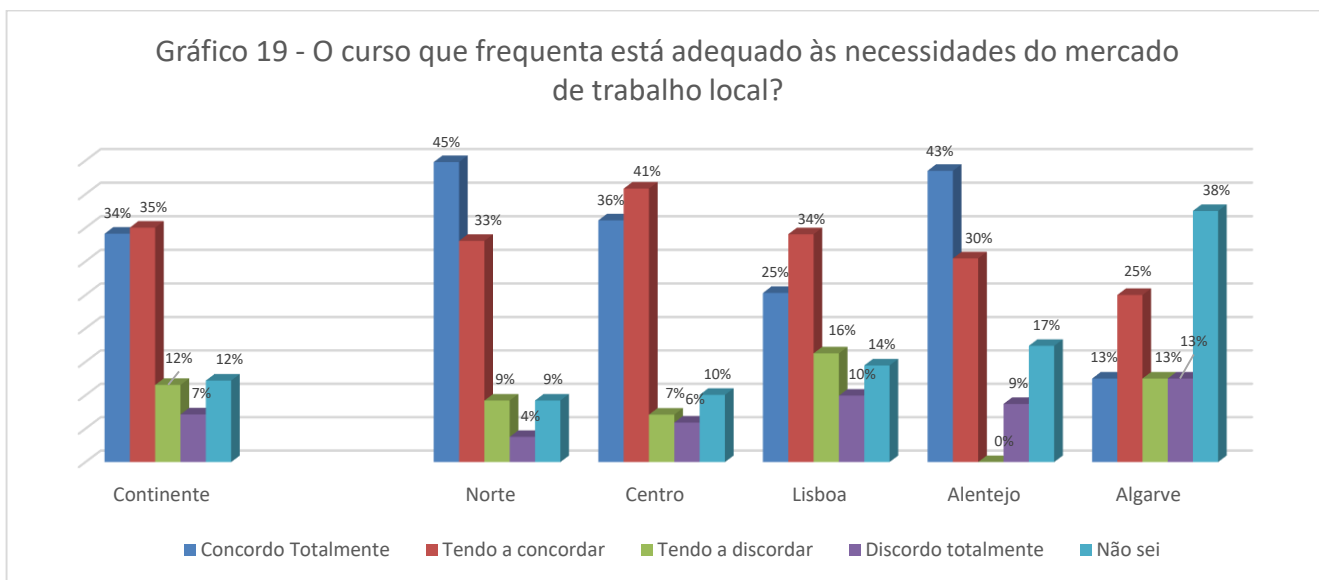
	Concordo Totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não sei	Total
Continente	263	270	89	55	94	771
Norte	107	79	22	9	22	239
Centro	61	69	12	10	17	169
Lisboa	84	113	54	33	48	332
Alentejo	10	7	0	2	4	23
Algarve	1	2	1	1	3	8

Em termos globais, 553 alunos (69%) responderam favoravelmente à essa questão ao marcarem as opções “concordo totalmente” ou “tendo a concordar”. Por outro lado, 144 alunos

(19%) consideraram que os cursos ofertados podiam não ser ou efetivamente não eram adequados às necessidades das empresas locais (tabela 31)

Em termos regionais, os alunos do Norte, do Centro e do Alentejo parecem ter a mesma percepção favorável sobre essa questão, uma vez que 78%, 77% e 75%, respectivamente, se dividiram entre as opções “concordo totalmente” ou “tendo a concordar”. Em Lisboa, esse percentual cai para 54%, enquanto no Algarve a queda ainda é maior, com os alunos favoráveis à essa premissa atingindo apenas 38% do total de alunos dessa região que responderam ao inquérito. No entanto, cabe lembrar que no Algarve, em virtude do reduzido número de respostas obtidas, os resultados podem não fazer jus à realidade. Além disso, vale notar que no Algarve 38% dos alunos disseram não saber responder a essa questão, um número bastante superior aos apresentados pelas demais regiões.

Quanto aos alunos que discordaram totalmente ou tenderam a discordar da adequação questionada, totalizaram 13% no Norte e no Centro, 26% em Lisboa e no Algarve, e 9% no Alentejo (gráfico 19).



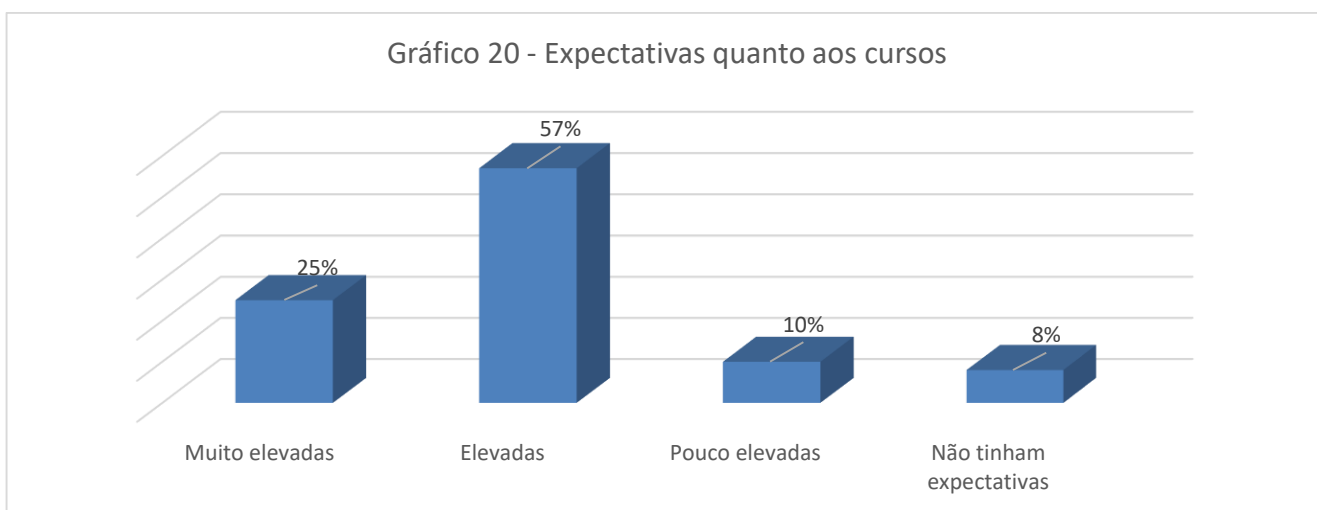
A percepção dos alunos em relação à adequação da oferta formativa no âmbito dos cursos do ensino secundário profissional às necessidades das empresas localizadas nas diferentes regiões do país, é um dado particularmente interessante para fornecer um maior embasamento na tentativa de encontrar uma resposta para uma das questões do presente estudo, exatamente a que tenta relacionar a oferta de cursos profissionais e o mercado de trabalho local.

Nesse sentido, pela maioria dos resultados encontrados, tanto a nível continental quanto em relação às regiões em particular, exceção feita ao Algarve pelo motivo já apresentado anteriormente, há uma clara indicação de que, do ponto de vista dos alunos, essa adequação existe, o que pode ser um indício de que a oferta formativa vem sendo regulada e ajustada às necessidades do tecido empresarial, notadamente no que respeita às ofertas do ensino secundário profissional privado, objeto do presente estudo.

7.1.5 – Níveis de percepção / satisfação pessoais com o ensino secundário profissional

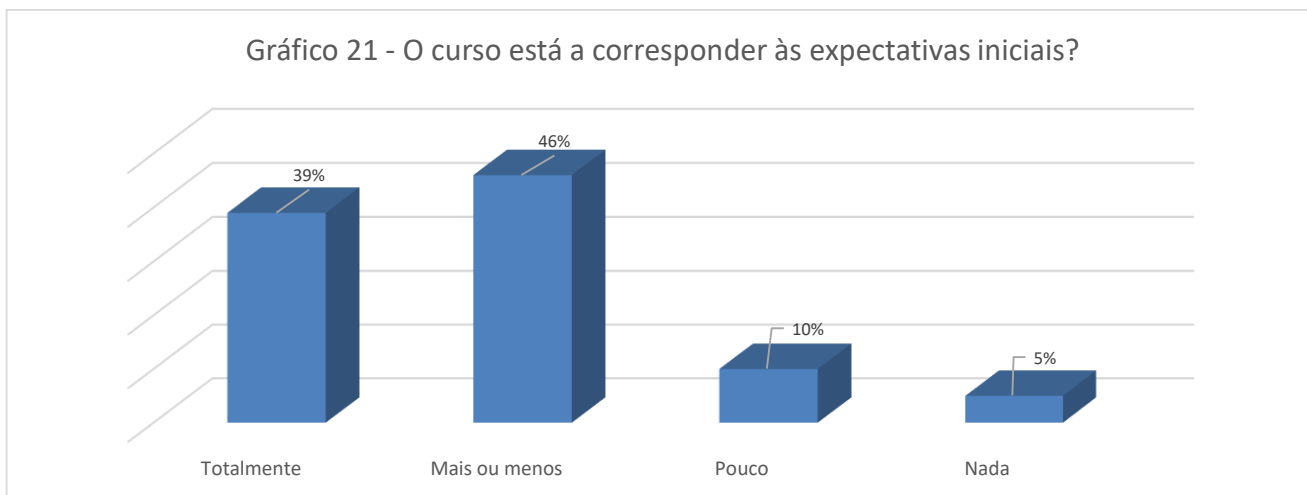
A quinta seção do inquérito era constituída por sete questões inerentes à percepção e a satisfação dos alunos a respeito do ensino secundário profissional, uma vez que já estavam inseridos nesse contexto educativo.

Ao serem questionados sobre as expectativas que tinham ao entrarem para o ensino secundário profissional privado, um quarto dos alunos (25%) responderam que eram muito elevadas, seguido por mais da metade dos alunos (57%) que responderam possuir expectativas elevadas, enquanto 10% revelaram esperar pouco do curso e 8% disseram não ter qualquer expectativa (gráfico 20).



A relevante concentração de respostas favoráveis a esse questionamento, correspondente a 82% do total de participantes, vem reforçar a ideia de que os alunos optaram por seguir o percurso profissional no ensino secundário particular como primeira opção, por estarem decididos conscientemente a trilhar um caminho formativo diferente, fundamentado num ensino voltado para a prática de uma formação profissional.

Entretanto, ao serem questionados em que medida o curso está a corresponder às expectativas iniciais, os resultados não se mantiveram no mesmo nível encontrado na questão anterior. A maior parcela dos alunos, 46%, responderam que as expectativas estão a ser “mais ou menos” correspondidas, ou seja, apenas parcialmente. Somente 39% dos alunos responderam que as expectativas estão a ser correspondidas totalmente (gráfico 21).



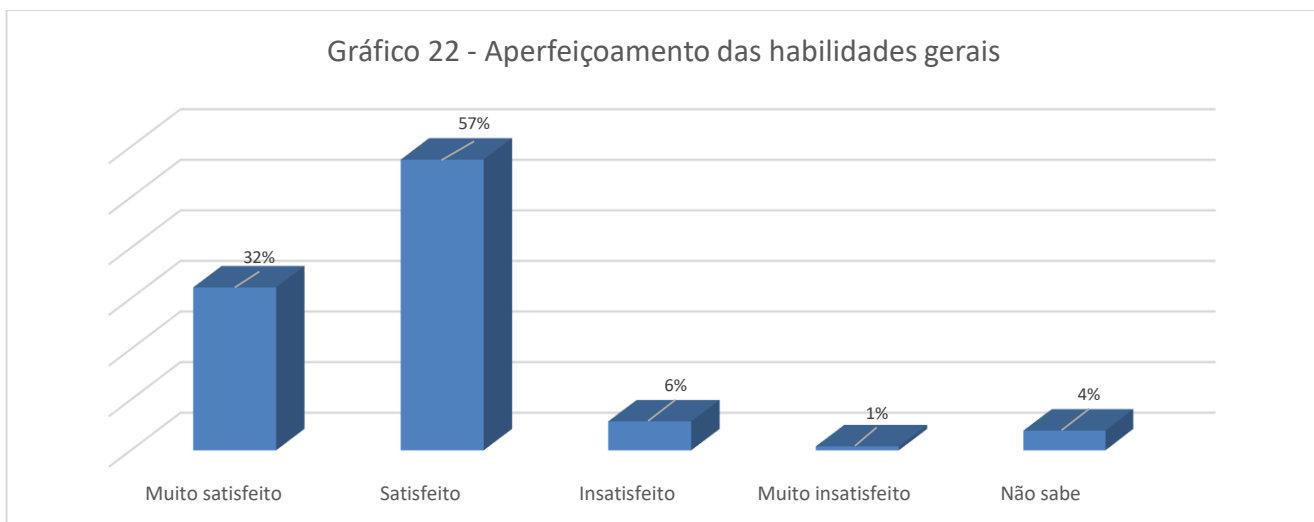
Esses fracos resultados quanto às expectativas dos alunos podem estar relacionados ao fato de que o ensino secundário profissional não desobriga o aluno de cursar disciplinas de cunho sociocultural e científico (Português, Língua Estrangeira, Matemática, Área de Integração, entre outras), que possuem carga horária e peso significativos nos currículos dos cursos profissionais. À essas disciplinas correspondentes à formação geral, somam-se as disciplinas técnicas específicas de cada curso, o que eleva consideravelmente o nível de exigência do ensino secundário profissional, tanto na quantidade de disciplinas lecionadas quanto na carga horária exigida, normalmente integral.

Para que possam concluir seus cursos e receber o nível 4 de classificação, sem o qual não podem exercer a profissão de técnicos na área escolhida, os alunos precisam ser aprovados em todas as disciplinas relativas às três componentes – socioculturais, científicas e técnicas. Não é raro encontrar alunos que terminam toda a parte técnica do curso mas ainda possuem módulos socioculturais e/ou científicos a completar. Portanto, a baixa correspondência das expectativas quanto aos cursos pode estar vinculada a esse aspecto, pois uma parcela considerável de alunos pode achar que por ter optado seguir um curso profissional o peso das disciplinas não técnicas não causaria grande interferência no andamento dos seus estudos, o que não se confirma ao efetivamente começarem os estudos.

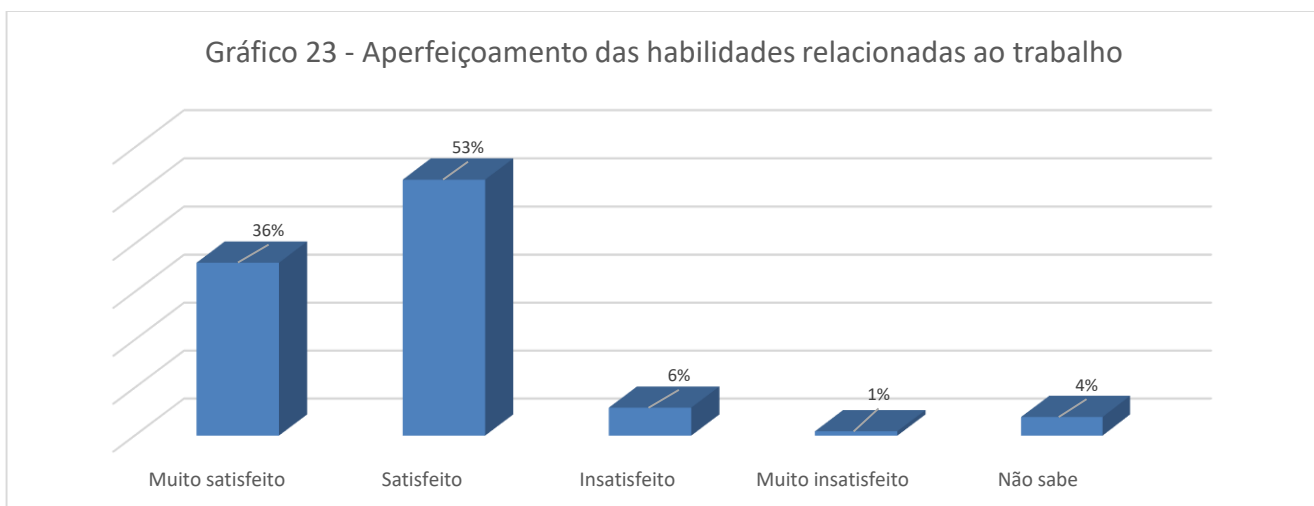
Seguindo essa linha de análise, a pergunta seguinte do inquérito questionava os alunos a respeito dos níveis de satisfação em relação a alguns aspectos gerais do ensino profissional a saber: (i) aperfeiçoamento das habilidades gerais (socialização, cooperação e trabalho em equipa, resolução de problemas e conflitos, tomada de decisão e liderança), (ii) aperfeiçoamento das

habilidades relacionadas ao trabalho, (iii) estruturas físicas disponibilizadas pela escola, (iv) qualidade dos professores, com as seguintes opções de respostas: “muito satisfeito”, “satisfeito”, “insatisfeito”, “muito insatisfeito” e “não sabe”.

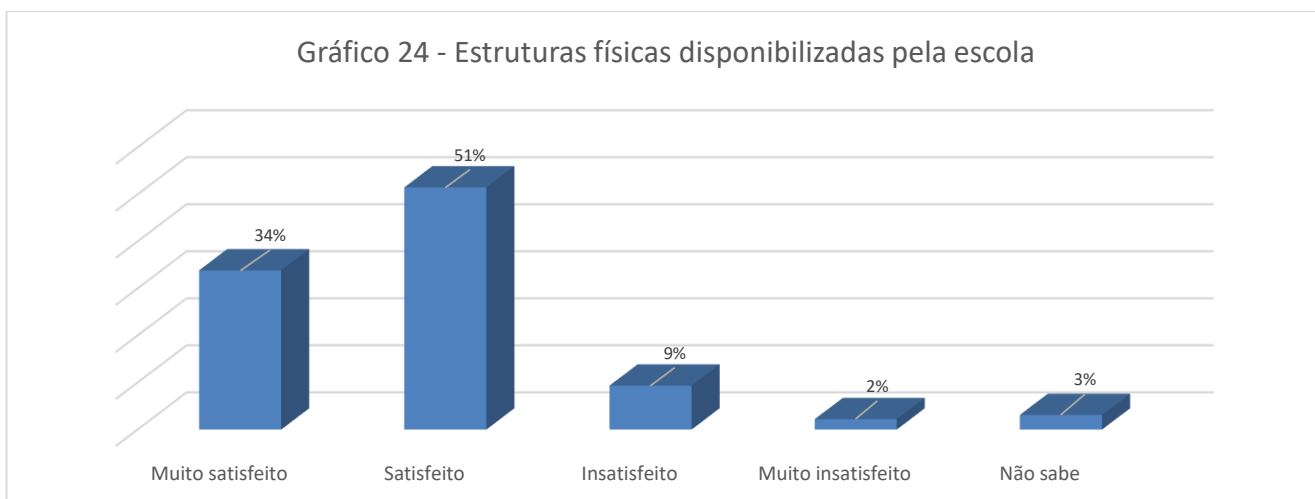
Quanto ao aperfeiçoamento das habilidades gerais, 32% responderam estar muito satisfeitos e 57% responderam estar satisfeitos, totalizando 89% de respostas favoráveis. Somente 7% responderam estar insatisfeitos (6%) ou muito insatisfeitos (1%), enquanto 4% não souberam responder (gráfico 22).



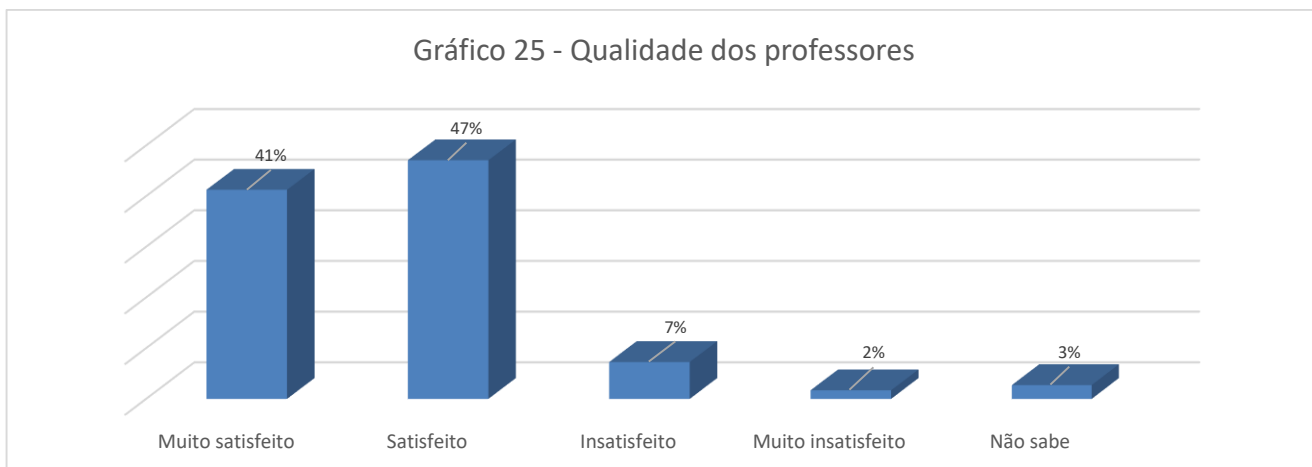
Com relação ao aperfeiçoamento das habilidades relacionadas ao trabalho, 36% declararam-se muito favoráveis e 53% favoráveis, totalizando 89% de respostas favoráveis. De forma similar ao aperfeiçoamento das habilidades gerais, 6% dos alunos responderam estar insatisfeitos e 1% muito insatisfeitos, com 4% não sabendo responder (gráfico 23).



No que concerne às estruturas físicas disponibilizadas pelas escolas, 85% dos alunos responderam estar muito satisfeitos (34%) ou satisfeitos (51%), enquanto 11% se posicionaram de forma desfavorável, com 9% insatisfeitos e 2% muito insatisfeitos. Não souberam responder 3% dos participantes (gráfico 24). Por esse estudo ter como foco as escolas secundárias profissionais privadas, esse dado se reveste de particular interesse, uma vez que essas escolas surgiram para atender exclusivamente a esse tipo de ensino, tendo sido estruturadas fisicamente moldadas às necessidades dos cursos por elas ofertados.

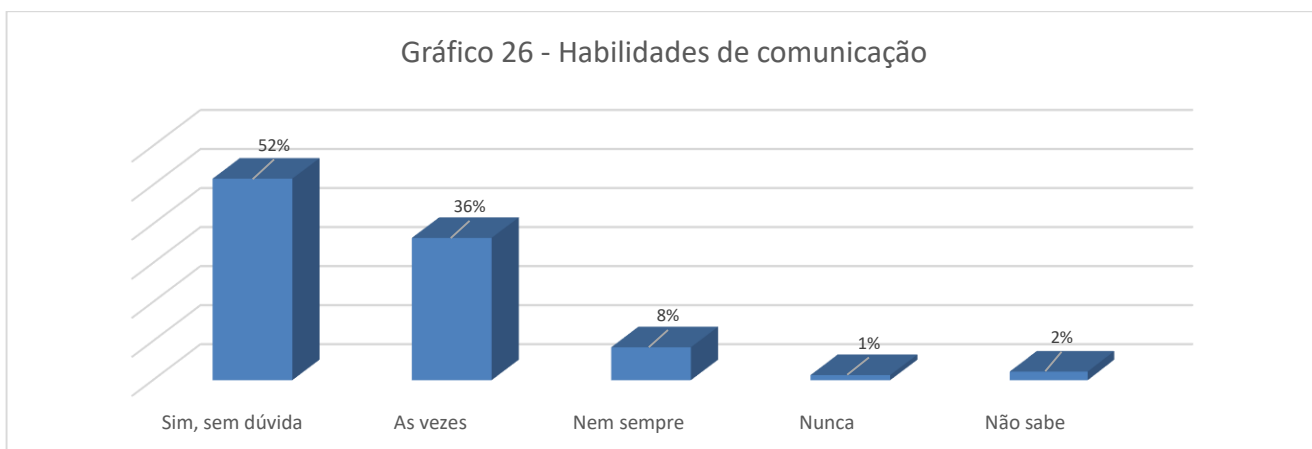


Acerca da qualidade dos professores, 41% responderam estar muito satisfeitos e 47% satisfeitos, perfazendo um total de 88% de alunos com graus de satisfação favoráveis. Em contrapartida, 7% responderam estar insatisfeitos e 2% muito insatisfeitos; 3% dos alunos não souberam responder (gráfico 25). Esse é um dado que se configura particularmente interessante para a análise desse estudo, uma vez que a equipa docente das escolas secundárias profissionais particulares são constituídas, via de regra, por profissionais que, além das suas cargas letivas, estão inseridos no mercado de trabalho atuando ativamente, estando, portanto, em linha com as demandas existentes e com as atualizações exigidas em termos de conhecimentos por parte das empresas.

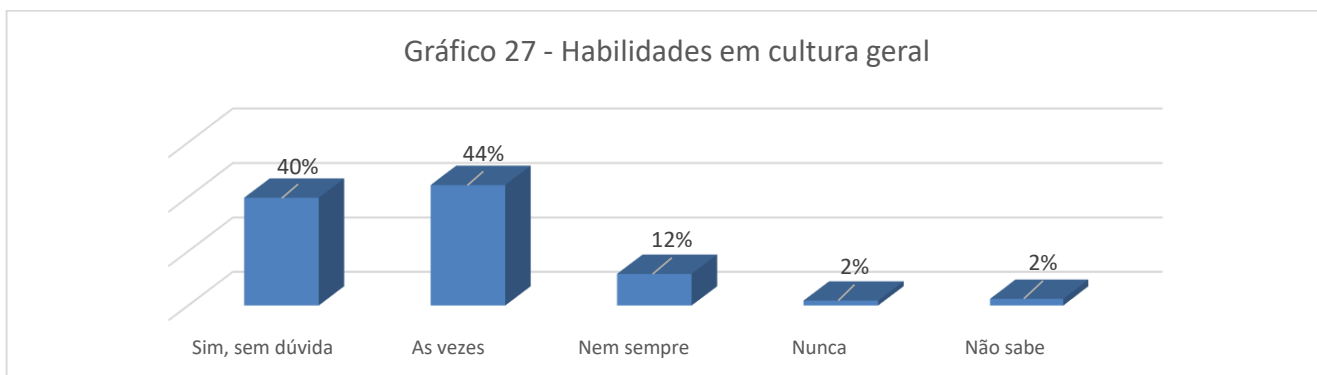


A pergunta seguinte tinha por objetivo conhecer a percepção dos alunos quanto ao desenvolvimento de algumas habilidades específicas no decorrer do ensino profissional: (i) habilidades de comunicação, (ii) habilidades em cultura geral, (iii) habilidades matemáticas, (iv) habilidades científicas e tecnológicas, (v) habilidades digitais e computacionais, (vi) capacidade de auto-organização, (vii) competências sociais e cívicas, (viii) criatividade, (ix) senso de iniciativa e empreendedorismo, (x) consciência cultural (apreciação de música, artes performáticas e visuais, literatura), (xi) capacidade de pensar criticamente, e (xii) capacidade de trabalhar em equipa. Para cada tipo de habilidade/capacidade, foram dadas cinco opções: “sim, sem dúvida”, “às vezes”, “nem sempre”, “nunca” ou “não sabe”.

Com respeito às habilidades de comunicação, mais da metade dos alunos, 52%, respondeu que sem dúvida estavam desenvolvendo esse tipo de habilidades, enquanto 36% optaram por responder “às vezes”. Em contraposição, 8% optou por “nem sempre” e apenas 1% respondeu “nunca”. Os 2% restantes não souberam responder a questão (gráfico 26).

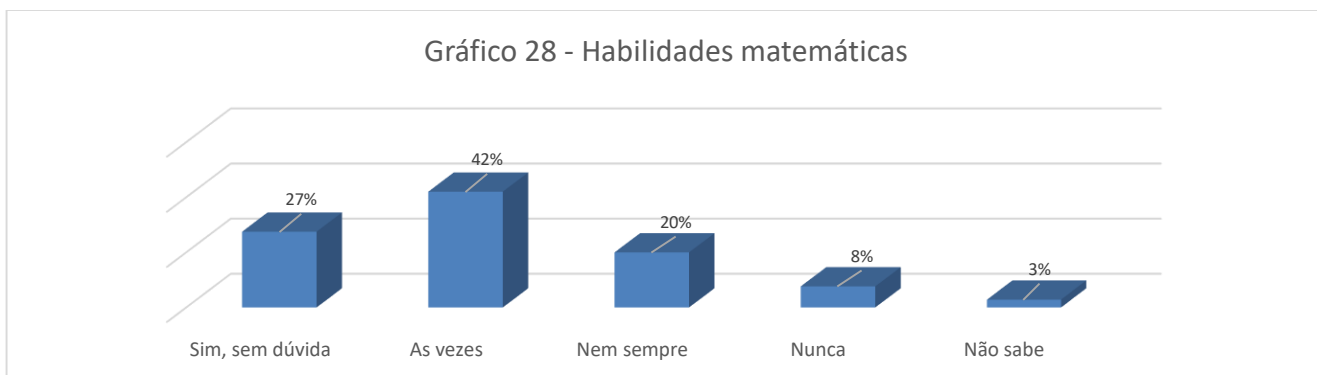


84% dos alunos responderam perceber que estão experienciando um maior desenvolvimento das suas habilidades em cultura geral, apesar de 44% deles reconhecerem esse desenvolvimento de forma ocasional. Os restantes 16%, dividem-se entre os que responderam que nem sempre (12%) ou nunca (2%) percebiam desenvolvimento nessa área, enquanto 2% não souberam responder (gráfico 27).



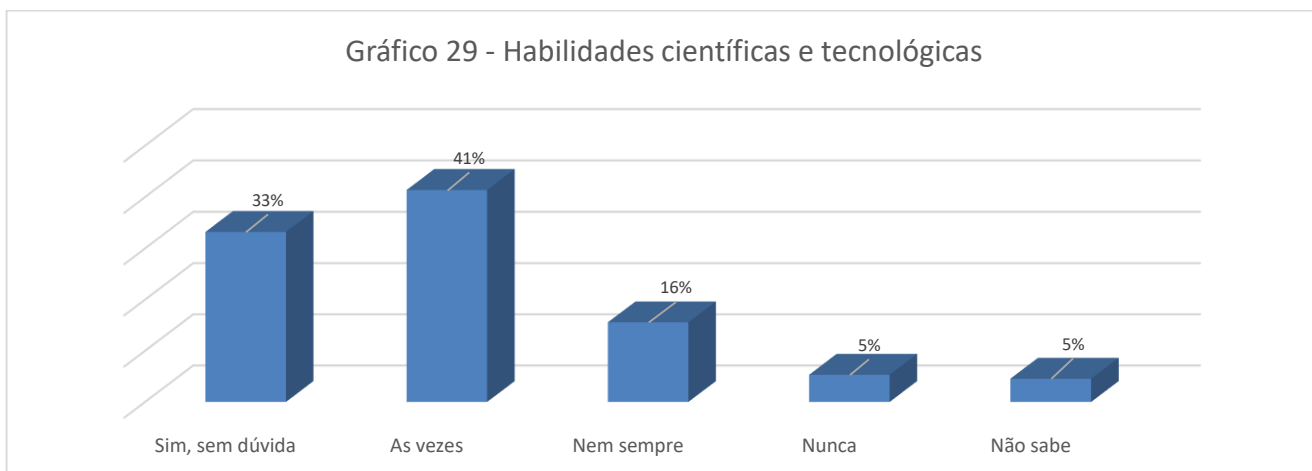
No que se refere às habilidades matemáticas, 27% responderam não ter dúvidas que estão desenvolvendo as mesmas, seguidos de 42% de alunos que optaram por responder que percebem que o desenvolvimento desse tipo de habilidade ocorre às vezes. Por outro lado, 20% dos alunos responderam “nem sempre” e 8% optaram por responder que no ensino profissional nunca desenvolveram as habilidades matemáticas (gráfico 28).

É de se notar que muitos dos cursos frequentados pelos alunos que participaram do inquérito não possuem a Matemática como uma das principais disciplinas curriculares, apesar de em todos os cursos ser obrigatoriamente lecionada, com variações de carga horária dependendo das especificidades de cada área de formação. Seguramente, a importância dada pelos alunos em relação à Matemática varia conforme os cursos escolhidos, o que claramente afeta os resultados encontrados para o desenvolvimento desse tipo de habilidade.



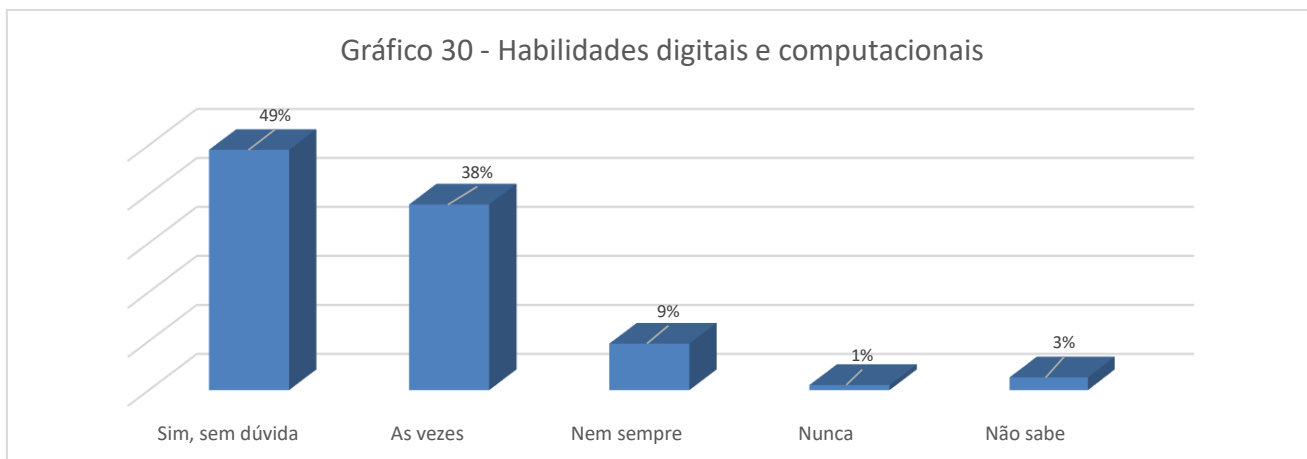
Quanto às habilidades científicas e tecnológicas, 33% dos alunos não tem dúvida que estão a desenvolvê-las e 41% reconhecem um desenvolvimento ocasional. 16% responderam nem sempre perceber desenvolvimento nessa área, enquanto 5% disseram não reconhecer qualquer desenvolvimento das sua habilidades científicas e tecnológicas no ensino profissional (gráfico 29).

No que tange às habilidades científicas e tecnológicas, pode-se referir que ocorre algo semelhante às habilidades matemáticas, uma vez que em diversas áreas formativas esse tipo de habilidades não são as mais preponderantes, o que certamente afeta o grau de interesse de uma parcela de alunos.

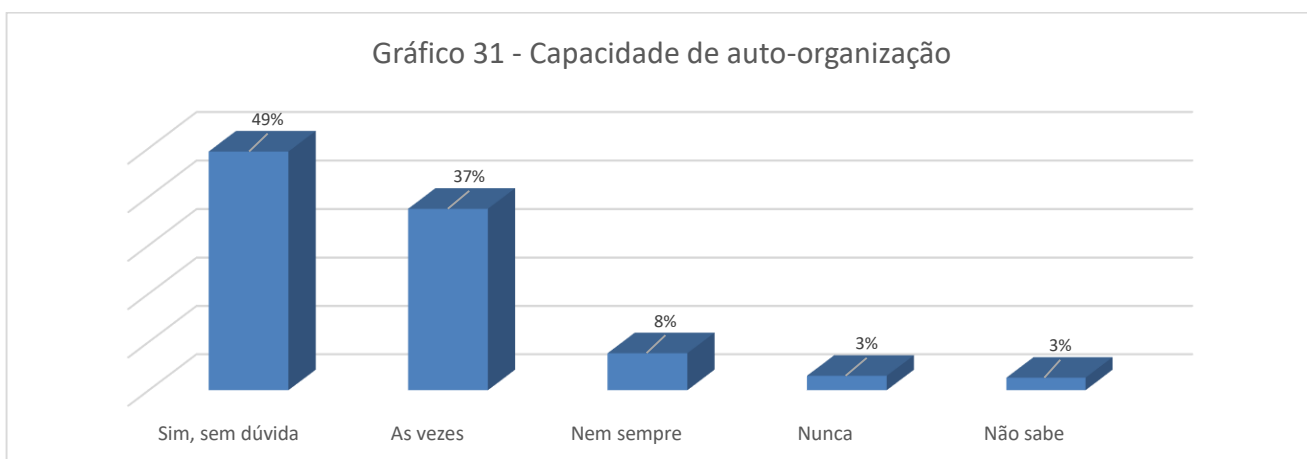


Com referência às habilidades digitais e computacionais, 49% referiram que seguramente estavam desenvolvendo-as durante o ensino profissional, seguidos de 38% que responderam “às vezes” (gráfico 30).

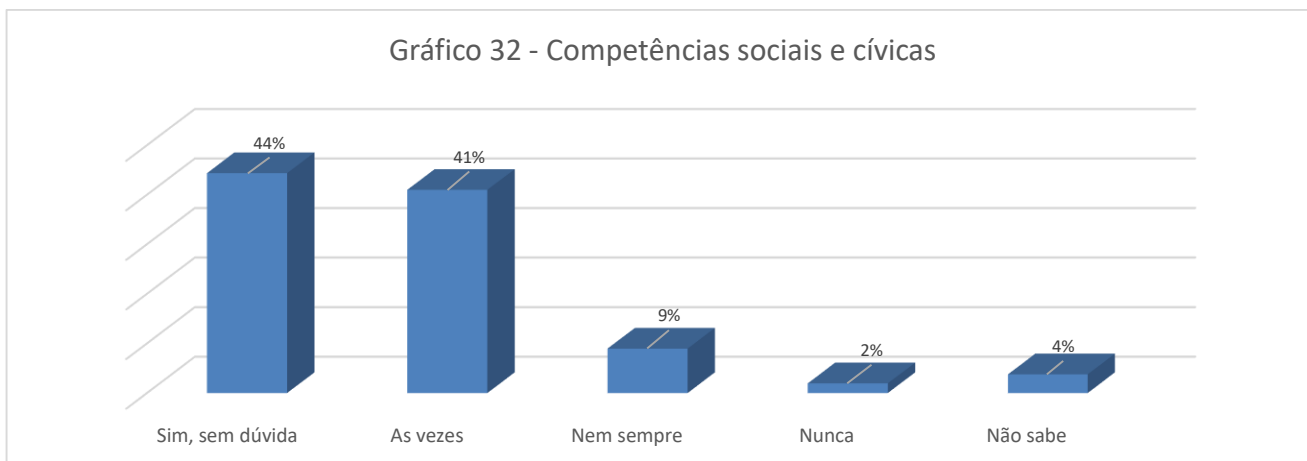
Tendo em vista que as inovações tecnológicas cada vez mais aceleradas estão provocando mudanças consideráveis nas empresas e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, aumentando sobremaneira os níveis de exigência quanto à uma mão de obra melhor preparada nos aspectos digitais e computacionais, esses resultados favoráveis reforçam a importância do ensino profissional como um percurso educativo que pode dotar os jovens com as competências e habilidades necessárias que facilitem a entrada no mercado de trabalho.



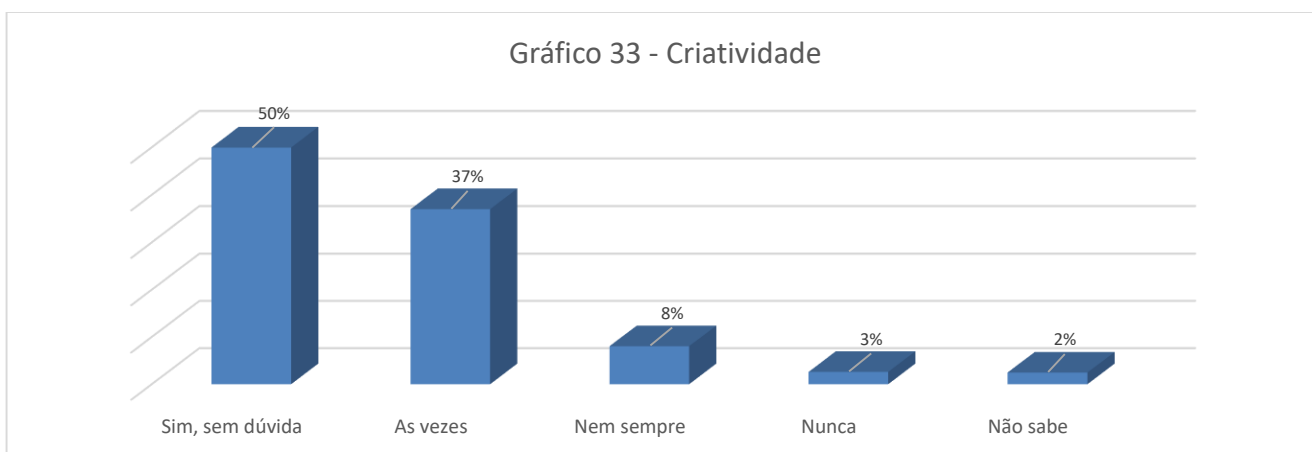
Quase a metade dos alunos (49%) respondeu que seguramente estavam a desenvolver as suas capacidades de auto-organização durante o ensino profissional, enquanto 37% disseram que isso se dava ocasionalmente. Em sentido inverso, 8% responderam “nem sempre” perceber esse desenvolvimento, e 3% dos alunos afirmaram que o ensino profissional nunca provocou o desenvolvimento de suas capacidades de auto-organização (gráfico 31).



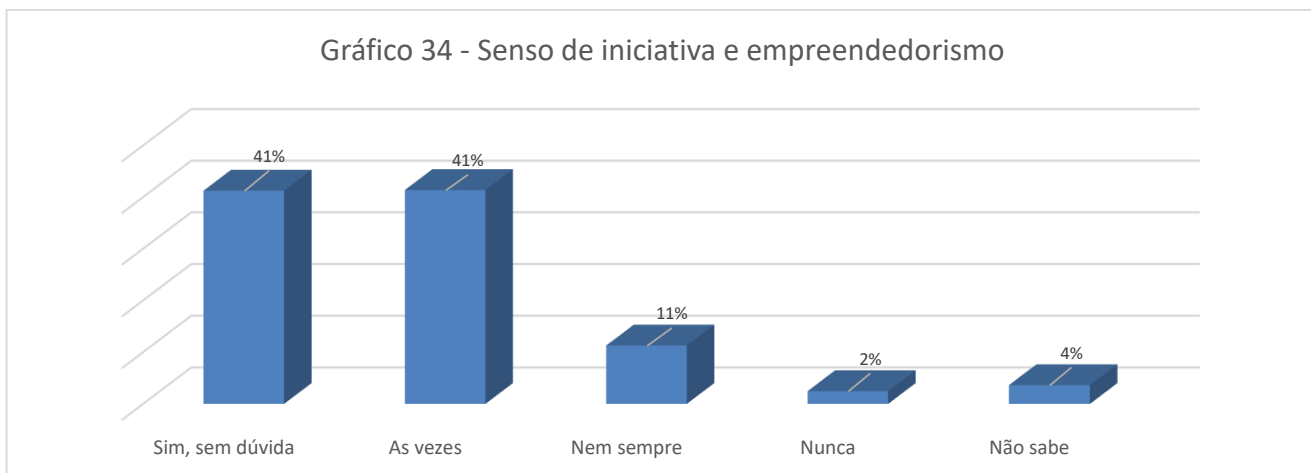
Acerca das competências sociais e cívicas, 44% responderam que sem dúvida perceberam que as mesmas foram desenvolvidas no decorrer do ensino profissional, seguidos de 41% dos alunos que às vezes perceberam esse incremento. Ao contrário, 9% dos alunos nem sempre perceberam avanços no desenvolvimento das suas competências sociais e cívicas, e 2% reconheceram que o ensino profissional nunca os ajudou a desenvolvê-las (gráfico 32).



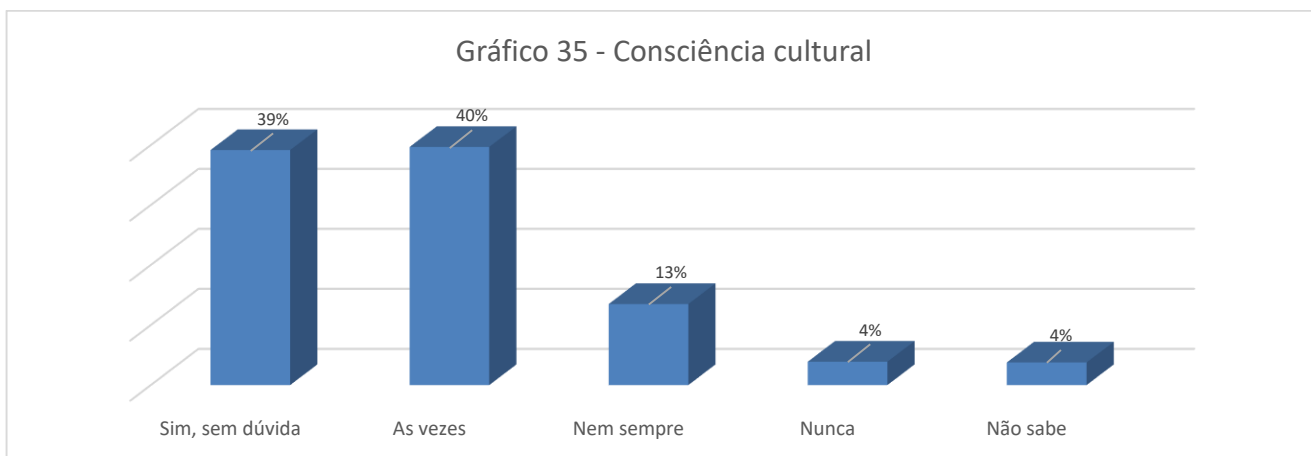
Exatamente a metade dos alunos participantes do inquérito respondeu que seguramente o ensino profissional contribuiu para o desenvolvimento de suas habilidades criativas, enquanto 37% responderam que ocasionalmente havia contribuído. Contrariamente, 8% dos alunos responderam que nem sempre perceberam essa contribuição, e 3% afirmaram que o ensino profissional nunca havia contribuído para o desenvolvimento de suas habilidades criativas (gráfico 33).



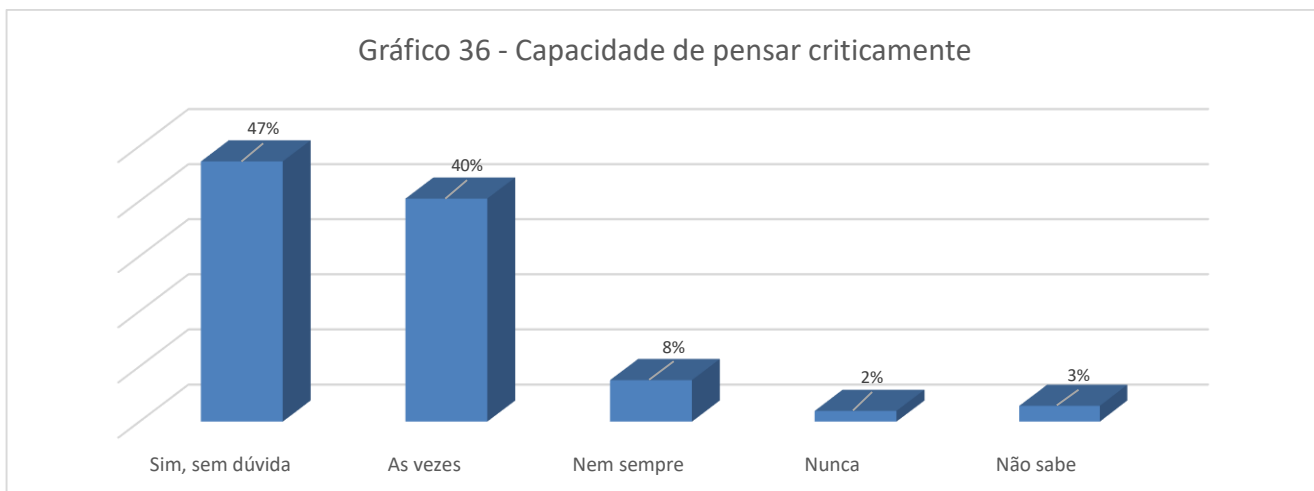
Relativamente ao senso de iniciativa e empreendedorismo, 41% responderam que certamente o ensino profissional havia favorecido o seu desenvolvimento, seguidos pelo mesmo percentual de alunos que disseram perceber esse favorecimento de forma ocasional. Ainda assim, 11% responderam “nem sempre” e 2% disseram que o ensino profissional nunca proporcionou a eles o desenvolvimento dos seus sentidos de iniciativa e empreendedorismo (gráfico 34).



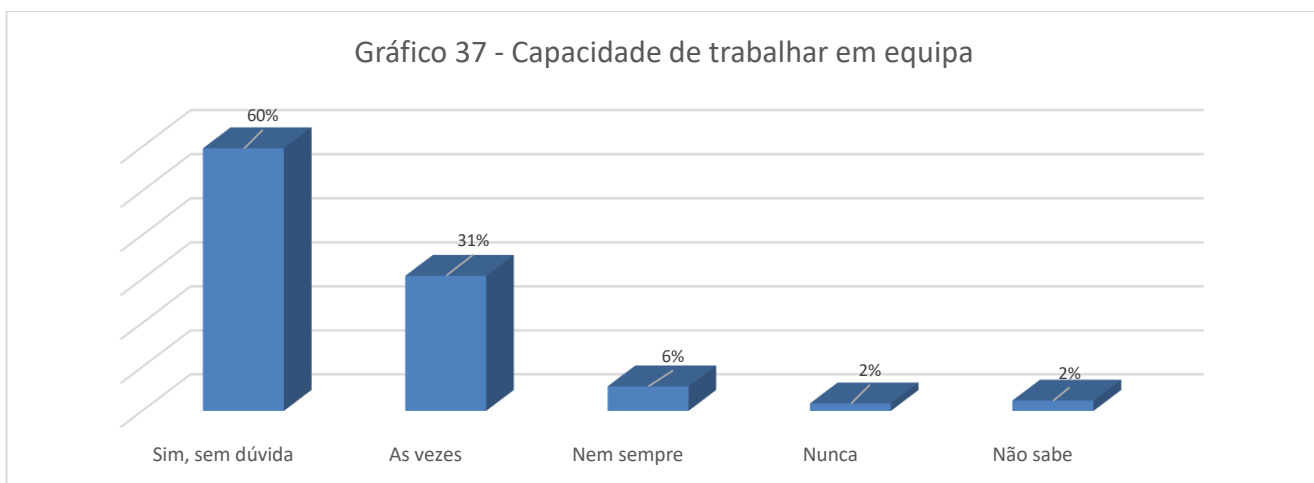
No tocante à consciência cultural, 39% dos alunos disseram que o ensino profissional colaborou decididamente para o desenvolvimento que experimentaram nesse item, seguidos de 40% que reconheceram que esse crescimento se deu eventualmente. Por outro lado, 4% não reconhece qualquer contribuição do ensino profissional nesse sentido, enquanto 13% nem sempre percebem esse desenvolvimento (gráfico 35).



No que diz respeito à capacidade de pensar criticamente, 47% afirmaram ter percebido sem dúvida um maior desenvolvimento nessa área durante o ensino profissional, seguidos de 40% que indicaram desenvolvimento ocasional. Em sentido contrário, 8% responderam “nem sempre” perceber tal desenvolvimento, e 2% não atribuíram ao ensino profissional qualquer desenvolvimento de suas capacidades de pensar criticamente (gráfico 36).



Em referência à capacidade de trabalhar em equipa, 60% dos alunos responderam reconhecer que as suas capacidades foram seguramente desenvolvidas no decorrer do ensino profissional, seguidos de 31% que responderam que ocasionalmente suas capacidades nesse sentido foram ampliadas. Ainda assim, 6% dos alunos optaram por responder que nem sempre percebiam desenvolvimento nessa área, e 2% responderam que o ensino profissional não contribuiu para o aumento das suas capacidades para trabalhar em equipa (gráfico 37).



Em geral, todas as habilidades e capacidades constantes nesse item do questionário vão ao encontro das especificidades inerentes ao ensino secundário profissional, ao considerarmos que o mesmo tem por finalidade primeira preparar os jovens para a entrada no mercado de trabalho e, assim, promover avanços socioeconómicos, tanto a nível individual como da coletividade, objetivando a alavancagem das economias e, por conseguinte, a redução da

exclusão social.

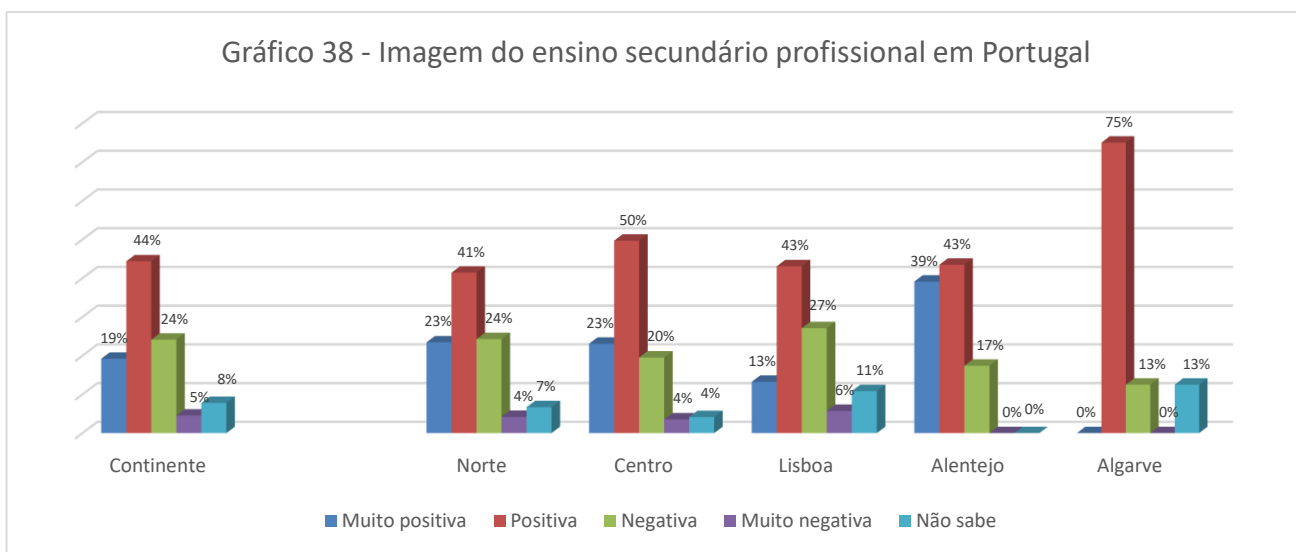
Nesse sentido, tomando por base as respostas consideradas favoráveis aos desenvolvimentos das habilidades e capacidades proporcionadas por esse percurso educativo (“sim, sem dúvida” e “às vezes”), os resultados encontrados indicam que, na visão do aluno, o ensino secundário profissional nas escolas particulares tem alcançado sucesso na linha educativa aplicada, desenvolvendo ou dotando os alunos com as capacidades e habilidades sociais e emocionais cada vez mais exigidas pelas empresas. De fato, com exceção das habilidades matemáticas (69%), das habilidades científicas e tecnológicas (74%) e da consciência cultural (79%), todas as demais apresentaram resultados superiores a 80% no somatório total das respostas “sim, sem dúvida” e “às vezes”, a saber: habilidades de comunicação, com 88%; habilidades de cultura geral, com 84%; habilidades digitais e computacionais, com 87%; capacidade de auto-organização, com 86%; capacidades sociais e cívicas, com 85%; criatividade, com 87%; senso de iniciativa e empreendedorismo, com 82%; capacidade de pensar criticamente, com 87%; e capacidade de trabalhar em equipa, com 91%.

Na sequência, foi questionado aos alunos como eles percebiam a imagem do ensino secundário profissional em Portugal. À essa pergunta, deveriam responder optando de acordo com uma escala variando entre “muito positiva”, “positiva”, “negativa”, “muito negativa” ou “não sabe”.

Os resultados consolidados a nível continental mostram que 63% dos alunos consideram que o ensino secundário profissional tem uma imagem favorável em Portugal (19% responderam que a imagem é muito positiva e 44% disseram ser positiva). Por outro lado, 24% dos alunos responderam a imagem é negativa e 5% muito negativa, totalizando 29% de respostas desfavoráveis. Os restantes 8% não souberam responder à questão.

Em termos regionais, o Alentejo é a região que apresentou maior percentual de respostas favoráveis (82%, dos quais 39% considerou a imagem muito positiva e 43% positiva), seguido do Algarve (75%), do Centro (73%), do Norte (64%) e de Lisboa (56%). Quanto ao percentual total de respostas desfavoráveis (soma entre “muito negativa” e “negativa”), Lisboa é a região com o maior percentual (33%), seguida do Norte (28%), do Centro (24%), do Alentejo (17%) e do Algarve (13%). Com exceção do Alentejo, em todas as outras regiões, percentuais variados de alunos não souberam responder à questão: no Norte, 7%; no Centro, 4%; em Lisboa, 11%; e no Algarve, 13% (gráfico 38).

Os resultados favoráveis relacionados à imagem positiva do ensino secundário profissional em Portugal sugerem que o conceito negativo atrelado historicamente a esse percurso educativo pode estar finalmente mudando. De fato, ao longo dos anos, o governo português, em conjunto com algumas instituições internacionais voltadas ao desenvolvimento socioeconómico europeu, vem dedicando esforços na busca de uma maior valorização do ensino profissional, entendido como um elemento fundamental para o crescimento económico do país, passando pelo fato de ser um potencial redutor da exclusão escolar e, por conseguinte, de outras situações negativas derivadas desse problema, dentre elas, a criminalidade. A opinião positiva dos alunos nas cinco regiões do país parece, portanto, sugerir que as políticas de valorização dessa via educativa estão no caminho certo.



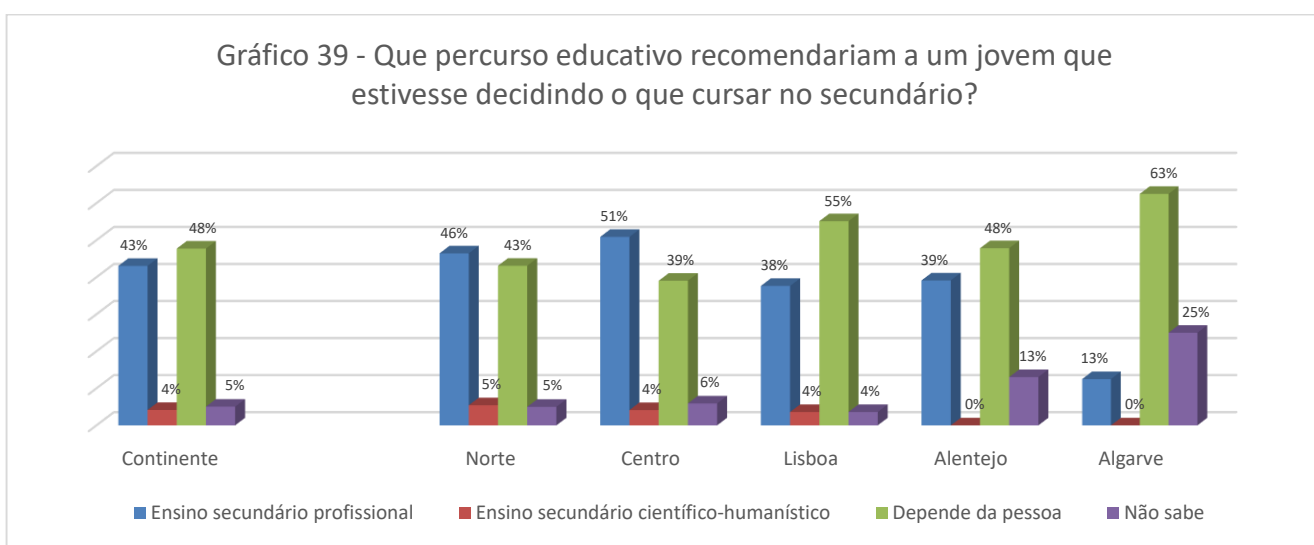
Considerando a experiência que possuíam por já estarem cursando o ensino secundário profissional, foi questionado aos alunos que percurso educativo (científico-humanístico ou profissional) recomendariam a um jovem que estivesse a decidir pela sua formação no ensino secundário. A nível continental, a maioria dos participantes (48%) respondeu que essa recomendação dependeria do perfil da pessoa, enquanto 5% não souberam responder à questão. Entretanto, em relação às modalidades profissional ou científico-humanístico, apenas 4% recomendariam o último, com 43% respondendo que recomendariam o ensino profissional.

A nível regional, os percentuais de alunos que recomendariam o percurso científico-humanístico se mantiveram semelhantes ao global, com 5% de recomendação na região Norte, 4% no Centro e 4% em Lisboa. No Alentejo e no Algarve nenhum aluno respondeu que

recomendaria que o jovem seguisse um curso de cariz científico-humanístico.

Também a nível regional, a maioria dos alunos respondeu que a recomendação dependeria do perfil dos jovens: 63% no Algarve, 55% em Lisboa, 48% no Alentejo e 43% no Norte, e 39% no Centro.

Com exceção do Algarve, com apenas 13%, os alunos das outras regiões recomendariam o prosseguimento dos estudos no ensino profissional, o que sugere uma valorização dessa modalidade de estudos, feita por quem a estava cursando no momento de responder o inquérito: no Norte, 46%; no Centro, 51%; em Lisboa, 38%; e no Alentejo, 39% (gráfico 39).

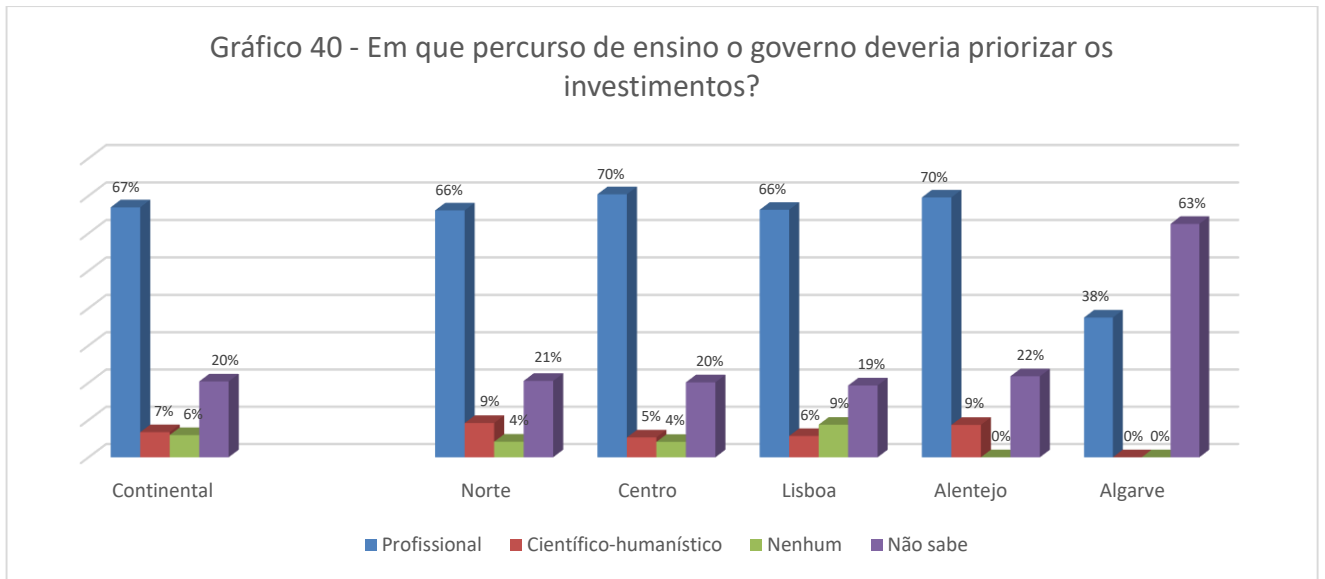


A última pergunta da quinta seção questionava os alunos em que modalidade de ensino o governo português deveria priorizar os investimentos: científico-humanístico ou profissional. Exceção feita à região do Algarve (38%), na qual a reduzida participação de alunos no inquérito pode ter causado uma maior distorção nos resultados, os alunos das restantes regiões responderam de forma alinhada. Para a maioria, os investimentos em educação devem ser maioritariamente no ensino secundário profissional: em termos globais, 67%; no Norte, 66%; no Centro, 70%; em Lisboa, 66%; e no Alentejo, 70%.

Quanto aos alunos que responderam que o governo deveria investir prioritariamente nos estudos secundários científico-humanísticos, em todas as regiões os percentuais ficaram abaixo de 10%: Continente, 6%; Norte, 9%; Centro, 5%; Lisboa, 6%; Alentejo, 9%; e no Algarve nenhum dos participantes fez essa opção.

Em termos continentais, 6% dos alunos responderam que o governo não devia priorizar os investimentos em educação nas modalidades de ensino avaliadas, enquanto 20% não souberam responder à questão (gráfico 40).

Ao levar em consideração a percepção favorável dos alunos acerca da importância do ensino secundário profissional como uma via legítima de escolarização, fica reforçada a sugestão de que o conceito negativo historicamente vinculado ao ensino secundário profissional está sendo positivamente alterado.

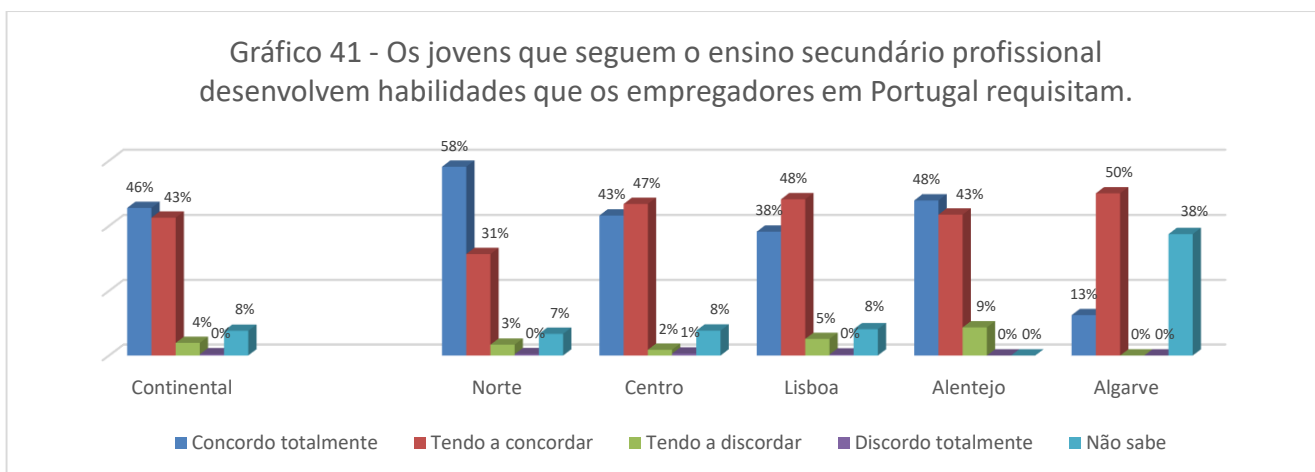


7.1.6 – Expectativas acadêmicas e profissionais

A sexta seção do inquérito era composta por seis questões a respeito das expectativas acadêmicas e profissionais dos alunos, com o objetivo de conhecer que percepções tinham sobre o mercado de trabalho e quais as suas perspectivas futuras em termos de prosseguimento de estudos.

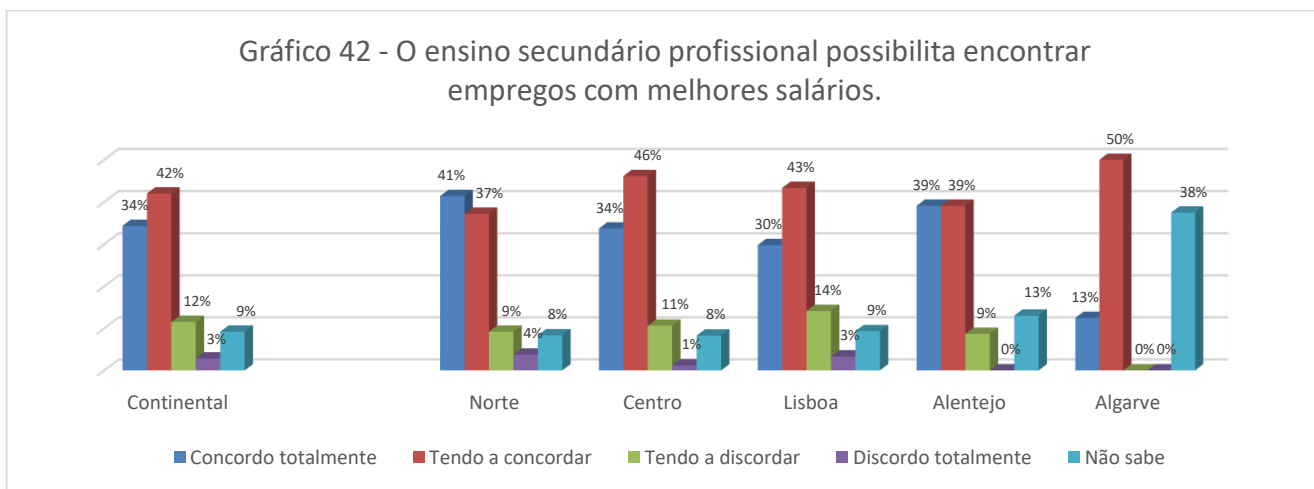
A primeira questão apresentava quatro afirmações relacionando o ensino secundário profissional ao mercado de trabalho, às quais os alunos deveriam responder de acordo com as opções: “concordo totalmente”, “tendo a concordar”, “tendo a discordar”, “discordo totalmente” ou “não sabe”.

Em relação à primeira afirmação, “Os jovens que seguem o ensino secundário profissional desenvolvem habilidades que os empregadores em Portugal requisitam”, os alunos dividiram-se maioritariamente entre concordar totalmente ou tender a concordar com essa afirmação: em termos continentais, 89%; e em termos regionais, no Norte, 89%, no Centro, 90%; em Lisboa, 86%; no Alentejo, 91%; e no Algarve, 63%. Poucos foram os alunos que responderam tender a discordar ou discordar totalmente: 9% no Alentejo, 5% em Lisboa, 3% nas regiões Norte e Centro e 0% no Algarve (gráfico 41).

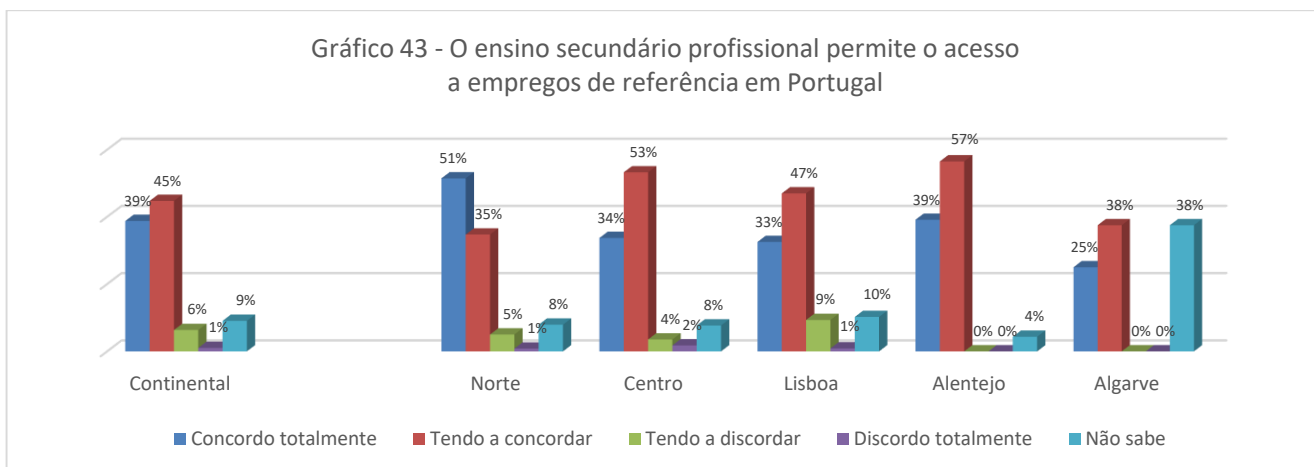


À segunda consideração proposta de que “o ensino secundário profissional possibilita encontrar empregos com melhores salários”, e considerando o somatório de respostas nas opções “concordo totalmente” e “tendo a concordar” como favoráveis à essa afirmação, 80% dos alunos da região Centro responderam positivamente, seguidos de 78% dos alunos das regiões Norte e Alentejo, 73% de Lisboa e 63% do Algarve. Por outro lado, responderam discordar totalmente

ou tender a discordar dessa afirmação, 13% no Norte, 12% no Centro, 17% em Lisboa, e 9% no Alentejo. No Algarve nenhum aluno se manifestou nesse sentido (gráfico 42).

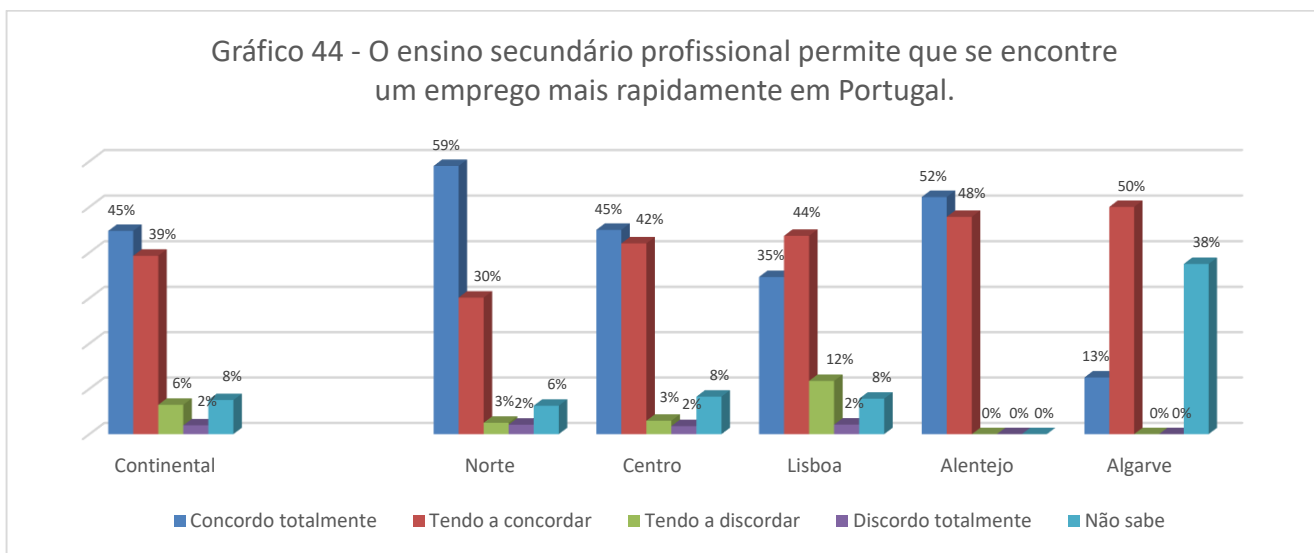


A terceira consideração referia que “o ensino secundário profissional permite o acesso a empregos de referência em Portugal”. Uma vez mais, em todas as regiões as respostas foram favoráveis à essa afirmação com 86% no Norte concordando totalmente ou tendendo a concordar, 87% no Centro, 80% em Lisboa, 96% no Alentejo, e 63% no Algarve. Em todas as regiões, as respostas desfavoráveis (“tendo a discordar” ou “discordo totalmente”) ficaram no patamar de 10% ou menos (gráfico 43).



Na sequência, a consideração proposta para análise dos alunos referia que “o ensino secundário profissional permite que se encontre um emprego mais rapidamente em Portugal”. À ela, 100% dos alunos do Alentejo responderam favoravelmente, concordando totalmente ou

tendendo a concordar com essa ideia, seguidos de 89% no Norte, 87% no Centro, 79% em Lisboa e 63% no Algarve. Com exceção da região de Lisboa na qual 14% dos alunos responderam tender discordar ou discordar totalmente dessa afirmação, nas demais regiões os percentuais de respostas desfavoráveis foram de 5% no Norte e no Centro, e 0% no Alentejo e no Algarve (gráfico 44).



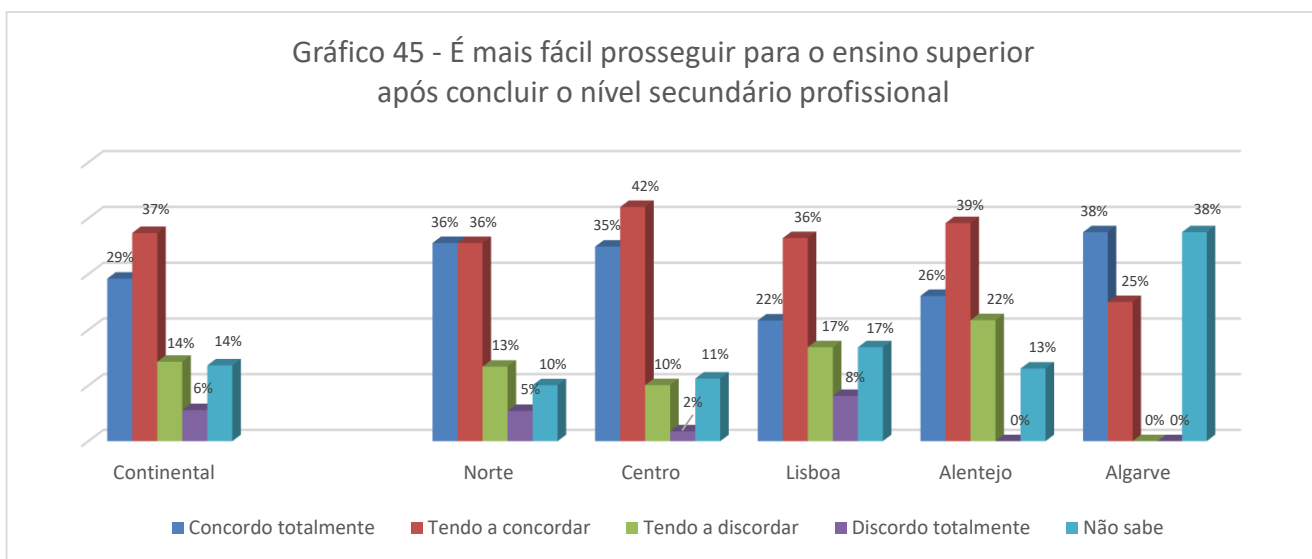
Em seguida, foi proposto aos alunos que avaliassem a seguinte afirmação: “é mais fácil prosseguir para o ensino superior (por exemplo, faculdade) após concluir o nível secundário profissional”. Em termos continentais, 66% dos alunos colocaram-se favoráveis à essa afirmação (“concordo totalmente” ou “tendo a concordar”), com 20% respondendo de forma desfavorável (“tendo a discordar” ou “discordo totalmente”). Regionalmente, 77% dos alunos do Centro, 72% do Norte, 65% do Alentejo, 63% do Algarve e 58% de Lisboa declararam-se favoráveis à afirmação em análise (gráfico 45).

Fato é que o governo vem adotando medidas para estimular que os alunos que concluem o ensino secundário profissional continuem os seus estudos em níveis superiores, objetivando elevar o nível de qualificação e competências da população portuguesa. Para tanto, foram criadas, via Decreto-Lei, as condições necessárias através dos chamados concursos especiais de ingresso no ensino superior.

Tendo em vista que a estrutura curricular do ensino profissional difere consideravelmente do ensino científico-humanístico, não estava sendo respeitado o princípio de equidade e igualdade de oportunidades de acesso e ingresso no ensino superior ao se exigir que o aluno do

ensino profissional realizasse as mesmas provas de acesso a que um aluno do ensino científico-humanístico é submetido. Com os concursos especiais para ingresso no ensino superior, os alunos provenientes do ensino secundário profissional passaram a ficar sujeitos a formas de avaliação diferenciadas, incluindo exames de aferição específicas relacionadas aos cursos profissionais que completaram.

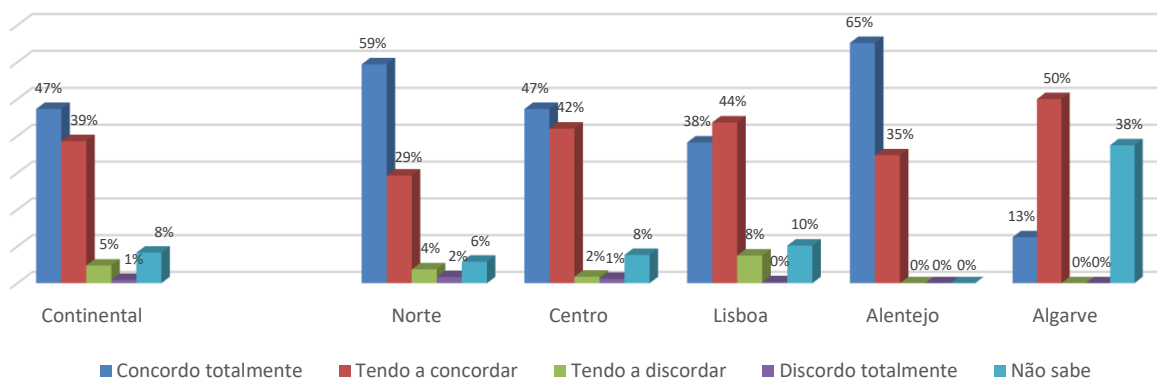
No entanto, cabe ressaltar que essas medidas não entraram em vigor de forma obrigatória. Ou seja, é facultada às instituições de ensino superior a determinação dos ciclos de estudos e as áreas para os quais deseja abrir vagas para esse concurso especial de acesso ao ensino superior. Caso o aluno deseje ingressar em outra área ou ciclo de estudos não contemplados pela instituição de ensino pretendida, deverá realizar os exames nacionais de acesso comuns aos estudantes provenientes do ensino científico-humanístico.



Na sequência, questionou-se aos alunos quais os níveis de concordância que possuíam em relação à afirmação “o ensino secundário profissional possibilita oportunidades para trabalhar ou estudar no exterior”. Pela maioria das respostas favoráveis, é possível depreender que os alunos consideram positivas as oportunidades que o ensino profissional possibilita.

A nível continental, 86% responderam concordar ou tender a concordar com essa afirmação, sendo 88% no Norte do país, 89% na região Centro, 82% em Lisboa, 90% no Alentejo e 63% no Algarve. Em geral, um percentual de alunos abaixo de 10% respondeu de forma desfavorável à essa afirmação (gráfico 46).

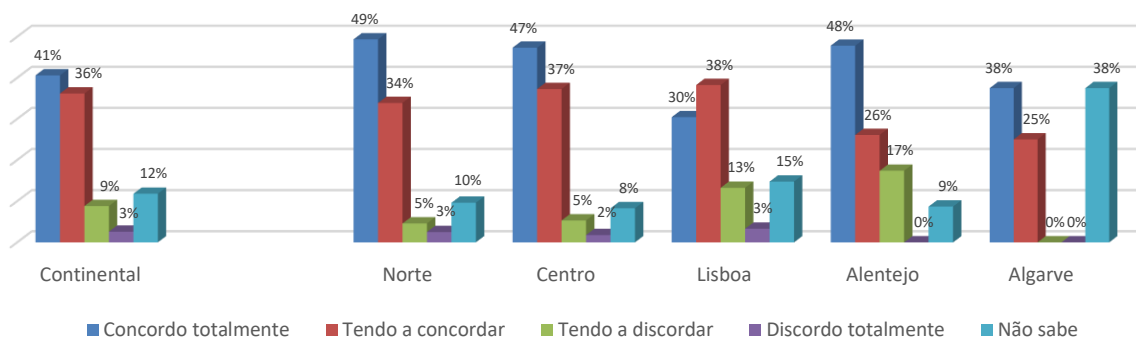
Gráfico 46 - O ensino secundário profissional possibilita oportunidades para trabalhar ou estudar no exterior.



À afirmação de que “é mais fácil conseguir uma qualificação no ensino secundário profissional do que no ensino científico-humanístico”, os resultados encontrados demonstram consistência a nível regional, com a maioria dos alunos declarando-se favoráveis à afirmação em análise: 83% no Norte, 84% no Centro, 68% em Lisboa, 74% no Alentejo, e 63% no Algarve.

Em contrapartida, 16% dos alunos de Lisboa e 17% do Alentejo responderam que tendem a discordar ou discordam totalmente dessa afirmação, seguidos de 8% no Norte e 7% no Centro. Na região do Algarve, nenhum aluno respondeu ser desfavorável à essa afirmação (gráfico 47).

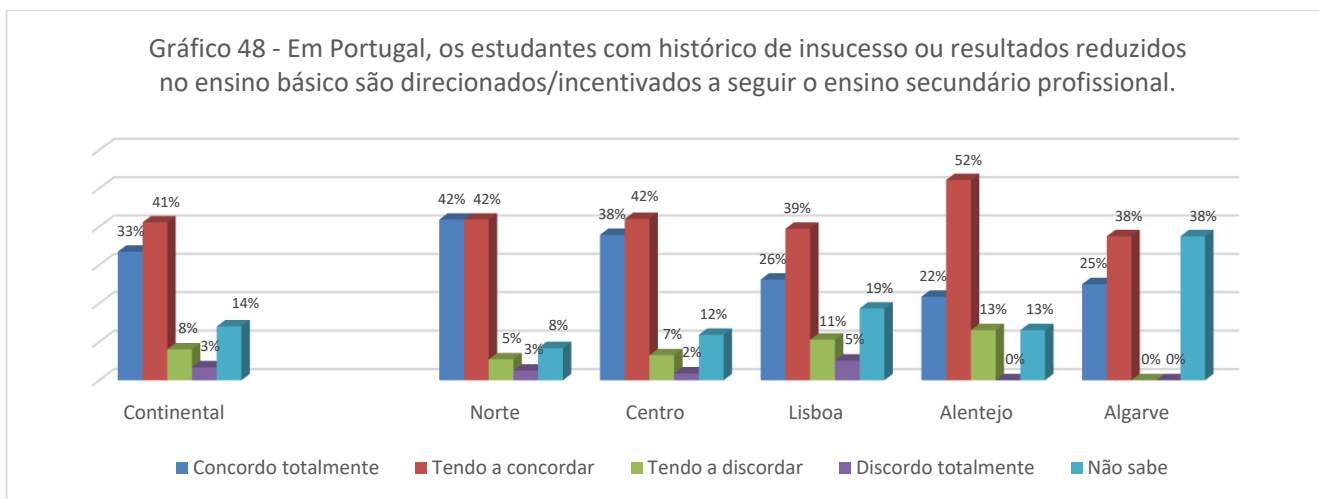
Gráfico 47 - É mais fácil conseguir uma qualificação no ensino secundário profissional do que no ensino científico-humanístico



Quando questionados a respeito do nível de concordância referente à afirmação de que “em Portugal, os estudantes com histórico de insucesso ou resultados reduzidos no ensino básico são direcionados/incentivados a seguir o ensino secundário profissional”, as respostas em todas

as regiões parecem contrariar respostas dadas pelos alunos anteriormente e reforçar o conceito histórico que reveste o ensino profissional, de ser um percurso educativo voltado prioritariamente para estudantes “fracassados”, sem maiores perspectivas de avanços acadêmicos.

Responderam concordar totalmente ou tender a concordar com a afirmação: 84% no Norte, 80% no Centro, 65% em Lisboa, 74% no Alentejo e 63% no Algarve. Em sentido contrário, 8% no Norte, 9% no Centro, 16% em Lisboa e 13% no Alentejo responderam tender a discordar ou discordar totalmente dessa afirmação (gráfico 48).

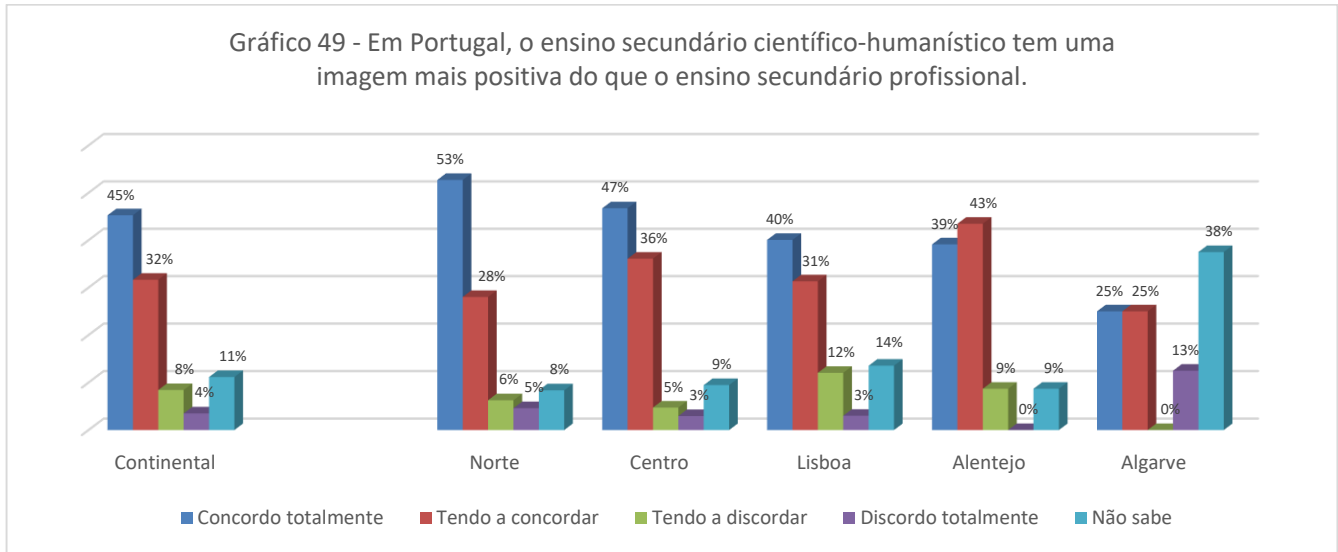


Com o propósito de aferir a percepção dos alunos quanto à imagem do ensino profissional versus ensino científico-humanístico em Portugal, foi submetida a eles a afirmação de que “em Portugal, o ensino secundário científico-humanístico tem uma imagem mais positiva do que o ensino secundário profissional”.

Os resultados encontrados voltam a reforçar a ideia de que, aos olhos da sociedade, o ensino profissional continua a ser um ensino de segunda linha, apesar de todos os esforços e investimentos que vem sendo feito ao longo dos anos para alterar essa percepção. Em termos percentuais, na região Norte 81% dos participantes responderam concordar totalmente ou tender a concordar com a afirmação feita, seguidos de 83% no Centro, 71% em Lisboa, 82% no Alentejo e 50% no Algarve.

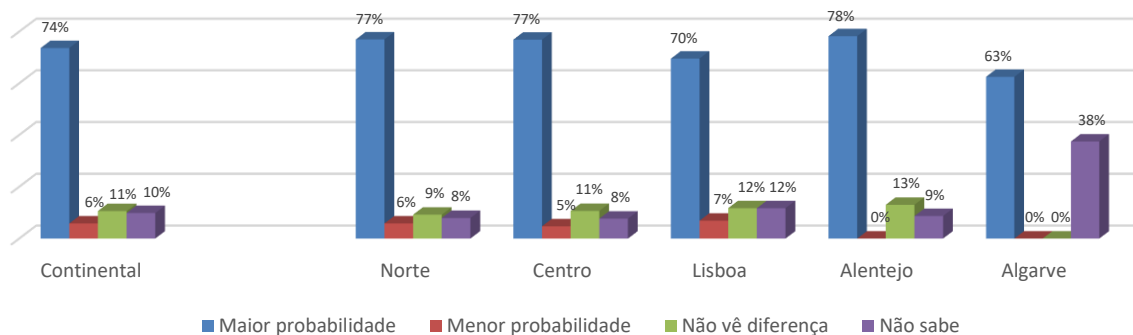
Apesar do significativo aumento do número de matrículas que esse percurso educativo vem apresentando no decorrer das últimas décadas, é de se notar como esse conceito depreciativo em relação ao ensino secundário profissional vem resistindo na sociedade portuguesa, em que

pese todas as reformulações e investimentos que vem sendo feitos visando a sua valorização. Tanto é assim que apenas 11% dos alunos no Norte, 8% no Centro, 15% em Lisboa, 9% no Alentejo e 13% no Algarve responderam tender a discordar ou discordar totalmente da afirmação em análise (gráfico 49).



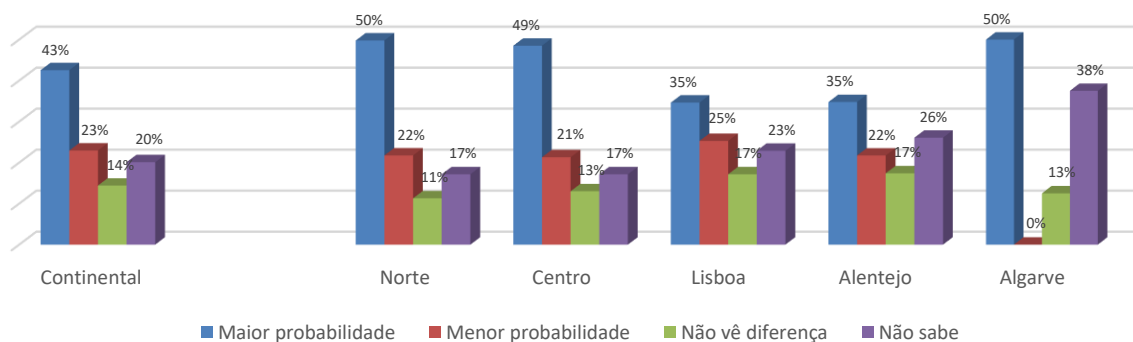
Questionados se pensam que os jovens que completam o ensino secundário profissional têm maior ou menor probabilidade de encontrar um emprego mais rápido do que aqueles que completam o ensino secundário científico-humanístico, em todas as regiões a maioria dos alunos responderam que sim: Norte e Centro, com 77%; Lisboa, com 70%; Alentejo, com 78%; e Algarve, com 63%. Apenas 6% dos alunos do Norte, 5% do Centro e 7% de Lisboa consideraram que os alunos provenientes do ensino científico-humanístico têm maior probabilidade de se empregar (gráfico 50).

Gráfico 50 - Os alunos que completam o ensino secundário profissional têm maior ou menor probabilidade de encontrar um emprego em relação aos alunos do ensino científico-humanístico?



Quando perguntados se achavam que os alunos do ensino secundário profissional têm maior ou menor probabilidade de encontrar um emprego em relação aos alunos que completam níveis superiores de educação (faculdades ou equivalentes), ainda que a maioria tenha respondido achar que os do ensino profissional possuem maior probabilidade, os percentuais foram bem inferiores aos encontrados para a relação que analisava a mesma questão entre ensino secundário profissional e ensino secundário científico-humanístico: no Norte, 50% dos alunos responderam que a maior probabilidade de encontrar um emprego seria dos alunos do ensino profissional, contra 22% que disseram ser dos alunos do ensino superior. No Centro, os resultados mostraram 49% e 21%, respectivamente; em Lisboa, 35% e 25%, respectivamente; no Alentejo, 35% e 22%, respectivamente; e no Algarve, 50% e 0%, respectivamente (gráfico 51).

Gráfico 51 - Os alunos que completam o ensino secundário profissional têm maior ou menor probabilidade de encontrar um emprego em relação aos alunos que completam níveis superiores de educação?

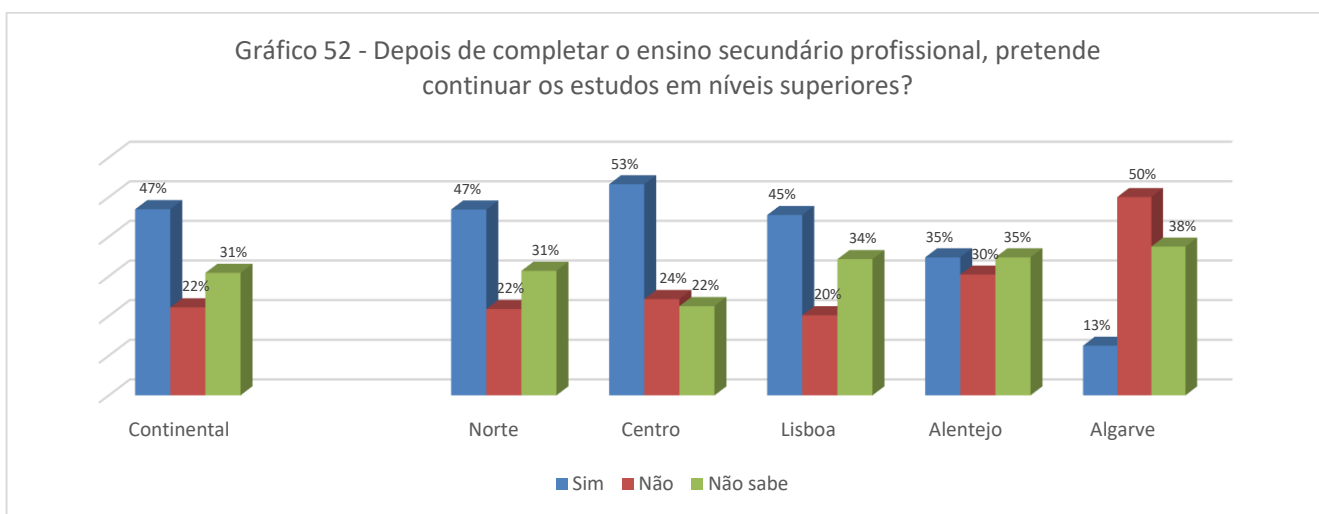


Finalizando o inquérito, questionou-se os alunos se depois de completado o ensino secundário profissional pretendiam continuar os estudos em níveis superiores de ensino. Em termos continentais, 47% responderam que sim, 22% declararam que não, e os restantes 31% não souberam responder.

Em termos regionais, apesar de apresentarem algumas diferenças, os resultados se mantiveram em linha, com a maioria dos alunos respondendo pretender seguir para níveis superiores de estudo, exceção feita ao Algarve onde apenas 13% declararam pretender continuar os estudos. No Norte, esse percentual é de 47% dos alunos, no Centro, 53%, em Lisboa, 45%, e no Alentejo, 35%.

Em contrapartida, não pretendem avançar para o ensino superior 22% dos alunos do Norte, 24% do Centro, 20% de Lisboa, 30% do Alentejo, e 50% do Algarve (gráfico 52).

Cabe referir que uma parcela significativa de alunos não souberam responder a essa pergunta no momento do inquérito, o que permite concluir que ainda podem vir a se decidir por prosseguir para níveis académicos mais avançados: 31% no Norte, 22% no Centro, 34% em Lisboa, 35% no Alentejo, e 38% no Algarve.



7.2 – Quanto à oferta formativa de cursos profissionais

A criação das primeiras escolas profissionais em 1989 representou um importante avanço no sistema educativo português ao lançar um modelo de educação escolar notoriamente inovador, ao sustentar o seu modelo pedagógico na aprendizagem modular visando promover um currículo que articulasse as componentes técnicas, socioculturais e científicas para uma formação integral dos jovens. A sociedade reagiu de forma positiva à essa proposta educativa, tanto que em quatro anos a quantidade de instituições voltadas a esse via de ensino cresceu de 0 a 168.

Por meio do Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de março, concernente à reforma do ensino secundário, os cursos profissionais passaram a fazer parte das ofertas formativas desse nível escolar integrando-se na rede pública de ensino, deixando de ser uma modalidade especial de formação, como era tratado até então, para ser parte constitutiva da diversidade de ofertas do ensino secundário, o que impulsionou significativamente a oferta de cursos profissionais.

Como tal medida revestia-se de total ineditismo para as escolas públicas, e tendo de dar respostas efetivas às necessidades e às características específicas desse percurso educativo, num primeiro momento foi necessário importar “toda uma tecnologia curricular ensaiada e desenvolvida nas escolas profissionais” (Orvalho, Alonso e Azevedo, 2009), que havia se revelado de grande sucesso.

Em 2005, o governo implementou o programa “Iniciativa Novas Oportunidades”, cuja operacionalização ficou a cargo dos Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com o objetivo de promover a aceleração da qualificação da população em geral, elevar as taxas de conclusão do ensino secundário, ser um importante auxílio no combate ao abandono escolar precoce e, especialmente no que respeita a qualificação profissional dos jovens, prepará-los para um mercado de trabalho altamente competitivo através de um ensino profissionalizante com dupla certificação, escolar e profissional.

Esse programa, aliado ao alargamento da oferta dos cursos profissionais às escolas secundárias públicas, ajudou a promover nos anos seguintes uma explosão do crescimento do número de matriculados no ensino profissional, o que, por conseguinte, obrigou às escolas secundárias a aumentar a sua gama de opções formativas para a conclusão do ensino secundário.

No entanto, esse mesmo rápido e forte crescimento, que se analisado isoladamente poderia ser considerado como uma resposta positiva para as medidas governamentais

estabelecidas, acabou por revelar-se um constrangimento nesse primeiro momento, uma vez que as escolas públicas não estavam estruturalmente preparadas para atender a esse novo público emergente, tanto a nível pedagógico como físico, por não se ter “garantido o acompanhamento sustentado e de proximidade com os diferentes actores” (Orvalho, Alonso e Azevedo, 2009) envolvidos – alunos e famílias, professores, empresas, etc. – gerando, portanto, uma situação problemática para o sistema educativo.

Em sua dissertação de mestrado, Ribeiro (2014) argumenta que na fase de introdução do ensino profissional nas escolas públicas, as ofertas formativas eram pautadas por “estratégias defensivas, face à dependência de recursos”, com o objetivo de que as escolas se estabilizassem organizacionalmente e pudessem alocar o corpo docente já existente. Segundo Tavares (2014), “a definição da oferta formativa centrou-se, inicialmente, na necessidade de obtenção de qualificações, sem preocupação pela área profissional em que as mesmas fossem obtidas” (Tavares, 2014, p. 37) e que, em decorrência disso, foi gerado, num primeiro momento, um excedente de mão-de-obra qualificada, não absorvido pelo mercado no curto prazo.

Com a consolidação do processo de implantação desse percurso educativo, alguns caminhos passaram a sobressair como fontes de definição das ofertas de formação, dentre os quais destacam-se dois: (i) as preferências dos próprios alunos, conhecidas através de questionários e entrevistas realizadas diretamente com eles através de um serviço de orientação escolar e profissional, no caso da escola possuir esse tipo de serviço; e (ii) a investigação e mensuração das necessidades das empresas e organizações locais, pautando a identificação dos perfis de competências e de qualificações necessárias ao desenvolvimento económico local/regional e, conseqüentemente, servindo de instrumento balizador para a oferta dos cursos profissionais. Tavares argumenta que “a oferta tem sido condicionada quase sempre pelo ritmo de evolução da procura” (Tavares, 2014, p. 73), e que tem apresentado uma crescente diversificação nos últimos anos.

Em 2007 é criado o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), tendo por objetivos, dentre outros, promover o nível secundário como qualificação mínima da população e intensificar a qualificação de dupla certificação através da expansão da oferta de cursos de educação e formação profissional. De acordo com o Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de dezembro, cabe ao SNQ “estruturar uma oferta relevante de formação inicial e contínua, ajustada às necessidades das empresas e do mercado de trabalho, tendo por base as necessidades atuais e emergentes das

empresas e a integração socioprofissional de grupos com particulares dificuldades de inserção (...)” (www.anqep.gov.pt).

Assim sendo, é fundamental que haja um ajuste satisfatório entre a oferta formativa e o mercado de trabalho, sendo importante que sejam facultadas aos jovens as oportunidades de que se formem nos cursos profissionais que desejam, sem que para isso tenham de abandonar ou se deslocar muito das suas áreas de residência, pois esse fato poderá causar um desestímulo para que continuem seus estudos. Além disso, é crucial que as formações oferecidas sejam relevantes no que respeita ao desenvolvimento socioeconômico das regiões onde estes jovens encontram-se inseridos.

Em geral, essa relação é mediada pelas Comunidades Intermunicipais regionais que vêm a ser entidades constituídas pela livre associação dos municípios das regiões onde estão inseridas, gozando de personalidade jurídica própria, com o objetivo de prestar serviços a todos os seus membros em diversas áreas, entre outras: no planeamento dos transportes públicos intermunicipais, na definição da rede de cuidados de saúde primários e continuados, e no planeamento da oferta educativa de nível supramunicipal.

Em sua página na internet, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, CIM-RC, refere que:

“A disponibilidade de mão-de-obra altamente qualificada e de competências específicas é naturalmente um recurso imprescindível à afirmação competitiva dos territórios. É cada vez mais reconhecida a centralidade que a oferta de qualificações intermédias assume na atração do investimento, na modernização do sector produtivo local e nas estratégias de desenvolvimento regional.

Por outro lado, num quadro de crescente aposta na especialização inteligente e na qualificação produtiva das regiões, nalguns casos em atividades e sectores emergentes, abrem-se inúmeras possibilidades para a afirmação e inovação das qualificações intermediárias no desenvolvimento dos territórios.” (www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/).

Para que isso aconteça é importante que as escolas possam agir com maior autonomia, estabelecendo vínculos consistentes com os demais atores sociais e econômicos das regiões onde estão localizadas, e que possam continuar a receber o apoio do Estado. É necessário que haja uma

descentralização de competências, em que caiba ao Ministério da Educação assessorar as escolas com o intuito de produzir melhores resultados na operacionalização das políticas públicas de formação profissional (Carvalho, 2014).

Em Portugal, cabe ao Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) fazer a gestão do mercado de trabalho, através da implementação de políticas ativas de promoção do emprego. De acordo com o site do IEFP, dentre as suas atribuições, destacam-se: “a qualificação escolar e profissional dos jovens e adultos, através, respectivamente da oferta de formação de dupla certificação e formação profissional certificada, ajustadas aos percursos individuais e relevante para a modernização da economia”.

Organizado de forma flexível, o IEFP atua em todo o território e está estruturado através de delegações regionais e centros de emprego e de formação profissional, cabendo aos centros de emprego, à nível local, recolher “informações sobre a situação e perspectivas do mercado de emprego e proceder às análises necessárias considerando em especial o conhecimento e caracterização dos recursos humanos, dos postos de trabalho existentes e previsíveis” (Portaria 297/97, de 06 de maio).

Neste sentido, é importante que as administrações regionais pautem as suas políticas e decisões em um modelo de identificação e antecipação de necessidades de qualificações, que seja capaz de conferir uma dimensão regional à definição de prioridades na organização da oferta de educação e formação (www.cim-regiaodecoimbra.pt/cim-rc/).

Para responder à essa necessidade de identificar e antecipar as demandas regionais de qualificação, a ANQEP idealizou, em 2014, o Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), com o objetivo de avaliar de forma clara e direta as atuais dinâmicas de procura de qualificações pelo mercado de trabalho, tanto a curto como a médio prazo, e que respalde a rede de oferta formativa de dupla certificação e, por conseguinte, ajustar a “oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho”, de acordo com a primeira circular do ano de 2015 divulgada pela ANQEP.

O SANQ é uma ferramenta de diagnóstico e de planeamento que objetiva identificar as necessidades territoriais de qualificação e indicar as áreas e saídas profissionais prioritárias, configurando-se como instrumento balizador à tomada de decisão e estabelecimento das orientações quanto à definição da rede de oferta educativa e formativa e para a atualização do

Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). Os resultados do SANQ são apresentados através de uma gradação das qualificações em níveis de relevância, variando de 1 a 10, sendo 1 – pouco relevante e 10 – muito relevante. Cabe referir que no capítulo 6 do presente estudo, relativo à metodologia utilizada para levar a cabo a investigação proposta, a tabela 12 do item 6.3 (Cursos Profissionais ofertados pelas escolas participantes no estudo) apresenta os níveis de relevância de cada curso ofertado, atualizados pela ANQEP em setembro de 2022.

Contando com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o SANQ é gerido de forma coordenada pelo IEFP e pelos Parceiros Sociais envolvidos, contemplando três eixos estruturantes: (i) Eixo 1 – Análise das dinâmicas recentes do mercado de trabalho, nomeadamente, a análise do volume e dinâmicas do emprego; (ii) Eixo 2 – Análise prospectiva da evolução da procura de qualificações; e (iii) Eixo 3 – Desenvolvimento de uma análise qualitativa das dinâmicas da evolução na procura de qualificações (www.netforce.iepf.pt).

O SANQ é constituído por três módulos, especificados na tabela 32:

Tabela 32 – Configuração do SANQ - Módulos

Módulo	Definição
Diagnóstico	Combina a evolução retrospectiva do emprego por qualificação com a análise prospectiva de necessidades de qualificações das empresas
Planeamento	Define modelos de organização da informação e respectivos critérios de análise que dão o suporte necessário para a definição de prioridades e orientações para a constituição da rede de ofertas.
Aprofundamento Regional	Aplicação da análise ao nível das Comunidades Intermunicipais (CIM)

Fonte: IEFP – adaptada – <http://www.netforce.iefp.pt/>

A definição da oferta formativa em cada região, considerando as especificidades de cada área metropolitana e das Comunidades Intermunicipais (CIM), é um processo de primordial relevância na medida em que “condiciona a escolha dos milhares de jovens que pretendem iniciar percursos qualificantes, no ensino secundário, atentas as suas vocações e expectativas...” e “também condiciona o desenvolvimento económico e social de uma região, na medida em que, no fim de um ciclo de formação de três anos, são estes e não outros, os jovens qualificados que estão preparados para ingressar no mercado de trabalho e que vão procurar emprego junto das

empresas/entidades empregadoras da região” (Presa e Alves, 2019).

O SANQ tem, portanto, como uma de suas principais características ser um processo de antecipação dinâmico de necessidades, e para funcionar de forma eficaz deve ser continuamente alimentado com informações atualizadas, que sirvam efetivamente para apoiar a tomada de decisões dos stakeholders do SNQ: (i) dos jovens que procuram seguir o percurso de educação e formação profissional e que recorram aos resultados divulgados pelo SANQ para se certificar da relevância das qualificações em que estão interessados, sob a perspectiva da região onde planejam atuar profissionalmente; (ii) dos profissionais de orientação e encaminhamento profissional atuantes nas regiões; (iii) dos responsáveis pelo planeamento das ofertas formativas futuras; e (iv) das entidades responsáveis por definir a rede de ofertas de qualificação (ANQEP, DGEstE, IEFP) e das entidades que são responsáveis por operacionalizar o financiamento do acesso à qualificação, por exemplo, os Programas Temáticos ou Regionais de gestão dos fundos comunitários, no âmbito do Portugal 2020 (<https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice>).

Em 12 de março de 2020, o Despacho nº 3626-A/2020 sistematizou as competências, procedimentos e metodologia a serem seguidas para o planeamento e concertação das redes de ofertas profissionalizantes, onde estão inseridos os Cursos Profissionais oferecidos no ensino secundário, visando “garantir, de forma efetiva, a crescente valorização do ensino profissional, nomeadamente através da antecipação da divulgação das redes de ofertas, bem como o ajustamento da oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho”. O despacho faz referência direta ao SANQ, ressaltando a sua importância no processo de determinação racional da rede de oferta, ao enquadrar as necessidades de qualificações a nível regional/sub-regional.

Dessa forma, pretende-se aumentar a motivação dos jovens para que façam suas escolhas educativas, especialmente no que tange ao ensino secundário e, mais especificamente, ao ensino secundário profissional e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país.

Dentre os determinações constantes no referido despacho, destacam-se as de números 7, 16 e 17, a saber:

“7 – Compete aos agrupamentos de escolas e às escolas não agrupadas da rede

pública, às escolas profissionais públicas e privadas, bem como aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, adiante designados por escolas, apresentar as propostas de ofertas educativas e formativas no Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO).

(...)

16 – O processo de planeamento e concertação das redes de ofertas profissionalizantes observa os seguintes princípios orientadores, a desenvolver por circular da ANQEP, I.P.:

- a) A centralidade do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), implementado pela ANQEP, I.P.;
- b) A mobilização de critérios de proporcionalidade, relevância, desempenho e de sustentabilidade e coesão na definição das redes de ofertas profissionalizantes;
- c) A centralidade das entidades intermunicipais, em articulação com as DSR-DGEstE, no âmbito do processo de coordenação conjunta das propostas das redes de ofertas profissionalizantes;
- d) A articulação de três pressupostos fundamentais no âmbito da definição das redes de ofertas profissionalizantes, em cada entidade intermunicipal: (i) a relevância das qualificações no âmbito do SANQ; (ii) a estabilidade das redes existentes tendo em conta a capacidade instalada em cada entidade e respetivo território; (iii) a promoção da possibilidade de inovação;
- e) A relevância do processo de concertação das redes com as escolas, designadamente através da realização de reuniões entre aquelas, as entidade intermunicipais e as DSR-DGEstE, sem prejuízo da possibilidade de participação da ANQEP, I.P., tendo em vista a discussão e avaliação das propostas apresentadas face aos princípios e critérios definidos.

17 – A proposta de definição das redes de ofertas profissionalizantes observa os seguintes critérios, a desenvolver por circular da ANQEP, I.P.:

- a) Critério da proporcionalidade: na definição das redes para cada ano letivo, é tida em consideração a proporção de cursos em funcionamento nas escolas de

tipologia pública e privada, nos últimos anos letivos;

- b) Critério da relevância: na definição das redes, as entidades intermunicipais e as DSR-DGEstE utilizarão como referência de priorização o grau de relevância no SANQ;
- c) Critério de desempenho: construído com base nos seguintes indicadores: (i) existência de sistema de garantia da qualidade; (ii) taxa de transição com sucesso dos formandos, (...); (iii) Taxa de conclusão; (iv) Taxa de empregabilidade ou prosseguimento de estudos.
- d) Critério de sustentabilidade e coesão: na definição das redes para cada ano letivo, o ajustamento das propostas deve ter em conta a funcionalidade do processo, a eficácia da oferta e a sustentabilidade e a coesão territorial da rede, em torno das seguintes dimensões: (i) Valorização das parcerias com entidades terceiras; (ii) Não-redundância da oferta; (iii) Inclusão de alunos com necessidades educativas específicas ou em risco de exclusão social, (...); (iv) Especificidades do território, nomeadamente ao nível das acessibilidades.” (Despacho nº 3262-A/2020, de 12 de março).

Em 31 de julho de 2020, o Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou os resultados do primeiro Inquérito à Identificação das Necessidades de Qualificações nas Empresas – 2020, com a participação de 5.894 sociedades economicamente ativas, com taxa de resposta de 73,2%, equivalente a 4.313 respostas válidas. O inquérito foi realizado em conjunto com a ANQEP e a DGEEC entre março e junho de 2020, inserido, portanto, no primeiro estado de emergência decretado pelo governo português para o combate à COVID-19, e por isso a taxa de resposta conseguida foi considerada relativamente elevada, dado o contexto em que a economia e a sociedade estavam envolvidas.

Caber referir que este inquérito com vista à atualização do SANQ, tinha por objetivo “identificar possíveis necessidades de qualificações, áreas e saídas prioritárias para a rede de educação e formação, bem como fornecer orientações para a definição de ofertas formativas e para a atualização do CNQ, um instrumento de gestão estratégica das qualificações necessárias de nível não superior” (INE, 2020, p.2).

Tendo por foco as tendências de recrutamento das empresas para os próximos dois anos

(2021 – 2022), cerca de 14,5% responderam que possuem intenção de recrutar nesse período e, entre estas empresas, cerca de 58% planejam contratar trabalhadores com qualificações de nível não superior (profissional).

Ao se considerar o total de trabalhadores a recrutar (345.584 trabalhadores) previstos para o biênio em referência, 49,9% terão curso de ensino não superior (profissional), o que representa um aumento bruto de 9,1% das intenções de recrutamento de trabalhadores sem qualificações de nível superior.

Em relação às qualificações não superiores com maior intenção de recrutamento referentes aos cursos profissionais ofertados no ensino secundário estão: Técnico de Comércio e Técnico/a de Restaurante/Bar, correspondendo a 6,4% e 5,9% do total de trabalhadores a recrutar com este nível de qualificação.

Quanto aos setores de atividade econômica que mais intentam efetuar contratações, destacam-se o setor “Outras atividades de serviços”, com 29,8% das intenções, seguido dos setores “Comércio e Reparação de Veículos”, com 23,2% e “Alojamento e Restauração”, com 12,8%.

Do total de recrutamentos previstos, 39,5% estão concentrados na região da Área Metropolitana de Lisboa e 32,0% na região Norte, seguidos do Centro, com 13,0%, do Algarve, com 8,8%, do Alentejo, com 4,4% e as Regiões Administrativas dos Açores e da Madeira, respectivamente com 1,4% e 1,0%.

O inquérito contemplou, também, os motivos para os recrutamentos previstos pelas empresas no período em análise. Nesse sentido, a expansão da atividade (60,4%), seguido da substituição de mão-de-obra (24,9%), foram as justificações mais referidas.

Os gestores foram questionados sobre as possíveis dificuldades para o recrutamento de trabalhadores, identificadas para os próximos dois anos. Neste sentido, 18% das empresas que responderam o inquérito referiram encontrar dificuldades, tendo sido destacado que “Agricultura e Pescas” é a atividade que apresenta maiores dificuldades para recrutamento. Em contrapartida, as empresas do setor das “Atividades Financeiras” são as que apresentam menor grau de dificuldade para recrutar trabalhadores. O Alentejo é a região citada como sendo a que apresenta a maior dificuldade para recrutamento, ao contrário da Área Metropolitana de Lisboa, com maior facilidade em recrutar trabalhadores.

Quanto às razões que justificam as dificuldades para recrutamento foram referenciadas: (i) falta de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho com a formação adequada (57,3%); (ii) inexistência de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho (45,6%); (iii) pouca experiência profissional dos trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho (43,9%); (iv) exigências salariais dos trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho (23,5%); (v) envelhecimento dos trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho (13,6%); (vi) limitações na mobilidade geográfica dos trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho (12,9%); e, (vii) outra razão (3,1%).

Por fim, ao serem questionados sobre profissões em que as empresas prevêem reduzir o número de trabalhadores no biênio 2021 – 2022, foram destacados: (i) com 30,9%, os trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores; (ii) com 19,0%, o pessoal administrativo; (iii) com 15,9%, os trabalhadores não qualificados; e, (iv) com 12,9%, os técnicos e profissões de nível intermédio. Os restantes 21,3% dividem-se entre especialistas das atividades intelectuais e científicas, trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, dentre outros.

Em face das análises apresentadas anteriormente, conclui-se que a definição da rede de oferta educativa e formativa passa por ter de se ajustar, obrigatoriamente, às necessidades do tecido empresarial existente. Por outro lado, em termos de políticas, passa por um conjunto de atores distribuídos por três níveis: macro, meso e micro. Ao nível macro, situam-se a ANQEP, responsável pela coordenação, dinamização, acompanhamento, monitorização, avaliação e regulação da oferta de educação e formação profissional destinada aos jovens, e a DGEstE, cuja participação incide diretamente no planeamento da rede escolar (Presa e Alves, 2019).

Ao nível meso, estão as Comunidades Intermunicipais (CIM), responsáveis por articular os municípios que a compõe e a administração central, com o objetivo de definir a rede educativa e de formação profissional. Além das CIM, estão as Direções de Serviços Regionais, que devem promover o planeamento e a organização da rede de oferta formativa (Presa e Alves, 2019).

Ao nível micro, encontram-se as escolas públicas e privadas, encarregadas de apresentar anualmente às Direções de Serviços Regionais as suas propostas de cursos profissionais que pretendem oferecer para o próximo ciclo de formação de três anos (Presa e Alves, 2019).

Conjugar com eficácia esses três níveis é fator primordial para que seja constituída uma

oferta formativa permanentemente atualizada, que atenda tanto às aspirações dos jovens em relação aos seus percursos educativos e profissionais quanto às necessidades econômicas e sociais de cada região do território português.

Em maio de 2020, a Fundação Belmiro de Azevedo – EDULOG publicou o relatório “Oferta de Ensino Profissional Secundário em Portugal – Triênio 2018/2021”, apresentando as suas conclusões acerca dos cursos profissionais ofertados no período, tanto a nível público como privado, com base nos dados disponibilizados pela DGEstE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, destacando que a oferta formativa a nível continental contabilizou um total de 2.132 cursos, dos quais aproximadamente 61% oferecidos em escolas públicas e 39% em instituições privadas, divididos da seguinte forma: (i) região Norte com 747 cursos; (ii) região Centro com 586 cursos; (iii) Área Metropolitana de Lisboa com 525 cursos; (iv) região do Alentejo com 160 cursos; e (v) região do Algarve com 114 cursos. O ensino secundário profissional privado responde por 41% dos cursos ofertados no Norte, 44% no Centro, 38% em Lisboa, 39% no Alentejo, e apenas 4% no Algarve (tabela 33), índices que denotam uma significativa participação do ensino privado na oferta de cursos profissionais.

Tabela 33 - Cursos profissionais ofertados no triênio 2018/2021 por região – público e privado

	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
Ensino Profissional Público	441	328	326	98	109	1302
%	59	56	62	61	96	61
Ensino Profissional Privado	306	258	199	62	5	830
%	41	44	38	39	4	39
Total	747	586	525	160	114	2132
%	35	27.5	24.6	7.5	5.3	100

Fonte: EDULOG, 2020 - adaptado

Em relação à oferta formativa por área de estudo, o relatório EDULOG usa a Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) composta por quinze áreas de estudo a nível de ensino profissional, a saber (tabela 34):

Tabela 34 – Áreas de Estudo / Áreas de Educação e Formação (CNAEF)

Áreas de Estudo	Áreas de Educação e Formação
21- Artes	212- Artes do Espetáculo / 213- Audiovisuais e Produção dos Media / 214- Design / 215-Artesanato
22- Humanidades	225- História e Arqueologia
34- Ciências Empresariais	341- Comércio / 342- Marketing e Publicidade / 343- Finanças, Banca e Seguros / 344-Contabilidade e Fiscalidade / 345- Gestão e Administração / 346- Secretariado e Trabalhos Administrativos / 347- Enquadramento na Organização / Empresa
38- Direito	380- Direito
48- Informática	481- Ciências Informáticas
52- Engenharia e Técnicas Afins	521- Metalurgia e Metalomecânica / 522- Eletricidade e Energia / 523- Eletrónica e Automação / 524- Tecnologia dos Processos Químicos / 525- Construção e Reparação de Veículos a Motor
54- Indústrias Transformadoras	541- Indústrias Alimentares / 542- Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro / 543-Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e outros)
58- Arquitetura e Construção	582- Construção Civil e Engenharia Civil
62- Agricultura, Silvicultura e Pescas	621- Produção Agrícola e Animal / 622- Floricultura e Jardinagem / 623- Silvicultura e Caça
72 – Saúde	724- Ciências Dentárias / 725- Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica / 729- Saúde – programas não classificados noutra
76- Serviços Sociais	761- Serviços de Apoio a Crianças e Jovens / 762- Trabalho Social e Orientação
81- Serviços Pessoais	811- Hotelaria e Restauração / 812- Turismo e Lazer / 813- Desporto / 815- Cuidados de Beleza
84- Serviços de Transporte	840- Serviços de Transporte
85- Proteção do Ambiente	850- Proteção do Ambiente
86- Serviços de Segurança	861- Proteção de Bens e Pessoas / 862 – Segurança e Higiene no Trabalho

Fonte: EDULOG, 2020 - adaptado

Quando analisamos as áreas de estudo com cursos profissionais oferecidos no período 2018/2021 distribuídos por região, constatamos que do total de 2.132 cursos ofertados no período em análise, 1.746 cursos, correspondentes a 82%, estão concentrados em apenas cinco áreas de estudos: Serviços Pessoais (28,7%), Engenharia e Técnicas Afins (15,0%), Artes (13,2%), Informática (12,9%) e Ciências Empresariais (12,1%), o que confirma os números apresentados pela DGEEC constantes na tabela 14 na página 37.

Em sentido inverso, quatro áreas respondem por apenas 0,4% do total de cursos profissionais ofertados: Serviços de Transporte, com três cursos concentrados em Lisboa; Humanidades, com dois cursos, sendo um no Norte e o outro em Lisboa; Arquitetura e Construção, com dois cursos, sendo um na Região Centro e o outro em Lisboa; e Proteção do Ambiente, com dois cursos concentrados em Lisboa (tabela 35).

Tabela 35 - Áreas de Estudo por Região

Áreas do Estudo / Região		Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	Total
81- Serviços Pessoais	<i>n</i>	200	172	154	44	41	611
	%	32,7%	28,2%	25,2%	7,2%	6,7%	100,0%
52- Engenharia e Técnicas Afins	<i>n</i>	121	111	50	25	12	319
	%	37,9%	34,8%	15,7%	7,8%	3,8%	100,0%
21- Artes	<i>n</i>	112	68	71	14	16	281
	%	39,9%	24,2%	25,3%	5,0%	5,7%	100,0%
48- Informática	<i>n</i>	95	71	81	16	13	276
	%	34,4%	25,7%	29,3%	5,8%	4,7%	100,0%
34- Ciências Empresariais	<i>n</i>	95	64	77	13	10	259
	%	36,7%	24,7%	29,7%	5,0%	3,9%	100,0%
76- Serviços Sociais	<i>n</i>	35	43	49	18	11	156
	%	22,4%	27,6%	31,4%	11,5%	7,1%	100,0%
72- Saúde	<i>n</i>	57	31	24	13	5	130
	%	43,8%	23,8%	18,5%	10,0%	3,8%	100,0%
62- Agricultura, Silv. e Pescas	<i>n</i>	10	12	5	12	1	40
	%	25,0%	30,0%	12,5%	30,0%	2,5%	100,0%
54- Indústrias Transformadoras	<i>n</i>	17	8	3	3	1	32
	%	53,1%	25,0%	9,4%	9,4%	3,1%	100,0%
86- Serviços de Segurança	<i>n</i>	2	2	3	2	4	13
	%	15,4%	15,4%	23,1%	15,4%	30,8%	100,0%
38- Direito	<i>n</i>	2	3	1	0	0	6
	%	33,3%	50,0%	16,7%	0,0%	0,0%	100,0%
84- Serviços de Transporte	<i>n</i>	0	0	3	0	0	3
	%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
22- Humanidades	<i>n</i>	1	0	1	0	0	2
	%	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
58- Arquitetura e Construção	<i>n</i>	0	1	1	0	0	2
	%	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
85- Proteção do Ambiente	<i>n</i>	0	0	2	0	0	2
	%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: EDULOG, 2020 - adaptado

Quanto à representatividade das áreas de estudo por região, ao analisarmos os resultados

em números percentuais verificamos que a área das Indústrias Transformadoras é a mais importante na região Norte de Portugal, enquanto no Centro os destaques são as áreas de Direito e Arquitetura e Construção, em Lisboa são as áreas de Serviços de Transporte e de Proteção do Ambiente (até porque essa é a única região em que todos os cursos dessas duas áreas são ofertados), no Alentejo o destaque é a área da Agricultura, Silvicultura e Pescas, e no Algarve é a área de Serviços de Segurança a que possui maior representatividade.

Em relação à participação dos sistemas de educação, público ou privado, nas diferentes áreas de estudo em cada região, constata-se que o ensino público detém maior representação na oferta de cursos profissionais em todas as regiões do Continente, em especial no Algarve onde atinge o percentual de 96% do total ofertado. Verifica-se, também, que o peso do ensino público é maior em quase todas as áreas de estudo, com destaque para as áreas de Informática (78%), Agricultura, Silvicultura e Pescas (78%) e Saúde (66%). Entretanto, o ensino privado representa uma contribuição decisiva na oferta de cursos profissionais no secundário, atuando em quase todas as áreas de estudo, incluindo as áreas de Arquitetura e Construção e Serviços de Transporte, cuja totalidade de cursos ofertados é exclusiva do ensino privado (tabela 36).

Tabela 36 - Distribuição das áreas de estudo por região e por sistemas público e privado

Área de Estudo	Norte		Centro		AM Lisboa		Alentejo		Algarve		Total	
	Pb	Pv	Pb	Pv	Pb	Pv	Pb	Pv	Pb	Pv	Pb	Pv
21- Artes	49%	51%	50%	50%	51%	49%	64%	36%	94%	6%	53%	47%
22- Humanidades	100%	0%	---	---	0%	100%	---	---	---	---	50%	50%
34- Ciências Empresariais	47%	53%	59%	41%	62%	38%	46%	54%	90%	10%	56%	44%
38- Direito	50%	50%	33%	67%	0%	100%	---	---	---	---	33%	67%
48- Informática	77%	23%	75%	25%	79%	21%	75%	25%	100%	0%	78%	22%
52- Engenharia e Téc.	61%	39%	52%	48%	56%	44%	52%	48%	100%	0%	58%	42%
54- Ind. Transformadoras	24%	76%	63%	37%	67%	33%	100%	0%	100%	0%	47%	53%
58- Arquitetura e Constr.	---	---	0%	100%	0%	100%	---	---	---	---	0%	100%
62- Agricultura, Silv. ...	100%	0%	58%	42%	60%	40%	83%	17%	100%	0%	78%	22%
72- Saúde	72%	28%	61%	39%	63%	37%	46%	54%	100%	0%	66%	34%
76- Serv. Sociais	57%	43%	60%	40%	57%	43%	72%	28%	82%	18%	62%	38%
81- Serv. Pessoais	60%	40%	49%	51%	64%	36%	55%	45%	98%	2%	60%	40%
84- Serv. de Transporte	---	---	---	---	0%	100%	---	---	---	---	0%	100%
85- Proteção do Ambiente	---	---	---	---	50%	50%	---	---	---	---	50%	50%
86- Serv. de Segurança	0%	100%	50%	50%	0%	100%	100%	0%	100%	0%	54%	46%
Total	59%	41%	56%	44%	62%	38%	61%	39%	96%	4%	61%	39%

Fonte:: EDULOG, 2020 - adaptado

Com o objetivo de perceber o nível de especialização de cada região considerando o peso das áreas de estudo dos cursos profissionais ofertados, o relatório EDULOG apresentou os resultados referentes ao Quociente de Localização (QUOL), calculados através da divisão do peso das áreas de estudo (j) pelo peso de cada região (i), e com resultados variando no intervalo $[0, +\infty[$, onde (i) $QUOL_{ij} = 0$ significa que uma determinada área de estudo j está ausente numa determinada região i; (ii) $QUOL_{ij} = 1$ significa que a configuração das áreas de estudo da região i equivale ao total de Portugal Continental; (iii) $0 < QUOL_{ij} < 1$ significa que a área de estudo j tem menos representatividade na região i do que no continente; e $QUOL_{ij} > 1$ significa que a área de estudo j tem um peso maior na região i do que no continente.

Tabela 37 - Quociente de localização – Áreas de Estudo / Região

Áreas do Estudo / Região	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
81- Serviços Pessoais	0,93	1,02	1,02	0,96	1,25
52- Engenharia e Técnicas Afins	1,08	1,27	0,64	1,04	0,70
21- Artes	1,14	0,88	1,03	0,66	1,06
48- Informática	0,98	0,94	1,19	0,77	0,88
34- Ciências Empresariais	1,05	0,90	1,21	0,67	0,72
76- Serviços Sociais	0,64	1,00	1,28	1,54	1,32
72- Saúde	1,25	0,87	0,75	1,33	0,72
62- Agricultura, Silvicultura e Pescas	0,71	1,09	0,51	4,00	0,47
54- Indústrias Transformadoras	1,52	0,91	0,38	1,25	0,58
86- Serviços de Segurança	0,44	0,56	0,94	2,05	5,75
38- Direito	0,95	1,82	0,68	0,00	0,00
84- Serviços de Transporte	0,00	0,00	4,06	0,00	0,00
22- Humanidades	1,43	0,00	2,03	0,00	0,00
58- Arquitetura e Construção	0,00	1,82	2,03	0,00	0,00
85- Proteção do Ambiente	0,00	0,00	4,06	0,00	0,00

Fonte:: EDULOG, 2020 - adaptado

Ao analisar os resultados da tabela 37, verifica-se que: (i) a área das Indústrias

Transformadoras, seguida da área de Humanidades possuem maiores representatividades relativas na região Norte; (ii) na região Centro, com igual importância destacam-se as áreas de Direito e Arquitetura e Construção; (iii) na Área Metropolitana de Lisboa, as áreas de estudo relativamente mais relevantes são as de Serviço de Transporte e de Proteção do Ambiente; (iv) no Alentejo as áreas de estudo mais importantes relativamente são as de Agricultura, Silvicultura e Pesca e de Serviços de Segurança; e (v) no Algarve o destaque vai para a área de Serviços de Segurança.

Outro ponto a ressaltar diz respeito à distribuição das áreas de estudo dos cursos profissionais ofertados em relação aos setores da economia: de acordo com o levantamento feito para o período 2018/2021 em análise, 81,5% dos cursos atendem ao setor terciário (Serviços Pessoais, Artes, Informática, Ciências Empresariais, Serviços Sociais, Saúde, Serviços de Segurança, Direito, Serviços de Transporte, Humanidades, Proteção do Ambiente); 16,6% ao setor secundário (Engenharia e Técnicas Afins, Indústrias Transformadoras e Arquitetura e Construção); e 1,9% ao setor primário (Agricultura, Silvicultura e Pescas). Tais índices demonstram forte consistência em relação aos índices referentes aos setores económicos da população empregada em Portugal: 70% no setor terciário, 25% no setor secundário e 5% no setor primário.

8- Conclusões

O ensino secundário profissional em Portugal vem experienciando um forte desenvolvimento desde o ano de 1989 com o surgimento das primeiras Escolas Profissionais, instituições de iniciativa privada apoiadas pelo Estado e pela União Europeia, que veio pôr fim à exclusividade do Estado como agente único da oferta pública desse segmento de ensino no país.

Incentivado por organismos internacionais e nacionais através do incremento de investimentos que tem vindo a receber ao longo dos anos, o ensino secundário profissional, desde a sua implementação nos moldes como hoje o conhecemos, viu o número de alunos nele matriculados evoluir de forma acelerada, especialmente depois do ano de 2004 quando foi estendido para o sistema público de ensino, alargando sobremaneira a oferta formativa de cursos profissionais.

Entendido como um percurso educativo com forte potencial para reduzir os altos índices de evasão e de retenção escolar que Portugal apresentava na ocasião em que foi implementado no final dos anos 80, o ensino secundário profissional, ao dotar os jovens com as capacidades e habilidades necessárias para entrar no mercado de trabalho, mantém-se como uma importante aposta educativa ao proporcionar uma maior inclusão social, conseguida através da inserção dos jovens no mercado de trabalho e na consequente redução dos níveis de desemprego e, assim, contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

No entanto, em que pese todo o maciço investimento que vem sendo feito para a consolidação desse percurso educativo, este parece ainda carregar o estigma, a ele historicamente vinculado, de ser um ensino considerado de “segunda oportunidade”, voltado para alunos “fracassados”, provenientes de classes econômicas e culturais menos favorecidas, sem maiores interesses acadêmicos, que a ele recorrem muitas vezes por já carregarem um peso excessivo de reprovações nos anos anteriores e por precisarem concluir os ciclos obrigatórios de escolaridade.

Nos últimos anos, vários autores vêm se dedicando a estudar a evolução do ensino secundário profissional nos países europeus. Especificamente em Portugal, o aumento de estudos nesse sentido também tem ocorrido de forma bastante perceptível, de forma a buscar uma maior compreensão da atual situação que reveste o tema, sob a perspectiva de um mercado de trabalho em contínua mutação, cada vez mais exigente em termos de capacidades e competências.

Em geral, é entendimento comum entre os autores que o ensino profissional é um

importante caminho alternativo de formação, e que facilita a transição da escola para o mercado de trabalho, aumentando a possibilidade de que os jovens encontrem emprego mais facilmente. Nesse sentido, ao se configurar como um potencial promotor de desenvolvimento de capital humano, o ensino secundário profissional passa a ser um percurso de educação atrativo para jovens com perfis diferentes ao que tradicionalmente tem sido associado a ele.

É fato que o ensino secundário profissional representa um tema de estudo altamente complexo, envolvendo diversas linhas de investigação que abarcam inúmeras variáveis e que provavelmente nunca se esgotarão por se tratar de um assunto inserido diretamente nas questões evolutivas das sociedades. Dessa forma, ao se debruçar sobre esse tema, é necessário traçar as linhas mestras em que se pretende atuar.

Assim sendo, tendo em vista que uma parcela significativa de estudos recentes têm vindo a concentrar as suas investigações prioritariamente no sistema público de ensino, seja em escolas secundárias ou em agrupamentos públicos com oferta de cursos profissionais, e tendo em conta que as escolas profissionais do sistema privado são responsáveis por aproximadamente 39% da oferta formativa de cursos profissionais (Continente + Regiões Autônomas dos Açores e da Madeira) e que, considerando apenas o Continente, essas mesmas escolas respondem atualmente por 40% das matrículas nesse percurso educativo, números esses bastante representativos, a opção do presente estudo foi dar voz aos alunos das escolas privadas, com o objetivo de traçar um perfil socioeducativo desses alunos e compreender as motivações e expectativas que os levaram a escolher cursar o ensino secundário profissional, além de examinar as perspectivas futuras que possuem, a níveis pessoal, acadêmico e profissional.

Para a realização da investigação, fez-se uso da base de dados da ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais, instituição que congrega escolas privadas no Continente e nas Regiões Autônomas, tendo sido consideradas no estudo as respostas das escolas localizadas nas cinco regiões continentais: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve. Cabe referir que nas regiões do Alentejo e, especialmente, do Algarve, o número de participantes foi reduzido. Em ambas as localidades, somente uma escola em cada região participou do inquérito proposto. Não obstante, os resultados dessas escolas foram integrados à base de dados que serviu de alicerce às conclusões finais.

O inquérito foi respondido por 771 alunos divididos pelos três anos do ensino secundário, sendo 332 de Lisboa, 239 do Norte, 169 do Centro, 23 do Alentejo e 8 do Algarve. Esse total de

alunos está distribuído por 25 escolas, das quais dez localizadas em Lisboa, oito no Norte, cinco no Centro, uma no Alentejo e uma no Algarve.

Quanto à faixa etária, 422 alunos possuíam entre 16 e 17 anos, enquanto 219 alunos estavam entre 18 e 19 anos, 67 alunos entre 14 e 15 anos, e 63 alunos estavam acima de 19 anos. Em relação ao sexo, o inquérito foi respondido por 390 alunos do sexo masculino, 350 alunas do sexo feminino, 25 optaram por não responder à questão, e 6 seis alunos responderam “outro”.

Em paralelo, quanto à oferta formativa e com base nos documentos oficiais disponibilizados, o estudo teve por objetivo verificar/analisar como a oferta de cursos profissionais da rede privada de ensino profissional está inserida num contexto mais amplo, e se é possível estabelecer alguma relação entre a oferta e a demanda desses cursos.

8.1 – Perfil socioeducativo dos alunos participantes do inquérito

O inquérito foi respondido maioritariamente por alunos de nacionalidade portuguesa (84,2%), com reduzida diferença percentual entre os sexos dos participantes (51% sexo masculino e 45% sexo feminino), e com idades de entrada no primeiro ano do ensino secundário (10º ano) variando entre 14-15 anos (17,8%) e 16-17 anos (62,2%).

Em relação ao grau de instrução de seus progenitores, os alunos responderam que 20,4% dos pais e 16,3% das mães (16,3%) possuíam o ensino básico completo; 23,7% dos pais e 34,4% das mães possuíam o ensino secundário completo; e 11,2% dos pais e 15,5% das mães possuíam nível superior completo (licenciatura/bacharelato, mestrado ou doutoramento).

Quanto ao meio de vida dos seus progenitores, a maioria dos alunos respondeu que ambos exercem uma profissão, assim distribuídos: 56% dos pais e 59% das mães encontravam-se empregados por contra de outrem; 19% dos pais e 17% das mães trabalhavam por conta própria; e 1% dos pais e 4% encontravam-se desempregados recebendo subsídio de desemprego.

Os percentuais encontrados, comparados aos resultados de estudos anteriores apresentados no capítulo referente à revisão da literatura, parecem apontar para uma possível diferenciação no perfil socioeducativo dos alunos que optam por seguir o ensino secundário notadamente em escolas profissionais privadas, em especial no que se refere à faixa etária de entrada no secundário, que permite concluir que a maioria dos alunos participantes no inquérito optou por entrar para o ensino profissional imediatamente após o encerramento do ciclo básico de ensino, não possuindo histórico de reprovações, o que se confirma com o percentual de alunos (56%) que respondeu não terem sido reprovados em anos letivos anteriores. Ou seja, a opção pelo ensino profissional não teve por objetivo primeiro minorar consequências negativas de retenções anteriores.

Também em relação ao conceito histórico de que os alunos que cursam o ensino profissional provêm de famílias com reduzido nível de escolaridade, os resultados parecem apontar para uma diferenciação ao mostrar um aumento nos índices de escolarização nos níveis secundário e, em especial, superior, tanto dos progenitores masculinos quanto dos femininos.

Ainda que os resultados de estudos mais recentes continuem a indicar que nas salas de aula do ensino profissional mantêm-se a prevalência de alunos procedentes de classes menos escolarizadas e contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, que acumulam alguma carga de

retenção e baixos resultados acadêmicos e frequentemente mostram-se desmotivados e desinteressados pelo ensino, há indícios que dois outros grupos de alunos estão despontando nesse segmento educativo ao optarem por frequentar essa via educativa: um grupo que maioritariamente possui bons resultados escolares, e que se apresenta motivado para um ensino mais prático, voltado para a aquisição de conhecimentos e competências que os habilite a aprender uma profissão e, conseqüentemente, conseguir um emprego; e um segundo grupo de alunos que também possuem bons desempenhos escolares mas que não priorizam a entrada imediata no mercado de trabalho, mas que pretendem ingressar no ensino superior sem ter de passar obrigatoriamente pelos exames nacionais, optando pelas vias alternativas de acesso aos níveis superiores de ensino. Os resultados encontrados no presente estudo apontam de forma clara para a confirmação da existência desses dois grupos nas escolas secundárias profissionais do sistema de ensino privado.

Em suma, a análise combinada desses resultados sugere o início de uma importante alteração no perfil socioeducativo dos alunos que vêm optando por trilhar o ensino profissional a nível secundário, assim como um avanço positivo na percepção dos pais e dos alunos quanto à importância do ensino profissional como percurso educativo legítimo e consciente, afastando de alguma forma a negativa representação histórica que o tem caracterizado.

Esse movimento favorável ao ensino profissional sinaliza que o mesmo está experimentando uma maior valorização por parte da sociedade, o que vem ao encontro dos esforços e dos investimentos que os governos vêm fazendo ao longo das últimas décadas com esse intuito. No que respeita às escolas secundárias profissionais privadas esse é um dado de particular interesse, ao reforçar a importância dessas instituições na estrutura educacional portuguesa, haja visto terem sido criadas com o objetivo de ser uma alternativa legítima ao ensino de cunho “liceal”, visando a formação de profissionais técnicos altamente qualificados de forma a atender às necessidades do tecido empresarial existente, tanto a nível local quanto regional e, assim, promover uma maior equidade social e económica no país.

8.2 – Motivações e expectativas dos alunos em relação ao ensino secundário profissional

8.2.1 – Motivações – fatores influenciadores

Pelos resultados obtidos, pode-se concluir ser consensual entre a maioria dos alunos que participaram do inquérito que o ensino secundário profissional ajuda a fortalecer a economia de Portugal (76% favoráveis), possuindo um importante papel na redução do desemprego no país (85% favoráveis), além de ser um fator de combate à exclusão social em Portugal (74% favoráveis).

Ao se configurar como um percurso educativo capaz de dotar os jovens com as capacidades e as habilidades necessárias para o exercício de uma profissão, que venha ao encontro dos anseios dos próprios jovens assim como das necessidades das empresas, o ensino profissional constitui uma estratégia educativa, via de regra, dificilmente questionável, desde que estabelecida e implementada em bases sólidas e factíveis. Nessa direção, além de reforçar a ideia de que o ensino secundário profissional está deixando de ser visto como uma via de escolarização “menor”, a percepção positiva dos alunos que já estão inseridos nessa orientação educativa pode servir como um fator multiplicador ao influenciar positivamente os jovens que se encontram no momento de escolher qual modalidade de ensino querem seguir no ciclo secundário.

Os investimentos que vem sendo feitos visando atribuir a importância devida ao ensino secundário profissional no país passam obrigatoriamente por uma maior e mais eficiente divulgação do mesmo junto à sociedade, de forma a disponibilizar informações consistentes aos alunos e aos seus pais no momento em que precisam escolher que percursos académicos seguir. Quanto a isso, a maioria dos alunos (85%) respondeu haver recebido informações sobre o ensino profissional, o que é altamente positivo.

No entanto, 38% disseram ter recebido conselhos desencorajadores nesse sentido, principalmente de suas famílias (19%) e de seus professores (11%), o que indica uma resistente permanência dos conceitos negativos historicamente atrelados à essa via acadêmica em uma parcela da sociedade. O que torna necessário a manutenção de forma continuada dos investimentos nessa direção, sendo fundamental disponibilizar publicamente, de forma sistemática e de fácil acesso dados consistentes relativos ao andamento do ensino secundário profissional que permitam uma análise imparcial e sem conceitos depreciativos predefinidos.

Apesar disso, mais de um terço dos alunos participantes no inquérito (34,9%) responderam que o aconselhamento dos seus familiares ou amigos representou a maior influência positiva em suas decisões de cursarem o ensino secundário profissional, seguida da perspectiva de carreira existente com 13,5% das respostas, e de 11,8% que disseram que sempre souberam ser essa a profissão que queriam seguir. A possibilidade de encontrar um emprego foi citada como a principal influência para 10,8% dos participantes, atingindo a quarta posição entre os principais aspectos motivadores a influir nas suas decisões. Note-se que apenas 7,9% dos alunos responderam ter sido aconselhados positivamente por seus professores ou orientadores educativos, o que parece apontar para a permanência de uma imagem negativa do ensino profissional mesmo dentro da comunidade docente.

É importante destacar que apenas 6,1% dos alunos responderam ter optado pelo ensino profissional por este representar a possibilidade de terminarem o secundário mais facilmente, o que vem ao encontro do que já foi salientado anteriormente a respeito de uma bem-vinda alteração positiva no *status* do ensino secundário profissional na sociedade portuguesa que parece estar a decorrer.

8.2.2 – Expectativas à entrada e durante o ensino secundário profissional

82% dos participantes revelaram que tinham expectativas elevadas ou muito elevadas à entrada do ensino secundário profissional privado. Entretanto, ao serem questionados acerca dos seus níveis de percepção e satisfação pessoais no decorrer do curso e como analisavam as suas experiências frente às suas expectativas iniciais, quase a metade dos alunos respondeu que as mesmas estavam a ser apenas parcialmente correspondidas (46% - “mais ou menos”). Esse é um dado de particular interesse no sentido de que pode estar indicando alguns constrangimentos / mal-entendidos no julgamento dos jovens a respeito da estrutura do ensino secundário profissional e de como este decorre ao longo dos três anos letivos.

É fundamental que fique claro para os jovens antes que optem por seguir esse percurso acadêmico que eles terão de cursar, além das disciplinas técnicas correspondentes ao curso profissional escolhido, as disciplinas do currículo comum ao ensino secundário geral, especialmente Português, Matemática, Física e Química, Área de Integração, etc., ainda que com cargas horárias variáveis dependendo dos cursos. É importante que tenham a consciência de que somente com os módulos de todas as disciplinas concluídos com sucesso é que obterão o certificado final do curso com o nível 4 de classificação que os habilita à profissão de técnico na área escolhida.

Portanto, a quantidade de disciplinas que os alunos dos cursos profissionais têm pela frente durante os três anos de escolaridade, todas com um peso considerável nos currículos dos cursos, independente de serem componentes socioculturais, científicas ou técnicas, associadas à grande carga horária que os alunos precisam cumprir, podem estar afetando os níveis de correspondência às expectativas iniciais reveladas pelos alunos. Informar devidamente os alunos a respeito das particularidades do ensino secundário profissional, conscientizando-os de todos os diferenciais que o caracterizam, seja ele em escolas públicas ou privadas, é a forma mais eficaz para prevenir futuros constrangimentos.

8.2.3 - Níveis de percepção e satisfação pessoais com o ensino secundário profissional

Os sistemas de ensino devem ser constantemente reavaliados na perspectiva das profundas alterações à que as sociedades vem sendo submetidas, especialmente no que respeita aos avanços tecnológicos e científicos. Nesse sentido, metodologias de ensino precisam ser permanentemente aprimoradas, assim como os conteúdos lecionados devem ser revestidos de significados para a razão humana e social, de forma a promover um saber sistematizado. O ensino profissional não difere em nada dos aspectos apontados. Pode-se mesmo referir que, por ser uma modalidade de ensino que visa preparar técnicos especializados em determinadas áreas e profissões, esse percurso educativo acaba por potencializar a obrigação de estar em contínua reavaliação para que possa formar mão de obra com maior capacitação, de forma a poder atender às necessidades das empresas.

Em vista disso, averiguar os níveis de percepção e satisfação dos alunos que estão a frequentar o ensino secundário profissional em escolas particulares configuram um relevante dado que pode assegurar a forma como o mesmo está sendo conduzido e/ou apontar aspectos que possam vir a ser melhorados.

Com esse objetivo, questionou-se os alunos acerca das habilidades que estavam vindo a desenvolver em seus cursos e, sob a óptica dos aspectos gerais, 89% dos alunos responderam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com as habilidades gerais e com aquelas relacionadas ao trabalho que estavam desenvolvendo no curso. Os participantes responderam de forma semelhante quando questionados sobre as instalações das escolas particulares que estavam a frequentar, bem como em relação à qualidade dos professores / formadores.

Cabe ressaltar que esses são resultados bastante importantes para as escolas particulares, objeto deste estudo, e que de alguma forma referendam os serviços que vêm prestando à sociedade, uma vez terem sido estruturadas fisicamente com o objetivo específico de ofertar os cursos profissionais que se disponibilizaram a lecionar, bem como por constituírem as suas equipas docentes com profissionais que em grande parte encontram-se inseridos ativamente no mercado de trabalho em outras empresas, para além de lecionarem nas escolas profissionais.

Quando questionados acerca do desenvolvimento de habilidades específicas, excetuando as habilidades matemáticas (69%), científicas e tecnológicas (74%) e consciência cultural (79%), em todas as demais habilidades mencionadas (comunicação, cultura em geral, digitais e

computacionais, capacidade de auto-organização, competências sociais e cívicas, criatividade, senso de iniciativa e empreendedorismo, capacidade de pensar criticamente e capacidade de trabalhar em equipa), mais de 80% dos participantes responderam reconhecer que avançaram positivamente, seja de maneira global ou parcial (“sim, sem dúvida” e “às vezes”).

Em especial, quanto às capacidades de trabalhar em equipa e de pensar criticamente (com 91% e 87% das respostas favoráveis, respectivamente), os níveis de satisfação apresentados pelos alunos ao reconhecerem o desenvolvimento dessas habilidades em si mesmos constituem um importante referencial para as escolas particulares, uma vez que estas práticas interferem diretamente em qualquer organização empresarial, sendo condições *sine qua non* para a contratação hoje em dia de uma mão de obra mais especializada, como vem a ser o caso dos futuros técnicos que entrarão no mercado de trabalho.

8.2.4 – Imagem do ensino secundário profissional em Portugal

Por já encontrarem-se inseridos na dinâmica de um ensino secundário profissional, especialmente em escolas particulares, fez-se pertinente questionar os alunos que imagem passaram a ter dos cursos profissionais desde que começaram a cursá-los, tendo em conta que as suas opiniões podem servir para as próprias instituições escolares como indicadores de rotas e desvios a corrigir, além de serem uma importante referência para futuros estudantes e para seus familiares que porventura ainda tenham dúvidas acerca da validade desse percurso educativo, por terem conceitos menos nobres ou depreciativos a respeito do mesmo.

Tanto a nível global (63%) quanto regional (com variações entre 56%, em Lisboa, e 82%, no Alentejo), a maioria dos alunos respondeu que o ensino secundário profissional possui uma imagem entre positiva e muito positiva em Portugal Continental. Quando questionados qual percurso educativo (profissional ou científico-humanístico) recomendariam a um jovem que estivesse em dúvidas em relação a que escolha fazer para seguir no secundário, os alunos demonstraram cautela ao optarem maioritariamente por responder que essa sugestão dependeria do perfil de cada pessoa. Entretanto, em termos continentais 43% responderam recomendar o ensino profissional contra somente 4% que disseram que recomendariam o ensino científico-humanístico. Com exceção do Algarve, as demais regiões apresentaram resultados semelhantes ao continental.

Os resultados foram também muito parecidos quando os alunos foram questionados em que modalidade de ensino o governo português deveria priorizar os seus investimentos: em termos globais, 67% dos alunos disseram que o investimento deveria ser priorizado no ensino secundário profissional, com o mesmo percentual médio sendo apresentado regionalmente, com exceção do Algarve, ao que se atribui à baixa participação no inquérito já comentada anteriormente.

Com esses percentuais, reitera-se a ideia de que a reputação do ensino profissional está passando, finalmente, por uma efetiva mudança positiva aos olhos da sociedade, em especial quando consideradas as opiniões dos principais atores que estão diretamente vinculados a ele, por fazerem parte como alunos desse percurso educativo, e que o valorizam conscientemente.

8.2.5 – Expectativas acadêmicas e profissionais

A última parte do inquérito teve por objetivo conhecer as expectativas acadêmicas e profissionais dos alunos após o encerramento do curso profissional e, dessa forma, tentar perceber até que ponto o ensino secundário profissional, ao dotar os jovens com as capacidades e habilidades para o exercício de uma profissão e proporcionar uma entrada mais fácil no mercado de trabalho, pode atuar como um caminho desviante do ensino superior representando uma espécie de estratificação e seletividade social.

A nível continental, a maioria dos participantes respondeu concordar totalmente ou tender a concordar com as afirmações de que o ensino secundário profissional (i) desenvolve habilidades que os empregadores em Portugal requisitam (89%); (ii) possibilita encontrar empregos com melhores salários (76%); (iii) permite o acesso a empregos de referência em Portugal (84%); (iv) permite que se encontre um emprego mais rapidamente no país (84%); (v) possibilita oportunidades para trabalhar ou estudar no exterior (86%); e (vi) confere mais facilmente uma qualificação aos alunos que o frequentam do que aos que cursam o ensino científico-humanístico (77%).

Ao serem questionados se os alunos que completam o ensino secundário profissional têm maior ou menor probabilidade de encontrarem um emprego em relação aos alunos do ensino científico-humanístico e em relação aos que completam níveis superiores de educação, os participantes do inquérito responderam que em ambos os casos pensam ser mais favorável aos alunos do ensino profissional encontrarem uma colocação, com 74% e 43% respectivamente, a nível continental. Em todas as regiões, ainda que com variações percentuais, os números foram favoráveis ao ensino profissional.

No entanto, apesar de todos os esforços que vem sendo feitos no sentido da valorização do ensino profissional, 77% dos alunos responderam que o ensino científico-humanístico mantém uma imagem mais positiva do que o ensino profissional em Portugal, e 74% dos alunos continuam a achar que os estudantes com histórico de insucesso ou com fracos resultados no ensino básico são direcionados / incentivados a seguir o ensino profissional no nível secundário, confirmando os resultados encontrados em outros estudos, tanto em Portugal quanto em outros países da Europa.

Quanto às suas expectativas académicas, em termos globais 66% acreditam que é mais

fácil prosseguir para níveis superiores de estudo após concluir o ensino secundário profissional, e 47% responderam pretender continuar os estudos em níveis superiores, com 31% declarando-se indecisos. Em termos regionais, os percentuais apresentaram alguma semelhança, exceção feita ao Algarve, onde somente 13% responderam ter a intenção de prosseguir estudando.

Até há alguns anos, o acesso ao ensino superior era feito exclusivamente através dos exames nacionais, o que obrigava aos alunos do ensino profissional a terem de realizar provas de matérias que muitas vezes desconheciam por completo por não fazerem parte dos seus percursos escolares. De forma a corrigir essa sistemática entendida como discriminatória com uma considerável parcela de estudantes, o governo, através de decreto-lei, estabeleceu novas formas de acesso ao ensino superior específicas para alunos que completam o ensino secundário na modalidade dos cursos profissionais.

Com essa medida, volta a se alinhar com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo ao assegurar o acesso a níveis superiores de ensino a todos os alunos que completam o secundário, independente da modalidade de ensino escolhida. Ao promover o reequilíbrio dessa igualdade de oportunidades, amplia a base social de acesso ao ensino superior e, em paralelo, investe na elevação do nível de qualificação e competências da população.

Essas medidas apresentam reflexo direto na intenção dos jovens que concluem o ensino secundário profissional em prosseguir para níveis de estudos mais avançados, ideia esta endossada pelos números favoráveis obtidos na presente investigação, uma vez que quase a metade dos alunos respondeu que pretende seguir estudando, com quase um terço dos participantes declarando-se de forma indecisa, o que pode ser revertido favoravelmente até o momento da conclusão do secundário, e menos de um quarto dos alunos respondeu não ter a intenção de continuar seus estudos.

Em vista disso, é possível concluir que, com a implementação desses novos mecanismos de acesso a níveis superiores de ensino, perde força a hipótese de que o ensino secundário profissional possa vir a representar uma forma de estratificação e seletividade social ao se estabelecer como um caminho desviante ao ensino superior. Entretanto, é necessário que seja feito um esforço continuado de divulgação desses novos mecanismos junto aos alunos do ensino secundário profissional, aos seus familiares e à sociedade, em geral, com o objetivo de estimular os jovens que porventura tenham interesse em optar por fazer o secundário através de cursos profissionais, mas que não o fazem por pensarem que dificilmente conseguirão aceder a níveis

superiores posteriormente. Ao se divulgar essa nova política, seguramente se estará contribuindo, em paralelo, para uma maior valorização do ensino secundário profissional, ajudando a superar o estigma que historicamente está vinculado a ele.

8.3 – Em relação à oferta formativa de cursos profissionais

Em março de 2021, o então Ministro da Educação, sr. Tiago Brandão Rodrigues, na cerimônia online de entrega dos prêmios do concurso “Prêmio Capital Humano”, destacou a importância de que os cursos profissionais precisam ser adaptados para “encaixar nas necessidades do mercado de trabalho, para promover a inclusão e o sucesso educativo de todos”, reiterando a necessidade de que as ofertas formativas estejam permanentemente alinhadas às dinâmicas do mercado de trabalho, de forma a cumprir um dos principais objetivos do ensino profissional que é o de preparar mão de obra altamente qualificada em nível intermédio, de forma a atender às necessidades das empresas.

A definição da oferta de cursos profissionais no ensino secundário deve conjugar de forma eficaz três fatores primordiais: as expectativas dos jovens em relação aos cursos / formações que desejam seguir, as necessidades das empresas na busca de uma mão de obra qualificada a nível intermédio, e as escolas disponíveis para esse fim, quer sejam públicas ou privadas, que devem possuir a estrutura essencial (equipamentos físicos, equipa docente, etc.) para oferecer um ensino profissional de qualidade.

No que concerne aos cursos desejados pelos alunos, essa é uma questão bastante subjetiva, uma vez que está relacionada diretamente com o perfil de cada um. Entretanto, é pertinente que sejam realizadas regularmente sondagens junto aos alunos nas escolas básicas, em especial as de terceiro ciclo, com o objetivo de conhecer seus interesses no que respeita à carreira a seguir. Os resultados encontrados nessas sondagens certamente constituem um importante sinalizador para auxiliar a tomada de decisão em relação às futuras ofertas de cursos profissionais que atendam às expectativas dos jovens.

Quanto à necessária estruturação das escolas no sentido de oferecer um ensino de qualidade nos cursos profissionais oferecidos ou que pretendam oferecer, é exatamente esse o ponto em que reside a principal diferenciação entre as escolas profissionais, particulares e públicas, surgidas desde as suas gêneses. Enquanto as primeiras são instituições criadas especificamente com a finalidade de formar alunos no ensino profissional, tendo sido estruturadas fisicamente para atender às especificidades de cada curso oferecido, incluindo a constituição de equipas docentes muitas vezes formadas por profissionais que têm a sua ocupação principal em empresas correlatas aos cursos, as segundas foram compelidas a oferecer esse percurso educativo de uma hora para outra a partir do ano de 2004, quando por decreto-lei

passaram a fazer parte da rede de oferta formativa de cursos profissionais no ensino secundário. Tiveram, portanto, que se adaptar à essa nova realidade, reajustando as suas estruturas de acordo com as necessidades prementes, sem terem tido as condições e o tempo necessário para esse novo enquadramento.

É importante voltar sempre às palavras do professor Joaquim Azevedo, não por acaso um autor de referência acerca da temática do ensino secundário profissional em Portugal, que avalizam essa percepção quando diz que “muitas escolas não sabem o que é o ensino profissional, não têm nenhuma cultura de ensino profissional, e, assim, encaram-no como ‘o quarto escuro’ para os meninos que se portam mal, que têm insucesso ou, como eu costumo dizer, como um ‘caixote do lixo’ que está ali à mão”. Seguramente, ao proferir esse comentário, o professor estava a se referir às escolas públicas que de um momento para o outro viram ser incorporados às suas realidades um modelo de ensino completamente distinto ao que estavam acostumadas, ao qual tiveram que se alinhar “a toque de caixa”. Essa diferenciação entre as escolas públicas e privadas foi, inclusive, fator primordial que levou à decisão de realizar o presente estudo dando voz especificamente aos alunos de escolas particulares do ensino secundário profissional.

Tomando por base os dados disponibilizados pela DGEstE para a análise da oferta formativa em Portugal, verifica-se que, em termos continentais, 61% dos cursos profissionais são oferecidos por escolas secundárias públicas e 39% por escolas particulares. A análise por região revela que a oferta de cursos profissionais está concentrada nas regiões de maior densidade populacional, com 87% nas regiões Norte (35%), Centro (27%) e Lisboa (25%), cabendo ao Alentejo e ao Algarve 8% e 5%, respectivamente.

Ao focar a análise no setor privado de ensino, a distribuição regional apresenta alguma diferenciação: Norte, com 41%; Centro, com 44%; Lisboa, com 38%; Alentejo, com 39%; e Algarve, com 4%.

Não obstante o peso do setor público ser maior em todas as regiões do país, especialmente no Algarve onde atinge 96% da oferta disponível, é de se destacar a forte contribuição do ensino privado, que vem atuando em quase todas as áreas de estudo e, em especial, nas áreas de Arquitetura e Construção e Serviços de Transporte nas quais detém, no momento desta pesquisa, a exclusividade da oferta de cursos.

Em termos de áreas de estudo, 82% dos cursos estão concentrados em apenas cinco áreas:

Serviços Pessoais (28,7%), Engenharia e Técnicas Afins (15%), Artes (13,2%), Informática (12,9%), e Ciências Empresariais (12,1%). Em contrapartida, as Áreas de Serviços de Transporte, Humanidades, Arquitetura e Construção, e Proteção do Ambiente representam somadas apenas 0,4% do total da oferta.

Regionalmente, em termos percentuais, a área das Indústrias Transformadoras é a área de estudo mais representativa no Norte, com 53,1%; enquanto no Centro, os destaques são as áreas de Direito e Arquitetura e Construção, ambas com 50% de representatividade; em Lisboa, são as áreas de Serviços de Transporte e Proteção do Ambiente, ambas com 100% de representação, uma vez ser a única região, em termos continentais, em que todos os cursos dessas duas áreas são ofertados; no Alentejo, a área com maior representação é a da Agricultura, Silvicultura e Pescas, com 30%; e no Algarve, o destaque é a área de Serviços de Segurança, com 100% de representatividade.

Quanto à distribuição das áreas de estudo com maior representação pelos setores da economia, 81,5% dos cursos ofertados referem-se ao setor terciário, 16,6% ao setor secundário, e apenas 1,9% ao setor primário. Cabe ressaltar que esses dados estão alinhados aos indicadores relativos à ocupação da população empregada em Portugal: 70% no setor terciário, 25% no setor secundário, e 5% no setor primário.

Com relação ao inquérito realizado no âmbito do presente estudo, em termos continentais 67% dos alunos estavam concentrados em apenas cinco áreas de formação: 22% em Ciências informáticas, 16% em Audiovisuais e produção dos *media*, 15% em Hotelaria e Restauração, 8% em Turismo e Lazer, e 6% em Comércio. Em termos regionais, as áreas de Ciências informáticas, Audiovisuais e produção dos *media* aparecem com destaque nas regiões Norte, Centro, Lisboa e Algarve.

Em relação aos grandes setores da economia, as respostas encontradas estão alinhadas com os números disponibilizados pela DGEstE: 92% dos alunos estavam frequentando cursos ligados ao setor terciário, enquanto 8% estavam em cursos relacionados ao setor secundário. Nenhum aluno respondeu estar matriculado em cursos pertencentes ao setor primário da economia.

Quando questionados se, no momento em que tiveram de escolher o curso profissional a frequentar, perceberam ser limitada a oferta de cursos profissionais nos seus concelhos de

residência, 23% dos alunos responderam concordar totalmente com essa premissa, enquanto 33% responderam tender a concordar. Dos restantes, 29% optaram por tender a discordar ou discordar totalmente desta premissa, enquanto 15% não souberam responder. Com exceção do Algarve, nas demais regiões os percentuais revelaram-se semelhantes aos encontrados no Continente.

Em seguida, foi questionado se os alunos achavam que os cursos ofertados estavam relacionados às necessidades das empresas localizadas em seus concelhos de residência, com 65% tendo respondido favoravelmente à essa proposição em termos globais. Regionalmente, a maioria dos alunos também se posicionou de forma favorável à essa premissa, com menor percentual sendo encontrado na região de Lisboa, com 54% das respostas favoráveis, e o maior percentual no Centro do país, com 76%.

Questionados quanto às expectativas que tinham ao finalizarem seus cursos, especificamente se gostariam de ser contratados por uma empresa dos seus concelhos de residência, globalmente 87% dos alunos manifestaram-se favoravelmente. Em termos regionais, aproximadamente acima de três quartos das respostas foram favoráveis.

Quanto à hipótese de virem a ser contratados pelas empresas localizadas em seus concelhos após a conclusão de seus cursos, em termos globais quase três quartos dos alunos (73%) responderam favoravelmente (“concordo totalmente” ou “tendo a concordar”), percentual esse encontrado de forma semelhante ao se analisar por região.

Por último, foi questionado se os alunos achavam que os cursos que estavam a frequentar estavam adequados às necessidades do mercado de trabalho local. Em termos globais, 69% responderam que concordavam totalmente ou tendiam a concordar. Em termos regionais, exceto em Lisboa, com 54%, e o Algarve, com 38%, nas demais regiões mais de três quartos dos alunos responderam favoravelmente à questão (Norte, 78%; Centro, 77%; e Alentejo, 75%).

Sob a ponto de vista dos alunos participantes no inquérito, a oferta dos cursos profissionais, tanto a nível global quanto regional, parece estar, de forma geral, alinhada às áreas de formação desejadas por eles, apesar de terem respondido que consideravam limitada a oferta formativa em seus concelhos de residência.

Ao analisar em conjunto os números apresentados anteriormente, e considerando a importância que reveste o ensino privado ao responder por 39% da oferta de cursos profissionais no Continente, bem como o fato de atuar em quase todas as áreas de ensino e formação existentes,

sendo, inclusive, responsável pela proposição de cursos em áreas menos comuns, incorporando, por conseguinte, alguma novidade à oferta formativa, as escolas profissionais particulares aparentemente se colocam de forma mais inovadora se comparadas às escolas públicas que, embora detenham maior participação em todas as regiões, tendem a disponibilizar uma oferta mais conservadora.

Um outro ponto a destacar é a forte concentração da oferta formativa em algumas regiões do país, mais especificamente no Norte, no Centro e em Lisboa. Ainda que sejam as regiões com maiores concentrações populacionais e, conseqüentemente, aquelas em que há uma maior procura pelos cursos profissionais e por oportunidades de emprego, a questão da distribuição da oferta formativa poderá ser um fator de agravamento de desigualdades sociais se não for realizada tendo em vista uma maior equidade entre as regiões.

De modo análogo, a forte concentração da oferta de cursos profissionais em poucas áreas de ensino em algumas regiões pode representar um fator condicionante às opções dos jovens, limitando o acesso dos alunos a determinadas áreas de formação, provocadas por constrangimentos em termos geográficos da distribuição da oferta formativa.

Com referência às questões de investigação relacionadas à oferta formativa constantes do presente estudo, é possível concluir que a definição das ofertas dos cursos profissionais passa pela conjugação de diversos fatores distribuídos em três níveis: (i) macro, a cargo da ANQEP que tem, entre outras atribuições, a responsabilidade de regular a oferta de educação e formação profissional; (ii) meso, onde estão inseridas as Comunidades Intermunicipais, responsáveis por articular os municípios com o objetivo de definir a rede educativa e de formação profissional, e as Direções de Serviços Regionais, responsáveis por planear e organizar a rede de oferta formativa; e (iii) micro, formada pela escolas públicas e privadas, a quem cabe apresentar anualmente às propostas de cursos profissionais que planejam oferecer no próximo ciclo de formação.

Como auxiliar para o estabelecimento da oferta formativa, a ANQEP criou em 2014 o SANQ - Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações, uma ferramenta de diagnóstico e de planeamento que tem por objetivo avaliar de forma clara as dinâmicas do mercado de trabalho na busca de profissionais qualificados, ao identificar as características e as necessidades do tecido empresarial local e regional, e indicar as áreas e as saídas profissionais prioritárias.

Ao servir de base para a definição da oferta formativa regional, o SANQ acaba por atuar como importante fator condicionador, tanto a nível da escolha dos jovens que pretendem ingressar nessa modalidade de ensino no secundário e acabam por se deparar com a tipologia dos cursos ofertados nos concelhos em que residem, que podem ser limitadas, quanto a nível do desenvolvimento económico e social de uma região, posto que as empresas terão de absorver prioritariamente os jovens que, após a conclusão de seus cursos, estarão a ingressar no mercado de trabalho.

No entanto, a nível micro não foram encontradas evidências a respeito da representatividade das escolas no processo de definição da oferta formativa. Não há indícios que permitam concluir se as propostas feitas para a abertura de novos cursos profissionais estão a ser ou não acatadas pela tutela, e em que bases as análises dessas propostas estão a decorrer.

Nesse sentido, a título ilustrativo, em março de 2021 a EDULOG – Fundação Belmiro de Azevedo publicou com o título “Qual o estado das redes de ensino profissional em Portugal?” as transcrições de três webinars decorridos no quarto trimestre de 2020 e promovidos no âmbito do projeto “+PRO, Medir, Articular e Valorizar o Ensino Profissional em Portugal”. Em uma dessas intervenções, a cargo do sr. António Santos, Presidente do conselho-geral da Escola Secundária Ferreria de Castro, de Oliveira de Azeméis, na região Norte, foi abordado especificamente o tema da oferta formativa e a sua articulação com o tecido empresarial da região onde a escola encontra-se inserida. Segue reprodução textual de parte da comunicação feita pelo sr. António Santos:

“Relativamente à transição para o mercado de trabalho, em vez de procurarmos fazer a articulação entre a escola e o tecido empresarial, temos reuniões pontuais com a Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis, que tem um tecido empresarial vastíssimo. Os empresários estão, de uma forma geral, muito recetivos a colaborar connosco ao nível da formação em contexto de trabalho e a outros níveis. Acontece que muitas vezes não podemos oferecer os cursos que as empresas requisitam porque temos muitos condicionalismos da parte da tutela. Por exemplo: já procurámos criar cursos muito procurados, como os de Higiene e Segurança no Trabalho e Controle da Qualidade Alimentar – uma vez que temos empresas em Oliveira de Azeméis que nos pedem alunos nessas áreas - , mas houve muitos problemas da parte da tutela em permitir a abertura desses cursos.

O ensino profissional devia ter uma vertente de formação regional, ir ao encontro

daquilo que as empresas anseiam e aquilo que elas necessitam. Mas o facto – eu sinto isso como um dos responsáveis pela gestão desta escola – é que temos esses entraves feitos pela tutela e que não nos permitem abrir cursos que sejam importantes para o tecido empresarial da região.

(...) As escolas têm de se abrir um pouco mais, porque têm uma responsabilidade enorme em matéria de articulação com o tecido empresarial. (...) As escolas têm mais obrigação de ir às empresas e solicitar essa colaboração que é fundamental para os cursos profissionais. Sem a ligação entre escola e empresa, os cursos profissionais não tem razão de ser.

(...) A semana passada tive uma reunião com a diretora do meu agrupamento e o presidente da associação empresarial do concelho de Oliveira de Azeméis, no sentido de auscultar mais uma vez quais seriam as necessidades de formação que as empresas têm para que possamos ter ofertas formativas. Porém, esbarramos sempre num obstáculo quase intransponível, que é a legislação que existe.

A rede escolar que existe delineada pela tutela que não nos permite, praticamente, que façamos essas mudanças e, muitas vezes, estamos a formar jovens em cursos que não têm aplicação e as expectativas dos empresários são goradas”.

Cabe referir que passados quase três anos da data em que o webinar aconteceu a escola continua a não oferecer os cursos de Higiene e Segurança no Trabalho e de Controle da Qualidade Alimentar, mencionados pelo Presidente do conselho-geral da escola.

9- Considerações finais

Passadas pouco mais de três décadas da criação das Escolas Profissionais em Portugal, é notório o grande avanço que o ensino secundário profissional tem vindo a experienciar no país, ao apostar numa maior capacitação dos jovens na vertente profissional, e com isso tentar dar resposta às profundas alterações estruturais a que vem sendo submetida à economia.

Globalmente, o ensino profissional vem sendo enfatizado como uma importante via de acesso a uma melhor qualidade de vida ao dotar os jovens com uma qualificação profissional mais elevada, o que o torna um potencial promotor de equidade, justiça e de inclusão social.

Nesse sentido, os resultados obtidos com a presente investigação confirmam que a participação das escolas secundárias profissionais privadas possui um relevante peso nesse segmento educativo, ao ajudar a promover o desenvolvimento não somente de capital humano, como também de capital cultural e social.

Entretanto, em que pese os significativos avanços já conquistados, ainda há muito a se fazer. Em especial, no que se refere à implantação de medidas para atrair uma maior quantidade de alunos que possuam bons resultados no ciclo básico de ensino e que se mostrem motivados em trilhar um caminho educativo mais voltado para um ensino prático, porém sem deixar de lado as pretensões de prosseguir em níveis de ensino mais avançados. Certamente, isso faria subir o nível médio de exigência dos cursos profissionais o que influenciaria diretamente os seus currículos, tornando-os ainda mais atraentes, e acabariam por ganhar maior prestígio junto à sociedade, em geral.

Importa, portanto, que o ensino secundário profissional continue a ser incrementado pelo meio de investimentos contínuos e sistemáticos, que promovam através de políticas educativas a sua valorização frente à sociedade com o intuito de debelar em definitivo os conceitos negativos atrelados historicamente a ele, e que atuem, em particular, junto ao tecido empresarial, local e regional, como potenciais empregadores que são, na busca de estreitar a relação escola-empresa, considerada essencial para a criação de rotas a seguir de acordo com as necessidades de formação apontadas pelas empresas, bem como na detecção e correção de possíveis desvios que possam estar a ocorrer na oferta dos cursos profissionais existentes. Dessa forma, mais alguns passos seriam dados para o alcance da valorização e do sucesso do ensino secundário profissional almejados.

9.1 – Limitações do estudo

Apesar dos significativos avanços que claramente se fazem notar nos últimos anos na busca de uma maior sistematização dos dados referentes à educação em geral e, em particular, ao ensino secundário profissional, a falta de concentração de dados e análises estatísticas representam um forte constrangimento à realização de estudos nessa área, evidenciando a ausência de uma maior organização e sistematização da informação disponível.

Não se quer dizer com isso que não existam dados disponíveis para análise, mas somente que os mesmos são apresentados de forma dispersa, não havendo uma centralização dos mesmos, o que dificulta uma visão mais abrangente do assunto. Além disso, algumas vezes são utilizadas nomenclaturas diferentes e tipologias diversas na abordagem de um mesmo assunto, fato esse que interfere negativamente ao aumentar a dificuldade de se construir uma linha mais direta de raciocínio. Em prol de se permitir formar uma visão globalizante sobre o assunto, é necessário, portanto, uniformizar os conceitos, as terminologias e as nomenclaturas utilizadas associadas à temática.

No caso específico do presente estudo, em que se optou por fazer uma investigação exclusivamente com alunos de escolas particulares do ensino secundário profissional, o fato de não existir estudos anteriores que apresentem dados em separado das instituições privadas e públicas na maioria das variáveis que revestem o tema, acaba por impossibilitar que seja feita uma análise comparativa, de forma a perceber o comportamento evolutivo da variável em questão, obrigando a que se parta praticamente “do zero” na construção de uma base de dados para uso de investigações posteriores.

A problemática em estudo envolve uma grande diversidade de variáveis que, em nenhum momento, se pretendeu esgotar na presente investigação. Entretanto, a existência de dados relativos à algumas dessas variáveis poderiam contribuir para se conseguir uma análise mais consistente da temática, em especial no que respeita à empregabilidade e à inserção no mercado de trabalho de jovens oriundos das escolas secundárias profissionais dos sistemas público e privado de ensino, haja visto serem indicadores relevantes do sucesso desse percurso educativo.

Em paralelo, constatou-se que a aplicação de formulários online enviados aos estudantes através de endereços eletrónicos pode limitar a taxa de resposta, caso a aderência das instituições seja baixa, como aconteceu nas regiões do Alentejo e, particularmente, do Algarve. Nesse

sentido, o fator tempo também atuou como um potencial fator de constrangimento para a consecução de uma pesquisa mais aprofundada. Certamente, teria sido oportuno ter um período de tempo mais alargado para poder reiterar junto às escolas a solicitação para que seus alunos participassem do inquérito disponibilizado, e com isso aumentar a taxa de resposta conseguida.

Portanto, com o intuito de minorar possíveis restrições nesse sentido, é recomendável que em estudos futuros haja uma conjugação mais assertiva entre a amostra de potenciais participantes nas pesquisas e o tempo disponibilizado para a recolha de dados, de forma a constituir uma base de dados mais alargada que permita uma maior representatividade e consistência nos resultados encontrados.

9.2 – Sugestões para futuros estudos

Ao longo da realização deste estudo, foi possível identificar questões correlatas que permitiriam o desenvolvimento de outros estudos objetivando ampliar a compreensão de outros fatores que envolvem o ensino secundário profissional, em especial no que se refere a dois temas específicos: (i) a relação escola-empresa e a oferta formativa regional e a esperada empregabilidade dos formandos, e (ii) a articulação entre o ensino secundário profissional e o ensino superior.

Tomando por base o presente estudo, recomenda-se aprofundar a análise da oferta formativa sob a perspectiva das necessidades das empresas locais e regionais e, conseqüentemente, da empregabilidade dos formandos. Reveste-se de grande importância aferir o sucesso do ensino secundário profissional no que tange à questão da empregabilidade de jovens oriundos desse sistema de ensino após a conclusão de seus cursos profissionais. Somente com um maior conhecimento da relação escola-empresa e das variantes existentes, será possível estabelecer políticas que dinamizem positivamente a oferta de cursos profissionais respeitando as características e as particularidades das regiões em que estão inseridas, e que incidem diretamente na contratação de mão de obra especializada.

Um outro tema em que se recomenda um maior aprofundamento diz respeito à articulação entre o ensino secundário profissional e o ensino superior, tanto a nível de seus determinantes positivos quando de possíveis constrangimentos que possam existir nesse processo. É certo que com as medidas que possibilitam ao aluno proveniente do ensino profissional aceder ao ensino superior sem ter que realizar os exames nacionais, um contingente considerável de alunos passou a considerar essa possibilidade com maior confiança. No entanto, há que se ter em consideração que em relação às disciplinas de cariz socioculturais e científicas, os alunos do ensino profissional não se encontram em situação análoga aos estudantes do ensino científico-humanístico, o que pode vir a causar um movimento reverso nas expectativas dos primeiros, ao se verem em desvantagem aos demais alunos. Construir uma base de dados sobre as questões que envolvem esse assunto, analisando-os evolutivamente, certamente constitui um tema de muita relevância para estudos futuros.

10- Referências Bibliográficas

- Abrantes, P. (2005). As transições entre ciclos de ensino: entre problema social e objecto sociológico. *Interações*, (1)1, 25-53.
- Abrantes, P.C.S.S. (2014). O ensino profissional enquanto afirmação de uma política educativa de sucesso. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação e Psicologia - Universidade Católica Portuguesa.
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (2022). Consultado em 03 de janeiro de 2022. <https://www.adcoesao.pt/fundos/portugal-2020/portugal-2020-apresentacao/estrategia-europa-2020/>
- Alcoforado, L., Preguiça, C., Urbano, R., & Gomes, C. Escolhas escolares dos/as estudantes na transição para o ensino secundário em Portugal: reflexões a partir do caso de uma escola de uma cidade de média dimensão. *Estudos do Século XX*, (14), 71-91.
- Alves, N., Almeida, A.J., Fontoura, M., & Alves, P. (2001). *Educação e formação: análise comparativa dos sub-sistemas de qualificação profissional de nível III*. Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Amado, C. (1998). A escola única em Portugal: do debate doutrinal nos anos 20 e 30 às Realizações democráticas. In M.C. Proença (Coord.). *O sistema de Ensino em Portugal*. Edições Colibri.
- ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. (2014). Consultado em 15 de janeiro de 2019. <http://www.anqep.gov.pt>
- Antunes, F. (2004). Globalização, europeização e especificidade educativa portuguesa: A estruturação global de uma inovação nacional. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (70), 101-125. <https://doi.org/10.4000/rccs.835>

- Antunes, F. (2017). Políticas públicas e ensino secundário: caminhos da democratização. In J. Machado & J. M. Alves (orgs). *Equidade e justiça em educação: Desafios de uma escola bem-sucedida com todos* (pp. 43-50). Universidade Católica Editora.
- Azevedo, J. (2000). *A educação e formação profissional: o futuro de uma insustentável dicotomia*. Comunicação apresentada no V Congresso da Escola Cultural, Évora.
- Azevedo, J. (2010). Escolas Profissionais: uma história de sucesso escrita por todos. Consultado em 15 de janeiro de 2019. https://www.fep.porto.ucp.pt/sites/default/files/files/FEP/docs/revista_formar_2010
- Azevedo, J. (2014). O ensino profissional em Portugal, 1989-2014: Viagem da periferia para o centro das políticas educativas. In M. L. Rodrigues (org.). *40 anos de políticas de educação em Portugal* (pp. 411-468). Almedina.
- Azevedo, J. (1991). *A Educação Tecnológica nos Anos 90*. Edições ASA.
- Azevedo, J. (1999). *Sair do Impasse. Os Ensinos Tecnológico e Profissional em Portugal*. Edições ASA.
- Barbosa, B., Melo, A., Rodrigues, C., Santos, C.A., Costa, F., Dias, G.P., Filipe, S., Traqueia, A., Nogueira, S. (2019). Caracterização do ensino e formação profissional em Portugal. Análise de dados secundários 2015-2019. Fundação Belmiro de Azevedo – EDULOG. <https://www.edulog.pt/storage/app/uploads/public/5ee/94a/b74/5ee94ab7440cb365019630.pdf>
- Barbosa, B., Melo, A.I., Dias, G.P., Rodrigues, C., Santos, C., Costa, F., & Filipe, S. (2020). Oferta de ensino profissional secundário em Portugal – triénio, 2018/2021. Fundação Belmiro de Azevedo – EDULOG. <https://www.edulog.pt/storage/app/uploads/public/5f0/c8a/053/5f0c8a053e5fd417314928.pdf>

- Barbosa, B. (2023). Como valorizar o ensino secundário profissional? Dilemas, Desafios e Oportunidades. Fundação Belmiro de Azevedo – EDULOG. <https://www.edulog.pt/storage/app/uploads/public/647/676/0d9/6476760d9ed45664869423.pdf>
- Barroso, J. (2003). Organização e regulação dos ensinos básico e secundário, em Portugal: sentidos de uma evolução. *Revista de Ciências da Educação*, 24(82), 63-92.
- Cabrito, B. (1994). *Formações em Alternância: Conceitos e Práticas*. EDUCA.
- Cantante, F. (2018). *O mercado de trabalho em Portugal e nos países europeus – Estatísticas 2018*. Observatório das Desigualdades.
- Carneiro, R. (2004). *A educação primeiro*. Fundação Manuel Leão.
- Carvalho, M.J. (2014). A Administração Escolar: racionalidade ou racionalidades? *Revista Lusófona de Educação*, 25, 213-229.
- Cedefop (2010). *The benefits of vocational education and training*. Luxembourg: Publications Office. Cedefop research paper; n° 10. DOI: 10.2801/43027
- Cedefop (2017). *Cedefop European public opinion survey on vocational education and training*. Luxembourg: Publications Office. Cedefop research paper; n° 62. <http://dx.doi.org/10.2801/264585>
- Centeno, M. (2015, Maio). *Os jovens e o emprego*. Comunicação apresentada no Roteiros do Futuro - Conferência Internacional “Portugal e os Jovens: Novos Rumos, Outra Esperança”, em Lisboa.
- Cerda-Navarro, A., Sureda-Negre, J., & Comas-Forgas, R. (2017). Recommendations for confronting vocational education dropout: A literature review. *Empirical Research in Vocational Education and Training*, 9(1).doi:10.1186/s40461-017-0061-4

- Cerqueira, M.F., & Martins, A.M.O. (2011). A consolidação da educação e do ensino profissional na escola secundária nos últimos 50 anos em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, (17), 123-145.
- CNE. (2004). Pareceres e recomendações 2003. Conselho Nacional de Educação / Ministério da Educação.
- CNE. (2021). Recomendação – Perspetivar o futuro do Ensino Profissional. <https://www.cnedu.pt/pt/noticias/cne/1714-recomendacao-perspetivar-o-futuro-do-ensino-profissional>
- Conselho da União Européia. (2009). Conclusões do Conselho de 12 de maio de 2009 sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (“EF 2020”). 2009/C 119/02. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52009XG0528\(01\)&from=BG](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52009XG0528(01)&from=BG)
- Costa, A. F. (1992). *O que é a sociologia*. Difusão Cultural.
- Coutinho, C.P. (2011). *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática*. Almedina.
- Creswell, J.W., & Creswell, J.D. (2018). *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. SAGE
- Cruzeiro, M.E., & Antunes, M.L.M. (1978). Ensino Secundário: duas populações, duas escolas. *Análise Social*, XIV(55), 443-502.
- Decreto-lei. (1989). Decreto-lei nº 26/89 de 21 de janeiro de 1989. <https://dre.tretas.org/dre/22438/decreto-lei-26-89-de-21-de-janeiro>

- Decreto-lei. (2004). Decreto-lei nº 74/2004 de 26 de março de 2004.
https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Legislacao/dl_74_2004.pdf
- Decreto-lei. (2007). Decreto-lei nº 396/2007 de 31 de Dezembro de 2007.
<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/396/2007/12/31/p/dre/pt/html>
- Decreto-lei. (2011). Decreto-lei nº 125/2011 de 29 de dezembro de 2011.
<https://dre.tretas.org/dre/288470/decreto-lei-125-2011-de-29-de-dezembro>
- Decreto-lei. (2012). Decreto-lei nº 36/2012 de 15 de fevereiro de 2012.
<https://dre.tretas.org/dre/289358/decreto-lei-36-2012-de-15-de-fevereiro>
- DGEEC. (2009). 50 anos de Estatísticas da Educação – volume 1.
[https://www.dgeec.mec.pt/np4/172/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=196&fileName=50_Anos_VolI.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/172/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=196&fileName=50_Anos_VolI.pdf)
- DGEEC. (2021). Educação e Formação em Portugal.
[https://www.dgeec.mec.pt/np4/488/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=1217&fileName=ApresentacaoPPUE_PT.pdf](https://www.dgeec.mec.pt/np4/488/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=1217&fileName=ApresentacaoPPUE_PT.pdf)
- DGERT. <https://www.dgert.gov.pt/sistema-de-antecipacao-de-necessidades>
- Diogo, A.M. (2008). Investimento das famílias na escola. Dinâmicas familiares e contexto escolar local. *Interacções*, (1), 87-112.
- Duru-Bellat, M., & Lamoure-Rontopoulou, J. Lesourne (Jacques). — Education et société. Les défis de l'an 2000. *Revue française de pédagogie*, 85, 79-83
- Eichhorst, W., & Neder, Franziska. (2014). Youth Unemployment in Mediterranean Countries. Germany: Institute for the study of labor. IZA Policy Paper; nº 80.

- Eichhorst, W., Rodríguez-Planas, N., Schmidl, R., & Zimmermann, K. F. (2015). A road map to vocational education and training in industrialized countries. *ILR Review*, 68(2), 314–337. doi:10.1177/0019793914564963
- Eurostat (2014). *Industrie en % de l'emploi total*. Consultado em 20 de março de 2019. <https://www.ec.europa.eu/eurostat>
- FFMS (2023). População desempregada: total e por grupo etário. PORDATA – Estatísticas sobre Portugal e Europa. Consultado em 15 de julho de 2023. <https://www.pordata.pt/portugal/populacao+desempregada+total+e+por+grupo+etario-40>
- Fontes, C. (2016 previsão). *História da Formação Profissional e Educação em Lisboa e Colónias*. Consultado em 23 de fevereiro de 2019. <http://www.filorbis.pt/educar/histFormProf98.htm>
- Gonçalves, C. M. (1997). *A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Gracio, S. (1997). *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*. EDUCA.
- Gracio, S. (1998). *Ensinos Técnicos e Política em Portugal 1910/1990*. Instituto Piaget.
- Hanushek, E.A. (2013). Economic growth in developin countries: The role of human capital. *Economics of Education Review*, 37, 204-212. doi:10.1016/j.econedurev.2013.04.005
- INE. (2020). Inquérito à Identificação das Necessidades de Qualificações nas Empresas 2020. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=415477898&DESTAQUESmodo=2

- INFOESCOLAS (2019). *Estatísticas do Ensino Básico e Secundário*. Consultado em 25 de maio de 2019. <http://www.infoescolas.mec.pt/Secundario>
- Kripka, R.M.L., Scheller, M., & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. *Atas CIAIQ2015. Investigação Qualitativa em Educação* (2), pp. 243-247. <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>
- Lema, P. B., & Teixeira, J. A. (1988). Desindustrialização. Reindustrialização. Terciartização. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* , 75-88.
- Lemos, J.P.D. (2016). Razões da escolha do ensino profissional pelos jovens: análises comparativas entre as escolas profissionais e as escolas secundárias do Concelho de Ponta Delgada. Dissertação de Mestrado. Universidade dos Açores.
- Madeira, M.H. (2006). Ensino Profissional de Jovens: Um Percurso Escolar Diferente para a (Re)Construção de Projectos de Vida. *Revista Lusófona de Educação*, 7(7), 121-141.
- Marques, M. (1994). *A Decisão Política em Educação. O Partenariado Sócio-Educativo como Modelo Decisional*. Edições Afrontamento.
- Martins, A.M. (1991). *Ensino técnico e profissional em Portugal: uma opção ou uma alternativa à via de ensino ?* Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade de Lisboa.
- Martins, A.M. (1993). Ensino técnico e profissional: uma alternativa à via de ensino. In *Actas do II Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 1º volume*, 368-379.
- Martins, A.M., Pardal, L.A., & Dias, C. (2005). Ensino técnico e profissional: Natureza da oferta e da procura. *Interacções*, 1, 77-97.

- Martins, E.C. , & Martins, S.I.B. (2016) – A visão do ensino técnico-profissional português : evolução histórica das medidas e rupturas. *Boletim Técnico do Senac*, 42(2), 6-31.
- Mauritti, R., Nunes, N., Emílio Alves, J., & Diogo, F. (2019). Desigualdades sociais e desenvolvimento em Portugal: Um olhar à escala regional e aos territórios de baixa densidade. *Sociologia online*, 19, 102-126.
- McMahon, A. (1999). Book Reviews. *Education Management & Administration*, 27(2). 17-219. <https://doi.org/10.1177/0263211X990272014>
- Mendes, P.M.S. (2009). *Estudantes do Ensino Secundário Profissional: Origem Social, Escolhas Escolares e Expectativas. (Dissertação como requisito parcial de Mestrado).* Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE – IUL.
- Morais, A. M., & Neves, I. P. (2007). Fazer investigação usando uma abordagem metodológica mista. *Revista Portuguesa de Educação*, 20(2), 75-104.
- Munyua, C., Awori, B.B., & Rukangu, S. (2014). Factors influencing choice of vocational courses by learners with hearing impairments in selected vocational training centres, Kenya. *International Journal of Education and Research*, 2(7), 1-12.
- Orvalho, L., & Alonso, L. (2009). Estrutura modular nos cursos profissionais das escolas secundárias públicas: investigação colaborativa sobre mudança curricular. In *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 2996-3018). Universidade do Minho. <https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/Xcongreso/pdfs/t7/t7c221.pdf>
- Pacheco, E.M. (2010). Os institutos federais: Uma revolução profissional e tecnológica. Consultado em 18 de fevereiro de 2019. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf

- Pardal, L., Franco, M.L., Dias, C., Novaes, G., & Sousa, C.P. (2003). *O ensino técnico em Portugal e no Brasil: uma perspectiva de realidade*. Universidade de Aveiro.
- Portaria. (2004). Portaria nº 550-C/2004 de 21 de maio de 2004. <https://dre.tretas.org/dre/171986/portaria-550-C-2004-de-21-de-maio>
- Portaria. (2009). Portaria nº 782/2009 de 23 de julho de 2009. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/782-2009-493227>
- Presa, A., & Alves, J.M. (2019). Como se tece a oferta educativa de natureza profissional no território: entre a encenação dos pactos e a imposição burocrática. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 19, pp. 193-221. <https://revistas.ucp.pt/index.php/investigacaoeducacional/issue/view/348>
- República Portuguesa (2023). Programa Nacional para a Coesão Territorial. Implementação, Acompanhamento e Monitorização – 2017. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-/ficheiros-coesao-territorial/programa-nacional-para-a-coesao-territorial-implementacao-acompanhamento-e-monitorizacao-pdf.aspx>
- Ribeiro, M.M.G.P. (2014). *O ensino profissional de nível secundário em Portugal, 2000-2014. Quase-mercado e isomorfismo*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- Rocha, F. (1987). *Fins e objectivos do sistema escolar português de 1820 a 1926*. Liv. Estampa.
- Rodrigues, T.B. (13 de setembro de 2018). *Temos apostado no ensino profissional, que é um ensino de corpo inteiro*. <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=temos-apostado-no-ensino-profissional-que-e-um-ensino-de-corpo-inteiro>

- Saboga, A.R. (2008). Um olhar sobre a aprendizagem nível III em Portugal – notas sobre um estudo de caso. *Revista europeia de formação profissional*, 45, 132-156.
- Schaffer, D. W., & Serlin, R. C. (2004). What good are statistics that don't generalize? *Educational Researcher*, 33(9), 14-25.
- Silva, J.M. (1999). Escolas-Alunos-Empresas. Um triângulo estratégico. II Jornadas da EPROSEC.
- Silva, J.M. (2010). As organizações escolares. In J.M. Silva, *Líderes e Lideranças em Escolas Portuguesas*. Fundação Manuel Leão.
- Silva, M.R, Pelissari, L.B., & Steimbach, A.A. (2012). Juventude, escola e trabalho: Permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. *Educação e Pesquisa*, 39(2), 403-417. doi:10.1590/s1517-97022012005000022
- Sousa, M.F.R. (2012). *Aprender a saber ser, a saber fazer e a saber estar – a construção da profissionalização*. Relatório de Estágio para obtenção do grau de Mestre. Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (1998). *Mixed Methodology: Combining Qualitative and Quantitative Approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Tavares, S.M. (2014). A adequação da oferta formativa dos cursos profissionais às necessidades do mercado de trabalho. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Educação - Politécnico do Porto.
- Teixeira, A.A.C., & Queirós, A.S.S. (2016). Economic growth, human capital and structural change: A dynamic panel data analysis. *Research Policy*, 45(8), 1636–1648. doi:10.1016/j.respol.2016.04.006

UNESCO. (2011). Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE).
https://estatistica.dgeec.mec.pt/docs/docs_cdr/ISCED2011_PT.PDF

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Taxa de Emprego EU27, faixa etária: 20 – 64 anos, período: 2011 – 2020.....	4
Tabela 2 – Taxa de Desemprego, faixa etária: 15 – 24 anos, período: 2011 – 2020.....	6
Tabela 3 – Taxa de Desemprego total e jovem (< 25 anos), anos: 2021 e 2022.....	7
Tabela 4 – Benefícios do Ensino Profissional.....	10
Tabela 5 – Sistema Educativo Português.....	14
Tabela 6 – Rede Educativa em Portugal – ensinos público e privado – pré-escolar,.....	17
básico e secundário – Número de estabelecimento e número de alunos por nível / ciclo de ensino em 2021	
Tabela 7 – Evolução de alunos matriculados no ensino secundário, período: 2010 – 2021	18
Tabela 8 – Estabelecimento de ensinos – por região – data-base: 2021.....	18
Tabela 9 – Alunos matriculados no ensino secundário: total e em cursos profissionais.....	30
período: 1990 - 2021	
Tabela 10 – Alunos matriculados no ensino secundário – ano: 2021.....	31
Tabela 11 – Alunos matriculados no ensino secundário profissional – Continente -	32
por região e tipo de estabelecimento de ensino – data-base: 2021	
Tabela 12 – Matriz curricular dos cursos profissionais.....	33
Tabela 13 – Total de escolas secundárias com cursos profissionais / distrito – 2020/2021	36
Tabela 14 – Escolas Secundárias Profissionais Privadas – associadas ANESPO.....	37
Tabela 15 – Alunos matriculados, por NUTS I e II e área de educação e formação.....	38
2020/2021	
Tabela 16 – Oferta formativa por Áreas de Educação e Formação – Ensino público.....	61
Tabela 17 – Escolas por região.....	62
Tabela 18 – Cursos profissionais frequentados pelos alunos participantes no estudo.....	63
Tabela 19 – Total de alunos participantes no estudo por área de educação e formação.....	66
Tabela 20 – Total de alunos por áreas de formação e região.....	67
Tabela 21 – Dimensões e indicadores do questionário.....	69
Tabela 22 – Fontes utilizadas para análise relativa à evolução da oferta formativa.....	71
Tabela 23 – Categorias e subcategorias de análise da oferta formativa.....	72

Tabela 24 – Áreas de educação e formação por região – análise percentual.....	75
Tabela 25 – Ano letivo frequentado vs. faixa etária dos alunos.....	78
Tabela 26 – Nível de escolaridade dos pais.....	79
Tabela 27 – Percepção sobre a limitação da oferta de cursos no concelho de residência... do aluno	88
Tabela 28 – Os cursos profissionais ofertados no concelho estão relacionados às..... empresas da região?	89
Tabela 29 – O curso profissional frequentado lhe dará a oportunidade de ser contratado... por uma empresa do concelho em que vive?	91
Tabela 30 – Gostava de ser contratado por uma empresa localizada no concelho em..... que reside?	92
Tabela 31 – O curso que frequenta está adequado às necessidades do mercado de..... trabalho local?	93
Tabela 32 – Configuração do SANQ – Módulos.....	124
Tabela 33 – Cursos profissionais ofertados no triênio 2018/2021 por região – público..... e privado	130
Tabela 34 – Áreas de estudo / Áreas de Educação e Formação (CNAEF).....	131
Tabela 35 – Áreas de estudo por região.....	132
Tabela 36 – Distribuição das áreas de estudo por região e por sistemas público e privado	133
Tabela 37 – Quociente de localização – áreas de estudo / região.....	134

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Quantidade de participantes por região (%).....	73
Gráfico 2 – Escolas participantes por região (%).....	73
Gráfico 3 – Alunos matriculados por áreas de educação e formação.....	74
Gráfico 4 – Idade dos participantes.....	76
Gráfico 5 – Sexo dos participantes por região.....	77
Gráfico 6 – Nacionalidade dos alunos.....	77
Gráfico 7 – Meio de vida principal dos progenitores.....	80
Gráfico 8 – Reprovações em anos letivos anteriores.....	81
Gráfico 9 – Quantidade de reprovações por ano letivo.....	82
Gráfico 10 – “O Ensino Secundário Profissional fortalece a economia de Portugal.....	83
Gráfico 11 – “O Ensino Secundário Profissional desempenha um papel importante..... na redução do desemprego em Portugal”	84
Gráfico 12 – “O Ensino Secundário Profissional ajuda a combater a exclusão social..... em Portugal”	84
Gráfico 13 – “Foste aconselhado por alguém a não seguir o ensino secundário..... profissional?”	85
Gráfico 14 – “Que fator mais influenciou a tua decisão em cursar o ensino secundário.... profissional?”	86
Gráfico 15 – Percepção sobre a limitação da oferta de cursos no concelho de residência do aluno?	89
Gráfico 16 – “Os cursos profissionais ofertados no concelho estão relacionados às..... empresas da região?”	90
Gráfico 17 – Cursos profissionais vs. possibilidade de contratação por empresas da..... região em que residem	91
Gráfico 18 – “Gostava de ser contratado por uma empresa localizada no concelho em..... que reside?”	93
Gráfico 19 – “O curso que frequenta está adequado às necessidades do mercado de..... trabalho?”	94

Gráfico 20 – Expectativas quanto aos cursos.....	96
Gráfico 21 – “O curso está a corresponder às expectativas iniciais?”.....	97
Gráfico 22 – Aperfeiçoamento das habilidades gerais.....	98
Gráfico 23 – Aperfeiçoamento das habilidades relacionadas ao trabalho.....	98
Gráfico 24 – Estruturas físicas disponibilizadas pela escola.....	99
Gráfico 25 – Qualidade dos professores.....	100
Gráfico 26 – Habilidades de comunicação.....	100
Gráfico 27 – Habilidades em cultural geral.....	101
Gráfico 28 – Habilidades matemáticas.....	101
Gráfico 29 – Habilidades científicas e tecnológicas.....	102
Gráfico 30 – Habilidades digitais e computacionais.....	103
Gráfico 31 – Capacidade de auto-organização.....	103
Gráfico 32 – Competências sociais e cívicas.....	104
Gráfico 33 – Criatividade.....	104
Gráfico 34 – Senso de iniciativa e empreendedorismo.....	105
Gráfico 35 – Consciência cultural.....	105
Gráfico 36 – Capacidade de pensar criticamente.....	106
Gráfico 37 – Capacidade de trabalhar em equipa.....	106
Gráfico 38 – Imagem do ensino secundário profissional em Portugal.....	108
Gráfico 39 – “Que percurso educativo recomendaria a um jovem que estivesse decidindo o que cursar no secundário?”	109
Gráfico 40 – “Em que percurso de ensino o governo deveria priorizar os investimentos?..	110
Gráfico 41 – “Os jovens que seguem o ensino secundário profissional desenvolvem..... habilidades que os empregadores em Portugal requisitam”	111
Gráfico 42 – “O ensino secundário profissional possibilita encontrar empregos com..... melhores salários”	112
Gráfico 43 – “O ensino secundário profissional permite o acesso a empregos de..... referência em Portugal”	112
Gráfico 44 – “O ensino secundário profissional permite que se encontre um emprego..... mais rapidamente em Portugal”	113

Gráfico 45 – “É mais fácil prosseguir para o ensino superior após concluir o nível..... secundário profissional”	114
Gráfico 46 – “O ensino secundário profissional possibilita oportunidades para trabalhar... ou estudar no exterior”	115
Gráfico 47 – “É mais fácil conseguir uma qualificação no ensino secundário profissional. do que no ensino científico-humanístico”	115
Gráfico 48 – “Em Portugal, os estudantes com histórico de insucesso ou resultados..... reduzidos no ensino básico são direcionados/incentivados a seguir o ensino secundário profissional”	116
Gráfico 49 – “Em Portugal, o ensino secundário científico-humanístico tem uma imagem mais positiva do que o ensino secundário profissional”	117
Gráfico 50 – “Os alunos que completam o ensino secundário profissional têm maior ou... menor probabilidade de encontrar um emprego em relação aos alunos do ensino científico-humanístico?”	118
Gráfico 51 – “Os alunos que completam o ensino secundário profissional têm maior ou... menor probabilidade de encontrar um emprego em relação aos alunos que completam níveis superiores de educação?”	118
Gráfico 52 – “Depois de completar o ensino secundário profissional, pretende continuar os estudos em níveis superiores?”	119

ANEXO – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Este inquérito é parte integrante de um trabalho de investigação sobre o ensino secundário profissional na área temática de Educação, Sociedade e Desenvolvimento do Programa Doutoral em Consórcio em Educação da UNL - Universidade Nova de Lisboa – FCSH/FCT e do ISPA – Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.

A sua participação é condição essencial para o sucesso dessa iniciativa. Assim, solicitamos que responda a todas as questões. As informações fornecidas serão tratadas em caráter de confidencialidade e anonimato e serão exclusivamente utilizados para fins de investigação científica

I – Dados pessoais

1- Curso que frequentas: _____

2- Nome da escola que frequentas: _____

3- Ano que frequentas:

- | | |
|---------|---|
| 10º ano | 1 |
| 11º ano | 2 |
| 12º ano | 3 |

4- Sexo:

- | | |
|-----------------------|---|
| Masculino | 1 |
| Feminino | 2 |
| Outro | 3 |
| Prefiro não responder | 4 |

5- Idade:

14 a 15 anos	1
16 a 17 anos	2
18 a 19 anos	3
mais de 19 anos	4

6- Nacionalidade: _____

II – Dados familiares

7- Quem é teu encarregado de educação?

Pai	1
Mãe	2
Outro	3

8- Qual o nível de escolaridade da tua mãe?

Nunca frequentou a escola	1
Ensino básico incompleto	2
Ensino básico completo	3
Ensino secundário regular incompleto	4
Ensino secundário regular completo	5
Ensino secundário profissional incompleto	6
Ensino secundário profissional completo	7
Ensino superior incompleto (Bacharelato/Licenciatura)	8
Ensino superior completo (Bacharelato/Licenciatura)	9
Mestrado	10
Doutoramento	11
Não sabe	12

9- Qual o nível de escolaridade do teu pai?

Nunca frequentou a escola	1
Ensino básico incompleto	2
Ensino básico completo	3
Ensino secundário regular incompleto	4
Ensino secundário regular completo	5
Ensino secundário profissional incompleto	6
Ensino secundário profissional completo	7
Ensino superior incompleto (Bacharelato/Licenciatura)	8
Ensino superior completo (Bacharelato/Licenciatura)	9

Mestrado	10
Doutoramento	11
Não sabe	12

10- Assinala qual é, neste momento, o meio de vida principal do teu pai:

Trabalha por conta de outrem	1
Trabalha por conta própria	2
Recebe subsídio desemprego	3
Reformado	4
A cargo da família	5
Já é falecido	6
Outra situação	7
Não sabe	8

11- Assinala qual é, neste momento, o meio de vida principal da tua mãe:

Trabalha por conta de outrem	1
Trabalha por conta própria	2
Recebe subsídio desemprego	3
Reformada	4
A cargo da família	5
Já é falecida	6
Outra situação	7
Não sabe	8

III – Percurso Escolar

12- Já reprovaste alguma vez?

Sim

1

Não

2

13- Se a tua resposta foi sim, responde a seguinte questão (caso tenha sido não, passa para a questão 14):

Ano de Escolaridade	Número de Reprovações		
	(1 vez)	(2 vezes)	(3/+ vezes)
1º ano	1	2	3
2º ano	1	2	3
3º ano	1	2	3
4º ano	1	2	3
5º ano	1	2	3
6º ano	1	2	3
7º ano	1	2	3
8º ano	1	2	3
9º ano	1	2	3
10º ano	1	2	3
11º ano	1	2	3
12º ano	1	2	3

IV – Motivações/expectativas que te levaram a optar por cursar o ensino secundário profissional

O Ensino Secundário Profissional é projetado para dar aos participantes know-how, habilidades práticas e técnicas e compreensão necessárias para o emprego em uma ocupação ou comércio específico.

14- Em que medida concorda ou discorda das afirmações a seguir?

Não existem respostas certas ou erradas, apenas queremos saber o que pensas.

	Concordo totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não Sabe
14.1- O Ensino Secundário Profissional fortalece a economia de Portugal	1	2	3	4	5
14.2- O Ensino Secundário Profissional desempenha um papel importante na redução do desemprego em Portugal	1	2	3	4	5
14.3- O Ensino Secundário Profissional ajuda a combater a exclusão social em Portugal	1	2	3	4	5

15- Quando tiveste que decidir o percurso escolar a cursar no nível secundário, recebeste informações sobre o ensino profissional?

(Escolha somente uma resposta)

Sim	1
Não	2

16- Estão relacionadas a seguir uma lista de fatores que podem ter influenciado a sua opção para o percurso educativo que escolheste. Quais dos seguintes fatores se aplicaram a ti à época?

(Escolha a resposta que mais se aproxima do que te fez optar por seguir o ensino secundário profissional)

Teus familiares ou amigos te aconselharam a seguir o ensino profissional	1
Teus professores (ou orientadores educativos) te aconselharam a seguir o ensino profissional	2
Alguém do mercado de trabalho te aconselhou a seguir o ensino profissional	3
Perspectivas de carreira	4
Possibilidade de encontrar um emprego	5
Possibilidade de terminar o ensino secundário mais facilmente	6
Possibilidade de prosseguir para níveis superiores de estudo	7
Possibilidade de conseguir um bom salário	8
O custo da educação	9

A distância da tua casa	10
A duração dos estudos	11
Sempre soube ser essa a carreira que queria seguir	12

17- À época, quando decidiste cursar o ensino profissional, alguém te aconselhou a não seguir esse percurso?

Sim, a tua família	1
Sim, os teus amigos	2
Sim, teus professores ou orientadores educativos	3
Sim, um profissional do mercado de trabalho	4
Não	5

18- Em relação à oferta de cursos profissionais existente no teu concelho de residência:

	Concordo totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não Sabe
18.1- Na altura da escolha do curso, sentiste que a oferta disponibilizada era limitada?	1	2	3	4	5
18.2- Pensas que as áreas dos cursos existentes na Escola estão relacionadas com as empresas do concelho?	1	2	3	4	5
18.3- Pensas que o curso que estás a frequentar lhe dará a oportunidade de ser contratado por uma empresa do concelho?	1	2	3	4	5
18.4- Gostavas que o curso que estás a frequentar lhe possibilitasse emprego numa empresa do concelho?	1	2	3	4	5
18.5- Na tua opinião, o curso que estás a frequentar está adequado ao mercado de trabalho do concelho?	1	2	3	4	5

V- Níveis de percepção/satisfação pessoais

19- Como classificas as tuas expectativas quando entraste para o curso?

Muito elevadas	1
Elevadas	2
Pouco elevadas	3
Não tinha expectativas	4

20- Em que medida o curso está a corresponder às tuas expectativas iniciais?

Totalmente	1
Mais ou menos	2
Pouco	3
Nada	4

21- Quão satisfeito estás com os seguintes aspectos do ensino secundário profissional que recibes?

(Escolha somente uma resposta para cada afirmação apresentada)

	Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito	Muito insatisfeito	Não Sabe
21.1- As habilidades gerais aperfeiçoadas	1	2	3	4	5
21.2- As habilidades relacionadas ao trabalho aperfeiçoadas	1	2	3	4	5
21.3- As estruturas físicas disponibilizadas (equipamentos, salas de aula, etc.)	1	2	3	4	5
21.4- A qualidade dos professores	1	2	3	4	5

22- Em que medida acreditas que estás desenvolvendo as seguintes habilidades no ensino profissional?

(Escolha somente uma resposta para cada afirmação apresentada)

	Sim, sem dúvida	As vezes	Nem sempre	Nunca	Não Sabe
22.1- Habilidades de comunicação	1	2	3	4	5
22.2- Habilidades em cultura geral	1	2	3	4	5
22.3- Habilidades matemáticas	1	2	3	4	5
22.4- Habilidades científicas e tecnológicas	1	2	3	4	5

22.5- Habilidades digitais e computacionais	1	2	3	4	5
22.6- A capacidade de se auto-organizar	1	2	3	4	5
22.7- Competências sociais e cívicas	1	2	3	4	5
22.8- Criatividade	1	2	3	4	5
22.9- Senso de iniciativa e empreendedorismo	1	2	3	4	5
22.10- Consciência cultural (apreciação de música, artes performativas e visuais, literatura)	1	2	3	4	5
22.11- Capacidade de pensar criticamente	1	2	3	4	5
22.12- Capacidade de trabalhar em equipa	1	2	3	4	5

23- Na tua opinião, o ensino secundário profissional tem uma imagem positiva ou negativa em Portugal?
(Escolha somente uma resposta)

Muito positiva	1
Positiva	2
Negativa	3
Muito negativa	4
Não sabe	5

24- E hoje em dia, com a tua experiência, recomendarias o ensino regular ou o ensino profissional a um jovem que está a decidir pela sua formação no ensino secundário?
(Escolha somente uma resposta)

Educação secundária regular	1
Educação secundária profissional	2
Depende da pessoa	3
Não sabe	4

25- Pensando sobre o ensino secundário, pensas que o Governo Português deveria priorizar o investimento no ensino secundário regular ou no ensino secundário profissional?
(Escolha somente uma resposta)

Ensino secundário regular	1
Ensino secundário profissional	2
Nenhum	3
Não sabe	4

V – Expectativas académicas e profissionais

26- As próximas afirmações referem-se aos empregos que os jovens podem conseguir após concluir o ensino secundário profissional. Em que medida concorda ou discorda com cada uma delas?

Não existem respostas certas ou erradas, apenas queremos saber o que pensas.

(Escolha somente uma resposta para cada afirmação apresentada)

	Concordo totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não Sabe
26.1- Os jovens que seguem o ensino secundário profissional desenvolvem habilidades que os empregadores em Portugal requisitam.	1	2	3	4	5
26.2- O ensino secundário profissional possibilita encontrar empregos com melhores salários	1	2	3	4	5
26.3- O ensino secundário profissional permite o acesso a empregos de referência em Portugal	1	2	3	4	5
26.4- O ensino secundário profissional permite que se encontre um emprego mais rapidamente em Portugal	1	2	3	4	5

27- As afirmações seguintes referem-se ao que acontece em termos académicos após terminado o ensino secundário profissional. Em que medida concorda ou discorda dessas afirmações?

Não existem respostas certas ou erradas, apenas queremos saber o que pensas.

(Escolha somente uma resposta para cada afirmação apresentada)

	Concordo totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não Sabe
27.1- É mais fácil prosseguir para o ensino superior (por exemplo, faculdade) após concluir o nível secundário profissional	1	2	3	4	5
27.2- O ensino secundário profissional possibilita oportunidades para estudar ou trabalhar no exterior	1	2	3	4	5

28- Em que medida concordas ou discordas das seguintes afirmações?
(Escolha somente uma resposta para cada afirmação apresentada)

	Concordo totalmente	Tendo a concordar	Tendo a discordar	Discordo totalmente	Não Sabe
28.1- É mais fácil conseguir uma qualificação no ensino secundário profissional do que no regular	1	2	3	4	5
28.2- Em Portugal, estudantes com histórico de insucesso ou resultados reduzidos no ensino básico são direcionados/incentivados a seguir o ensino secundário profissional.	1	2	3	4	5
28.3- Em Portugal o ensino secundário regular tem uma imagem mais positiva do que o ensino secundário profissional	1	2	3	4	5

29- Pensas que os jovens que completam o ensino secundário profissional têm maior ou menor probabilidade de encontrar um emprego mais rápido do que os jovens que completam o regular?
(Escolha somente uma resposta)

Maior probabilidade	1
Menor probabilidade	2
Não vê diferença	3
Não sabe	4

30- Pensas que os jovens que completam o ensino secundário profissional têm maior ou menor probabilidade de encontrar um emprego do que os que completam níveis superiores de educação (faculdades ou equivalentes)?
(Escolha somente uma resposta)

Maior probabilidade	1
Menor probabilidade	2
Não vê diferença	3
Não sabe	4

31- Depois de completar o ensino secundário profissional, pretendes continuar os estudos em níveis superiores?

Sim	1
Não	2
Não sabe	3

32- Para terminar, informe em qual concelho está localizada a tua escola. _____

Obrigado pela colaboração!